

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MISLELE SOUZA DA SILVA

**MULHERES EM LUTA: O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA  
(1975-1979)**

UBERLÂNDIA  
2019

MISLELE SOUZA DA SILVA

**MULHERES EM LUTA: O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA  
(1975-1979)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.

UBERLÂNDIA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

S586m      Silva, Misile Souza da, 1992-  
2019      Mulheres em luta [recurso eletrônico] : o movimento feminino pela  
anistia (1975-1979) / Misile Souza da Silva. - 2019.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.  
Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.702>  
Inclui bibliografia.  
Inclui ilustrações.

1. História. I. Carneiro, Deivy Ferreira, 1979- (Orient.) II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
História. III. Título.

---

CDU: 930

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**ATA DE  
DEFESA**

Programa de Pós-Graduação em:	História			
Defesa de:	<a href="#">Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 371, sigla do PPGHI</a>			
Data:	Quinze de março de dois mil e dezenove	Hora de início:	17:30	Hora de encerramento: 18:55
Matrícula do Discente:	11712HIS009			
Nome do Discente:	Mislele Souza da Silva			
Título do Trabalho:	Mulheres Em Luta: O Movimento Feminino Pela Anistia (1975- 1979)			
Área de concentração:	História Social			
Linha de pesquisa:	TRABALHO E MOVIMENTO SOCIAIS			
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Violência, interdependência e microstoria			

Reuniu- se no Anfiteatro/sala 1H55, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós- graduação em História, assim composta: Professores Doutores: [Heloísa Amélia Greco IHG](#); [Dilma Andrade de Paula PPGHI/UFU](#); [Deivy Ferreira Carneiro](#) orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Deivy Ferreira Carneiro, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[\[A\]provado\(a\).](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Deivy Ferreira Carneiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/03/2019, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dilma Andrade de Paula, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/03/2019, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Amélia Greco, Usuário Externo**, em 15/03/2019, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1084019** e o código CRC **D1A434F0**.

---

**Referência:** Processo nº 23117.019954/2019-01

SEI nº 1084019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Tarcísio e Maria Aparecida, pelo apoio, incentivo e amor. Vocês são fundamentais na minha vida, todas as minhas conquistas são para vocês.

À minha irmã, Mislene, sempre presente na minha vida, meu porto seguro e alicerce para os momentos de dificuldade.

Aos meus sobrinhos queridos, Isadora, Isis e Vitor, que me fazem sentir amada a cada abraço, risada e olhar sincero e carinhoso. Vocês são as minhas maiores alegrias!

E aos meus demais familiares, que mesmo sem a convivência diária, fazem parte dessa jornada.

Agradeço aos meus amigos, vocês são a família que eu escolhi. Eu tenho muita sorte em ter amigos tão leais, parceiros e que estão do meu lado nas vitórias, nas tristezas e no meu cotidiano. Em especial: Alexandre, Ana, Brenda, Flávia, Gabi, Lidy, Luciana, Manu, Marina, Nina, Poli e Stefanie. E ao meu namorado Higor, por ser essa pessoa maravilhosa que tem tornado a minha vida melhor.

Esse período do mestrado não seria de tanto amadurecimento, autoconhecimento e superação sem a ajuda do meu psicólogo, obrigada por tudo Oswaldo!

Quero agradecer também a Sérgio Paulo, pela generosidade durante as disciplinas, exemplo de profissional e por ter participado da banca de qualificação. Aos integrantes da banca de defesa do mestrado: professora Dilma, que eu tanto admiro, cuja contribuição neste trabalho é muito relevante, seja por ter sido minha orientadora na graduação, ou pelo apoio e direcionamento durante a disciplina de Seminário de Pesquisa do Mestrado. À Heloisa Greco, pela acolhida no Instituto Helena Greco, contribuições e disponibilidade para com esta pesquisa, além de ter aceitado participar da banca. Ao meu orientador Deivy, pelo empenho em colaborar com minha pesquisa, na organização do texto e pela compreensão no decorrer deste processo.

Um agradecimento especial à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa que possibilitou a realização deste trabalho, ao Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI	Ato Institucional
ALN	Aliança Libertadora Nacional
APML	Ação Popular Marxista Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BDMG	Banco de desenvolvimento de Minas Gerais
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CELAM	Conferência Episcopal Latino Americana
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOPS	Delegacias de Ordem Política e Social
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ESG	Escola Superior de Guerra
IARA	Instituto Aberto de Redenção das Águas
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MFALD	Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirante
OLAS	Organização Latino Americana de Solidariedade
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Libertador
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
STM	Superior Tribunal Militar
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UMC	União das Mulheres Cearenses
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFTM	Universidade Federal do Mato Grosso
UNE	União Nacional dos Estudantes

*Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse estribilho  
Só queria embalar meu filho  
Que mora na escuridão do mar*

*Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse lamento  
Só queria lembrar o tormento  
Que fez o meu filho suspirar*

*Quem é essa mulher  
Que canta sempre o mesmo arranjo  
Só queria agasalhar meu anjo  
E deixar seu corpo descansar*

*Quem é essa mulher  
Que canta como dobra um sino  
Queria cantar por meu menino  
Que ele já não pode mais cantar*

(Música: Angélica. Compositores: Chico Buarque e Milton Filho)

## Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a luta pela anistia empreendida pelo Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) a partir do ano de 1975, ano em que foi fundado. O MFPA surgiu no contexto da ditadura civil-militar brasileira, momento de intensos embates políticos. O aparato repressivo da ditadura repercutia na vida privada e pública, resultando em um ambiente de medo intenso, no qual as pessoas tinham receio de se opor ao regime em virtude das prisões arbitrárias, dos sequestros, torturas e mortes. Frente a isto, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia, que buscava a anistia ampla geral e irrestrita, visando a união do povo brasileiro. Para tal análise, torna-se necessário refletir sobre os meandros da ditadura, a formação do MFPA, sua atuação e as variadas possibilidades de luta, especificamente através da atuação de Therezinha Zerbine e Helena Greco.

**Palavras chaves:** Anistia, Movimento Feminino pela Anistia, Ditadura Militar.

## **Abstract**

The objective of this work is to reflect about the fight for amnesty by the Female Amnesty Movement (MFPA) from 1975, the year in which it was founded. The MFPA emerged in the context of the Brazilian civil-military dictatorship, a moment of intense political strife. The repressive State's apparatus of the dictatorship had repercussions on private and public life, that results in an environment of intense fear in which people were afraid to oppose themselves the regime because of arbitrary arrests, kidnapping, torture and death. In the face of this, was created the Female Amnesty Movement, which sought amnesty broad and unrestricted, aiming at the union of the Brazilian people. For this analysis, it is necessary to reflect about the intricacies of the dictatorship, the formation of the MFPA, its performance and the varied possibilities of fights, specifically through the performance of Therezinha Zerbine and Helena Greco.

**Keywords:** Amnesty, Female Movement for Amnesty, Military Dictatorship

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 DITADURA MILITAR E A LEI DA ANISTIA .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Reflexões acerca do Golpe e do período ditatorial no Brasil (1964-1985).....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Anistia política: movimentações civis e militares .....</b>	<b>52</b>
<b>2.3 A Anistia no centro da discussão: tortura, direitos humanos e distensão / abertura do regime militar .....</b>	<b>56</b>
<b>2.4 Lei da Anistia: debates no âmbito legislativo .....</b>	<b>67</b>
<b>2.5 O Movimento feminino pela anistia: origem e os núcleos regionais .....</b>	<b>79</b>
<b>3 THEREZINHA ZERBINE E O MFPA .....</b>	<b>96</b>
<b>4 HELENA GRECO E O MFPA DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>128</b>
<b>4.1 A mulher e militante: Helena Greco.....</b>	<b>129</b>
<b>4.2 O núcleo mineiro do MFPA.....</b>	<b>137</b>
<b>4.3. Helena e Therezinha: um objetivo em comum, ideais diferentes .....</b>	<b>147</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>167</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste ano de 2019 a Lei da Anistia completa 40 anos. Apesar da sua parcialidade e de não ter atendido aos anseios dos movimentos pela anistia, a Lei pode ser considerada uma conquista, no sentido de ter permitido que vários presos e exilados voltassem às suas vidas e ao seu país. A lei não garantiu vários direitos, como por exemplo o retorno ao trabalho. Para além da sociedade civil, vários militares também foram atingidos, que em sua maioria não foram reintegrados ao serviço ativo, além disso, por uma interpretação tendenciosa, a lei anistiou os torturadores. Com a estratégia de esquecimento do Estado, fundamentada na Lei da Anistia, “esquece” os crimes da ditadura, através da não responsabilização daqueles que cometeram crimes contra a humanidade. E, atualmente, percebemos que a aparato repressivo da ditadura ainda permanece na sociedade, para Heloisa Greco:

[...] o aparato repressivo do Estado se mantém vivo e ativo nos dias de hoje, acumulando cada vez mais instrumentos de violência. São endêmicos os massacres contra trabalhadores da cidade e do campo e moradores das favelas e periferias – sobretudo Jovens negras e negros, indígenas e pobres - vítimas também da política de encarceramento em massa. A tortura e os desaparecimentos seguem como prática sistemática. Continua ainda a criminalização do movimento operário e popular. Continua, enfim, o terrorismo de Estado. Continua a nossa luta contra ele.<sup>1</sup>

Ao observarmos o cenário nacional contemporâneo, essa dissertação apresenta sua relevância ao realizar o diálogo entre passado/presente, resgatando e atribuindo novos significados à memória das lutas da sociedade brasileira no período da ditadura, assim como realizando um diálogo com os desdobramentos desse processo atualmente. Entender o processo de construção desta lei, principalmente os mecanismos e possibilidades de resistência a um governo ditatorial, torna-se mais importante quando analisamos os resultados das eleições de 2018, nas quais um candidato que abertamente se coloca contra pautas dos direitos humanos, saudosista da ditadura e das torturas é eleito presidente do país.

Dentre todas as possibilidades de resistência e movimentos organizados, o principal objeto desta pesquisa é evidenciar o papel das mulheres enquanto sujeitos centrais da luta pela anistia política no Brasil. Pensando no seu cotidiano de luta contra a opressão da ditadura, temos como objetivo interpretar e analisar o impacto do Movimento

---

<sup>1</sup> Entrevista de Heloísa Greco à Mislele Souza via e-mail. 13 jan. 2019.

Feminino pela Anistia. Para além do movimento, é possível analisar, mesmo que de modo não aprofundado, a participação e o sofrimento feminino na ditadura militar. No papel de mães, esposas ou militantes; percebendo, inclusive, que esses papéis se misturam, em virtude das lutas privadas se expandirem para o público.

Neste sentido, começamos essa dissertação com a música de Chico Buarque sobre Zuzu Angel, que como tantas outras mães teve seu filho assassinado pelos militares. A história e luta de Zuzu aparecem no decorrer desta dissertação, quando analisaremos as edições do boletim Maria Quitéria. Na música, composta em 1977, Chico homenageia Zuzu, trazendo na letra os sofrimentos de uma mãe que não pôde enterrar seu filho, que segundo a letra “mora na escuridão do mar”. Em entrevista para a Rádio Atividade, Chico Buarque fala da sua relação com Zuzu e as perseguições por ela sofridas, por ser incansável na busca do paradeiro do filho e na punição dos seus algozes:

Eu conheci muito a Zuzu. Ela foi uma mulher que durante anos depois da morte do filho (Stuart Angel Jones, preso político em 1971) não fez outra coisa senão se dedicar a denunciar os assassinos do filho, a reivindicar o direito de saber aonde é que estava o corpo dele. Ela ia de porta em porta mesmo. E lá em casa ela ia com muita freqüência, como em outras casas também. Ela sabia, inclusive, das ameaças que pairavam sobre ela e dizia que tinha certeza que se alguma coisa acontecesse com ela a culpa seria dos mesmos assassinos do filho, que ela citava nominalmente. Na manhã do dia em que aconteceu o acidente com ela, ela tinha estado lá em casa e deixado as camisetas que ela fazia, gravadas com aqueles anjinhos que eram a marca dela, para as minhas três filhas. Aquilo me chocou muito. Ela passava em casa quase semanalmente, mostrando os relatórios todos do trabalho que ela estava fazendo aqui e nos Estados Unidos - porque afinal, o pai do Stuart era americano -, então ela tinha contato com senadores americanos, inclusive alguns dos quais me lembro até hoje, como o Frank Church, o Mondale, que era um dos senadores com quem ela contava - nunca contou com o Reagan evidentemente... Ela tinha, inclusive, na lista dela, uma relação das posições políticas dos senadores e tinha até alguns "ultraconservatives" (ultra conservadores) que, por se tratar de um filho de cidadão americano, eram simpáticos ao clamor de mãe dessa mulher. Ela chegou a entregar a documentação ao Kissinger pessoalmente, se não me engano, no Hotel Sheraton, quando ele esteve aqui. Clandestinamente ela furou o bloqueio e, um pouco depois, lhe entregou uma pasta com os documentos todos que ela tinha e distribuía entre as pessoas em quem confiava, gostava. Ela morreu um pouco depois disso.<sup>2</sup>

Sob a penumbra do “desaparecimento”, criava-se um paradigma no qual não se tinha o corpo para velar e enterrar, mas ao mesmo tempo não se tinha nenhuma resposta dos mecanismos do governo, não existindo dispositivos que garantissem a vida e a localização dessas pessoas. Peregrinações nos quartéis, hospitais e delegacias eram

---

<sup>2</sup>Chico Buarque em entrevista para a Rádio Atividade, Centro Cultural São Paulo, 1985. Disponível em: [http://www.chicobuarque.com.br/leturas/notas/n\\_angela.htm](http://www.chicobuarque.com.br/leturas/notas/n_angela.htm) Acesso 30 dez. 2018.

frequentes para os familiares. As respostas não vinham e a angústia muitas vezes nunca foi sanada. Como viver o luto se a morte não é reconhecida?

Para muitos familiares, o crime do desaparecimento é ainda pior do que o assassinato ordinário, justamente porque no primeiro caso ocorre uma privação da morte, uma vez que não existem corpos, e tampouco a certeza do encerramento da vida. Dessa maneira, a ausência dos corpos e de informações dificultou, ou mesmo impediu o trabalho do luto para muitos familiares, e o discurso político que articula as demandas das vítimas da ditadura assinala a violência concreta e simbólica, dessas mortes “roubadas” em vários lugares nos quais a prática foi utilizada como uma estratégia do terrorismo de Estado.<sup>3</sup>

Com as leis 9.140 de 1995 e 10.875 de 2004, estabeleceu-se que os desaparecidos entre 1961 e 1988 seriam considerados mortos, o que facilitava os trâmites legais para os familiares. No entanto, os corpos não foram entregues, alguns foram descobertos em valas clandestinas graças ao esforço individual dos familiares, mas não houve ação governamental para a resolução deste importante assunto.

O sepultamento dos mortos é um ritual importante em todas as sociedades, mesmo que cada um realize de sua maneira e tenha uma simbologia. Como exemplo da importância do sepultamento no imaginário e tradições populares, temos a obra de Sófocles, que remonta da Grécia Clássica, onde percebemos o desespero de Antígona, que dá o nome a peça, ao não ter acesso ao corpo do seu irmão, Polinice.

A peça teatral Antígona é a continuação da tragédia Édipo Rei. Na peça, os quatro filhos de Édipo, após o final trágico da primeira peça, com a morte da mãe Jocasta e a cegueira de Édipo e sua consequente partida para o exílio, disputam o poder e selam um acordo de revezamento do trono. No entanto, Eteócles, que foi o primeiro a governar, não se retirou do trono em prol do seu irmão Polinice, o que causou um conflito, onde Polinice buscou apoio na cidade vizinha e rival de Tebas.

Após o conflito, os dois irmãos acabaram mortos, e o tio deles, Creonte, assumiu o trono de Tebas. Creonte decidiu que Eteócles seria sepultado conforme a tradição, mas que Polinice, por ter se aliado à cidade vizinha e inimiga, sendo então um traidor, não deveria ser sepultado de maneira honrosa. Antígona, irmã dos falecidos, não aceitou as determinações reais, entendendo que a tradição e as leis naturais deveriam ser respeitadas e estavam acima de desejos reais. Antígona preferiu correr o risco de perder a própria vida a não enterrar o irmão, pois acreditava na importância do sepultamento e na

---

<sup>3</sup>RAMOS, Maria Vilar Ramalho. **Mortes Roubadas: O luto dos familiares de desaparecidos políticos no Brasil.** 2017. 182f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017, p. 4.

necessidade dele para que a alma não ficasse vagando por toda a eternidade. Por ter enterrado o irmão, Antígona foi sentenciada à morte. Percebemos, desta forma, que há uma necessidade de encerramento de cada existência, tendo em vista que o costume de sepultar é uma prática antiga e um direito cristalizado nas sociedades, ao se romper isso, quebra-se a confiança nas leis e nos governantes.

Acreditando que cabe ao historiador analisar e manter vivas as experiências humanas, percebemos que isso deve ocorrer especialmente em períodos traumáticos. Quando se quer delegar o período ao limbo da memória, como no caso da ditadura militar brasileira. Ao ignorar o passado, não se apaga as marcas deixadas por ele, apenas se silencia as vozes daqueles que sofreram e ignora-se qualquer conhecimento que se possa adquirir com esse passado, como a luta pelos Direitos Humanos no Brasil, que se difundiu com a aversão aos abusos do regime militar e hoje erroneamente é comumente taxada como “direito de bandidos”.

Durante a graduação, o tema da ditadura militar me chamou atenção, por isso ao delimitar meu tema para a Monografia, decidi trabalhar com a Anistia. Em virtude das fontes que estavam ao meu alcance, frisei a Lei da Anistia e a construção e votação da mesma no Congresso Nacional, em 28 de agosto de 1979. No entanto, durante a pesquisa, já me questionava sobre a participação da sociedade civil neste processo, posto que comprehendo que o Estado dialoga com a sociedade civil e é confrontado por ela. Esse embate é constante e é necessário percebê-lo para compreender qualquer processo histórico. Desta forma, estudar a época é essencial não apenas para compreender o passado mas também no sentido de experiência, como aponta Reinhart Koselleck:

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.<sup>4</sup>

Compreendendo que a ditadura militar foi um período importante da história do Brasil, e que estão imbricadas na nossa sociedade muitas facetas autoritárias que se reconhecem e se legitimam nesse período, acreditamos que é relevante tratar não só dos governos militares, mas também da resistência civil aos arbítrios do Estado. A relação

---

<sup>4</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 309-310.

passado-presente se torna fundamental para compreender a importância em se tratar deste tema, tendo em vista que a ditadura é marcada como trauma, que se tenta mascarar e até esquecer. E atualmente, principalmente pelo avanço de ideais conservadores e autoritários, vislumbrados durante a campanha para eleição presidencial, percebemos que o legado da ditadura também é utilizado por esses setores para respaldar suas posições.

As mulheres tiveram um papel importante na ditadura militar brasileira, seja marchando sob o espectro da família, Deus e liberdade; que serviu como apoio e mecanismo legitimador do golpe militar, ou na resistência, através de campanhas pela anistia, participação nas guerrilhas e demais formas de luta política. Neste sentido, apesar do MFPA não se declarar feminista, pelo menos na figura de Therezinha, é importante compreender o movimento como porta de entrada ao feminismo para muitas mulheres, algumas nunca tinham participado de grupos sociais e políticos e começaram a lutar, além da anistia, pela igualdade de gênero.

A inserção das mulheres na própria esquerda era difícil, apesar de ser no seio da esquerda que o feminismo ganha espaço no Brasil, há uma grande dificuldade de aceitação das mulheres nos grupos de guerrilha por exemplo, ora eram vistas como fracas que não conseguiram fazer as demandas, outrora castigadas por quererem estar em posições e realizar atividades masculinas. As questões de gênero na maioria das vezes não eram colocadas em pauta. Para alguns setores da esquerda, o feminismo era visto como uma pauta burguesa.

O impacto de ser mulher também era vivenciado durante o martírio nas delegacias do país, nas torturas o “ser mulher” era mais um ponto de sofrimento. Sofriam estupros, algumas apanharam até abortar; e a nudez feminina era mais uma forma de humilhação durante as torturas. As mulheres lutavam ao mesmo tempo contra a repressão da ditadura e a opressão do machismo.

Para além do impacto pessoal, no que se refere às mulheres que participaram diretamente da resistência à ditadura militar, de forma indireta, as mulheres também eram atingidas pelo aparato repressivo. Mães, esposas, filhas e irmãs de perseguidos políticos, acompanhavam de perto o impacto público e privado do regime militar. Muitas relações familiares foram destruídas pela ditadura, seja pelo exílio, viver na clandestinidade ou assassinatos. Desta forma, a ditadura afetou o cotidiano das mulheres de forma direta e indireta, e as relações de gênero vão sendo reconstruídas, ressignificadas ou fortalecidas.

Destarte, os temas que envolvem a ditadura estão presentes nas vidas privadas, como nas famílias de “desaparecidos”, e na vida política como disputa ideológica e de projeto de governo. Acreditamos que debater sobre anistia, direitos humanos, movimentos de resistência e sobre as brutalidades ocorridas durante a ditadura militar é essencial para desmistificar esse período e evitar que atrocidades advindas do Estado continuem acontecendo.

A anistia brasileira tem suas particularidades: foi concebida durante a ditadura e mantém a tradição da anistia no país, visando a conciliação, como se os abusos cometidos devessem ser esquecidos e os ressentimentos precisassem ser deixados de lado para sermos uma “nação forte e unida”. Sendo importante questionar, inclusive, a interpretação da Lei da Anistia, que anistiou os torturadores, tendo em vista que a tortura não é um crime político, mas um crime contra a humanidade.

Desta forma, além de criar um sentimento de indiferença à violência, a anistia e o processo de transição controlados pelos militares, fizeram com que fosse negligenciado o direito ao luto dos familiares dos mortos, além de se impedir o acesso aos corpos. Apagaram-se e negaram-se informações sobre as prisões e os assassinatos, negando as torturas ocorridas. Um processo de imposição do esquecimento que leva ao trauma não resolvido, que deixa cicatrizes profundas nos particulares e na sociedade.

Buscamos elucidar nessa dissertação, que mesmo com o medo da repressão, das prisões arbitrárias, sequestros, tortura e morte provocadas pelo aparato repressivo, várias mulheres se uniram e criaram o Movimento Feminino pela Anistia. Que de início contava com oito integrantes na sua formação, mas posteriormente espalhou núcleos por todas as regiões do país. Neste sentido, essa dissertação se coloca enquanto mecanismo de retomada da história de mulheres que lutaram pela anistia política, trazendo para o debate historiográfico essas ‘personagens’, sendo que seus legados vão além da subjetividade, mas aparecem aqui também como uma ideia: é possível lutar contra o autoritarismo.

Partiremos portanto, do conceito de política construído por Hannah Arendt, que relaciona esfera pública, cidadania e ação. Sendo a liberdade, dentro desse viés da política, uma conquista e não um direito natural previamente dado. Para se conquistar a liberdade e mantê-la, a luta pelos direitos é imprescindível. Por vezes achamos que os direitos conquistados estão garantidos, mas retrocessos ocorrem se a vigilância e

consciência política não estiverem presentes. A ação e o discurso são ferramentas indispensáveis nesse âmbito.

Sob este prisma, o objetivo desta dissertação é analisar as possibilidades de resistência e enfrentamento feminino à ditadura militar brasileira; além de compreender o papel das mulheres na busca pela anistia através da análise da atuação do Movimento Feminino pela Anistia. Desta forma a dissertação foi construída de maneira a localizar o leitor no debate sobre a ditadura, a anistia e posteriormente a criação e organização do Movimento Feminino pela Anistia e os meandros da resistência através da vivência de duas integrantes: Therezinha Zerbine e Helena Greco.

O Movimento Feminino Pela Anistia foi criado em 1975, porém, nossa pesquisa não se restringiu ao período de atuação do movimento, sendo necessário retomar as eleições presidenciais de 1960, quando Jânio e Jango foram eleitos, para entender o quadro político do período chegando ao golpe militar de 1964 e perpassando pelos 21 anos de regime militar.

O Movimento é compreendido enquanto luta das mulheres pela Anistia e além disso, espaço possível de manifestação política e de contrariedade frente ao governo vigente. Apesar das diferentes posturas e ideologias das integrantes, que serão expostas neste trabalho, elas tinham um objetivo em comum: a anistia aos opositores do regime militar, trabalhando especialmente no campo da ‘conscientização’.

Nesse sentido, organizamos a dissertação em três capítulos: no Capítulo 1, intitulado “Ditadura Militar e a Lei da Anistia”, trataremos do golpe militar de 1964, dos governos militares, das arbitrariedades cometidas, das resistências ao governo implantado, do debate sobre a Anistia e da criação dos núcleos do Movimento Feminino pela Anistia, pensando as ambivalências, continuidades e descontinuidades do período. Ao pensarmos sobre a Lei da Anistia, buscamos compreender a conjuntura de sua elaboração, os embates sobre a forma e o conteúdo da lei, as pressões sociais, os objetivos e a especificidade da anistia no Brasil, além dos privilegiados pela promulgação da lei nos moldes em que aconteceu. Compreendendo que o esquecimento forçado pela Lei da Anistia, não individualiza os criminosos e os crimes cometidos, posto que se anistia de maneira generalizante, tornando abstratos fatos concretos.

No Capítulo 2, “Therezinha Zerbine e o MFPA”, o norte para compreendermos o movimento feminino pela anistia é o protagonismo de Therezinha Zerbine, analisando a

partir disso, como a ditadura pode impactar a vida privada e pública dos seus combatentes e especificamente: sua liderança nacional do Movimento Feminino pela Anistia, embate com as denominadas feministas e posição frente à ditadura e ações que a transformaram em um grande símbolo de luta pela anistia no país. Apontando, inclusive, que a busca pela anistia não parte dos militares, mas emerge da sociedade; o Estado é forçado a dar uma resposta em forma de Lei. Acreditamos que é importante apresentar para o leitor os percalços da pesquisa, desta forma, é relevante informar que entramos em contato com Eugênia Zerbine, filha de Therezinha, mas a mesma não se disponibilizou a conceder uma entrevista sobre a trajetória da mãe e sua atuação enquanto líder do MFPA.

Já no Capítulo 3, denominado “Helena Greco e o MFPA de Minas Gerais”, apresentaremos a trajetória de Helena Greco, líder do MFPA de Minas Gerais. Sendo reconhecida no país como incansável militante dos direitos humanos. Tendo iniciado sua participação política na ditadura militar, mas que não terminou neste período, permanecendo atuante durante toda sua vida. Neste capítulo veremos as especificidades do MFPA de Minas Gerais, seu diálogo com a liderança nacional e demais núcleos.

Para a realização dessa pesquisa e reflexões inerentes ao objeto aqui determinado, foi necessário recorrer a diferentes fontes e documentos. Destacamos aqui a importância do acesso ao Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania. A receptividade e prestatividade de Heloísa Greco, coordenadora do Instituto, contribuíram muito para este trabalho. Tive acesso a recortes de jornais, correspondência, fotos, documentos do Movimento Feminino pela Anistia e do CBA, além de contato com o trabalho atualmente realizado no Instituto.

Outra fonte essencial foi o livro de Therezinha Zerbine “Anistia: Semente de liberdade”, uma coletânea de documentos do MFPA, discursos e entrevistas de Therezinha. Neste livro percebemos o protagonismo (e a construção dessa imagem de protagonista) de Therezinha, sua perspicácia no que se refere a estratégias de luta pela anistia e pioneirismo nesta luta.

Os discursos e os impactos do movimento pela anistia podem ser encontrados em jornais, revistas e anais de congressos. A questão sensível, que está presente nas memórias e nos (re)sentimentos dos indivíduos, é também preocupação da historiografia contemporânea e permite alcançar outros aspectos do período tratado, além de compreender, de maneira mais localizada, as ressignificações feitas pelos sujeitos.

Encaramos as fontes como evidências, suscitando o que cada uma delas valoriza e o que rechaça, pensando como dialoga com outras fontes, no que inova e no que é semelhante ao pensamento ou pesquisa de outros autores. Desta forma, a pesquisa se tornou viável através dos arquivos pessoais e institucionais e em questões que a historiografia já suscitou sobre o tema.

Assim, a relação entre memória, história e esquecimento é essencial para a compreensão desta pesquisa, e foi utilizada como fio condutor e mecanismo de questionamento das fontes e da bibliografia sobre o período. Neste sentido, as trajetórias individuais se inserem num contexto de várias experiências e memórias construídas, o que significa que estas vivências não representam o todo, mas fazem parte deste complexo emaranhado que constitui a história sobre o período militar. Desta forma, a memória individual é uma possibilidade de análise, a partir do momento que é colocada em interação e diálogo com outras memórias, documentos do período e a historiografia sobre o tema. Tendo em vista sempre, que a memória sobre a ditadura militar é um campo de disputas.

## 2 DITADURA MILITAR E A LEI DA ANISTIA

A história, no entanto, tem maneiras cruéis de ensinar o verdadeiro tamanho das batalhas.<sup>5</sup>

### 2.1 Reflexões acerca do Golpe e do período ditatorial no Brasil (1964-1985)

A repressão promovida pela ditadura militar brasileira atingiu vários setores da sociedade e para compreender este importante momento da história do nosso país é fundamental entender os meandros do processo do golpe militar e os mecanismos que deram sustentação ao regime. Assim, devemos salientar que o golpe foi militar, mas teve apoio de vários setores civis, que colaboraram na desestabilização do governo legalmente vigente.

O golpe militar implantado em 1964, sobre o governo do presidente João Belchior Goulart (Jango), teve inúmeros interesses vinculados, que serviram como justificativa para a derrubada da democracia vigente. A crise política começara antes mesmo do seu governo, remontando a Era Vargas. João Goulart já era visto com desconfiança pelos militares, mesmo antes de se tornar presidente. Enquanto ministro de Getúlio Dornelles Vargas, durante o segundo mandato do então presidente, Goulart buscou uma aproximação com o sindicato, que foi malvista pelos setores conservadores:

Os representantes do sindicato passaram a ter acesso aos salões do Ministério para discutir problemas efetivos, e não apenas para aplaudir o ministro de plantão. Além disso, Jango prometia um aumento substantivo no salário mínimo, em um momento de amplas mobilizações operárias, como a famosa “Greve dos 300 mil” em 1953. As mudanças que ele patrocinou nos poucos mais de seis meses de ministério foram suficientes para garantir-lhe lugar de honra na galeria dos inimigos da direita. Só perdia para o próprio Vargas e para os comunistas.<sup>6</sup>

Era grande o descontentamento dos trabalhadores com as promessas de campanha de Vargas que não foram cumpridas. A inflação aumentara, o que diminuía o poder aquisitivo do salário mínimo, favorecendo a eclosão de várias greves.

João Goulart, embora tenha ficado pouco tempo frente ao ministério, teve uma atuação de destaque. Sua política foi marcada por tentar antecipar e negociar as demandas dos trabalhadores, muitas vezes obtendo concessões e esvaziando as greves com sua grande capacidade em negociar. Essa postura assustava a classe empresarial, sendo que Jango era taxado por alguns de “ministro dos

<sup>5</sup>TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira..** São Paulo: Boitempo. 2010, p. 12.

<sup>6</sup>NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto. 2014, p. 28.

trabalhadores” e não ministro do trabalho. No início de 1954, Goulart propôs um projeto de aumento do salário mínimo de 100%, de 1.200 cruzeiros para 2.400 cruzeiros.<sup>7</sup>

A pressão contra o ministro João Goulart foi tamanha que Vargas o demitiu em fevereiro de 1954. Em agosto deste mesmo ano, Vargas cometeu suicídio, com um tiro no peito, deixando uma carta testamento emblemática (inclusive, uma cópia da mesma foi endereçada a Jango). Nesta carta, dirigida “ao povo brasileiro”, uma frase ficou marcada na memória do país: “Deixo a vida para entrar na História”. De fato, houve grande comoção nacional com seu suicídio e o presidente ainda é lembrado por muitos como “pai dos pobres” (e para os críticos: “mãe dos ricos”). Na carta, ele ainda salientava que defendia os interesses do povo. Nas palavras de Getúlio Vargas:

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.<sup>8</sup>

Vargas governou uma ditadura, o chamado Estado Novo e, mesmo assim, posteriormente foi eleito pelo povo por via democrática. No ano de 1930 Getúlio derrubou o governo de Washington Luís; em 1937 fechou o Congresso e se tornou ditador, permanecendo no poder até 1945. Neste período promoveu ampla censura, perseguição aos opositores políticos, prisões de cunho político e tortura<sup>9</sup>. Em 1950 foi eleito de forma legítima pela população, tendo um governo dito “Trabalhista” e com bandeiras nacionalistas, como a campanha “O petróleo é nosso” que resultou na criação da Petrobrás. O governo tinha uma perspectiva antiliberal, com um Estado forte e intervencionista. Para Cassio Moreira:

O projeto se configurou numa política efetiva de modernização do país, por intermédio da criação e consolidação de um novo tipo de estado. Esse foi moldado por meio de uma reforma administrativa ancorada em uma burocracia oficial, com empresas estatais em áreas estratégicas, com legislação social e trabalhista (que envolvia o estabelecimento de pacto político capital e trabalho)

<sup>7</sup> MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart:** O Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964). 2011, 404 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 85.

<sup>8</sup> FRANCO, Ramon. **Getúlio Vargas:** um legado político. Cuiabá: Carline & Caniato, 2014, p. 93 - 94.

<sup>9</sup> No livro “Memórias do Cárcere” de Graciliano Ramos, publicado postumamente em 1953 temos um relato importante sobre esse período. Graciliano ficou preso de março de 1936 a janeiro de 1937, uma prisão sem processo, mostrando as arbitrariedades de um governo autoritário. É importante salientar aqui, que a prisão do autor se deu antes do golpe de estado que culminou no Estado Novo, este implantado em novembro de 1937. Mas, como percebemos, a datação não nos explica tudo, o autoritarismo Varguista que culminaria numa ditadura, já era latente. No livro, o autor conta sua vivência no cárcere e de outras pessoas que estavam na mesma situação.

e a relação de troca entre Estado e o sistema sindical, o que pode ter favorecido a expansão da participação popular no início da década de 1960. Esse projeto de Estado Nacional foi alicerçado em planejamento setorial da economia, interventionismo e teve no nacionalismo econômico o fundamento ideológico para uma proposta de construção da soberania nacional.<sup>10</sup>

Na carta-testamento, Getúlio apontou os “responsáveis” por sua decisão: grupos internacionais que tiveram seus interesses contrariados; setores nacionais que se opunham ao seu governo e o que ele chama de “regime de garantia do trabalho”<sup>11</sup>. Vargas buscava se consagrar como mártir do povo brasileiro, seu defensor e libertador.

As ideias de Vargas ainda eram presentes na política nacional e Goulart, que havia iniciado sua carreira política por influência de Vargas, era visto como herdeiro político do “getulismo”. E ainda era considerado partidário de acentuada intervenção do Estado e de um sistema de proteção aos trabalhadores, o que é uma marca de sua trajetória no governo.

No que se refere ao governo Jânio e Jango, é importante salientar que eles eram de partidos diferentes, mas a legislação da época permitia a eleição separada de presidente e vice-presidente. João Goulart era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Jânio Quadros era do Partido Trabalhista Nacional (PTN), o que favoreceu a crise política quando Jânio renunciou. Ambos tiveram uma carreira política “meteórica”, rápida demais para os padrões brasileiros. Entre 1947 e 1952, João Goulart foi deputado estadual e federal, secretário de Interior e Justiça do Rio Grande do Sul e presidente do PTB gaúcho. Em 1953 se tornou Ministro do Trabalho no governo Vargas. Em 1955 foi eleito vice-presidente de Juscelino Kubitschek<sup>12</sup>.

Jânio, por sua vez, concorreu ao cargo de vereador da cidade de São Paulo em 1947, perdeu, mas devido às cassações em virtude da suspensão do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi um dos suplentes convocados em 1948. Em 1950 foi eleito deputado estadual, em 1953 prefeito da cidade de São Paulo e em 1955 foi empossado como governador do estado<sup>13</sup>. Podemos notar que raramente terminavam um mandato político, sempre sendo eleitos para a próxima função, tendo uma permanência continua na política brasileira.

<sup>10</sup> MOREIRA, 2011, p. 48.

<sup>11</sup> FRANCO, 2014, p. 93 - 94.

<sup>12</sup> VEJA a biografia de João Goulart, **Senado Notícias**. Brasília DF, 10 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/12/10/veja-a-biografia-de-joao-goulart> Acesso em: 15 abr. 2018.

<sup>13</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **A trajetória política de João Goulart**: Jânio Quadros. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio\\_quadros](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/janio_quadros)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

Jânio foi eleito Presidente da República em outubro de 1960 com apoio da UDN, do Partido Libertador (PL), do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Republicano (PR), baseando sua campanha na moralidade, equilíbrio das contas públicas e combate à corrupção. Seu slogan era “varre, varre vassourinha” uma alusão à “varredura” que seria realizada da corrupção no país. Com um jingle de campanha composto por Maugeri Neto e Fernando Azevedo de Almeida, interpretado pelo cantor Alcides Gerardi, contendo os seguintes versos: “Varre, varre, varre vassourinha! // Varre, varre a bandalheira! // Que o povo já 'tá cansado // De sofrer dessa maneira // Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado! // Jânio Quadros é a certeza de um Brasil moralizado! // Alerta, meu irmão! // Vassoura, conterrâneo! // Vamos vencer com Jânio!”.<sup>14</sup>

Jânio venceu com 5.636.623<sup>15</sup> votos (48,26%), derrotando o marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott e Ademar de Barros. Lott era Ministro da Guerra e estava na reserva remunerada, pertencia à coligação PTB/PSD (a mesma coligação que elegera Juscelino Kubitschek, tendo ficado conhecido por ter garantido a posse de JK), obtendo 3.846.825 votos (32, 94%). Ademar de Barros era do Partido Social Progressista (PSP), então prefeito de São Paulo e ex-governador, conseguiu 2.195.709 dos votos válidos (18,79%).

João Goulart foi eleito com 4.547.010 votos, derrotando o Candidato da UDN, Milton Campos, com 4.237.419 votos e Fernando Ferrari com 2.137.382 votos. João Goulart foi eleito com uma das mais célebres e populares marchinhas eleitorais, com o marketing eleitoral mostrando sua eficiência nessas eleições. A música, interpretada pelo sambista Jorge Veiga em parceria com César de Alencar, Dircinha Batista Luiz Vieira e Altamiro Carrilho e criada por Miguel Gustavo, trazia os seguintes versos<sup>16</sup>: "Na hora de votar // eu vou jangar, eu vou jangar, eu vou jangar // É Jango! É Jango! É o Jango Goulart! // Pra vice-presidente // Nossa gente vai jangar // É Jango, é Jango // É o Jango

<sup>14</sup> MAUGERI NETO; ALMEIDA, Fernando Azevedo de. Varre, varre, vassourinha. Intérprete: GERARDI, Alcides. In: MEMORIAL da democracia. 2015 -2017. Jingle lançado em 1960. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/um-presidente-da-udn-um-vice-do-ptb>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

<sup>15</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Dados Estatísticos**: eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1960 e em confronto com anteriores. [Brasília, DF]: Departamento de Imprensa Nacional, 1963. v. 5. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13037>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

<sup>16</sup> MIGUEL, Gustavo. Vamos jangar. Intérprete: Jorge Veiga et al. In: MEMORIAL da democracia. 2015 -2017. Jingle lançado em 1960. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/um-presidente-da-udn-um-vice-do-ptb>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

Goulart!" A letra tinha alterações, dependendo da região, no Rio grande do Sul cantava-se "O meu Rio Grande vai jangar // // É Jango! É Jango! É o Jango Goulart!"<sup>17</sup>

Jânio muitas vezes é tratado como um presidente com atitudes dúbias, de personalidade complexa e que diversas vezes perdia o controle.<sup>18</sup> Ao se tratar da figura de Jânio Quadros, Jefferson Queler aponta que ele tinha problemas com a disciplina partidária e por isso:

Na medida em que a consolidação de sua força política se dava, em grande medida, pela credibilidade que sua personalidade conferia às propostas e práticas políticas a ele associadas, sua margem de manobra em relação às exigências das legendas que o apoiavam era frequentemente aumentada. Por isso, quando membros da cúpula do PDC não atenderam algumas de suas solicitações para a articulação de sua candidatura a governador, ele pôde romper com aquela legenda e ainda assim continuar na condição de expressiva liderança política. Da mesma forma, quando setores da UDN quiseram obrigá-lo a aceitar a vice-candidatura de Leandro Maciel e outras exigências - numa situação em que sua imagem pública ganharia um colorido udenista - , tratou de renunciar ao pleito eleitoral, num cálculo para obter maior autonomia em relação ao referido partido para a estruturação de sua candidatura, no que foi em grande medida bem-sucedido.<sup>19</sup>

Na prática, Jânio Quadros tomou medidas bastante controversas em seu governo. Ao mesmo tempo que condecorava Ernesto Che Guevara com a Grã-Cruz da ordem Nacional do Cruzeiro do Sul<sup>20</sup>, tomava medidas conservadoras, como proibir o uso de biquínis. Sua política de combate à inflação consistia em cortes de investimentos públicos e também de salários. De acordo com Celia Maria Leite Costa, seu curto governo foi marcado por divergências com a UDN e conflitos entre o Executivo e o Legislativo. Jânio teve dificuldades com a UDN desde a campanha presidencial, seu posicionamento frente à política externa era o principal fator de distanciamento com a UDN, distanciamento este evidenciado na visita que fez à Cuba em março de 1960.<sup>21</sup>

Em meio a uma enorme profusão de acusações, como de estar se alinhando aos comunistas, por conta de sua política externa e condecoração a Che Guevara somada à suspeita de que estivesse tramando um golpe político para concentrar mais poder, em

<sup>17</sup> Sobre as marchinhas eleitorais ver: AUGUSTO, Manhanelli, Carlos. **Jingles eleitorais e marketing político** - Uma dupla do barulho. São Paulo: Summus, 2001.

<sup>18</sup> QUELER, Jefferson José. **Entre o mito e a propaganda política**: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961). 2008. 349 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

<sup>19</sup> QUELER, 2008. p. 289.

<sup>20</sup> JANIO condecora Guevara. In: BANCO de dados Folha. Publicado originalmente na Folha de S. Paulo, 20 de agosto de 1961. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_20ago1961.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20ago1961.htm)>. Acesso em: 17 jul. 18.

<sup>21</sup> COSTA, Celia Maria Leite. **A campanha presidencial de 1960**. Rio de Janeiro, Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil, 2017. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A\\_campanha\\_presidencial\\_de\\_1960](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/Campanha1960/A_campanha_presidencial_de_1960)>. Acesso em: 28 mar. 2018.

agosto de 1961 o presidente renuncia ao cargo. Na carta renúncia Jânio coloca que “forças terríveis” se levantaram contra ele:

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumprí o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.<sup>22</sup>

A renúncia de Jânio Quadros foi objeto de inúmeras discussões sobre suas reais motivações. Uma das principais análises é de que o presidente renunciou acreditando que o povo que o elegera aclamaria por sua volta, ou que os militares o trariam de volta por não aceitarem que o vice-presidente Jango - que era visto como vinculado aos ideais de esquerda - assumisse o cargo. Esse retorno após sua renúncia permitiria que Jânio concentrasse ainda mais poderes, mas não foi o que aconteceu. Seu governo durou apenas 7 meses, de 31 de janeiro de 1961 à 25 de agosto do mesmo ano.

Ao examinar esse processo em março de 1962, Jânio Quadros apontou como estava a economia e política nacional no período, as articulações oposicionistas que enfrentara e as possibilidades de movimentação. Ao elucidar as razões da denúncia aporta:

No Congresso, as mensagens, que eu enviara, não caminhavam. O projeto de lei antitruste era acusado de esquerdisto e mutilado; o de remessa de lucros era acusado de direitista, e, afinal, substituído por outro.

Não tardou que um ataque geral, compreendendo a grande imprensa, os meios políticos e extensa maioria da Câmara, fosse lançado contra meu Governo. Dirigentes de partidos, tradicionalmente incompatíveis, entre si, buscaram e acharam, na luta contra nossa política de austeridade e de libertação popular, um denominador comum.<sup>23</sup>

Neste sentido, salientou que contava com apoio de uma minoria no Congresso e não teria mais meios de governar o país, “exceto através das soluções violentas, ou da vergonha das transações”<sup>24</sup> e lembrou ainda do presidente Vargas, que chegou ao ato

<sup>22</sup> BRASIL. Presidente (1961): Jânio Quadros. **Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros**. Organizadora Camille Bezerra de Aguiar Muniz. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. p. 33. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos\\_janio\\_quadros.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf)>.

<sup>23</sup> BRASIL, 2009. p. 47.

<sup>24</sup> BRASIL, 2009. p. 35.

extremo de cometer suicídio. Quanto à alegada farsa da sua renúncia, aponta: “No entanto, se alguns dos amigos que sobrevivem em meu coração, e muitos dos que me atraíçoaram e abandonaram, quisessem ou pudessem depor perante a História, verificar-se-ia que a atitude não só era espontânea, mas, era definitiva.”<sup>25</sup>

Quando o presidente renunciou, João Goulart estava na China comunista. Jornais como *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* defenderam a legalidade da posse de João Goulart<sup>26</sup>. A *Folha de S. Paulo*, posteriormente, apoiou o parlamentarismo. Já o jornal *Tribuna da Imprensa* conclamava as Forças Armadas a agirem. Sobre a posse de Jango, Cristiane Almeida aponta:

[...] a *Tribuna da Imprensa* enfatizava o perigo comunista para, depois, relacioná-lo com Goulart. Para ela, a crise não se circunscrevia à posse ou não do vice-presidente, mas sim ao âmbito da constitucionalidade ou não da maneira como seria feita a sucessão no Executivo. Assim, resolveu o passado de Goulart para dizer que eRazle fora capaz de usar a agitação engendrada pelo Partido Comunista em benefício de sua própria ascensão. Na opinião do diário, a intervenção das Forças Armadas deveria ser clara e decisiva; afinal era preciso defender a democracia opondo-se aos políticos comprometidos com o comunismo.<sup>27</sup>

O jornal indicava o impeachment ou a renúncia de João Goulart como saídas possíveis para a crise política, utilizando-se de um discurso anticomunista como justificativa. Os jornais de vertentes mais conservadora não aceitavam a posse de Jango por conta de seu posicionamento mais voltado para uma política de esquerda e pró trabalhadores.

De acordo com a Constituição, enquanto João Goulart estivesse ausente, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiria a Presidência da República. Os ministros militares de Jânio Quadros vetaram a posse de João Goulart, seu substituto constitucional. Em decorrência disto, várias mobilizações civis, militares e políticas ocorreram no país para garantir a posse de Jango. Tanto as forças que apoiavam Jânio como os ministros militares não admitiam a posse de Goulart, e sua presença na China no momento da renúncia do presidente só piorou esse quadro. Contudo, no sul do Brasil, Leonel Brizola, cunhado de Jango e governador do Rio Grande do Sul, iniciou a Campanha pela Legalidade.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> BRASIL, 2009. p. 37.

<sup>26</sup> Sobre as publicações do jornal *Folha de São Paulo* sobre o governo Goulart ver: ALMEIDA, Cristiane Rodrigues Soares. **O governo João Goulart nas páginas da Folha de S. Paulo**. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

<sup>27</sup> ALMEIDA, Cristiane Rodrigues Soares. **O governo João Goulart nas páginas da Folha de S. Paulo**. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. p. 45.

<sup>28</sup> MOREIRA, 2011, p. 33.

A Campanha pela Legalidade contava com apoio de diversos setores sociais e políticos, tendo uma importante movimentação dos trabalhadores e sindicatos em Porto Alegre; o Palácio do Piratini se tornou o local de concentração e resistência dos apoiadores de Jango. Porém, apenas os recursos humanos e militares de Porto Alegre não eram suficientes para garantir a posse do vice-presidente. Era preciso então ampliar o movimento, expandi-lo para mais regiões do país. Para Jorge Ferreira:

Entre os últimos dias de agosto e os primeiros de setembro de 1961, o país conheceu de perto a possibilidade da guerra civil. Dentre os vários projetos políticos que se apresentavam como alternativa de poder, e cuja concorrência somente aumentaria até o desfecho de março de 1964, dois se sobressaíram naqueles dias. Em um extremo, o governador trabalhista do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, representante da ala mais à esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); em outro, o líder direitista Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara, que apoiou entusiasticamente a tentativa de golpe dos ministros militares.<sup>29</sup>

Com a tomada da Rádio Guaíba e a transferência dos seus estúdios para o Palácio do Piratini, utilizando a cadeia formada por várias rádios, Brizola<sup>30</sup> divulgaria seus discursos convocando a população a lutar pela legalidade constitucional. “Criou-se, desse modo, a Cadeia Radiofônica da Legalidade, centralizando as transmissões de cerca de 150 outras rádios do estado, no resto do país e no exterior, atuando por ondas curtas.”<sup>31</sup>

Após duas semanas de um clima tenso, beirando a uma guerra civil, a estratégia encontrada pelo Congresso foi o regime parlamentarista. Essa solução foi muito discutida, pois era necessário fazer uma Emenda Constitucional para tornar possível tal manobra. No entanto, foi a alternativa que satisfez de certa forma os militares e o Congresso. Jango, para não perder o direito de se tornar presidente, aceitou tal restrição de seus poderes. O silêncio de Jango durante o processo de resistência, que visava a garantia de sua posse, frustrou seus apoiadores.

Com o regime parlamentarista, o Presidente da República transformava-se numa espécie de Chefe de Estado, submergindo sua iniciativa de elaborar leis, orientar a política externa, preparar propostas de orçamentos, dentre outras. Ou seja, no parlamentarismo, os poderes do Presidente seriam limitados, tais como poder de decisão de legislação e

---

<sup>29</sup> FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 1997, p. 153.

<sup>30</sup> Em São Borja o dia 28 de agosto foi instituído como o Dia da Legalidade e construíram um busto do ex-governador Leonel Brizola em homenagem à sua atuação na movimentação para garantir a posse de João Goulart. Em Porto Alegre, também ocorrem comemorações aos 50 anos deste processo histórico. Noticiado em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rs-lembra-os-dias-em-que-o-brasil-quase-foi-a-guerra,764695>>.

<sup>31</sup> FERREIRA, 1997, p. 154.

projetos, conferindo ao Congresso, na figura do Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli, uma maior autoridade.

Contudo, com um plebiscito, em janeiro de 1963, o presidencialismo foi retomado. No período presidencialista do governo Jango, os projetos de reforma agrária foram vetados no Congresso, causando uma cisão entre o legislativo e o executivo, reforçando a visão conservadora e ruralista do Congresso, em contraponto à visão progressista de Jango. Apesar deste quadro político, em abril de 1963 o PTB enviou para o Congresso um projeto de reforma constitucional que viabilizaria a reforma agrária. A emenda foi reprovada em outubro de 1963, dada a maioria conservadora do Congresso.

O principal objetivo era modificar o preceito constitucional que proibia a desapropriação de terras sem indenização prévia e em dinheiro, que tornava impraticável qualquer tipo de reforma agrária. O projeto apresentado, contudo, era bem mais ampla. Propunha o pagamento da indenização de terras desapropriadas por interesse social com títulos da dívida pública, com correção de no máximo 10% do seu valor nominal, e incluía ainda o arrendamento compulsório e a desapropriação por interesse social de áreas urbanas, a ser regulamentada por legislação ordinária.<sup>32</sup>

A partir do final de 1963, a imprensa brasileira passou a ser porta-voz da articulação golpista, consolidando a visão de que o país caminhava para o comunismo e que a subversão estava infiltrada nos altos comandos do País, incluindo a Presidência da República. Esse discurso estava alinhado com o clima bipartidário da Guerra Fria, onde era necessário combater o “mal vermelho” dentro e fora do país. A ideologia política do comunismo, era vista como um retrocesso econômico, que estaria começando a afetar o país.

O café era o principal produto - incluindo de exportação - do mercado brasileiro, tanto no governo Goulart, como nos governos precedentes. Assim, ele funcionava como um medidor da economia: se o preço caía, o país entrava em crise. Para sair dessa dependência e diversificar a economia, Juscelino Kubitschek promoveu uma grande industrialização nacional. Seu Plano de Metas promoveu crescimento nacional, mas ao mesmo tempo deixou uma enorme dívida externa, o que agravaria a crise econômica no período em que Jango estava à frente do país.<sup>33</sup> Assim, uma das críticas em relação ao

---

<sup>32</sup> FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. Democracia e reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964: visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo.** 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2014, p. 64.

<sup>33</sup> De acordo com Francisco de Oliveira, em 1964 a dívida externa brasileira era de 3,5 a 4 bilhões de dólares. Conforme: FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. Democracia e reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.** 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2014.

governo Jango, também utilizada como justificativa para o Golpe Militar, foi a crise econômica e a alta inflação como uma das consequências.

No governo Goulart o Brasil enfrentou grande recessão e inflação com taxas de juros sem precedentes. Porém, é relevante salientar que a dívida externa do país aumentou exponencialmente no período da ditadura em decorrência dos empréstimos para manter o chamado “milagre econômico”. Com as duas crises do petróleo que ocorreram na década de 70, a dívida externa disparou. No período 68-73 a dívida externa brasileira foi de 3,3 bilhões de dólares para 12,6 bilhões; no final de 1978 alcançava 43,5 bilhões e em 1982 passava dos 80 bilhões de dólares<sup>34</sup>. Esse aumento se deu em decorrência das amortizações e das altas taxas de juros compostos. Como o governo não mais conseguia pagar a dívida com as exportações, passou a financiar a dívida com novas dívidas.<sup>35</sup>

Diante do cenário econômico e social do país, Jango prometeu realizar diversas reformas de cunho político, econômico e social, contrariando amplos setores da sociedade e, em especial, os militares. Mais uma vez, o clima de Guerra Fria contribuiu para que Jango fosse atacado e tido como aliado dos comunistas. De acordo com Marcos Napolitano:

[...] em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalização civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo.<sup>36</sup>

Goulart direcionava o governo de forma a diminuir a dependência externa e realizar as reformas institucionais. O Plano Trienal, desenvolvido pelo Ministro de Planejamento Celso Furtado, possuía dois componentes básicos: medidas de combate à inflação e Reformas de Base. Não conseguiu êxito: não diminuiu a inflação e nem aumentou o crescimento econômico do país. Ao final do ano de 1963, Goulart voltava-se

<sup>34</sup> FREITAS, Carlos Eduardo. **Dívida externa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/divida-externa-2>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

<sup>35</sup> Segundo o Tesouro Nacional, no ano de 2018 a previsão da dívida pública nacional (dívida interna e externa) é de 3,78 trilhões a 3,98 trilhões de reais. Conforme: BRASIL. Tesouro Nacional. **Limites para a dívida pública federal em 2018 vão de R\$ 3,78 trilhões a R\$ 3,98 trilhões**. [2018]. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/limites-para-a-divida-publica-federal-em-2018-vao-de-r-3-78-trilhoes-a-r-3-98-trilhoes>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

<sup>36</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 10-11.

prioritariamente para as Reformas de Base, que eram apontadas no Plano Trienal como fundamentais.

O objetivo de promoção de redistribuição de renda distinguiu o governo Goulart dos anteriores. Sob a denominação de “Reformas de base” estavam incluídas reforma bancária, fiscal, administrativa, eleitoral, agrária, urbana e universitária. A questão da reforma agrária era o carro-chefe das propostas governamentais, visando o aumento da produção de alimentos e a diminuição da pobreza.

Neste sentido, a reforma bancária tinha por objetivo ampliar e democratizar o acesso ao crédito bancário e ao financiamento, o que levaria a um aquecimento do mercado interno. Esta reforma reforçaria o papel do Banco do Brasil e a prerrogativa dos bancos serem agentes impulsionadores do desenvolvimento, não meros especuladores.

Já a reforma administrativa vinha no sentido de fortalecer o Estado, permitindo maior atuação nos setores econômico e social. A reforma eleitoral permitia que analfabetos e militares de baixas patentes votassem, democratizaria os partidos políticos e ampliaria o leque de eleitores.

A reforma agrária era a principal bandeira do governo e consequentemente a mais questionada pelos conservadores. Era vista como mecanismo de superação do maior empecilho para o desenvolvimento do país: o monopólio da propriedade da terra. No que se refere a Reforma Agrária, o “Plano Trienal” imputava que:

- a) nenhum trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tiver ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação, será obrigado a pagar renda sobre a terra economicamente utilizada; b) nenhum trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade, poderá ser privado de terras para trabalhar, ou de trabalho, sem justa indenização; c) nenhum trabalhador que obtiver da terra em que trabalha -ao nível da técnica que lhe é acessível- rendimento igual ou inferior ao salário mínimo familiar, a ser fixado regionalmente, deverá pagar renda sobre a terra, qualquer que seja a forma que esta assuma; d) todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores à médias estabelecidas regionalmente, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo.<sup>37</sup>

As reformas pretendidas por Goulart, tidas como medidas “nacionalistas”, batiam de frente com os interesses americanos, posto que visavam um desenvolvimento mais

---

<sup>37</sup> BRASIL. Presidente (1961 -1964: João Goulart). **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965** : síntese. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1962, p. 194-195. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/495>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

autônomo e equilibrado do país. Em virtude disso, em 1963 os Estados Unidos bloquearam os créditos externos ao Brasil.

Na prática, as reformas ainda eram apenas um projeto, cuja implementação foi impedida pelo Congresso e posteriormente pelo Golpe Militar. Sabemos que a inflação era um problema grave no período (chegando a mais de 90% em 1964), para combatê-la Jango impôs uma medida econômica de recessão. Tais medidas de estabilização promoveram uma tentativa de controle dos gastos públicos e diminuição do crédito, ocasionando uma diminuição da atividade econômica e do nível salarial. Isso gerou vários protestos, devido ao descontentamento da população com as medidas, impedindo que fossem totalmente implementadas, não alcançando os resultados esperados. O balanço de 1963 apontou o fracasso da política econômica, uma vez que o índice geral dos preços chegou a 78% e a taxa do PIB a 1,5%. Com a elevada inflação e a falta de crescimento econômico, a insatisfação era ampla.<sup>38</sup>

Como Goulart não tinha base de sustentação no Congresso, não conseguiu aprovar as reformas e voltou-se cada vez mais para os movimentos populares, buscando sustentação para seu governo. O governo era pressionado tanto pelos trabalhadores e população rural quanto pelos setores conservadores, que buscavam barrar qualquer avanço. Nesse sentido, as Ligas Camponesas e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) eram importantes movimentos populares que pressionavam o governo pela Reforma Agrária.<sup>39</sup>

Além das questões agrárias, no âmbito urbano, o movimento operário tinha maior autonomia sindical – através do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Nesse período, o Comando organizava greves e reivindicava firmemente a ampliação dos direitos trabalhistas, adquirindo de certa forma um “caráter de massas”.

Sob esse prisma, duas movimentações, ocorridas em março de 1964, foram importantes para o quadro político pré-golpe: o comício de Jango na Central do Brasil, com falas de Brizola e Miguel Arraes; e a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

A marcha ocorreu poucos dias após o comício de Jango, do dia 13 de março. A classe média e a burguesia saíram às ruas com um discurso de anticomunismo, de defesa

<sup>38</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **Visões críticas do golpe:** democracia e reformas no populismo. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2014, p. 48.

<sup>39</sup> O semidocumentário de Eduardo Coutinho, ‘Cabra Marcado para Morrer’ (1984) apesar de flertar com a ficção, nos apresenta um panorama para compreendermos as disputas em relação a reforma agrária deste período do Brasil. O documentário também serve como exemplo da atuação da censura no período, já que teve as gravações interrompidas em 1964, sendo retomado 17 anos depois.

da propriedade, da moral e da religiosidade. A política saiu dos limites institucionais e partiu para as ruas das cidades. A pressão vinha das ruas, de empresários e lideranças de vários tipos, além de movimentos sociais e quartéis, ou seja, havia pressão a favor e contra as reformas de base propostas por João Goulart.

No final de março, soldados e marinheiros se rebelaram a favor das Reformas de Base e os fuzileiros navais que deveriam reprimir o movimento aderiram à causa. Jango ordenou a prisão deles, mas preparou a anistia paralelamente, o que gerou a indignação nos altos comandos das Forças Armadas, em razão da quebra da hierarquia militar e insubordinação.

No dia 30 de março, a presença do presidente Goulart em uma reunião de sargentos e suboficiais da Polícia Militar no Automóvel Clube do Brasil, que também reivindicavam direitos como quaisquer trabalhadores, foi vista como um ultraje final ao princípio de comando hierárquico. O discurso do presidente, na verdade, foi conciliador, apelando para o sentimento de ordem e os princípios cristãos dos subalternos na defesa das reformas e na luta por direitos dentro da ordem institucional. Até aí, nada de tão revolucionário. Mas o problema era a presença do presidente em si mesma, falando diretamente com os subalternos, passando por cima de toda a cadeia de comando.<sup>40</sup>

Para os militares, além do “perigo comunista”, a desordem política e a quebra da hierarquia e disciplina militar foram importantes fatores motivadores do golpe. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em 1948<sup>41</sup>, neste ambiente de Guerra Fria, tinha a anticomunismo como uma de suas bases. Faziam parte da escola militares das três forças: Aeronáutica, Exército e Marinha, além de civis oriundos da “elite”. O objetivo principal era criar uma elite intelectual que visasse o desenvolvimento do país nos moldes capitalistas e garantisse a segurança nacional. Para Nilo Dias de Oliveira, o objetivo era habilitar as três forças para o comando e a chefia, visando o desenvolvimento de uma “doutrina brasileira de comando”.<sup>42</sup>

As forças armadas se colocavam como arautos dos interesses nacionais, os mais preparados para ditar os rumos que o país deveria seguir, ou seja, as determinações viriam de cima e não dos setores populares como os sindicatos defendiam. Neste sentido:

A movimentação popular através dos sindicatos, das associações democráticas em defesa de uma maior participação política e econômica dos vários segmentos excluídos iria endossar cada vez mais aquela tese, reforçando tanto a necessidade da intervenção militar nos destinos da nação, como a formulação

<sup>40</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 58.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. **História (São Paulo)**, Assis, v. 29, n. 2, 2010, p. 135-157. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a08>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

<sup>42</sup> OLIVERA, 2010, p. 150.

de uma doutrina de Estado militar. Dentro desta visão, somente os militares seriam capazes de alterar o caráter, a cultura e a índole do povo brasileiro.<sup>43</sup>

É na Escola Superior de Guerra que se gesta o ideário da segurança nacional, que vai se transformar posteriormente na Doutrina de Segurança Nacional. Essa Doutrina foi formulada e difundida pelos EUA, e na ESG realizaram uma adaptação desses preceitos norte-americanos, de acordo com a realidade brasileira. Uma das bases dessa doutrina estadunidense era a *guerra total e permanente* contra o comunismo.

Disso resultou que o governo norte-americano, visando proteger-se da ameaça comunista, tenha promovido um intenso intercâmbio militar com outros países da região, ajudando a alimentar suas respectivas Forças Armadas das ideias produzidas nos EUA a respeito da segurança nacional. A DSN pressupunha não ser possível, num contexto de divisão bipolar do mundo, manter-se neutro diante das alternativas capitalista e comunista. Dessa perspectiva anuncjava também que o perigo comunista não tinha origem apenas no exterior, mas dentro de cada país (através das seções dos partidos comunistas, por exemplo), de modo que os antagonismos eram percebidos tanto dentro como fora dos territórios nacionais, eliminando a idéia de fronteira e a concepção tradicional de guerra. Tratava-se de um conflito total e permanente porque o inimigo poderia estar em todos os lugares e porque a tensão ideológica só poderia cessar quando um dos lados se impusesse política e militarmente sobre o adversário.<sup>44</sup>

Para Dreifuss, a ESG se pautava numa ideologia alinhada política e ideologicamente com os Estados Unidos da América e pretendia que o desenvolvimento do país fosse balizado por valores empresariais e multinacionais. Para tal, o Estado deveria manter a estabilidade do país através da doutrina de segurança nacional.<sup>45</sup> Essa doutrina traçaria aspectos coercitivos e persecutórios e não diminuiria a dependência do país às grandes potências capitalistas. Dentro da ESG, havia a linha dos “sorbonistas”, que viam o subdesenvolvimento como algo intrínseco ao perfil povo brasileiro, que seriam uma massa despreparada que não conseguiam defender os próprios interesses.<sup>46</sup>

Esse pensamento ia ao encontro do difundido pelos segmentos dominantes da burguesia, acreditando que caberia à elite do país projetar o caminho a ser seguido pela nação, vez que seriam melhores preparados para isto. A prerrogativa de que o povo - massas - seria ignorante, influenciável e sem capacidade de decidir o que é melhor para o país, pode ser vista em vários discursos também atualmente.

Caio Navarro de Toledo aponta a falácia do “golpe preventivo”; a tese de que Goulart daria “um golpe à esquerda” foi utilizada como argumento pela direita para

<sup>43</sup> OLIVEIRA, 2010, p. 137.

<sup>44</sup> ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Carlos. São Carlos, 2011, p. 44.

<sup>45</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, 2010, p. 144.

legitimar o golpe. Entretanto notamos, na visão do autor, que Goulart não tinha a intenção de implantar uma ditadura à esquerda.

No dia 31 de março, o general Olímpio Mourão saiu de Minas Gerais com seus recrutas. Essa movimentação foi uma ação considerada precipitada e precoce, porém com a iniciativa do Comandante da 4<sup>a</sup> Região militar, de Juiz de Fora, aos poucos outros líderes militares acabaram aderindo ao golpe militar. No dia 1º de abril a rebelião militar foi ampliada. Em 2 de abril, o Congresso Nacional declarou “vaga” a presidência da República. João Goulart ainda estava no Brasil, no Rio Grande do Sul, mas logo se exilou. Goulart não resistiu ao golpe e a esquerda também não conseguiu se organizar para tal feito:

O golpe encontrou as esquerdas fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, isoladas das grandes massas populares e sem nenhuma estratégia política para resistir à ação deflagrada. Subordinadas e vinculadas ao populismo jangista, não conseguiram as organizações populares e sindicais vislumbrar e implementar uma ação independente em face do capitulacionismo do governo Goulart. Com uma crescente retórica radical e pseudamente revolucionária, no pré-1964, as esquerdas mostraram-se inteiramente inertes e desorientadas diante da ação militar, amargando uma derrota arrasadora e desmoralizante.<sup>47</sup>

Na obra “1964: A Conquista do Estado”, publicada originalmente em 1981, René Armand Dreifuss tratou da participação de setores empresariais no golpe militar através dos complexos IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Através desses dois órgãos a “elite orgânica” constituiu um importante mecanismo de planejamento, articulação e operacionalização. Na obra, Dreiffus apontou o caráter civil da articulação golpista e ditadora, salientando que havia um “projeto de classes” nesses processos. É importante apontar aqui, que essa participação civil não retira o protagonismo militar do processo, nem seu caráter ditatorial, uma vez que o controle estava nas mãos militares. Esses civis dos quais Dreifuss trata, eram empresários que participaram da construção desse “projeto de classes”, da construção ideológica do regime, uma contraproposta às reformas de base de Jango.

Para Dreiffus o golpe foi a “culminância de um movimento civil-militar”<sup>48</sup>, em decorrência da organização empresarial para desestabilizar o governo, numa campanha anticomunista contra as lideranças populistas e a intensa intervenção estatal. Essa campanha se deu através de palestras, entrevistas à imprensa, livros, filmes, dentre outras

---

<sup>47</sup> TOLEDO, 2014, p. 53.

<sup>48</sup> DREIFUSS, 1981, p. 361.

formas de divulgação da ideologia dessa elite empresarial. Como esta ação ideológica não era suficiente para derrubar Jango, construíram uma rede de apoio dentro das Forças Armadas. A campanha ideológica enfraqueceu paulatinamente Jango e suas pautas, mas, para concretizar o golpe, era necessária uma intervenção militar.

Para o historiador Carlos Fico, o caráter do golpe é civil-militar devido às articulações, o movimento de desestabilização do governo João Goulart e apoio político. A ditadura em si, no entanto, foi militar. Para o historiador supracitado:

[...] não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando. É verdade que houve apoio de parte da sociedade também à ditadura posterior ao golpe – como ocorreu durante o período de grande crescimento da economia conhecido como “milagre brasileiro” – mas, como disse antes, não me parece que apenas o apoio político defina a natureza de um acontecimento, sendo possivelmente mais considerado acertado considerar a atuação dos sujeitos históricos em sua efetivação. Por isso, admito como correta a expressão “golpe civil-militar”, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar.<sup>49</sup>

No seu artigo “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”<sup>50</sup>, Carlos Fico aponta as divergências e variadas análises sobre a ditadura militar, fazendo um balanço e crítica historiográfica sobre as principais vertentes. Sobre a questão de o golpe ser militar ou civil-militar, como apontado acima, ele caracteriza como civil-militar e a ditadura como militar. Salientando ainda que essa narrativa de que a população apoiou o golpe e a ditadura era utilizada como justificativa pelos militares, buscando de certa forma legitimar suas ações, apontando que somente os subversivos, comunistas e traidores da pátria estariam contra o “regime militar”. Ora, a participação de setores civis na desestabilização do governo Jango, no golpe militar e apoio na ditadura é sabidamente conhecida na literatura acadêmica sobre o tema. Mas colocar a sociedade civil em pé de igualdade neste processo, dividindo o protagonismo com as forças militares é, de certa forma, artificial.

Neste sentido, corrobora da visão de Dreiffus de que o empresariado e os tecnocratas tiveram papel fundamental no golpe e na ditadura; mas apontar que a

<sup>49</sup> FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 9-10.

<sup>50</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

sociedade apoiou e participou da ditadura é vago, melhor localizar esses “civis” do que cair na generalização.

O historiador Daniel Aarão Reis tem afirmado incisivamente nos seus textos a necessidade de caracterizar a ditadura militar como ditadura civil-militar. Para ele, caracterizar a ditadura como militar é um exercício de memória, que vai contra as evidências, um hábito adquirido e também relacionado à preguiça intelectual.<sup>51</sup>

Outro ponto controverso das obras de Daniel Aarão é a datação da ditadura. Comumente os historiadores estipulam que a ditadura durou de 1964 a 1985, já Reis, como é possível vislumbrar no artigo “O sol sem peneira”<sup>52</sup>, demarca a ditadura entre os anos de 1964 e 1979.

Entre 1979 e 1988, ainda não havia uma democracia plenamente constituída, mas é muito claro que já não existia uma ditadura. E que fique registrado que os “milicos” saíram do governo sem levar uma pedrada – assim como tinham entrado nele sem precisar dar um tiro. Entretanto, a obsessão em caracterizar a ditadura apenas como militar levou, e leva até hoje, muitos a assinalarem o ano de 1985 como o que marcou o fim do regime, porque ali se encerrou o mandato do último general-presidente. A ironia é que ele foi sucedido por um político – José Sarney – que desde o início apoiou a ditadura, tornando-se, ao longo do tempo, um de seus principais dirigentes... civis. Mas nada tem impedido a incongruência de estender a ditadura até 1985.<sup>53</sup>

Para ele, o “estado de exceção” findou em 1979. Com a promulgação da Lei da Anistia, não havia mais presos políticos, havia liberdade e o bipartidarismo foi extinto, dentre outros aspectos. Daniel Aarão salienta que houve uma grande frente política e social que apoiou o golpe, apontando a extensão da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o apoio de políticos, organizações como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dentre outros setores. A posição de Daniel Aarão de que a ditadura findou em 1979 é equivocada. O aparelho governamental/ repressivo da ditadura ainda existia e atuava quando necessário. Um militar que não foi eleito diretamente pelo povo ainda estava no poder e grevistas foram presos no ABC paulista, como veremos adiante. O *estado de direito* (se é que ele existiu de fato em algum momento da história do país) não havia sido reestabelecido. A ditadura pode ter de certa forma “distendido” e caminhado para a “abertura”, mas em 1979 esse processo ainda não era concluso.

<sup>51</sup> REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira - O apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20161128065920/http://rhn.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

<sup>52</sup> REIS, 2012.

<sup>53</sup> REIS, 2012.

Ao contrário de Dreifuss, Elio Gaspari foca nas articulações militares. Sua série de livros sobre a ditadura<sup>54</sup> foram escritas com documentos inéditos, disponibilizados por Geisel, Heitor Ferreira (Assessor de Golbery e posteriormente secretário particular de Geisel) e Golbery do Couto e Silva; além de diversas entrevistas concedidas por Geisel. Sua narrativa jornalística atraiu muitos leitores e teve uma recepção muito positiva na mídia, porém, vários historiadores criticaram a “superficialidade” da obra e a falta de referências e contraposição de argumentos/visões sobre o período. Inclusive, nos dois primeiros livros da série, Elio Gaspari nem cita Dreifuss. Nos capítulos que trata do golpe, ele ignora a organização empresarial e a desestabilização promovida pelos setores civis; a ação é preponderantemente militar, caindo num personalismo, se aproximando da “história dos grandes homens” e nesse sentido, o golpe aparece como preventivo e o foco é nos bastidores do exército e suas hierarquias.

O autor coloca Jango como “personalidade fraca” e cuja “biografia raquítica fazia dele um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional. Seus prazeres estavam na trama política e em pernas, de cavalos ou de coristas”<sup>55</sup>. Coloca Geisel e Golbery como protagonistas, posto que para Gaspari eles “fizeram a ditadura e acabaram com ela”. Além disso, Gaspari é de fato condescendente com Geisel, muito por sua relação próxima com ele e principalmente com Heitor Ferreira. A interpretação presente no livro vai ao encontro com a visão que essas lideranças militares tinham de si mesmas. Para Carlos Fico:

Papéis reunidos por uma só pessoa, como o acervo de Heitor Ferreira de Aquino, são construções relativamente artificiais, que demandam, antes de utilização como “relato de verdade”, uma espécie de “desconstrução”, uma crítica ao próprio conjunto de documentos. Se isso não é providenciado, corremos o risco de dar crédito a uma “seleção de evidências” que não foi feita por nós, mas por quem gerou o acervo. Nesses casos, costuma ser muito importante questionarmo-nos sobre as lacunas, as ausências, que em geral dizem tanto ou mais sobre as lacunas, ausências, que em geral dizem tanto ou mais do que as informações propositalmente perenizadas. Quem reúne um arquivo pessoal tem a intenção de deixar para o futuro uma *certa* história.<sup>56</sup>

É relevante salientar, no entanto, que a obra de Gaspari se tornou um best seller, atingindo um público variado e levando essa temática da ditadura para além dos muros universitários. Sendo uma obra jornalística de prazerosa leitura, facilidade que muitas

<sup>54</sup> Os livros: *Ditadura Envergonhada*, *Ditadura Escancarada*, *Ditadura Derrotada*, *Ditadura Encurralada* e *Ditadura Acabada*.

<sup>55</sup> GASPARI, Elio. **Ditadura Envergonhada**. São Paulo : Companhia das Letras, 2002. p. 46.

<sup>56</sup> FICO, Carlos. **Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro : Record, 2014, p. 55-56.

vezes falta aos historiadores; traz ainda documentação e informações inéditas sobre os bastidores da ditadura.

No que se refere ao golpe e a institucionalização da ditadura, é relevante analisarmos os Atos Institucionais produzidos durante o período ditatorial. Neste sentido, faremos ponderamentos seguindo a cronologia de produção dos mesmos: O primeiro Ato Institucional foi baixado em 9 de abril de 1964. No preâmbulo do documento, os militares salientavam o caráter civil e militar da “Revolução”, apontando que o objetivo seria restaurar a ordem econômica e financeira e barrar o que consideravam um avanço comunista. Salientam ainda, que o governo militar não precisa se legitimar através do Congresso, pelo contrário, o Congresso que seria legitimado pela “Revolução” através do Ato institucional. O AI- 1 possibilitava que o “Comando da Revolução” cassasse mandatos legislativos, suspendesse direitos políticos pelo prazo de dez anos e determinava que dentro de dois dias seriam realizadas eleições indiretas para Presidência da República, como está exposto no Art. 2:

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, outra realizar-se-á no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.<sup>57</sup>

Após esse período em que o Brasil foi governado por uma Junta Militar, um presidente militar foi eleito pelo congresso. Em 11 de abril, Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito, assumindo o cargo de Presidente no dia 15 de abril; era o início do Regime Militar. De acordo com Napolitano, “O golpe civil-militar rapidamente se transformaria em um regime militar. O carnaval da direita civil logo teria a sua quarta-feira de cinzas.”<sup>58</sup>

Ao contrário do que parcela dos civis que apoiaram o golpe militar pensaram, a intervenção militar não foi “cirúrgica”: os militares não devolveram o poder aos civis rapidamente como em outros momentos após “normalizar” a situação econômica e

<sup>57</sup> BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.** Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas com as modificações introduzidas pelo poder constituinte originário da Revolução Vitoriosa. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2018.

<sup>58</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 67.

política do país. Os militares não confiavam nos políticos para realizar as mudanças que eles supunham necessárias.

Os líderes civis do golpe – Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros – ambicionavam todos a Presidência da República. Lacerda ainda em outubro de 1964, foi escolhido pela convenção da UDN para candidato nas eleições presidenciais. Portanto, os udenistas apostavam em eleições em 1965, de acordo com a Constituição. Não tinham em vista uma ditadura militar, não era o projeto das mais importantes lideranças civis do golpe de 1964. Lacerda e Adhemar de Barros foram depois cassados. Entre os militares no entanto, as posições também não se evidenciaram homogêneas.<sup>59</sup>

Os militares tentaram apparentar estar dentro da legalidade. Posto que “modificações substanciais na estrutura de poder normalmente são processadas sem que a forma de dominação típica da estrutura anterior se altere, na medida em que tal preservação constitui-se em importante mecanismo de legitimação”.<sup>60</sup>

No Governo Castelo Branco a Lei de Segurança Nacional foi editada, abrindo terreno para a intensificação da repressão. A doutrina de segurança nacional já vinha sendo construída teoricamente na Escola Superior de Guerra. Como supracitado, essa construção remonta desde a década de 50, em especial pelo general Golbery do Couto e Silva, dialogando diretamente com os preceitos estadunidenses. No clima de Guerra Fria, a segurança nacional era uma preocupação constante e tida como valor fundamental do Estado. Devia-se combater o “inimigo interno e externo”, desta forma, qualquer cidadão brasileiro poderia ser visto como inimigo, todos eram suspeitos. Nesse sentido, a Lei de Segurança nacional, controlaria o Estado e o cidadão comum; de acordo com o Art. 1 “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos pela lei”.<sup>61</sup>

No dia 27 de outubro de 1965, Castelo Branco anunciou a edição do AI- 2, apontando os ideais da “Revolução” iniciada em março de 1964. Salientando que:

Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a revolução é dotada para

<sup>59</sup> GORENDER, Jacob. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.** 2. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 2014, p. 138

<sup>60</sup> CÂMARA DA SILVA, Sandro Héverton. **Anistia política:** conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979). 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 27.

<sup>61</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.** Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. 1967. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jul. 2018.

fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior.<sup>62</sup>

Diante disso, estabeleceu-se: a eleição indireta para presidente; a dissolução dos partidos políticos existentes; a reabertura das punições, permitindo que o presidente suspendesse direitos políticos por até dez anos e cassasse mandatos; suspensão das garantias de “vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo”; a impossibilidade da reeleição do presidente da República; e a prerrogativa de que o presidente poderia decretar estado de sítio por 180 dias, sem consulta ao Congresso.

Já o Ato Institucional nº 3, editado em 5 de fevereiro de 1966, decretou a realização de eleições indiretas para os governos estaduais e para a presidência, nos meses de setembro e outubro, respectivamente. A única eleição direta seria para o Legislativo, que seria realizada em novembro. De acordo com o Art. 4 “Respeitados os mandatos em vigor, serão nomeados pelos Governadores de Estado, os Prefeitos dos Municípios das Capitais mediante prévio assentimento da Assembleia Legislativa ao nome proposto.” O objetivo era garantir a continuidade do sistema implantado em 1964.

Em 3 de outubro de 1967, o Congresso elegeu o marechal Artur da Costa e Silva, que era ministro da Guerra no governo Castelo Branco, e um dos signatários do AI-1. O vice-presidente era Pedro Aleixo, filiado a Arena. O MDB se absteve na votação em sinal de protesto. Presidente e vice tomariam posse em março do ano posterior.

Em 24 de janeiro, foi promulgada a nova Constituição, sem que fosse considerada a maioria das emendas propostas pelo Congresso. O Ato institucional nº 4 foi editado por Castelo Branco para garantir a votação da nova Constituição.

No dia 6 de dezembro de 1966, foi publicado o projeto de constituição redigido por Carlos Medeiros Silva, ministro da Justiça, e por Francisco Campos. Diante dos protestos suscitados pelo documento tanto na oposição como entre setores da Arena, no dia seguinte o governo decidiu editar o AI-4, convocando o Congresso em sessão extraordinária de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para discutir, votar e promulgar a nova Carta sob o regime de trabalho acelerado. Daquela data até a entrada em vigor da Constituição prevista para 15 de março de 1967 — o Executivo poderia legislar por decretos em tudo o que se referisse à segurança nacional, administração e finanças.<sup>63</sup>

<sup>62</sup> BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.** Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as alterações introduzidas pelo poder constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2018.

<sup>63</sup> CALICCHIO, Vera. **Verbete temático:** Atos Institucionais. Rio de Janeiro: CPDOC. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

No dia 15 de março de 1968 Costa e Silva tomou posse. 1968, “o ano que não terminou”<sup>64</sup>, foi um duro golpe nos setores da esquerda e alas mais progressistas da sociedade. Havia um clima de esperança, de que ocorreria a abertura do regime militar. Porém, em março de 1968 o estudante Edson Luis foi assassinado pela polícia, com um tiro durante uma manifestação no Rio de Janeiro. “No dia 21 de junho, que passou à história como a “Sexta-Feira Sangrenta”, populares e estudantes enfrentaram a polícia e os agentes do Dops, com saldo de quatro mortos e 23 baleados, além de dezenas de feridos”<sup>65</sup>. Em 26 de junho, ocorreu a emblemática “Passeata dos cem mil”, uma reação à morte do estudante Edson Luís.

Em 13 de dezembro de 1968 o governo editou o Ato Institucional nº 5, o mais emblemático dos Atos Institucionais, redigido pelo ministro da justiça Luis Antônio da Gama e Silva. O AI- 5 possibilitou a cassação de mandatos eletivos e suspensão por dez anos dos direitos políticos de qualquer cidadão, a “intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição” e a suspensão da garantia do *habeas-corpus*. O Art. 2º permitia que o presidente fechasse o Congresso sem qualquer apreciação:

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.<sup>66</sup>

No que se refere ao AI-5, ele é exposto na historiografia como um importante marco da ditadura. Mas é relevante salientar que o anseio punitivo da ditadura militar não começou com este Ato Institucional, tão pouco como forma de reação à “luta armada”. As instâncias repressivas já existiam, mas houve um recrudescimento e ampliação da rede: comunidade de segurança e órgãos de informação.

Assim o Ato Institucional nº 5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciava muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do “golpe dentro do golpe”, segundo a qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior.<sup>67</sup>

Tratei neste trabalho apenas dos 5 primeiros atos institucionais, mas é importante lembrar que entre 1964 e 1969, o governo criou 17 atos institucionais principais. E que

<sup>64</sup> VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

<sup>65</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 89.

<sup>66</sup> BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>. Acesso em: 27 mar. 2018.

<sup>67</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, nº47, p. 29-60, 2004.

durante a ditadura foram editados 104 atos complementares, sendo o último em 1977, no governo Geisel.<sup>68</sup>

Em decorrência do AI – 5 a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) se tornou crítica a ditadura, apesar da omissão inicial. Na comemoração dos 60 anos da ABI, em abril de 1978 por exemplo, presidente da organização Danton Jobim, ofereceu almoço para o General Artur da Costa e Silva, então presidente militar. Para Cristina Luna, há um passado golpista entre alguns membros da ABI e havia muitos conflitos internos:

Acreditamos, dessa forma, que a ABI, ao contrário do que afirmam os livros que tratam do tema e a própria cultura corporativa, durante toda a ditadura, exerceu uma oposição caracteristicamente moderada e manteve relações ambíguas com o governo militar - com momentos de aproximação e outros de oposição, pois, limitada pelas hierarquias internas à Associação e pelos condicionantes comuns aos que incidiram sobre a mídia nacional e a sociedade, pouco pôde fazer em prol dos jornalistas.<sup>69</sup>

O papel da Imprensa era complexo, uma parcela apoiava o regime e obteve com ele sua modernização e expansão, já os jornalistas de oposição eram amplamente censurados.

Vale salientar, que os militares que tomaram o poder, autodenominaram o golpe de “revolução”, porém, o que ocorreu em 1964 foi um golpe militar, e não uma revolução como apontavam os militares e ideólogos no período; embora alguns saudosistas e “órfãos da ditadura” ainda utilizem essa falácia. A própria Rede Globo (conglomerado de TV, rádio, jornais e revistas), que outrora apoiou os militares, reconheceu o período como ditadura e tem usado o termo em jornais e telenovelas, como na supersérie “Os dias era assim”.<sup>70</sup>

Ao analisarmos o jornal “O Globo”, do dia 02 de abril de 1964, percebemos claramente o apoio do mesmo ao golpe militar. No discurso do jornal encontramos uma exaltação da Democracia, como a manchete aponta: “Fugiu Goulart e a Democracia está sendo reestabelecida: Empossado Mazzilli na Presidência”. No Editorial, intitulado “Ressurge a Democracia!” apontaram o suposto heroísmo das Forças Armadas e a necessidade de “restaurar” a lei e a ordem:

<sup>68</sup> CALICCHIO, Vera. **Verbete temático:** Atos Institucionais. Rio de Janeiro: CPDOC. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

<sup>69</sup> LUNA, Cristina Monteiro de Andrade. **A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977).** Dissertação. 147f. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007, p. 42.

<sup>70</sup> A série “Os dias eram assim” foi produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão, entre os dias 17 de abril e 18 de setembro de 2017, tendo como pano de fundo a Ditadura Militar. Escrita por Ângela Chaves e Alessandra Poggi, com colaboração de Guilherme Vasconcelos e Mariana Torres; direção de Carlos Araújo. Na série, assim como na realidade, o personagem Amaral (interpretado pelo ator Marco Ricca) que era um torturador, saiu impune de seus crimes hediondos, tornando-se deputado.

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.<sup>71</sup>

O editorial ainda assinalou que a Nação estava horrorizada com o Governo Jango e o suposto assassinato das instituições realizado pelo presidente. Da forma como foi elencado, o golpe aparece como uma possibilidade de retomar a legalidade do país. Frisando a partir disso, a retomada dos direitos individuais e liberdades públicas, combatendo desta forma a suposta marcha do país rumo ao comunismo e a quebra da hierarquia militar.

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, consequentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.<sup>72</sup>

Em contraposição ao exposto em 1964, o Globo lançou um editorial em agosto de 2013, onde reconheceu o apoio que deu a ditadura. Assumindo que o mesmo se constituiu em um erro, nas palavras do editorial: “A consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram que, à luz da História, o apoio se constituiu um equívoco.”<sup>73</sup> Esse reconhecimento viria em resposta às manifestações ocorridas a partir de junho daquele ano, onde o coro de “A verdade é dura, a Globo apoiou a ditadura” ecoou por várias regiões do país.

No texto, o reconhecimento vem junto de uma tentativa de justificar, apontando que o apoio não partiu só do jornal O GLOBO, mas de vários jornais e de parcela importante da população. O edital corrobora com a ideia de que havia uma radicalização por parte de Jango, além de tentar apontar certa dubiedade do posicionamento de Roberto

<sup>71</sup> FUGIU Goulart e a democracia está sendo reestabelecida: empossado Mazzili na presidência da República. **O Globo**. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964. Editorial, p. 1. (Anexo 1).

<sup>72</sup> FUGIU Goulart e a democracia está sendo reestabelecida: empossado Mazzili na presidência da República. **O Globo**. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964. Editorial, p. 1.

<sup>73</sup> APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

Marinho (Presidente das Organizações Globo até 6 de agosto de 2003). Segundo o editorial, o presidente da Rede Globo apesar do apoio inicial, teria cobrado o retorno à normalidade democrática. Para eles, Roberto Marinho:

Durante a ditadura de 1964, sempre se posicionou com firmeza contra a perseguição a jornalistas de esquerda: como é notório, fez questão de abrigar muitos deles na redação do GLOBO. São muitos e conhecidos os depoimentos que dão conta de que ele fazia questão de acompanhar funcionários de O GLOBO chamados a depor: acompanhava-os pessoalmente para evitar que desaparecessem. Instado algumas vezes a dar a lista dos “comunistas” que trabalhavam no jornal, sempre se negou, de maneira desafiadora.<sup>74</sup>

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que de início apoiou o golpe, posteriormente teve um papel importante na luta pela democracia e direitos dos perseguidos políticos. Se no primeiro momento, numa reunião do Conselho Federal da OAB<sup>75</sup>, comemorou-se o golpe acreditando que estaria impedindo o caos, pautado num discurso anticomunista, posteriormente a Ordem enfrentou o regime militar. Assumindo um papel importante no que se refere ao estabelecimento de limites no quadro jurídico legítimo e ilegítimo, na pauta dos direitos humanos e na busca da revogação das leis repressivas.<sup>76</sup>

A Igreja Católica assim como a OAB foi uma das bases do golpe (a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil esteve presente, por exemplo, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade), mas uma parcela progressista se manteve contra o regime e os abusos cometidos. Alguns, como Frei Tito, foram inclusive torturados, e figuras como Dom Paulo Evaristo Arns tiveram um papel relevante de apoio aos perseguidos políticos. Especialmente a partir da teologia da libertação, a Igreja Católica se modificou, passando a ter como uma de suas prioridades o homem, em especial o homem oprimido, os pobres e desamparados; acreditando que um bom cristão (assim como o fizera Jesus) deve se compadecer dos sofrimentos alheios e tentar aliviá-los. Devemos nos atentar que esse movimento não é unânime no interior da Igreja, coexistindo uma ala mais conservadora que durante certo período apoiou o Golpe Militar e uma ala mais progressista, que auxiliou militantes de esquerda, dando abrigo a muitos fugitivos. A Igreja era vista como

<sup>74</sup> APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**. Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

<sup>75</sup> Rollemburg, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 57-96.

<sup>76</sup> DEL PORTO, Fabiola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro**: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 31.

um local possível para se refugiar. Outro apoio fornecido pela Igreja foi na realização de denúncias de presos torturados, sendo um dos poucos socorros naquele momento para os presos políticos.

Em setembro de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral. O presidente foi substituído por uma junta militar, após seus ministros militares darem um golpe de Estado impedindo que o vice-presidente Pedro Aleixo tomasse posse. Em outubro, Emílio Garrastazu Médici foi eleito.

Médici governou o país de 1969 a 1974, o período do suposto “milagre econômico”, com a consequente aprovação de significativa parcela da população. Sendo importante salientar que o “milagre econômico” foi respaldado na dependência da economia brasileira com o mercado internacional/ empréstimos, o que provocou um aumento na concentração de renda. Ademais, ao mesmo tempo que a economia estava no seu “auge”, matou-se mais que em todos os governos militares antecedentes. Em três anos, de acordo com Elio Gaspari, foram cerca de 2.500 denúncias de torturas.<sup>77</sup> Esse terrorismo de Estado foi amplamente praticado, tendo como base o Doutrina de Segurança Nacional já citada. Para José Carlos Moreira da Silva Filho:

Precisamente, por deter o monopólio da violência, o Estado é aquele que possui as maiores probabilidades de utilizá-la de modo inadequado, assim como é o que pode propiciar os resultados mais funestos, tanto em qualidade como em quantidade.

Ao serviço do Estado estão aparelhos repressivos fortemente treinados e armados, como as polícias e as forças militares. Na estruturação destes aparelhos se apresenta uma organização burocrática com várias e complexas ramificações, um conjunto ideológico que justifica as suas ações, um forte sentimento corporativo e uma racionalidade instrumental que perpassa todas as suas instâncias.<sup>78</sup>

Por outro lado, o governo de Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) trouxe a esperança da distensão, com sua “lenta, gradual e segura” abertura política. Foi um período de intensos embates nas forças armadas e controle do processo de abertura por Geisel. O autoritarismo do presidente era tido como necessário para que a abertura pudesse ser realizada de forma controlada.

Com a eleição de 1974, o MDB ganhou um novo ânimo, já que conseguiu expressiva votação. Desta forma a Arena não detinha mais 2/3 para votar emendas à

---

<sup>77</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada:** As ilusões armadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

<sup>78</sup> SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O terrorismo de Estado e a ditadura civil-militar no Brasil: Direito de resistência não é terrorismo. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 20., 2011, Vitória. **Anais ...** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011, p. 11330.

constituição. Uma grande derrota para o regime militar, que estava confiante em decorrência do “milagre econômico”.

A ditadura militar seria uma forma de intensificar a inserção do país no capitalismo, mesmo que presidentes-militares como Geisel tivessem certa resistência à dependência do Brasil com relação aos Estados Unidos. De toda forma, Geisel visava a modernização e industrialização do país, como os demais presidentes-generais. Tanto que fez um acordo com a Alemanha, referente a usinas nucleares.

Durante a ditadura, o salário mínimo teve uma queda real. O “milagre econômico” permitiu o crescimento do PIB, mas não dividiu o “bolo”, a concentração de renda aumentou e a dependência do capital internacional também. Na segunda metade dos anos 70 ocorreu uma crise do regime, gerada pelo descontentamento da classe média e dos trabalhadores em decorrência do abalo da economia. Essa crise econômica foi gerada por motivos internos e externos, como a crise do petróleo.

Na década de 70 e 80, de acordo com Eder Sader “novos personagens entram em cena”, produzindo um “novo sujeito coletivo”<sup>79</sup>. Para ele esses sujeitos “passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas.”<sup>80</sup> Em maio de 1978 eclodiu uma greve operária em São Bernardo do Campo. Uma greve sem violência que deixou a repressão militar momentaneamente desnorteada. Por serem trabalhadores especializados, os metalúrgicos não eram facilmente substituíveis. Neste período que surgiu a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo desde 1975. De acordo com Heloisa Greco:

Uma nova conjuntura se abre em 1977-1978, agora com a retomada das manifestações de massa das classes médias e das camadas populares, o verdadeiro despertar da sociedade civil para a maioria dos estudiosos do período. É o tempo das grandes greves dos metalúrgicos do ABCD paulista, que acabam contagiando outras categorias (professores, construção civil, médicos, funcionários públicos, bancários, petroleiros, carreteiros).<sup>81</sup>

Nesse contexto de “despertar” da sociedade civil e das greves dos operários, a pauta da distensão “lenta, gradual e segura” passa a fazer parte dos discursos de Geisel. Sobre isso, Greco aponta que: “Trata-se, portanto, de esquema de negociação interna – entre os blocos que participam do poder – cuja contrapartida é o reforço da criminalização

<sup>79</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4<sup>a</sup> edição 2001.

<sup>80</sup> SADER, 1988, p. 10.

<sup>81</sup> GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003. 559 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003, p. 70.

daqueles que estão de fora, da interdição do dissenso, da exclusão das oposições não consentidas ou não domesticáveis”<sup>82</sup>

Nesses novos movimentos sociais, mulheres e operários constroem suas identidades coletivas. Simultaneamente, também produzem um discurso contra o Estado:

A construção das identidades coletivas a partir da linguagem de *direitos*, além de definir aqueles atores frente ao regime militar, permitia por outro lado, a elaboração de um código de referência no qual os próprios *direitos* firmavam-se como critérios de reconhecimento e legitimidade, articulando um sentido comum àquelas experiências diferenciadas.<sup>83</sup>

Esse quadro de greves e descontentamento da população promove uma pressão contra a ditadura. Mesmo que as pautas das reivindicações não sejam sempre contra o governo ditatorial, ao menos de maneira direta, acabam atacando a ditadura em sua incapacidade de reprimir totalmente a população e evitar manifestações.

Dentre um conjunto de medidas que caracterizaram a distensão, um dos principais fatores foi a elaboração a Emenda Constitucional nº 11, que revogava o Artigo 182<sup>84</sup> da Constituição de 1969. Tal emenda foi implementada no final do mandato de Geisel, em outubro de 1978, desta forma, era o fim o AI5. No entanto, é importante frizar que o suposto processo de redemocratização, foi um projeto de normalização da ditadura militar. Manteve-se a repressão feroz, a política econômica e a tortura institucionalizada.

De todos os presidentes militares, Geisel é o que é lembrado de maneira mais positiva. Colocam-se os abusos cometidos no seu governo como algo menor que a suposta iniciativa de findar a ditadura, sendo lembrado como o presidente que iniciou a abertura e que com sua postura firme “deu outra chance para a democracia.”<sup>85</sup> Havendo uma certa condescendência até na historiografia no que se refere a Geisel. Quando o ex-presidente faleceu, Fernando Henrique Cardoso era o presidente do Brasil e decretou luto de 8 dias.<sup>86</sup>

<sup>82</sup> GRECO, 2003, p. 76.

<sup>83</sup> DEL PORTO, 2002, p. 59.

<sup>84</sup> “Art. 182. Continuam em vigor o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados.

Parágrafo único. O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá decretar a cessação da vigência de qualquer desses Atos ou dos seus dispositivos que forem considerados desnecessários.” Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Disposições gerais e transitórias.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm).

Acesso em: 23 mar. 2018.

<sup>85</sup> SKIDMORE, Thomas. Soldado austero preparou democracia. **Folha de São Paulo**. 13 set. 1996.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/13/brasil/14.html> Acesso em: 19 jul. 2018.

<sup>86</sup> Sobre o Luto oficial decretado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, referente à morte de Geisel, a nota publicada no jornal Folha de São Paulo traz a nota oficial divulgada pelo Palácio do Planalto: “O presidente da República lamenta o falecimento do ex-presidente Ernesto Geisel e envia suas condolências a seus familiares. O general Geisel marcou sua presença política no empenho pelo fim da repressão e pela redemocratização do Brasil, na ótica que lhe parecia a mais adequada. Por outro lado,

Já o último presidente militar, João Baptista de Oliveira Figueiredo, não teve a mesma sorte. Ficou marcado na história como o último presidente de um regime já decadente e que mesmo assim teve o mais longo mandato presidencial da República. No seu governo, iniciado em 1979 e findado em 1985, a Lei da Anistia foi aprovada e o bipartidarismo foi extinto. Sobre o governo Figueiredo, Marcos Napolitano aponta que “obviamente, o governo militar tinha uma mão estendida em conciliação, mas a outra estava perto da arma, para qualquer eventualidade.”<sup>87</sup>

Durante o governo Figueiredo, em 1979, outra greve geral eclodiu no ABC paulista. Cerca de 180 mil metalúrgicos pararam de trabalhar. Lula era o principal nome da liderança dos trabalhadores. Desta vez, diferente da greve de 1978 houve violência policial. A greve durou 14 dias.

Os operários se mostraram mais organizados do que o previsto, com um forte movimento de solidariedade nos bairros, apoiados pela Igreja católica, fundamental para manter a subsistência das famílias. Os conflitos com a Polícia Militar foram constantes e violentos, e em alguns casos terminou com a retirada da PM, como em São Bernardo no dia 23 de março. Os impasses na negociação e a repressão policial desgastaram o movimento, que encerrou a greve no dia 27 de março. Apesar das poucas conquistas efetivas, o movimento operário e as lideranças sindicais saíram prestigiadas, sensação confirmada pela grande comemoração do Dia do Trabalhador no estádio Vila Euclides, em São Bernardo. Para lá convergiram estudantes, movimentos de bairro como o Movimento contra a Carestia/ do Custo de Vida) e militantes de esquerda que lutavam pela anistia, cuja campanha estava nas ruas.<sup>88</sup>

Em 1980, exatamente no dia 31 de março, uma nova greve eclodiu no ABC paulista, durando 41 dias. Quinze dirigentes sindicais foram presos, dentre eles Luís Inácio Lula da Silva.

Mas aquela greve metalúrgica era algo mais do que uma reivindicação salarial ou trabalhista. Era a afirmação de um grupo que tinha sido alijado do espaço público desde o golpe militar. As assembleias massivas, quase diárias, decidiam continuar a greve, apesar de a liderança estar na cadeia. No meio de tanta repressão policial, uma vitória simbólica. Em 24 de abril, mais de 40 mil metalúrgicos obrigaram a tropa de choque a bater em retirada da Praça Matriz de São Bernardo.<sup>89</sup>

O carisma, a liderança e a perspicácia política de Lula já eram visíveis. A volta de Lula a São Bernardo, nos momentos que antecederam sua prisão em abril de 2018, só

---

o presidente Geisel não mediou esforços para repor o país em condições de enfrentar as crises econômicas mundiais e assegurar o crescimento econômico. A conduta exemplar do general Geisel depois do cumprimento do seu mandato só fez aumentar o respeito que lhe prestam os brasileiros que com ele conviveram. Por todas essas razões, ao decretar luto nacional, o presidente da República expressa o sentimento da nação.” Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/geisel/geisel4.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

<sup>87</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 281

<sup>88</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 287.

<sup>89</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 289-290.

mostram que essa perspicácia sobreviveu aos erros e acertos dos governos petistas, deixando para a História uma imagem de Lula nos braços do povo, mesmo com sua prisão já decretada.

Neste âmbito de construção de memórias e tentativa de ter um lugar cativo na História, é frequente a versão de que houve uma “vitória da esquerda no campo da memória”. De acordo com Caio Navarro de Toledo: “No terreno das ideias, os golpistas foram derrotados.”<sup>90</sup> Se os militares foram vitoriosos ao implementar a ditadura militar, os registros mais embasados, documentados e aclamados de certa forma pela crítica, pesquisadores e até o público (alguns livros tiveram tiragem editorial muito expressiva) são memórias de resistência, biografias e autobiografias. Nesse sentido, o primeiro livro publicado foi *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, publicado em 1977 pela editora Alfa-Omega, denunciando o emprego de torturas por parte da repressão e o cotidiano da luta armada. O autor participou da Ala vermelha, um grupo urbano que realizou ações armadas, permanecendo preso de 1969 a 1974. O lançamento do livro causou revolta entre os setores conservadores, tanto que o autor foi preso e após 15 dias de sua prisão o livro foi censurado e proibido.

Na contramão deste processo de valorização da memória da esquerda, atualmente no Brasil, talvez sendo supervalorizado em decorrência das redes sociais, há um número considerável de saudosistas da ditadura. Muitas vezes são jovens, que não viveram esse período e tentam minimizar ou de fato ignoram as atrocidades cometidas pelos militares naquele período. É uma questão importante, que nós historiadores ainda teremos que enfrentar. Como é possível que um ex-militar, atualmente deputado, faça homenagem no Congresso Nacional a um torturador e ainda seja aclamado como mito? É nítido que há uma disputa intensa pela memória da ditadura militar, e a não punição dos torturadores além de perpetrar a sensação de injustiça, contribui para que essa memória de uma ditadura do “milagre econômico” ainda tenha amplo espaço na nossa sociedade.

Do ponto de vista da memória contra a ditadura, temos o livro *Brasil nuncamais*, um extensivo apanhado dos processos envolvendo presos políticos, denunciando as torturas e mortes promovidas pelos militares. No prefácio do livro, D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns, faz uma comparação dos perseguidos políticos com Cristo, mostrando que este buscava a construção de uma sociedade melhor, mais justa e que também foi torturado e morto. Salienta as consequências das atrocidades cometidas durante a

---

<sup>90</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As faláciais do revisionismo. *Crítica marxista*: Revan, Rio de Janeiro, n.19, p. 27. 2004.

ditadura, o sofrimento das famílias, a busca pelos desaparecidos e a incerteza sobre o paradeiro e o destino dos perseguidos, marcas que o tempo não apaga. No decorrer do livro expõem os meandros do aparelho repressivo, apresentando processos que ilustram o cenário daquele período. Tratando das “aulas de tortura”, dos métodos e os objetivos a serem alcançados com tal prática.

Neste mesmo sentido, outro livro importante é *Batismo de sangue*, escrito por Frei Betto e lançado em 1982, o qual narra a luta contra a ditadura, em especial as participações do frade dominicano Frei Tito de Alencar e do militante Carlos Marighela, que no período da ditadura era taxado de terrorista, com sua morte sendo amplamente noticiada nos meios de comunicação.

Marighela era um importante membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Preso em 1936 e 1939 por sua atuação política, foi anistiado em 1945 e quando o PCB voltou à legalidade foi eleito deputado federal, tendo um papel de destaque. Em 1964 Marighela foi novamente preso e reagiu à prisão indo contra algumas ideologias do PCB, posto que Marighela incentivava a luta ativa e se preciso armada. Após ir ao OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade), foi expulso do PCB por ter ido contra a determinação do partido.

Outro ponto abarcado no livro é a atuação de frades dominicanos juntamente com Marighela, que a partir do ano de 1967 se torna um importante mecanismo de resistência. Os dominicanos ajudaram, dentre outras atividades, na organização do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna e no envio de foragidos para o exílio. Dentre os dominicanos que apoiaram Marighela temos: Osvaldo Rezende, Luiz Felipe Ratton Mascarenhas, Ivo Lesbaupin, Roberto Romano, Magno Vilela e Tito de Alencar Lima. Depois somaram ao grupo: Fernando de Brito, Giorgio Callegari, Roberto Romano e João Antônio Caldas.

Os dominicanos sofreram perseguições, alguns foram exilados, outros foram presos e torturados. Com o sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bücher, pela VPR, Frei Tito e outros presos foram soltos, sendo banido em janeiro de 1971, junto com 69 pessoas. Frei Tito foi para a França, mas os rastros da tortura nunca o abandonaram, as marcas psicológicas deixadas pela ditadura eram fortes demais. Assim, não suportando seus traumas, cometeu suicídio em 1974.

Já Marighella foi assassinado em novembro de 1969, vítima de uma emboscada dos militares. Existem muitas contradições sobre tal evento, a acusação de ter colaborado com a tramoia recaiu sobre os dominicanos que lutavam contra a ditadura e tinham

contato com o líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Os dominicanos sofreram acusações devido à suposta participação dos mesmos na prisão e consequente morte de Marighela; o que causou grande sofrimento aos mesmos, sendo julgados também por setores da esquerda. Desta forma, este livro é importante para entender o cotidiano da resistência à ditadura, os abusos cometidos, como prisões arbitrárias e tortura, vindo no sentido de trazer a versão dos dominicanos sobre os fatos que antecederam a morte de Marighela, em uma espécie de defesa dos mesmos.

Outro livro importante nesse campo de memória da resistência é “*O que é isso companheiro*” de Fernando Gabeira, publicado em 1979, com grande sucesso editorial, tanto que em 1997 foi adaptado para o cinema. Para a esquerda, “narrar é resistir”, como apontou Guimarães Rosa. É não deixar cair no esquecimento e discutir o que aconteceu para que não se repita. Por outro lado, os militares de certa forma mantiveram silêncio sobre a ditadura, esporadicamente quebrado. A entrevista de Geisel para o CPDOC por exemplo, se transformou em livro, um best-seller.<sup>91</sup>

O esquecimento era tido como essencial no processo de abertura. Posto que a anistia foi concedida, de certa forma, para que os militares não pagassem pelos seus crimes. Mas o esquecimento era almejado pelos militares e também pela parcela da sociedade que apoiou o golpe, ou não resistiu a ele, foi cúmplice e muitas vezes compartilhava dos ideais e fazia vistas grossas aos abusos e torturas frente a “melhorada economia”. De acordo com Jarbas Passarinho “vencidos pelas armas, os comunistas hoje são todos heróis”.<sup>92</sup>

Outro livro importante sobre a memória militar da ditadura é *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*<sup>93</sup>, onde tratam da atuação dos órgãos de informação e repressão durante a ditadura militar. No depoimento do General Leonidas Pires Gonçalves, concedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Ary Dillon Soares, ele aponta que a ditadura “é coisa do passado” e justifica os assassinatos cometidos pelos militares, querendo colocar a culpa de tudo que ocorreu na ditadura nos militantes de esquerda, que segundo ele teriam começado o que ele considera uma guerra:

A mesma coisa é a procura de mortos. Eu gostaria de dizer para esses que procuram os mortos o seguinte: primeiro, há uma dificuldade técnica de encontrar essa gente. Na floresta amazônica, ninguém pode carregar uma carga. Fui comandante na Amazônia anos depois e sei o que é andar dentro da floresta. Ninguém suporta dois quilos a mais do que tem que transportar,

<sup>91</sup> D' ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.) **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

<sup>92</sup> PASSARINHO, Jarbas. Réquiem em vez de ação de graças. **O Estado de S.Paulo**. 03 dez. 2002.

<sup>93</sup> D' ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 336.

porque aqueles dois quilos, no fim de uma jornada, a 48 graus de temperatura e cem por cento de umidade, se transformam em vinte. Então, enterra-se a pessoa onde ela morre. Nunca mais se encontra. Não há possibilidade. Aquela mata, com toda a sua vitalidade, cobre, transforma tudo. E outra coisa: dentro da mata, não se fazem sinalizações. Agora, eu gostaria de lembrar a responsabilidade dos chefes intelectuais que levaram esses moços à morte. Esses bandidos, esses intelectuais, pegavam esses jovens e os mandavam para lá. Para morrer. Então, a pergunta "onde estão os corpos?" tem que ser para esses. Porque nós sabemos onde estão os nossos mortos. Perguntem a eles o que fizeram dos seus.<sup>94</sup>

Para os militares, a tentativa da esquerda de vencer na memória é inoportuna e revanchista, posto que deveriam olhar para o futuro e esquecer o passado. Nos trabalhos de memória, o cotidiano da resistência e os ideais que os levaram ao embate com a ditadura militar são expostos e algumas vezes exaltados. É importante lembrar que a memória da esquerda não se construiu apenas com registros das recordações de ex-militantes, mas de trabalhos historiográficos de fôlego. No que se refere à resistência ao terrorismo de Estado, Silva Filho aponta que:

No momento em que ocorre um golpe de Estado, subjugando-se pelas armas as autoridades democrática e constitucionalmente constituídas, sem que estas tenham investido claramente contra os limites constitucionais do seu governo, a resistência à tirania torna-se mais que um dever. O direito à resistência é análogo à legítima defesa no Direito Penal.<sup>95</sup>

Dentro desse âmbito da resistência que se enquadra o tema desta dissertação. Buscaremos perceber como as mulheres do MFPA lutaram pela Anistia e enfrentaram uma ditadura, muitas vezes colocando suas vidas em risco, visando um bem maior. Tentando entender as possibilidades de movimentação e resistência dentro de um governo autoritário e a importância da Anistia para a superação desse período obscuro da história de nosso país.

## 2.2 Anistia política: movimentações civis e militares

“História dessa luta e da memória deste luto”<sup>96</sup>

Para além da anistia enquanto demanda política nos âmbitos do Legislativo e Executivo, visamos nesta dissertação compreender o embate entre esses dois poderes e a sociedade civil. E, a partir dessa relação, pensar quais eram as lutas das organizações pela

<sup>94</sup> D' ARAUJO; SOARES; CASTRO (Org.), 1994, p. 240-241.

<sup>95</sup> SILVA FILHO, 2011, p. 11339.

<sup>96</sup> GRECO, 2003, p. 17.

anistia, como esse diálogo sociedade e Estado ocorreu, o formato final da Lei da Anistia e como foi a recepção da mesma. A Anistia, desta forma, não foi debatida apenas no âmbito estatal, ocorreram embates dentro do próprio governo; com o partido de oposição, os movimentos sociais e a sociedade civil de um modo geral.

Pensando a história como essa experiência vivida integral e socialmente, o conceito de política se amplia sendo definida como todo um espaço de luta. Nesse sentido o campo da política ultrapassa o âmbito estritamente institucional, os limites da presença e da ação do Estado, para se colocar na multiplicidade de formas de poder contidas nas estratégias de controle e de subordinação no social.<sup>97</sup>

No que tange à ditadura militar iniciada em 1964, a anistia política fazia parte dos debates muito antes da lei de 1979; já no Governo Castelo Branco houve iniciativas parlamentares pela anistia. Desta forma, a anistia aparecia como uma tentativa de reposicionamento do Congresso nessa nova conjuntura política. Congresso esse que via seus poderes diminuírem cada vez mais. Contrariando a tradição democrática<sup>98</sup>, na ditadura militar a Anistia dependia da iniciativa do Executivo, decisão que antes era do Congresso Nacional (Legislativo), competência obtida desde a Constituição de 1891<sup>99</sup>. Desta forma, a lei a ser votada no Congresso poderia ser vetada ou sancionada pelo presidente militar. A Constituição atualmente vigente, de 1988, no seu Art. 48 aponta que cabe ao Congresso a concessão de anistia, porém com sanção do presidente da república.<sup>100</sup> Ou seja, a dita Constituição Cidadã corrobora um preceito da ditadura que, para haver anistia é necessária a aprovação do Executivo.

Há uma opção majoritária pelo recorte temporal que se inicia na segunda metade dos anos 1970, praticamente desconsiderando que as ideias de anistia, as denúncias das torturas sofridas pelos perseguidos políticos, e a defesa da abertura política e do retorno à democratização já estavam presentes na imediata sequência ao golpe civil-militar.<sup>101</sup>

Importante destacarmos aqui o posicionamento do congresso. O descontentamento parlamentar não era restrito ao MDB, nesse sentido, membros da Arena compartilharam do sentimento de insatisfação, contrários à alienação do

<sup>97</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989. p.8.

<sup>98</sup> Na Constituição de 1937, durante a ditadura Varguista (chamado Estado Novo), a anistia era atribuída privativamente à União, de acordo com o Art 15. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

<sup>99</sup> BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. [Rio de Janeiro], 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>.

<sup>100</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso: 20 de junho de 2018.

<sup>101</sup> RIBEIRO, Denise Felipe. **A anistia brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia**. . 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p.15.

Legislativo por parte do Executivo, intensificada no governo Costa e Silva. A ideia de alienação decorre do fato do Congresso ter ficado restrito a legitimar as medidas do regime militar, dando a aparência de uma democracia, servindo também como plataforma de denúncia pela oposição. “Podemos afirmar que a reação do Legislativo tinha como base a necessidade de redefinir o papel do congresso no sistema político vigente, sobretudo no que se referia à revisão das regras do jogo e ao reparo das punições aplicadas contra as lideranças civis.”<sup>102</sup> Já os militares eram totalmente contra a revisão das cassações dos mandatos, pois acreditavam que a Anistia iria contra os ideais defendidos na alegada Revolução militar, com o anseio de livrar o país dos comunistas. Por isso, os políticos que eram taxados como comunistas deveriam ficar de fora da política nacional. Entretanto, a anistia permitiria a volta desses políticos indesejados pelo governo. Os militares apontavam que não havia condições para a anistia, visto que o processo ainda estava em curso e a agitação política no país ainda era intensa.

À revelia do comando partidário, os chamados emedebistas rebeldes ou imaturos elaboraram um programa de ação destinado a identificar o partido com as reivindicações populares, com a organização das caravanas parlamentares que viajariam por todo o país, pregando anistia, eleições diretas e revisão constitucional.<sup>103</sup>

Contudo, no decorrer do posterior jogo político da abertura, ou seja, no processo de transição ditadura-redemocratização, vários grupos entram em embate, à *grosso modo*: militares da linha Castelista como Geisel e Golbery; militares da denominada “linha-dura” e as forças políticas de oposição; dentre eles movimentos organizados, grupos autônomos e o próprio MDB. Se antes, o MDB era tido como oposição consentida, servindo apenas para legitimar o regime, agora ele será percebido com “os rebeldes e imaturos”, como uma oposição mais destemida. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva: “Um certo desdém, e mesmo descrédito, que envolvia inicialmente o MDB, como oposição do regime, começa a ser substituído pela noção de um MDB autêntico, com um projeto pacífico, parlamentar e democrático de transição para a democracia”<sup>104</sup>

O MDB poderia ser dividido em dois setores: os autênticos e os moderados. Os autênticos enfrentariam o regime e seriam a favor da anistia ampla, geral e irrestrita,

<sup>102</sup> CÂMARA DA SILVA, Sandro Héverton. **Anistia política:** conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979) Rio de Janeiro, 2007, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 46.

<sup>103</sup> CÂMARA DA SILVA, 2007, p. 61

<sup>104</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 261.

enquanto os moderados eram a oposição consentida. Entretanto, essa divisão deve ser analisada de maneira mais complexa, com cautela, já que alguns posicionamentos desses políticos eram ambivalentes. Como no que tange à CPI dos Direitos Humanos, proposta em 1975, quando alguns “autênticos” foram contra a CPI. O autor Teixeira coloca o protagonismo do processo de abertura num primeiro momento nas mãos dos militares, e só numa segunda fase, nas Diretas Já, na sociedade civil. Desta forma:

Decretada pelo governo, sem negociação com a oposição, em 28 de agosto de 1979, a anistia assegurou que não haveria *revanchismos* – uma das principais preocupações das Forças Armadas –, pois o perdão não consentiria que os militares envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas.<sup>105</sup>

De maneira simplificada, existem duas principais análises do processo de anistia que culminou na lei de 1979: uma que foca na organização militar como controladora do processo e outra que vê a sociedade civil e os movimentos organizados como ponto de pressão que de certa maneira forçou a ditadura a criar a lei da anistia. O campo social/político é permeado de tensões. Sob este prisma, percebo esse processo como um campo de disputa, onde a sociedade civil pressiona, os militares ora recuam, ora avançam. É uma via de mão dupla, onde todos os setores devem ser analisados.

Para Denise Felipe, foi construída uma memória do Regime Militar e da transição política onde prevaleceu a priorização aos movimentos de oposição, vistos como decisivos para o fim do regime ditatorial. Dentro das disputas pela memória: “Os movimentos sociais, a partir daí, são valorizados ao serem vistos como de oposição ao regime civil-militar, enquanto que qualquer esboço de apoio ao regime é lançado ao esquecimento.”<sup>106</sup> A memória construída sobre a ditadura também foi dotada de um vocabulário específico como: ‘anos de chumbo’, ‘regime militar’ e ‘porões da ditadura’. A autora também aponta que a concessão da anistia foi importante para o governo no sentido de aliviar a pressão por parte da sociedade ao tentar desmobilizar os movimentos pela anistia e tornar a opinião pública mais favorável.

Já para Fabíola Brigante Del Porto<sup>107</sup>, a anistia foi controlada pelo regime militar, porque a linha-dura não queria que os crimes dos militares fossem julgados. Como não poderiam mais negar a anistia, devido à pressão popular, a saída foi controlar o processo e o formato da Lei. Os movimentos sociais ganhavam força e a população pressionava pela libertação e volta dos perseguidos políticos. Porém, a anistia tal qual foi promulgada

---

<sup>105</sup> SILVA, 2003, p. 270.

<sup>106</sup> RIBEIRO, 2012, p. 13.

<sup>107</sup> DEL PORTO, 2002.

correspondia aos ideais militares, de distensão “lenta, gradual e segura”. Todavia, para Del Porto, a anistia significava um avanço para a superação do autoritarismo institucional, permitindo o retorno dos cassados, exilados, foragidos e clandestinos que, “perdoados”, poderiam reassumir suas verdadeiras identidades e recompor as forças políticas oposicionistas.<sup>108</sup>

Desta forma, o debate se centrava na amplitude da anistia. A tese da autora é que o regime teve êxito na condução da transição, mas que a Lei da Anistia também foi uma conquista da sociedade civil. Inclusive, Del Porto aponta que a luta pela anistia não se reduziu à obtenção da lei, mas da luta por outros direitos, como no caso das pautas femininas.

### **2.3 A Anistia no centro da discussão: tortura, direitos humanos e distensão/abertura do regime militar**

Como citado no subcapítulo anterior, o ano de 1968 foi marcado pelo recrudescimento da repressão política, e com a edição do AI 5, o clima turbulento se aprofundou, com uma nova onda de punições. Nesse sentido, é possível perceber que os Atos Institucionais eram utilizados como uma distorção da noção de legalidade; concomitantemente com a Lei de Segurança Nacional e a formação do aparelho repressivo:

Diante das mobilizações verificadas no seio da sociedade civil e das articulações estabelecidas na esfera parlamentar, a reação militar proveniente da linha-dura foi bastante incisiva, exigindo-se a eliminação dos elementos mais combativos da arena política. Com o objetivo de reestabelecer a estabilidade política, o Executivo promoveu o fechamento e a reorganização do legislativo, de modo a integrá-lo ao sistema vigente mediante a acentuação do esvaziamento de suas funções políticas, apesar do consequente aprofundamento do desgaste da legitimidade do regime.<sup>109</sup>

Ao assumir a presidência da República em 1974, Geisel anuncia o início do processo de abertura política que seria de forma lenta, gradual e segura. Segundo Denise Ribeiro, a partir desse ano se observa um quadro de fortalecimento da oposição democrática, com base nas vitórias nas eleições legislativas e no crescimento das manifestações de setores da sociedade civil a favor da redemocratização.<sup>110</sup> Porém, os setores “linha-dura” do regime militar não estavam satisfeitos com a abertura e com as

---

<sup>108</sup> DEL PORTO, 2002, p. 47.

<sup>109</sup> CÂMARA DA SILVA, 2007, p. 70.

<sup>110</sup> RIBEIRO, 2012, p.4.

discussões que se aprofundaram sobre a anistia e a volta dos exilados. Apesar da esperança da distensão com o governo Geisel, as prisões e torturas já no início do governo mostraram o contrário: os linha-dura queriam mostrar que as coisas não mudariam tão facilmente. As erupções periódicas da linha dura pressionavam o governo, mas o debate sobre a distensão e abertura prosseguiam, apesar do presidente advertir a oposição sobre qualquer tentativa de pressionar os ritmos das mudanças, que poderiam levar a um retrocesso. Referente a Geisel, Elio Gaspari aponta que:

Colocando-se na posição de árbitro do gradualismo, estava a um só tempo descomprimindo o processo e cristalizando na sua vontade o arbítrio da ditadura. Queria a distensão, desde que tivesse a prerrogativa de dizer qual, como e quando. Queria menos ditadura tornando-se mais ditador. Abrindo o regime, exercia sobre ele uma pressão maior que aquela usada por Médici para mantê-lo fechado.<sup>111</sup>

Ainda de acordo com Elio Gaspari, Geisel tinha que lidar com as torturas e mortes nos porões da ditadura e isso o irritava, já que ele queria manter a imagem de árbitro do gradualismo e da abertura; mas é necessário ter em mente que esses recursos violentos eram úteis para ele, no sentido de manter o controle da oposição.

Por mais que praguejasse quando se via desobedecido, Geisel tentava pôr de pé uma relação impossível com a máquina repressiva da ditadura. Queria controlá-la, continuando a se beneficiar politicamente dos procedimentos ilegais que a tornaram incontrolável. No dialeto do meio, era um de seus “clientes”.<sup>112</sup>

Já os advogados se viam numa posição difícil. Ao mesmo tempo que defendiam os perseguidos políticos nos tribunais militares, também se tornavam alvos da ditadura, sendo muitas vezes interrogados, revistados e ameaçados. O trabalho desses advogados era muito importante, vez que, para além das funções jurídicas, faziam a ponte entre os presos e seus familiares: “Ameaças anônimas por telefone e carta somaram-se às represálias da burocracia militar, recusando petições por qualquer motivo, submetendo os defensores a vexames e constrangimentos nas visitas aos clientes e, não raro, convocando-os, também eles, para depor”.<sup>113</sup>

É relevante localizar aqui a questão dos direitos humanos no âmbito internacional e especificamente no Brasil, de maneira resumida tendo em vista a dimensão e prioridades

<sup>111</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b, p. 34

<sup>112</sup> GASPARI, 2014b, p. 108.

<sup>113</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luís. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção). SCHWARCZ, Lília Moritz. (organizadora do volume). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: companhia das letras, 1998, p. 340.

desta dissertação. A questão dos direitos humanos não surge com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para Bobbio, remonta pelo menos da Idade Moderna.

O problema, bem entendido, não nasceu hoje. Pelo menos desde o início da era moderna, através da difusão das doutrinas jusnaturalistas, primeiro, e das Declarações dos Direitos do Homem, incluídas nas Constituições dos Estados Liberais, depois. O problema acompanha o nascimento, o desenvolvimento, a afirmação, numa parte cada vez mais ampla do mundo, do Estado de direito. Mas é também verdade que somente depois da Segunda Guerra Mundial é que esse problema passou da esfera nacional para a internacional envolvendo pela primeira vez na história – todos os povos.<sup>114</sup>

Os direitos naturais teriam uma forte carga moral e muitas vezes se ligaram à religiosidade, como na Idade Média, onde um direito natural, inerente à condição humana, tinha seus princípios norteados na vontade divina. A corrente positivista, por outro lado, valoriza a *polis* e as construções humanas no ordenamento social. “Contrariando as noções éticas e morais do Direito Natural, o Positivismo Jurídico considera a norma como fato, não como valor, numa definição bastante formalista. Trata-se do direito que o Estado dita e assegura ao povo, de acordo com as necessidades deste.”<sup>115</sup> O jusnaturalismo citado por Bobbio é uma filosofia do direito que pode ser importante para entender os atuais Direitos humanos. O jusnaturalismo viria no sentido de fundamentar o direito natural. Os direitos humanos teriam uma proximidade com o jusnaturalismo no sentido de serem “um direito inerente ao ser humano que foi reforçado, positivado, transformando-se em norma, sendo fato e valor em um só.”<sup>116</sup>

Os direitos humanos são inalienáveis, valores historicamente construídos, como no caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que foi construída no contexto do pós Segunda Guerra. Antes da fundação da Organização das Nações Unidas em 1945 e a criação da Declaração Universal em 1948, não havia uma universalização do tema dos direitos humanos.

Partindo da ideia de Direito Natural, atualmente entende-se por direitos humanos aqueles que são inerentes à condição de ser humano, independentemente do lugar do mundo ou sociedade política onde se encontre o indivíduo ou qualquer distinção em relação aos demais ou agrupamento em que tenha sido encaixado. Sempre houve quem defendesse que cada ser humano já nasce detentor de direitos que lhe protegem os bens mais preciosos, como sua dignidade, liberdade e vida. Contudo essas teses se fortaleceram no século XVIII, com movimentos político-sociais como o Iluminismo, que gerou diretamente a Declaração Francesa de 1789 e indiretamente a Declaração de Virgínia, predecessora da Declaração da Independência dos Estados Unidos, em 1776 nos Estados Unidos.<sup>117</sup>

<sup>114</sup> BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 46.

<sup>115</sup> OLIVEIRA, Marina Roberta de. **Minorias Nacionais e Direitos Humanos**. 2015. 69 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015, p. 11

<sup>116</sup> OLIVEIRA, 2015, p.12.

<sup>117</sup> OLIVEIRA, 2015, p. 13.

A DUDH, aprovada por 48 Estados, estabelece que os direitos humanos devem ser universais e indivisíveis (social, político, cultural e civil). O Brasil foi um dos países que aprovaram a declaração, porém, os direitos humanos só entraram no ordenamento jurídico nacional em 1988, com a constituição promulgada naquele ano. Ao usarmos o conceito de direitos humanos aqui, estaremos alinhados portanto com a visão exposta na Declaração Universal de Direitos humanos, e especificamente na garantia da vida e dignidade humana, tendo em mente tanto sua integridade física como psicológica e a busca de um Estado como mecanismo de perpetração desses direitos e não de agente da violência.

No Brasil, a luta pelos direitos humanos, no sentido de preservação dos direitos de homens e mulheres frente às arbitragens do Estado, teve um momento crucial durante a ditadura militar, nos anos 70. O que se deu através da busca pela dignidade, pelo fim da tortura e das mortes dos perseguidos pela ditadura.

O direito a ter direitos é a principal conquista política da modernidade e não pode, em nome de que quer que seja, ser negado. Sua negação significa a supressão de qualquer possibilidade de se construir uma sociedade de iguais; uma vez que é ele a fonte primária de igualdade. A autoafirmação de igualdade individual antecede a luta pela igualdade social. O indivíduo que internalizou a desigualdade, como um dado natural da realidade, não é capaz sequer de conceber a igualdade, menos ainda de lutar por ela.<sup>118</sup>

A tortura não era utilizada apenas com o objetivo de extrair informações, mas de humilhar, subjugar e destruir a subjetividade do “inimigo”. A prisão ou o exílio não eram suficientes para destruir a moral dos guerrilheiros, seus sonhos e ideais; já a tortura, além da dor física, constitui uma dor na alma, uma desagregação mental. A derrota da luta armada teve efeitos duradouros na sociedade brasileira, gerando um grande trauma coletivo. A morte sob tortura substitui o ideal do sacrifício do militante, a morte heroica na barricada em combate foi substituída pela morte “patética” no porão da tortura. Construiu um círculo do medo cuja máxima dizia que fazer política ou lutar contra as injustiças sociais era sinônimo de prisão e tortura.<sup>119</sup>

O trauma da ditadura vai além daqueles que sofreram torturas, abalam-se as famílias que não sabem dos paradeiros dos filhos, desmontam-se famílias ao separá-los por questões políticas, seja pela prisão ou exílio. Além do trauma daqueles que sofreram diretamente com o regime, toda uma geração é mutilada. O “fazer política” passa a ser vinculado à ideia de correr perigo, de colocar a vida em risco. A tortura usada

---

<sup>118</sup> VIEIRA, José Carlos. **Democracia e Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005, p. 38.

<sup>119</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 128.

sistematicamente pela ditadura era apontada como violação dos direitos humanos na DUDH<sup>120</sup>, como visto no art. 5: “Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. Outro artigo da declaração violado durante o regime militar foi o 9º, que estabelece que “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.”

Dentro desse espectro de violência, o projeto *Brasil Nunca Mais* conseguiu, através de documentos produzidos pelo próprio regime militar, fazer um levantamento sobre a repressão política. Assim:

Cuidando de reunir as cópias da quase totalidade dos processos políticos que transitavam pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar (STM). Foram obtidas, por inúmeros caminhos, cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou 1 milhão de páginas imediatamente microfilmadas em duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos, fora do país. Sobre o outro conjunto de microfilmes uma equipe se debruçou durante cinco anos, produzindo um relatório (Projeto “A”) de aproximadamente 5000 páginas, contendo informações impressionantes.<sup>121</sup>

O livro se tornou uma fonte basilar e fundamental para as pesquisas sobre a ditadura militar. A questão da irrefutabilidade do trabalho para seus realizadores está em o *Brasil Nunca Mais* usar os documentos oficiais e os depoimentos tomados das vítimas pelas autoridades do regime.

[...] a denúncia que uma vítima de torturas faz perante uma entidade de Direitos Humanos não questiona tão frontalmente as autoridades governamentais, quanto a verificação de que a mesma fora apresentada em Tribunal, confirmada por testemunhas e até mesmo registrada em perícias médicas, sem que daí resultasse qualquer providência para eliminar tais práticas, responsabilizando criminalmente seus autores.<sup>122</sup>

Dentre as formas de tortura utilizadas pelos agentes do regime ditatorial, o livro aponta: pau-de-arara, choque elétrico, pimentinha e dobradores de tensão, afogamento, cadeira do dragão, geladeira, uso de insetos, animais e produtos químicos, e variados tipos de torturas que ocasionavam lesões físicas e traumas psicológicos, além de às vezes levar à morte. Mulheres (até mesmo grávidas) e crianças não foram poupadadas das torturas segundo o relatório:

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente à idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo,

<sup>120</sup> NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

<sup>121</sup> Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 22.

<sup>122</sup> Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 24.

significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.<sup>123</sup>

A luta armada, foi utilizada pelo regime como artifício para a intensificação da repressão e consequentemente das torturas, utilizando uma força desproporcional. Apesar de eventos marcantes como sequestros de embaixadores, que permitiram a libertação de presos políticos e a denúncia da repressão, as ações foram escassas e suprimidas pela superioridade bélica e numérica da repressão, as ações se tornariam, desta forma, mais defensivas que ofensivas.

A especulação “contra factual” aqui é importante porque, se as organizações tivessem interrompido as ações armadas, bem sabemos que os agentes da repressão buscariam outras vítimas, pois foi assim que eles agiram quando derrotaram a “luta armada” no início dos anos 1970 (foram atrás dos comunistas não adeptos da violência). É por isso que não podemos estabelecer a relação de causalidade: as comunidades de segurança e de informações foram criadas e se mantiveram independentemente da existência das organizações ditas revolucionárias.<sup>124</sup>

Diante deste cenário, setores da classe média que outrora apoiavam o golpe militar, se colocam contra as práticas de prisões arbitrárias e torturas do governo ao perceber que não estavam livres da repressão do Estado. Antes, ao mesmo tempo que o regime mostrava seu lado mais cruel, com a cassação de mandatos, torturas e desaparecimentos, para a classe média era um momento de melhorias no setor econômico.

[...] a burrice e a prepotência escarrapachadas por toda a parte, com o novo-riquismo da classe média arrotando milagre nos seus fuscas zerinhos e com o desinteresse geral em saber o que acontecia com os desafetos do regime a partir do momento em que eram jogados dentro de uma Veraneio.<sup>125</sup>

A oposição ao regime poderia significar uma infinidade de ações; desde participar de grupos armados, esconder perseguidos políticos, até distribuir jornais alternativos, dentre outras. Como já citado anteriormente, o período do chamado milagre econômico ao mesmo tempo que gerava apoio ao regime e satisfação da classe média, provocava uma intensificação da desigualdade social. O aprofundamento do autoritarismo coincidiu com (e foi amparado por) um surto de expansão da economia – o festejado milagre econômico - que multiplicou as oportunidades de trabalho, permitiu a ascensão de amplos setores médios, lançou as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo,

<sup>123</sup> Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 43.

<sup>124</sup> FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017, p. 44.

<sup>125</sup> ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 322.

e concentrou a renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social.<sup>126</sup>

No que tange às famílias dos presos, eles eram muitas vezes o principal apoio do perseguido político, buscando quebrar a incomunicabilidade, a incerteza do paradeiro dos parentes e denunciando as torturas. Desta forma:

Quando se ia preso, a família assumia as tarefas indispensáveis: constituir advogado, tentar legalizar a prisão e quebrar a incomunicabilidade, cuidar dos filhos deixados à solta, não perder um único dia de visita, fazer chegar ao cárcere tudo o que pudesse amenizar a vida ali. Nessa empreitada para a qual nunca estiveram preparados, alguns pais, mães e membros da família se converteram em militantes eles próprios e criaram novas formas de fazer política. Transformaram a solidariedade familiar e privada em atividade pública. Assim, a partir de experiências concretas e particulares, infundiram vida real na campanha genérica das associações civis pelos direitos humanos.<sup>127</sup>

Referente aos presos políticos, Heloisa Greco aponta, baseada no livro *Brasil Nunca Mais*, que em sua maioria eram homens, jovens e um considerável número de universitários. Nesse sentido, é reconhecido o importante papel das mulheres na luta pelos direitos dos presos: “São as mães, companheiras e irmãs dos presos políticos, que constituem o seu primeiro suporte *extramuros*. O rompimento da brutal barreira de silenciamento em torno das prisões e dos porões da ditadura é fenômeno eminentemente feminino”<sup>128</sup>. De acordo com Juliana Carlos, a vinculação entre a luta pela anistia e a luta pelos direitos humanos em geral sempre foi explicitada pelas integrantes do MFPA, que defendia também outras bandeiras, como a garantia do direito de *habeas corpus* para os presos políticos e a obrigação do Estado brasileiro de registrar os filhos dos exilados.<sup>129</sup>

Uma das principais questões abarcadas por Heloisa Greco em sua tese de doutorado, é a importância da anistia na reconstituição da política e do espaço público nacional. A autora dialoga com Hannah Arendt para tratar dos conceitos de liberdade, política, esfera pública, ação e cidadania. Adiante, trata da criação de uma linguagem própria de direitos humanos na luta contra os abusos da ditadura militar e o pionerismo da bandeira do direito à memória no que tange ao lócus da cidadania. Os direitos humanos não tratam de privilégios a presos, mas da defesa da população de modo geral, e do indivíduo frente às arbitrariedades do Estado. A pauta da democracia está intimamente relacionada com a dos direitos humanos:

<sup>126</sup> ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 333.

<sup>127</sup> ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 408.

<sup>128</sup> GRECO, 2003, p. 237.

<sup>129</sup> CARLOS, Juliana de Oliveira. A Anistia e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas. v.13, n.24/25, p. 169-205, 2008, p. 184.

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica de conflitos.<sup>130</sup>

Entre o ano de 1975 (criação do MFPA) e 1979 (Ano da promulgação da Lei da Anistia), segundo o levantamento apontado no livro *Anistia – volume II*<sup>131</sup>, morreram 19 pessoas nas mãos do Regime militar. Em 1975, ano da criação do MFPA, morreram quatro pessoas, sendo elas: José Ferreira de Almeida, José Maximiliano de Andrade Neto, Pedro Jerônimo de Souza e Wladimir Herzog. A morte de Pedro Jerônimo foi denunciada pelo MFPA, no Congresso de São Paulo. Para Heloísa Greco, os militares se viam como representantes da nação e, portanto, deveriam defendê-la, mesmo que para isso fosse necessário utilizar da tortura, apontando essa visão distorcida de legalidade a serviços dos interesses da ditadura. A sociedade é dividida entre amigos e inimigos, e este perigo interno deve ser duramente combatido em virtude da união da nação.

São pessoas que devem ser contidas em nome da restauração da paz e da unidade necessárias ao desenvolvimento econômico e social, isto é, a construção da ordem ou da segurança nacional.

Toda a população acaba sendo virtual e potencialmente suspeita, passível de ser controlada, reprimida e eliminada, já que são considerados inimigos todos aqueles que fazem algum tipo de oposição ao regime.<sup>132</sup>

A tortura não era um ato isolado de agentes com os ânimos exaltados, mas uma prática institucionalizada, que era vista como necessária em decorrência da luta armada promovida por alguns setores de esquerda. O medo passa a ser a principal arma da ditadura. A tortura não foi praticada no Brasil apenas com o objetivo de fazer os opositores falarem, mas de promover o silêncio na sociedade, o terror, a falta de confiança na justiça e nas instituições que deveriam existir para proteger a população. Na historiografia, por várias vezes é possível notar certa condescendência com Geisel: seu governo foi importante no processo de distensão, mas ao mesmo tempo, fechou o congresso, impôs dura censura e ampla perseguição (violenta inclusive) aos setores de esquerda. O objetivo de Geisel não era fazer a distensão possibilitando a ascensão da oposição ao poder, mas institucionalizar a ordem autoritária.

Durante o governo Geisel, as discussões sobre a Anistia eram intensas, contudo a Lei só foi aprovada no mandato de Figueiredo. O debate sobre a anistia ocorreu tanto na

<sup>130</sup> BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 1.

<sup>131</sup> BRASIL. Congresso Nacional. **Anistia volume II**. Comissão mista sobre a anistia. Documentário organizado por determinação do Presidente da Comissão Mista do Congresso, Senador Teotônio Vilela. Brasília [Centro Gráfico do Senado Federal], 1982b.

<sup>132</sup> GRECO, 2003, p. 56.

sociedade quanto nos poderes políticos Executivo e Legislativo. A anistia já fazia parte da pauta política mesmo antes da criação dos movimentos pela anistia. O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi pioneiro nesse sentido sendo a primeira organização voltada para a luta pela anistia. O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) foi criado três anos depois, em 1978. Esses movimentos pela anistia se inserem no âmbito da disputa política, posto que tratam das liberdades públicas e direitos fundamentais. De acordo com Greco, no confronto direto com a ditadura militar, a motivação profunda do movimento pela anistia é a garantia do direito universal à liberdade e a criação de condições para o exercício da cidadania, reconstruindo o espaço público. Daí o seu caráter libertário e – porque não? – antitotalitário: o que está em jogo, afinal, é a própria recuperação da possibilidade da política enquanto tal.<sup>133</sup>

Já no governo Figueiredo, a esperança pela abertura e a luta pela anistia se tornam o motor político do período. No capítulo sobre o governo Figueiredo intitulado “Tempos de Caos e Esperança”, Marcos Napolitano aponta que: “Um governo cada vez mais fraco, mas que ainda mostrava os dentes quando necessário, encontrava inesperado respaldo em uma oposição cada vez mais dividida entre radicais e moderados, com estes últimos tentando negociar uma transição política com os militares.”<sup>134</sup>

A pauta da anistia une a oposição num propósito comum, apesar das divergências. A inclusão da anistia no centro das discussões políticas se dá graças ao movimento de anistia, e o regime reage a essa pressão. Alguns autores veem o regime como protagonista na questão da anistia, mas é preciso questionar isso, pois de acordo com Heloisa Greco, o regime reagiu à ação dos movimentos pela anistia.

Assim, apesar da resistência pétreia da ditadura militar contra o tema, a combatividade do movimento pela anistia determina sua inclusão definitiva na ordem do dia. A luta ganha visibilidade e conquista espaço privilegiado na chamada grande imprensa, sobretudo a escrita; a imprensa alternativa intensifica e potencializa ainda mais a campanha, repercutindo ao máximo o discurso e as ações do movimento. A Anistia Amplia Geral e Irrestrita torna-se incontrastável palavra de ordem nacional e deveria ser combatida à altura pelo sistema. Não havendo como ignorar ou contornar a situação, os militares dirigem todos os seus esforços para tentar controlá-la.<sup>135</sup>

O CBA tinha como uma das questões principais a popularização da luta pela anistia. Ao defender a CPI dos Direitos Humanos, o comitê pressionava o MDB com o encaminhamento de denúncias aos parlamentares. O partido, depois de muita tergiversação, acaba votando a favor do projeto e é derrotado pela Arena: a CPI dos

---

<sup>133</sup> GRECO, 2003, p. 113.

<sup>134</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 285.

<sup>135</sup> GRECO, 2003, p. 132.

Direitos Humanos se inviabiliza devido à muralha interposta pela base de apoio do regime e ao procedimento vacilante e procrastinador da maioria da oposição, incluindo parte dos autênticos.<sup>136</sup> Nesse sentido, o CBA é fundamental na denúncia de torturas, mortes e desaparecimentos. Inclusive, listas divulgadas pelo CBA são publicadas em diversos jornais, como o Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. Desta forma, a faceta violenta do regime militar era exposta aos civis, reforçando o debate sobre a necessidade da Anistia e da redemocratização.

O movimento pela anistia buscava, principalmente após o I Congresso Nacional pela Anistia, a libertação dos presos políticos no Brasil e no exterior, como na Argentina e Uruguai. Denunciava as péssimas condições às quais os presos eram submetidos e buscava arrecadar verba para o pagamento das hospedagens em solo estrangeiro, como no caso de Flávia Schilling<sup>137</sup>, presa no Uruguai desde 1972. Após intensa campanha, pelo MFPA e CBA, em abril de 1980 Flávia foi solta, chegando ao solo brasileiro no dia 14 de abril. É atualmente professora associada da Faculdade de Educação da USP, sendo graduada em Pedagogia, mestre em Educação e doutora em Sociologia.

Era preciso atingir os setores populares para ampliar o movimento. Assim como no Movimento Feminino pela Anistia, vemos uma dificuldade no CBA para atingir e agregar as camadas populares: se há unanimidade quanto à necessidade de popularização, é ainda incipiente o entendimento do que ela seria e como alcançá-la. Os CBAs a assumem como um compromisso a ser combinado com os princípios clássicos do movimento, o que se apresenta como as duas faces da anistia.<sup>138</sup>

Os embates entre os militares e a sociedade civil permearam o debate sobre a anistia. Para os militares, a sociedade civil devia se subordinar ao projeto de abertura do

---

<sup>136</sup> GRECO, 2003, p. 147.

<sup>137</sup> “Flavia Inês Schilling, gaúcha de Santa Cruz do Sul, nasceu em 26 de abril de 1953. Aos 11 anos mudou-se para Montevidéu/Uruguai acompanhando a família, já que seu pai, o jornalista Paulo Schilling, assessor do ex-governador Leonel Brizola, asilou-se na capital uruguaia por ocasião do golpe militar de 1964. Em 1971 Flávia iniciou o curso superior na Faculdade de Medicina de Montevidéu. No ano seguinte o presidente Juan María Bordaberry dissolveu o parlamento e instituiu a ditadura civil-militar no país. Militante do grupo Tupamaro que desempenhou um papel de destaque na formação da Frente Ampla – movimento de oposição ao regime – abandonou os estudos e ingressou na clandestinidade em abril de 1972. Ainda neste mesmo ano, em 24 de novembro, foi presa junto com seu companheiro Ruben. Na ocasião levou um tiro no pescoço e permaneceu durante um mês em um hospital militar. De lá seguiu para um quartel do exército e depois para a prisão política feminina de Punta Rieles. Viveu, com outras presas, durante dois anos a condição de refém, com transferências constantes entre quartéis, torturas, humilhações e provocações. Resistiu com as cartas que enviava aos familiares, os estudos e a literatura, o artesanato, e com a solidariedade e fraternidade com as companheiras durante os sete anos e meio em que ficou presa.” Texto disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/flavia-ines-schilling/index.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

<sup>138</sup> GRECO, 2003, p. 97.

governo e não deviam tentar implementar um projeto próprio de redemocratização. As campanhas internacionais pela Anistia, libertação de presos políticos e denúncias de violação de direitos humanos incomodavam os militares brasileiros, que queriam transmitir uma imagem de normalidade democrática. Sendo assim, as denúncias se tornaram cada vez mais desconfortáveis para o regime militar por serem proferidas por militantes de esquerda exilados, juntamente com estrangeiros que se sensibilizaram com a questão dos direitos humanos e com toda a problemática relativa à América Latina.<sup>139</sup>

Os exilados tiveram um papel importante na organização de campanhas de defesa dos direitos humanos, denúncia das torturas, prisões e desaparecimentos. Muitos dos exilados se organizaram em Comitês de Anistia, visando voltar para o Brasil de forma legal e com seus direitos retomados. “Para o regime, não bastava o exílio dos “indesejados”, era preciso também observar atentamente seus passos. Os órgãos de informações deveriam, então, deter o maior volume possível de informações sobre a movimentação de brasileiros no exterior.”<sup>140</sup> Tanto que um dos objetivos do exílio era o esvaziamento da militância política no país; mas apesar dessa exclusão, muitos exilados utilizaram esse momento como maneira de denunciar os abusos cometidos pelo regime militar, como não liberar passaportes, apreender passaportes de quem iria viajar e não fornecer certidão de nascimento para os nascidos no exílio. Como já mencionado, a bandeira da anistia uniu a esquerda brasileira, seja no Brasil ou no exterior. A Conferência Internacional pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita e pelas Liberdades Democráticas no Brasil realizada em Roma é um demonstrativo disso, onde compareceram grande número de exilados além de representantes de vários seguimentos e movimentos que lutavam pela Anistia no Brasil.

A volta dos exilados ao Brasil é uma questão importante e que gera opiniões diversas quanto a esse retorno ser em massa ou individual. A decisão de voltar ao país é complexa para os exilados, em decorrência principalmente da permanência do aparelho repressivo da ditadura militar. O retorno dos exilados poderia se constituir em instrumento de luta política. Figuras importantes da política brasileira como João Goulart e Leonel Brizola se exilaram no início da ditadura e eram vistos como uma preocupação para o Regime Militar.

O formato da anistia buscada pelas oposições democráticas era “Ampla, Geral e Irrestrita”, eles queriam que a Anistia abarcasse a todos os resistentes da ditadura militar,

---

<sup>139</sup> RIBEIRO, 2012, p. 68.

<sup>140</sup> RIBEIRO, 2012, p. 91.

e que os chamados terroristas não fossem excluídos. Para Del Porto: “Além disso, ela não estava desvinculada de outras medidas igualmente importantes como o fim da legislação de exceção, a garantia dos direitos humanos, a restauração do *habeas corpus* e, posteriormente, também surgiria a reivindicação da constituinte.”<sup>141</sup>

## 2.4 Lei da Anistia: debates no âmbito legislativo

Em meu trabalho de conclusão de curso, busquei analisar o processo histórico de construção da Lei da Anistia, pensando no contexto político do período ditatorial e em especial os debates no parlamento sobre o molde da Lei da Anistia aprovada em agosto de 1979. Aludi também ao fato de a tortura não ter anistia, por ser um ato contra a humanidade:

[...] lembrando que a tortura não é um crime político, mas um crime contra a humanidade, nomeadamente proibido na Terceira Convenção de Genebra em 1929 e reafirmado pela Convenção das Nações Unidas. Mostrando que, já à época ditatorial, o procedimento era considerado contra a humanidade da pessoa.<sup>142</sup>

O governo enviou o projeto de anistia para o Congresso em junho de 1979, formando-se então uma Comissão Mista para analisar o projeto oficial, cujo presidente era o senador Teotônio Vilela e o relator Ernani Satyro; o primeiro do MDB e o segundo da Arena. A comissão mista foi formada por 13 membros da Arena e 9 do MDB. Sendo eles:

Pela Aliança Renovadora Nacional – Senadores Aloysio Chaves, Dinarte Mariz, Bernadino Viana, Helvídio Nunes, Henrique de La Rocque, Moacyr Dalla, Murilo Badaró e os Srs. Deputados Ernani Satyro, João Linhares, Ibrahim Abi-Ackel, Francisco Benjamin, Luiz Rocha e Leorne Belém.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro – Senadores Teotônio Vilela, Pedro Simon, Nelson Carneiro, Itamar Franco e os Srs. Deputados Tarcísio Delgado, Benjamin Farah, Roberto Freire, Del Bosco Amaral e João Gilberto.<sup>143</sup>

Ocorreram algumas modificações na comissão durante o mês de agosto: os senadores Aderbal Jurema e Jutahy Magalhães substituíram os senadores Moacyr Dalla

<sup>141</sup> DEL PORTO, 2002, p. 19.

<sup>142</sup> SILVA, Mislele Souza da. **A Lei da Anistia brasileira:** Embates na ditadura civil-militar. 2014. 68 f. Monografia (Graduação) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014, p. 13.

<sup>143</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Comissão mista sobre a anistia. **Anistia.** Brasília DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982a, v. 1, p. 29. Disponível em:

[<http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro\\_congresso\\_nacional\\_anistia\\_volume01.pdf>](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro_congresso_nacional_anistia_volume01.pdf).

Acesso em: 18 jul. 2018.

e Helvídio Nunes, respectivamente. O Senador Teotônio Vilela, presidente da Comissão Mista, percorreu o país visitando presos políticos, familiares de desaparecidos e outros atingidos pelo autoritarismo do regime militar. Durante os debates é possível perceber em vários momentos a exaltação dos ânimos e discursos opostos entrando em choque, gerando tumultos e falas grosseiras. Ocorreram oito reuniões da comissão, entre os dias 02 e 16 de agosto. Ao todo, foram enviadas 305 emendas perante a Comissão Mista do Congresso, sendo elas de modificação, para incluir artigo ou de caráter substitutivo. Destas 305, 209 foram do MDB e, destas, 11 propunham a exclusão do perdão aos torturadores.<sup>144</sup>

Dentre os documentos examinados pela Comissão Mista, responsável por debater sobre a Lei da Anistia, está uma carta direcionada a Pré-CPI dos direitos humanos, escrita por presos políticos do Frei Caneca, onde apontam a necessidade de denunciar os abusos cometidos pelas autoridades do regime militar e a consequente apuração e responsabilização dos atos criminosos. Os presos políticos apontaram que:

As ditaduras não são eternas e seus crimes, se bem que possam demorar a vir à tona, nunca passam incólumes frente à História. Hoje, apesar da tentativa no sentido contrário, não é mais possível escamotear a existência da tortura em nosso país, não é mais possível recorrer ao cinismo que transformava as nossas denúncias em uma nova modalidade de “crime contra a Segurança Nacional”: o de denegrir a imagem do país.<sup>145</sup>

Além da utilização da tortura contra pessoas ligadas a movimentos políticos, os presos apontaram que ela era permanentemente utilizada contra as populações marginalizadas, violentadas em delegacias policiais e penitenciárias, porém, na ditadura a tortura foi sistemática e institucionalizada.

Já está patente para todo o povo brasileiro que a tortura institucionalizada tem sido largamente utilizada pela ditadura militar, para oprimir os trabalhadores e demais setores da população. E ela tem sido usada, nos últimos setores da população. E ela tem sido usada, nos últimos 15 anos, com múltiplos objetivos: atemorizar a população; intimidar as massas populares em suas justas lutas; destruir lideranças sindicais combativas dos trabalhadores e principalmente, suas organizações e partidos políticos; sufocar as lutas dos camponeses, posseiros e índios; destruir fisicamente as lideranças políticas populares, destruir psicologicamente e moralmente milhares de cidadãos opositores do regime; coletar informações; e manter sob suspeição e ameaças os cidadãos e organizações políticas da oposição.<sup>146</sup>

Os debates sobre a anistia eram principalmente sobre quem seriam seus beneficiários. Os movimentos pela anistia questionam a amplitude e extensão do projeto do governo, colocando em xeque o passado repressor do regime e seu projeto de distensão

---

<sup>144</sup> SILVA, 2014, p. 42.

<sup>145</sup> BRASIL, 1982b, p. 250.

<sup>146</sup> BRASIL, 1982b, p. 250.

e abertura que visava proteger os militares e a própria memória sobre o período. Desta forma: “O governo não pretende realizar autocrítica: prefere a posição daquele que perdoa, fato que necessariamente implica que os que recebem perdão cometem faltas, enquanto os que concedem perdão se encontram em posição de autoridade.”<sup>147</sup>

O governo quis vincular a anistia à ideia de generosidade e benevolência, uma vez que se colocou na posição autoritária de conceder a anistia, sendo, portanto, o agente que promove o apaziguamento dos ânimos, tentando tirar o protagonismo da oposição desta luta pela anistia.

Preocupado em demonstrar que não cede ante os obstáculos, o governo defende o argumento da evolução histórica: os tempos mudaram desde 1964, e a anistia fará parte do curso normal dos acontecimentos. Tal afirmativa permite salvaguardar a coerência do discurso mantido entre os correligionários da Revolução. Tenta fazer crer que a concessão estava prevista desde o começo, que não se trata de uma manobra de salvaguarda ditada pelas circunstâncias e em posse dos grupos de oposição.<sup>148</sup>

Os movimentos pela anistia se encontram nesse momento com um dilema difícil de resolver: deveriam apoiar a anistia parcial ou lutar pela anistia ampla, geral e irrestrita sem aceitar nenhuma barganha? O movimento da anistia, hegemonizado pelo CBA entrou em um impasse. O movimento deveria entrar e se posicionar nos debates parlamentares em torno do projeto de lei do governo? Deveria apoiar o voto contrário à lei ou apoiar algum substitutivo em discussão? Deveria pautar suas ações pela agenda do Congresso ou se manter nas ruas, como movimento social?<sup>149</sup>

Nos debates na Câmara sobre a anistia, percebemos a recorrência na fala dos membros do legislativo sobre o tema “reconciliação”. Ao enviar o projeto de anistia, o governo se colocou como generoso, em busca de paz e esquecimento. Porém, o clima para a discussão do projeto não era dos melhores. O projeto era limitado, mas o governo deixou um alerta de que se a oposição tentasse ampliar a anistia, poderia haver um indesejável retrocesso. Ou os deputados da Câmara aceitavam a anistia tal qual era manifestada pelos controladores do poder e desistiam de tentar ampliá-la, ou prorrogariam o debate sobre ela. Não conseguindo, talvez, nem os direitos já conquistados.<sup>150</sup>

O projeto do governo sofreu apenas pequenas alterações, mediante o trabalho da Comissão mista. Tais como:

<sup>147</sup> FORGET, Danielle. **Conquistas e Resistências do poder (1964-1984):** a emergência de um discurso democrático no Brasil. São Paulo: Ed. USP, 1994, p. 135.

<sup>148</sup> FORGET, 1994, p. 139.

<sup>149</sup> NAPOLITANO, 2014, p. 298.

<sup>150</sup> SILVA, 2014, p. 41-42.

[...] o período que a anistia abarcava no projeto era de 02 de setembro de 1961 a 31 de dezembro de 1978. Já no projeto do relator estendia-se o benefício para 27 de junho de 1979, enquanto na lei ficou definido que a anistia era concedida a todos que cometiveram crimes políticos de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Outro ponto acrescentado no projeto do relator, é que os herdeiros poderiam pleitear as vantagens da anistia do falecido, além de considerar como mortos os que eram tidos como “desaparecidos”.<sup>151</sup>

O projeto aprovado pela Comissão Mista foi votado no Congresso Nacional no dia 22 de agosto, no entanto foram realizadas sessões nos dias 21 e 22 para debater o tema. As atas das sessões 161, 162 e 163 estão disponíveis no livro *Anistia – volume 2*, do Congresso Nacional.<sup>152</sup> No dia 21 compareceram 65 senadores e 416 deputados, já no dia 22 foram 67 senadores e 411 deputados.

Na 161<sup>a</sup> sessão, realizada no dia 21 de agosto, o deputado Edson Khair, do MDB do Rio de Janeiro é o primeiro a ter a palavra, após os comunicados do Congresso. Sua fala é incisiva, demonstrando a restrição da anistia proposta pelo governo, comparando inclusive com outras ditaduras da América Latina, como a de Pinochet, que concedeu anistia aos presos políticos. Fazendo duras críticas ao governo no que se refere à proposta de anistia enviada ao Congresso.

- Sr. Presidente Srs. Deputados, hoje inicia-se nessa Casa discussão do chamado Projeto de Anistia, uma flagrante injustiça ao termo anistia. O governo parece querer inovar em matéria de Direito próprio, isto é, em matéria de Direito Constitucional, ao pretender impor o projeto a este Congresso, que é o Congresso da aceitação, das imposições, que é o Congresso que já aceitou os “biônicos”, que é o Congresso que tem aceitado todas as limitações que vão desde a nossa incapacidade de legislar sobre matéria financeira, até o fato de aceitarmos essa realidade dura que é a ausência de imunidades para os Parlamentares, já que, mediante uma simples representação do Procurador-Geral, qualquer um de nós estará suspenso de suas funções. O Governo tenta impor uma anistia singular, uma anistia que, como afirmamos, inova na história da humanidade – e “inova” (entre aspas), porque é uma anistia que não concederá liberdade a presos políticos.<sup>153</sup>

Para o deputado, a anistia do governo concederá anistia a quem não precisa dela. Salientando também as torturas sofridas pelos presos e as condenações *sub judice* de Tribunais de exceção. Para Edson Khair, as pessoas que resistiram à ditadura eram patriotas, exercendo seu direito, e chama a atenção para a situação dos presos políticos que realizaram uma greve de fome que durou 32 dias, correndo risco iminente de morte.

Pois bem, esses patriotas, que lutaram contra a usurpação do poder, exercendo exatamente um direito-dever de qualquer cidadão, o de opor-se aos regimes ilegítimos, aos regimes que usurparam o poder, aos regimes não emanados da vontade popular, enfim, esses jovens estão lá na Frei Caneca, em Itamaracá e em São Paulo.

---

<sup>151</sup> SILVA, 2014, p. 45.

<sup>152</sup> BRASIL, 1982b.

<sup>153</sup> BRASIL, 1982b, p.15.

[...]

No domingo, um deles sofreu uma síncope cardíaca que só não foi fatal porque o destino assim não quis. Ainda ontem, em visita aos presos políticos, pude constatar, durante uma inspeção médica realizada naquela oportunidade, que o estado físico dos presos políticos é o pior possível. Mas o governo está insensível, tragicamente insensível.<sup>154</sup>

Para finalizar sua fala, apontou quem seriam os verdadeiros terroristas existentes no Brasil: “aqueles que matam, que torturam, enfim, que agredem fundamentalmente os direitos da pessoa humana”<sup>155</sup>. O deputado José Frejat, também do MDB do Rio de Janeiro, salientou que o golpe de 1964 violentou a Constituição e a democracia, não deixando outra saída a não ser a resistência:

O governo de exceção implantara um regime de portas fechadas para o diálogo, para a comunicação. E a juventude, ardorosa, idealista, sonhando libertar a Pátria do julgo da ditadura, dos interesses alienígenas acobertados pelo regime implantado em 1964, encaminhou-se para enfrentar o Governo, que, sim, praticava a violência sob o manto da lei, a violência ante a complacência dos tribunais, a violência furiosa que matou tantos brasileiros, tantos jovens, que deixou tantas famílias no desamparo. Este governo que chegou ao preciosismo de exceder-se aos métodos da Alemanha nazista, ao negar documentos a um brasileiro nascido no estrangeiro, negar um passaporte e apropriar-se dos passaportes daqueles que se apresentavam em embaixadas.<sup>156</sup>

O deputado aponta, porém, que muita coisa havia mudado com a posse do presidente Figueiredo e o compromisso com a abertura e a anistia. Na sua fala ele inclui uma carta aberta de artistas e radialistas demitidos em 1964 da Rádio Nacional, como Mário Lago. Os demitidos buscavam a reparação, uma vez que ganharam a causa na Justiça do Trabalho em primeira instância, e o recurso não foi julgado em virtude do AI-2, que impedia que os demitidos por meio de atos institucionais recorressem à tribunais.

Nosso caso, o dos 36 demitidos da Rádio Nacional em 64, é o mesmo de outros trabalhadores demitidos com base no art. 7 do AI-1, ou seja, como servidores públicos, quando nos regia a CLT. Não bastasse essa primeira falha, fomos demitidos sem indenização pelo tempo de serviço, contrariando a letra do Comunicado nº 6 do Comando Supremo da Revolução, de 13-4-64, que garantia as conquistas trabalhistas.<sup>157</sup>

As condições da reintegração de trabalhadores demitidos por atos de exceção geraram intensos debates, isso porque segundo o Art. 3º da Lei da Anistia, a reinserção dependeria da existência da vaga e interesse da administração.

Na fala do deputado da Arena do Ceará, Leorne Belém, ele classifica o projeto de anistia do governo como uma “mão estendida para a reconciliação nacional”, como gesto de boa vontade, visando esquecer o passado. Outro ponto abarcado pelo deputado é que

<sup>154</sup> BRASIL, 1982b, p. 15.

<sup>155</sup> BRASIL, 1982b, p. 16.

<sup>156</sup> BRASIL, 1982b. p. 16.

<sup>157</sup> BRASIL, 1982b. p. 17.

o projeto não atendia aos anseios de todas as correntes políticas, mas que seria um grande passo, o primeiro para uma convivência pacífica dos brasileiros. E sobre o clima de tensão e debates no Congresso frisou:

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não foi este cenário que, nos meus devaneios, imaginei para este momento. Sinceramente, no meu íntimo, desejava que o dia de hoje fosse marcado sobretudo por um clima de entendimento, de compreensão, de fraternidade e civismo; que o dia de hoje fosse de festa para esta Casa, porque nos aprestamos para devolver a inúmeros brasileiros a possibilidade de reintegrando-se na vida pública do País, vir ajudar-nos, vir contribuir para que o espírito de nacionalidade se agigante cada vez mais nos sentimentos de cada um de nós.<sup>158</sup>

Durante a fala dos Congressistas, vários deputados pedem a palavra e fazem um aparte à fala de quem está discursando, seja para refutar algum argumento ou corroborar a opinião expressa. No decorrer da fala de Leorne Belém, dois deputados fizeram suas inserções: João Cunha e Antônio Russo. O primeiro aponta admiração pela postura de Leorne Belém no que tange à interpretação da anistia, mas acrescenta que o projeto é restrito, relevando inclusive sua atuação pessoal na política do país, como ato de resistência. Já Antônio Russo salienta a falta de sinceridade do projeto de anistia e que não é possível sentir a alegria imaginada com a anistia: Além de:

Anistia só é perdão para aqueles que tenham pecado. Não se pode conceder perdão a quem não cometeu delito, a quem não cometeu deslize algum. Reintegra-se na vida pública aqueles que foram expulsos do Parlamento sem julgamento e sem justificativa, e, ao fazê-lo, o Governo não está anistiando, não está perdoando, porque eles não cometem, aos olhos da Nação, pecado algum. E os que foram jogados aos cárceres por terem cometido contra o regime os mesmos deslizes que cometem as forças de repressão contra aqueles que se opunham ao regime continuarão nos cárceres depois de aprovado o projeto de anistia.<sup>159</sup>

Na fala de Antônio Russo podemos verificar a recorrente utilização da palavra pecado, no sentido da anistia vir como perdão a esses atos. O deputado poderia ter usados outros termos mais jurídicos, mas o uso da referência religiosa tem seu significado, especialmente no que tange o perdão e a busca por paz e fraternidade. Sendo assim, podemos perceber que o termo utilizado tem grande carga moral. Retomando a fala, Leorne Belém aponta que a anistia viria no sentido de perdão para quem cometeu delito e reparação para as injustiças cometidas:

Todas as revoluções, em todas as épocas e em todas as partes do mundo, cometem seus deslizes, tiveram seus pecados, provocaram injustiças, e o perdão e o reparo consubstanciados neste projeto de anistia se destinam exatamente a promover a reintegração daqueles brasileiros que, punidos ou injustiçados, tendo cometido crimes ou tendo sido vítimas de injustiças, estão prestes a retornar a nossa Pátria e são bem-vindos, e serão recebidos de braços

<sup>158</sup> BRASIL, 1982b. p. 33.

<sup>159</sup> BRASIL, 1982b. p. 33-34.

abertos, por que temos a convicção plena de que, amadurecidos no campo e no terreno das ideias, eles voltam para participar desse esforço que é de todos nós em benefício da causa comum.<sup>160</sup>

O deputado Waldir Walter, do MDB do Rio Grande do Sul, critica a postura dos políticos da Arena e a tentativa de colocarem a anistia do governo como mais ampla que a anistia outrora enviada pelo MDB ao Congresso. A proposta de anistia do MDB, enviada meses antes do projeto do governo, anistiaria crimes políticos a partir de 31 de março de 1964. O argumento utilizado pelos arenistas para tentar desqualificar os emedebistas, quando da votação em agosto de 1979, foi no sentido que o projeto do MDB deixaria de fora lideranças como Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes e Miguel Arraes, nesse sentido, a fala do deputado José Bonifácio de Andrada (Arena MG) é insistente. Waldir Walter aponta ainda o longo caminho até o projeto de Governo de anistia chegar ao Congresso e que a anistia não viria como benevolência do governo, mas devido à pressão do povo.

Não chegamos a um projeto de anistia de autoria de S. Ex.<sup>a</sup>, a Nação, sim passou a exigir esse projeto. Até chegarmos a esse ponto, tivemos que fazer uma longa caminhada.

É preciso que relembremos aqui os primeiros comitês e anistia e os movimentos constituídos por este Brasil afora, ridicularizados no início. Eles enfrentavam a repressão, mas inocularam na alma nacional esse germe valoroso no sentido de criar uma mentalidade que forçasse – mais tarde com o apoio da imprensa, dos intelectuais, dos estudantes, da Igreja e da OAB – um posicionamento do Governo.<sup>161</sup>

Finalizada a fala de Waldir Walter, inicia-se o discurso de Magnus Guimarães, também deputado pelo MDB do Rio Grande do Sul. Apontado os militares como vencedores e que, portanto, se veriam como donos da verdade, mas que a verdade histórica iria ser reestabelecida, podendo alterar essa visão dos acontecimentos.

Os vencedores de 1964 que insistem em afirmar terem feito uma revolução, continuam na qualidade de vencedores e, portanto, na de juízes. Em consequência, ainda acreditam que exista vencedores e vencidos.

Pode existir justiça, se esta é praticada pelos algozes?

Os algozes podem ser juízes perante a moral, a história e a justiça?

Como anistiar, discriminando?

Como anistiar sem a grandeza dos que, mesmo tendo sido vencedores, compreenderam?

Como anistiar com propósitos tão mesquinhos?

Qual maior criminoso: o que participou do confronto revolucionário, ou o que erigiu o aparelho repressor para depredar a moral alheia, humilhar o

---

<sup>160</sup> BRASIL, 1982b. p. 34.

<sup>161</sup> BRASIL, 1982b. p. 55.

semelhante, seviciá-lo, cassá-lo, bani-lo, corrompe-lo, no que tem de mais puro, sua alma, e seu coração, lavando-lhe o cérebro? E os desaparecidos?<sup>162</sup>

O deputado Vilela Magalhães, da Arena do Paraná não concorda com a fala do deputado Magnus Guimarães e no seu aparte aponta que os terroristas, assim como os trombadinhos deveriam ser segregados da sociedade. Ele acredita inclusive que os terroristas poderiam ter algo de bom, como uma sólida formação política, mas que deveriam ser isolados da sociedade para não a desestabilizar.

Houve, no período de 1964 até agora, alguns movimentos isolados de terroristas, que tentaram agredir o meio político, social e econômico do Brasil, na busca da mudança e da desestabilização da sociedade brasileira. Se fôssemos generalizar o problema do terrorista, o que ocorreria? Se ele merecesse o perdão da sociedade brasileira, teríamos que fechar as portas das cadeias, porque hoje o “trombadinha”, o menor abandonado nas ruas, que passa a assaltar e vai, amanhã, transformar-se num criminoso na Baixada Fluminense, em São Paulo, no Paraná, também é uma vítima da sociedade, não temos dúvida.

[...]

Acredito que o terrorista político possa ter agido de acordo com sua consciência, e princípio, exato, mas foi um agressor da sociedade brasileira, como é agressor o “trombadinha” das ruas de São Paulo, este, sim, injustiçado, porque não é acolhido por nós, para receber uma formação de forma a não nos agredir. É uma convenção social. Portanto, o projeto do Governo não é uma atitude de justiça plena, pura, mas é uma atitude de justiça política, de uma transição política. Esta é a minha observação.

Para o deputado Vilela Magalhães, atrás do movimento de 1964 estava a vontade popular, posto que não ocorreu um movimento de contrarrevolução. O deputado Magnus Guimarães lembra que inclusive ocorreu uma “cruzada de reza” nas ruas de Belo Horizonte a favor do movimento militar mas que, atualmente, o povo estava insatisfeito com o regime, com os baixos salários e baixa qualidade de vida; e que o descontentamento com o regime seria demonstrado inclusive nas urnas, havendo um distanciamento dos anseios do povo e as medidas do governo.

No dia 22 de agosto, quando a anistia seria votada, o Congresso Nacional tinha as galerias todas cheias, mas vários deputados reclamaram da presença militar que dificultou que os movimentos pela anistia e a população de modo geral que estava interessada na Lei participasse desse momento tão importante da história recente do país. Os deputados do MDB reclamam que a presença deveria ser por livre e espontânea vontade, independente da opinião pessoal sobre a anistia, e não por estar cumprindo ordem. O deputado José Costa já inicia a sessão apontando esse fato e deputados da Arena e do

---

<sup>162</sup> BRASIL, 1982b. p. 58.

MDB debatem sobre a veracidade ou não da ocupação. O deputado Tidei de Lima, do MDB de São Paulo, pede a palavra para esclarecer o fato:

Como membro da Mesa da Câmara dos Deputados, tive o cuidado de chegar ao Congresso Nacional às 7 horas e 15 minutos, e encontrei as galerias todas tomadas. Para informar a V. Ex.<sup>a</sup> colhi junto à Segurança da Câmara dos Deputados que 10 minutos para às 7 horas, quando aqui chegam os funcionários da Câmara dos deputados, a quem está encarregado o serviço de segurança da Casa, eles já encontraram mais de 700 soldados da Polícia da Aeronáutica. Sr. Presidente, os quais aqui estão na sua condição de civis. Observa-se claramente que há uma verdadeira operação militar de ocupação desta Casa.<sup>163</sup>

Pela manifestação das galerias, por aplausos e vaias, é possível perceber que quando se fala da presença dos militares o clima fica tenso e eles não aceitam a denúncia do MDB. É importante relevar aqui, que o MDB não era homogêneo, havia posições diversas dentro do partido, como exemplo o deputado Florim Coutinho, do MDB do Rio de Janeiro, que acreditava que a anistia deveria ser irrestrita, mas nunca ampla, apoiando a anistia do governo, já que para ele “nada justifica confundir o comportamento de homens de bem, com a indignidade de marginais do pior estofo”. Na sua fala ele questiona o projeto no que se refere à cassação dos militares pela “revolução”, mas congratula o presidente Figueiredo:

É, pois, nesta sensação de euforia, inspiração e graça que Deus me concedeu, de convicção de estar trilhando senda e caminhos tão acertados e felizes, que aqui me encontro para congratular-me com o Presidente Figueiredo, o Povo e o País inteiro, pela iniciativa que o Governo acaba de tomar, enviando ao Congresso o projeto de lei concedendo indulto aos punidos, de 64 aos dias presentes, por falta política ou como tal entendida.<sup>164</sup>

Após intensa disputa discursiva, com o plenário lotado e constante manifestação da população, a emenda do deputado arenista Djalma Marinho (emenda número 53), que ampliaria a anistia para todos os presos e condenados por atos de exceção, foi reprovada por 206 votos contra 202. A emenda coloca que: “Consideram-se conexos aos crimes políticos, para os efeitos da presente anistia, além dos atos preparatórios e complementares de crime político, os crimes de qualquer natureza praticados por motivação política.”<sup>165</sup>

O líder da ARENA, deputado Nelson Marchezan (RS) vota contrário à emenda, indicando, portanto, a inclinação do partido nessa votação; já Freitas Nobre do MDB (SP) vota favorável. Em sequência votam os demais congressistas, importante ter em mente que, 14 arenistas votaram a favor da emenda, além dos emedebistas. Os arenistas que

<sup>163</sup> BRASIL, 1982b. p. 131.

<sup>164</sup> BRASIL, 1982b. p. 138.

<sup>165</sup> BRASIL, 1982b. p. 218.

votaram a favor da Emenda são: José Ribamar Machado (Maranhão); Haroldo Sanford e Paulo Lustosa (ambos do Ceará); Djalma Marinho e João Faustino (Rio Grande do Norte); Antônio Mariz (Paraíba); Carlos Wilson (Pernambuco); Geraldo Bulhões e Murilo Mendes (Alagoas); Ubaldo Dantas e Wilson Falcão (Bahia); Jorge Vargas e Magalhães Pinto (Minas Gerais); João Câmara (Mato Grosso do Sul). Nenhum deputado do MDB votou contra a emenda de Djalma Marinho.

Diante deste cenário político e social, que a Lei da anistia é votada, essa votação não é nominal, o Presidente da Câmara (Luiz Viana) pede para que os deputados que aprovam a lei permaneçam sentados, e desta forma considera aprovada e encaminha a matéria à sanção. A Lei da Anistia é sancionada pelo presidente Figueiredo em 28 de agosto de 1979, recebendo o número 6.683. Durante a análise por parte da comissão e a votação no congresso, presos de várias regiões realizaram uma greve de fome, para pressionar a aprovação de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Durante 32 dias, 37 presos políticos mantiveram o protesto. A situação dos presos era grave, sendo iminente o perigo de morte. A fala de um ex preso político, Gilney Viana<sup>166</sup>, sobre o dia da votação da Lei é esclarecedora:

Às 17 horas do dia 22 de agosto de 1979 começou o meu 33º dia de greve de fome e 3.442 dias de cárcere político. Estava fisicamente debilitado e intelectualmente excitado. A prudência mandava ficar deitado, poupar energias e evitar um acidente de percurso na linha de chegada; a ansiedade impulsionava à ação continuada de articulação tentando influenciar os últimos lances da luta pela Anistia Amplia Geral e Irrestrita.

Na noite do dia 22 de agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Anistia parcial proposto pelo General Figueiredo e derrotou a Emenda Djalma Marinho que a ampliava, por uma diferença de apenas 4 votos; e o Substituto do MDB pela diferença de 15 votos, inviabilizando na esfera legislativa a tese da Anistia Amplia Geral e Irrestrita.

---

<sup>166</sup> Gilney Viana se filiou ao Partido Comunista Brasileiro em 1960, e se tornou membro do diretório da União Municipal dos Estudantes Secundaristas em 1962. Em 1963 ingressou no serviço público como auxiliar administrativo do BDMG (Banco de desenvolvimento de Minas Gerais), com o golpe de 1964 foi detido pelo serviço secreto brasileiro.

Ingressou no curso de medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1966, tornando-se nesse mesmo ano primeiro-secretário do Comitê Municipal do PCB em Belo Horizonte. Em 1967 rompeu com o PCB e participou da fundação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, organização ligada a Carlos Marighella e que defendia as ações armadas contra o regime militar. Em 1969 e 1970, Gilnei militou na Ação Libertadora Nacional (ALN), criada em 1968 por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, dissidentes do PCB, e que defendia a necessidade da luta armada para derrubar o regime e instalar um governo popular revolucionário.

Participou de um assalto a banco em 1969, sendo preso e condenado a quase dez anos de prisão em março de 1970. Anistiado em 1979, deixou a prisão em dezembro deste ano, mas sob liberdade condicional, revogada apenas em 1985. Foi um dos fundadores do PT em Belo Horizonte e deputado pelo mesmo partido, nos âmbitos estadual e federal. JALLES, Cristiane; MARQUES, Arnaldo. **Verbete: Gilney Amorim.** In: CPDOC. 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gilnei-amorim-viana>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

Pelo telefone ouvimos, diretamente do Congresso Nacional, os choros e protestos de nossas mães, pais, esposos e esposas, parentes e lideranças do movimento pela Anistia que estiveram nas rampas, nas galerias e nos gabinetes lutando até a última hora para nos libertar da prisão e libertar o povo brasileiro da repressão institucionalizada.

[...]

Após ouvir nossos familiares, deputados e senadores do MDB, lideranças do movimento pela Anistia, eu e mais 14 presos políticos da Frei Caneca (como os demais presos políticos em greve de fome em São Paulo, Fortaleza, Salvador e Recife, Natal) reunimos nossas últimas forças físicas para fazer uma avaliação da greve de fome e da luta pela Anistia, e chegamos a três conclusões: a Anistia não saiu como a gente queria; nós continuaríamos presos, por mais algum tempo; mas a ditadura militar estava com os seus dias contados!

Pausadamente caminhamos até o refeitório e esperamos a nossa primeira refeição ao 33º dia de greve de fome, com aquela alegria interior dos que se sentem vitoriosos!<sup>167</sup>

Retomando as discussões relativas à Lei da anistia, é importante salientar que ela foi criada no sentido de dar uma resposta às pressões nacionais e internacionais e para salvaguardar os militares. Assim:

A Anistia Amplia Geral e Irrestrita torna-se incontrastável palavra de ordem nacional que deveria ser enfrentada à altura pelo sistema. Não havendo mais como ignorar ou contornar a situação, os militares dirigem todos os seus esforços para tentar controlá-la. Articula-se estratégia de apropriação, esvaziamento e regulação da bandeira com o intuito de enquadrá-la nos rígidos parâmetros estabelecidos pelo projeto de normalização defeituosa em andamento, que prevê o emparedamento das discussões políticas nos domínios do aparelho de governo e, no limite, se não fosse possível evita-lo, no estreito e descaracterizado espaço do parlamento.<sup>168</sup>

A partir desse controle da anistia e do processo de transição, mantiveram-se as lideranças ditatoriais no poder e se possibilitou a anistia de torturadores e assassinos. Os crimes conexos abarcam os militares e agentes a serviço da ditadura militar e exclui os crimes de sangue, que seriam assalto, terrorismo, sequestro e atentado pessoal. Sobre os crimes conexos, Danielle Forget aponta:

Ao mesmo tempo que deixa transparecer, em termos velados, que admite a possibilidade de seus agentes terem cometido sevícias na prática da repressão, o governo justifica esse estado de coisas, como se as circunstâncias engendradas pelo regime de exceção explicassem por si só tais barbaridades.<sup>169</sup>

A partir da anistia parcial, de agosto de 1979, os CBA's promovem o recebimento dos exilados nos aeroportos e rodoviárias. Evento simbólico e também necessário para a proteção dos exilados.

<sup>167</sup> VIANA, Gilney. O dia da anistia visto por um preso político. In: FUNDAÇÃO Perseu Abramo. 23 abr. 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/04/23/gilney-viana-o-dia-da-anistia-visto-por-um-preso-politico/>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

<sup>168</sup> GRECO, 2003, p. 132.

<sup>169</sup> FORGET, 1994, p. 128.

Estes lugares de trânsito – quase não-lugares – tornam-se então espaços preferenciais de luta. Os retornados são recebidos com alarde pelos movimentos de anistia que garantem amplas comissões de recepção e a devida mobilização da imprensa, condições imprescindíveis para a garantia da integridade física dos companheiros exilados e clandestinos – também estes começam a emergir do terrível exílio na própria terra a quem foram submetidos. Estas jornadas representam notável exercício de contramemória: cada retorno de famosos ou anônimos, mesmo quando individual e descoordenado, significa avanço no processo de recuperação das lembranças de uma história de terror, de uma história de luta, de uma história de vida.<sup>170</sup>

Com a lei da anistia, os CBA's precisam se reorganizar e planejar os objetivos e ações nesse momento posterior à luta pela lei da anistia. A principal bandeira de luta é a busca pela anistia ampla, geral e irrestrita e a libertação dos presos políticos. A lei, apesar de não ter atingido todos os objetivos, desmobilizou bastante os movimentos pela anistia.

A Lei da anistia foi criada a partir da relação entre a sociedade civil e a ditadura, nesse conflituoso processo de distensão. Mesmo com suas restrições, a anistia foi considerada por muitos como uma vitória (apesar de alguns serem contra qualquer tipo de barganha). O governo buscava uma anistia que promovesse o esquecimento, para apaziguar a sociedade, enquanto os movimentos pela anistia buscavam uma Anistia Amplia, Geral e Irrestrita, com a punição dos torturadores e direito à memória, justiça e reparação.

Nos próximos capítulos, ao analisar as trajetórias de Therezinha Zerbini e Helena Greco, iremos perceber que a luta da anistia não se restringiu à obtenção da Lei, mas a luta por outros direitos.

## 2.5 O Movimento feminino pela anistia: origem e os núcleos regionais

“Não vos contenteis em contemplar da orla, preguiçosamente o que se passa no mar em fúria. [...] Entre a ação e o pensamento não há separação.”<sup>171</sup>

O Movimento Feminino pela Anistia foi criado no ano de 1975 e lançado na cidade de São Paulo em março deste ano, com o *Manifesto da mulher brasileira em favor da Anistia*, onde salientaram o papel das mulheres enquanto cidadãs e solidárias, visando a conciliação nacional:

<sup>170</sup> GRECO, 2003, p. 220.

<sup>171</sup> FEBVRE (1965, p. 32-33) citado por MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Lucien Febvre: história.** São Paulo: Ática, 1978, p. 7.

Nós, mulheres Brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a ANISTIA, AMPLA E GERAL a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia de necessidade da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO!<sup>172</sup>

Com o intuito de divulgar o Manifesto, as integrantes do MFPA passaram a enviar cartas para outras mulheres e buscar assinaturas de apoio ao documento, convocando-as a lutar pela anistia, salientando sempre a solidariedade feminina. O *Manifesto da Mulher Brasileira* foi enviado à Presidência da República e aos partidos MDB e ARENA, com as 16 mil assinaturas colhidas, sendo inclusive lido no Congresso Nacional pelo líder do MDB no senado, Franco Montoro.

Por questão de segurança, o movimento foi registrado em cartório como entidade civil. Quando criado, o MFPA era composto por oito mulheres: as advogadas Therezinha Zerbine<sup>173</sup> e Aldenora de Sá Porto, a catedrática de psicologia na PUC-SP, Madre Cristina Sodré Dória, a socióloga Neusa Cunha Neto Franco, a pedagoga Margarida Naves Fernandes, a técnica de comunicação Yara Peres e as estudantes de Direito Virginia Vasconcelos e Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbine.

O lançamento nacional e internacional do Movimento ocorreu no Congresso Internacional de Mulheres realizado em julho pela ONU (Organização das Nações Unidas), entre os dias 19 e 27 de julho, referente ao Ano Internacional da Mulher. A advogada Therezinha Zerbine (graduada em ciências jurídicas e especialista em direito administrativo), líder do movimento, foi ao México participar do congresso e divulgou a ideia da anistia a nível de América, inclusive lendo o *Manifesto da Mulher Brasileira*. Em sua fala na Conferência da ONU, Therezinha enfatiza o papel da mulher na luta pela Anistia, liberdade, igualdade e reestabelecimento da paz:

O Ano Internacional da Mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz. A terceira meta do Ano Internacional da Mulher é fortificar o papel das mulheres no trabalho pela paz mundial. [...] nós mulheres de todo o mundo devemos propor que seja apresentada uma moção aos governos de todos os

<sup>172</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Manifesto da mulher brasileira em favor da Anistia. In: ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia: semente de liberdade**. São Paulo: Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 27.

<sup>173</sup> Apesar da historiografia apresentar duas maneiras de escrever o sobrenome de Therezinha Zerbine (Zerbine – Zerbini), utilizarei nessa dissertação a primeira grafia, de acordo com o livro: ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia: semente de liberdade**. São Paulo: Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada Anistia, conduzindo à meta de pacificação da família nacional.<sup>174</sup>

Therezinha Zerbine era esposa do general legalista Euryale Zerbine, cassado em 1964 pelo AI-1 por defender o governo de João Goulart, sendo preso logo após a deflagração do golpe militar, voltando para casa apenas no dia 22 de maio. Sobre a prisão do General Zerbine, Ana Rita Fonteles aponta que Therezinha utilizou o posto de general do marido para exigir melhores condições de cárcere:

O acontecimento propicia a criação de laços da família com setores de resistência à ditadura militar, como a Igreja e o movimento estudantil. Libertado, porém cassado, o general Euryale Zerbini realiza sonho antigo: cursar Filosofia. Na USP, conhece o cearense Tito de Alencar Lima, Frei Tito, dominicano do movimento estudantil. Por meio da amizade, tem-se mais um fator de motivação para o ingresso de Therezinha Zerbini na luta pela anistia.<sup>175</sup>

É relevante que nos atentemos ao fato de que Therezinha parte desse lugar de graduada, de classe média e esposa de um general de importante carreira. A criação do MFPA tem relação direta com o impacto familiar causado pela ditadura, além da sua formação em Direito e sua posterior aproximação com opositores de esquerda como Frei Tito de Alencar. Therezinha foi indiciada em novembro de 1969, por investigações referentes ao Congresso da UNE em Ibiúna, no qual ela ajudou Frei Tito a conseguir um sítio para realização do congresso, mas após depoimento no DOPS foi liberada. Presa novamente em fevereiro de 1970, permaneceu 6 meses no Presídio Tiradentes. Não foi torturada, no entanto durante sua passagem<sup>176</sup> na sede da Operação Bandeirante<sup>177</sup> passou por acareação com Frei Tito, que estava bastante machucado em decorrência das intensas torturas às quais fora submetido. A partir dessas experiências com a repressão ditatorial

<sup>174</sup> ZERBINE, 1979, p. 28-29.

<sup>175</sup> DUARTE, 2009, p. 44.

<sup>176</sup> A filha de Therezinha, Eugenia Zerbine relatou a Comissão Nacional da Verdade que foi estuprada ao visitar a mãe na sede da OBAN, na época tinha 16 anos. VILLAMÉIA, Luiza. A filha do general. GGN: o jornal de todos os Brasis. [s.l.], 25 set. 2013. Disponível em: <<https://jornalgn.com.br/clipping/a-filha-do-general>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>177</sup> “Um dos órgãos de repressão mais violentos na história da Ditadura Militar no Brasil foi a chamada Operação Bandeirante, criada pelo II Exército em São Paulo, no mês de julho de 1969. Foi um centro integrador das forças que reprimiram os que resistiam ao regime ilegal e ilegítimo dos militares que deram o Golpe em 1964. As suas instalações eram localizadas na rua Tutóia, onde atualmente funciona o 36º distrito policial. Inicialmente, um centro clandestino de detenção e tortura que reuniu integrantes das três forças militares assim como um pequeno contingente “escolhido a dedo” de soldados da Força Pública e da Polícia Civil do Estado de São Paulo. A partir de meados de 1970, a Operação Bandeirante tornou-se uma estrutura oficial das forças do Exército, passando a ter o nome de DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações ligado ao Centro de Operações de Defesa Interna). Na década de 80, os DOI foram renomeados SOP – Setor de Operações.” SÁBADO resistente: 40 anos da criação da Operação Bandeirante: a repressão clandestina transformada em rotina. In: MEMORIAL da resistência de São Paulo. [2009]. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?mn=68&c=148&s>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

e a percepção do sofrimento dos presos, exilados e cassados que Therezinha tem a iniciativa de criar o MFPA.

Destarte, o contexto que o MFPA surge é de revisão das táticas e práticas dos grupos de oposição, como o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), o Movimento Estudantil, APML (Ação Popular Marxista Leninista), dentre outros. Esse grupo de mulheres luta no espectro de fortalecimento da cidadania e busca dos direitos humanos, uma forma de luta diferente dos grupos que entraram em embate com a ditadura de forma clandestina e muitas vezes utilizando a luta armada, sem fazer qualquer comparação do sentido de que uma forma de embate fosse mais importante ou legítima que a outra, apenas é importante localizar a luta do MFPA, que se dá em diálogo com o Estado, buscando as brechas desse regime autoritário para se articularem.

[...] a articulação de partidos e organizações de esquerda em torno da luta pelas liberdades democráticas permitiu que esta esquerda se somasse e, em muitos casos liderasse, o movimento civil contra a ditadura militar que começa a ganhar expressão em meados da década de 1970.<sup>178</sup>

Nessa perspectiva, a tática do MFPA vem no sentido de lutar dentro do jogo do Estado, diferentemente de alguns setores da esquerda, posto que vários revolucionários sofreram intensas torturas, com vários sendo assassinados e alguns impossibilitados até de terem um enterro digno, sendo classificados como “desaparecidos”. Buscavam travar uma luta contra os arbítrios da ditadura, mas dentro do próprio sistema, não na clandestinidade.

Embora não se posicionasse como militante clandestina, em comparação com os que anteriormente se integravam nas organizações de esquerda, a advogada foi presa duas vezes. Dessa forma ela passou a ser conhecida pelos militares não apenas por ser a esposa do general cassado, mas também por suas passagens em 199 pelo DOPS para depor em 1970 na OBAN por seis meses.<sup>179</sup>

Sendo assim, a cautela e o uso de uma tática mais defensiva são tidos como necessários para proteger a vida das mulheres do MFPA. Além do fato de que a culpado caminho traçado pelos filhos muitas vezes recaía sobre as mães; culpadas pelos militares, vizinhos e até familiares. Além da preocupação com a segurança dos filhos, elas deviam tomar cuidado para não colocar a própria vida em risco. “A consciência da possibilidade

<sup>178</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p.12.

<sup>179</sup> VARGAS, Mariluci Cardoso de. *Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres, opositoras à ditadura civil-militar*: a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979). 2010. 320 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010, p. 55.

real de repressão, prisão, tortura e risco de morte fez a tomada de precauções na condução do Movimento Feminino pela Anistia.”<sup>180</sup>

Para Therezinha Zerbine o MFPA se vinculava à ideia de paz, já que sem a anistia não era possível pacificar o país. Nesse sentido, no congresso da ONU referente ao Ano Internacional da Mulher, ela vincula a anistia ao tema da paz, dentre os temas sugeridos no evento: igualdade, desenvolvimento e paz. Inclusive, o símbolo do MFPA era a pomba da paz com as iniciais do movimento. Os eixos do discurso do MFPA se baseavam na participação, cidadania e direitos humanos.

[...] as componentes do Movimento Feminino pela Anistia se caracterizavam como cidadãs, ou seja, mulheres interessadas pelos problemas sociopolíticos do país e dispostas a lutar pela anistia. A ênfase no papel da cidadã estava ligada às comemorações do Ano Internacional da Mulher, em 1975. E, também, ao fato de a cidadania plena ter sido negada pela própria ditadura, que cerceava homens e mulheres de lutarem pelos seus direitos através da participação.<sup>181</sup>

Apesar do caráter não partidário exposto diversas vezes pelas integrantes do movimento, para os militares o MFPA estaria vinculado a organizações políticas e seria um braço de apoio dos “subversivos”. Como se as mulheres não tivessem iniciativa própria e não conseguissem se organizar sozinhas.

A utilização de tutela como forma de definir a ação política do MFPA faz pensar sobre a não aceitação dos órgãos de informação e repressão do movimento desenvolvido de forma independente pelas mulheres. A proteção, assim, torna-se compreensível, pela busca constante dos órgãos de repressão de responsáveis da ação.<sup>182</sup>

O MFPA surgiu numa posição defensiva, devido ao medo da repressão. Desta forma, o uso do discurso de protetoras da família pode ser compreendido como uma estratégia de luta. Therezinha era muito preocupada com a boa imagem do movimento, enfatizando sempre que era um movimento de paz e de mulheres lutando pelas famílias.

No entanto, muitos presos não concordavam com a postura e táticas do MFPA, achavam que era uma tática de “flores em tempos de guerra”.

<sup>180</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Em guarda contra a repressão:** as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. 2007. Trabalho apresentado ao XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007, p. 6. Disponível em:

<<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0646.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.

<sup>181</sup> PAULA, Adriana das Graças de. **Pensar a democracia:** o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985). 2014. 155f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 68.

<sup>182</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles: **Memórias em disputa e jogos de gênero:** o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). 2009. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 49.

O MFPA tinha o objetivo de transparecer que não era mais um movimento desordeiro de cunho político, nem religioso, com essa atitude o MFPA foi ganhando espaço para articular a luta contra a ditadura. Na teoria era uma questão de sobrevivência não deixar aflorar o lado político do movimento. Agora na prática usando as ações diárias as integrantes do MFPA estavam devolvendo novamente o caráter público para a política que o regime militar conseguiu transformar em caráter privado evitando e combatendo as manifestações públicas.<sup>183</sup>

A luta das mulheres do Movimento Feminino pela Anistia começa no âmbito privado, mas parte para o público. As motivações pessoais podem ter impulsionado essas mulheres, mas a causa vai muito além disso, no âmbito político de salvaguarda dos direitos humanos e luta pela liberdade. De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte:

É quase imediata a associação entre a força do mito de Antígona – a irmã que desafia a tirania para sepultar o irmão, acusado de atacar a pátria e seus deuses – e as práticas de resistência civil protagonizada por mulheres em diversos momentos históricos, especialmente quando estes demandavam ações públicas de personagens acostumadas a reservar-se ao mundo privado.<sup>184</sup>

A luta pela anistia estava associada à ideia de conquista de espaço político. Além disso, a luta promovida por esse movimento de mulheres não estava desvinculada de outras pautas, como emancipação feminina, creches e etc. Porém, o objetivo do MFPA era a conquista da anistia política e, para Therezinha, trazer outras pautas poderia prejudicar o foco do movimento.

As guerras e as ditaduras impõem agressões às esferas pública e privada, com sanções econômicas e sociais, mas sobretudo através de ameaças à célula familiar. As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público em contato direto com o agressor. Saem da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos coletivos, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em movimento de protesto moderno.<sup>185</sup>

Desta forma, é possível aludir que esse grupo de mulheres usaria o gênero a seu favor? Tendo em vista que elas lutaram usando o espaço que lhes fora dado de protetoras da família, donas de casa e conciliadoras? Para Ana Rita Fonteles Duarte:

A fim de libertar parentes presos ou continuar militâncias interrompidas, interferindo na realidade política do momento, as mulheres investem em identidades de gênero, ora reforçando padrões tradicionais de comportamento, ora assumindo posições de ruptura para o esperado ou desejado para mulheres, na relação que mescla a necessidade de se protegerem ou esquivarem da repressão e a diferenciação de interesses no próprio grupo.<sup>186</sup>

<sup>183</sup> SOUZA, André Pinheiro de. **Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA- CE):** as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980). 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012, p. 34.

<sup>184</sup> DUARTE, 2007, p.1.

<sup>185</sup> DUARTE, 2007, p. 2.

<sup>186</sup> DUARTE, 2009, p. 15.

É relevante salientar que as mulheres sofreram a repressão de forma indireta e direta e os “valores femininos tradicionais” foram utilizados para dar credibilidade ao movimento. O que não quer dizer que elas não tenham esses valores, não era uma encenação, mas um uso político do privado. Segundo André Pinheiro, de acordo com entrevistas concedidas, as participantes do MFPA:

Baseavam suas ações em sentimentos ligados à maternidade, fragilidade, cuidado natural com sua família, como as guardiãs do lar e da família brasileira. O movimento que se contrapôs fez isso com elementos do imaginário feminino aprovado e disseminado pelo Regime Militar: a mulher agindo como defensora do lar e da família brasileira atuando contrária a conflitos e rupturas.<sup>187</sup>

Essas questões serão vistas a partir do cotidiano do movimento, seja na breve análise dos núcleos regionais ou nos capítulos sobre Therezinha Zerbine e Helena Greco. Sendo relevante ter em mente que o feminismo era ridicularizado no período, rechaçado ou ignorado em grande parte da mídia. Portanto, vincular-se à imagem das feministas poderia ser prejudicial ao MFPA. Por outro lado, o MFPA foi em muitos casos a porta de entrada do feminismo para muitas mulheres.

As discordâncias não impedem que o MFPA atue de forma articulada em diversas oportunidades, em âmbito nacional ou local, com entidades feministas para se expressar publicamente. Em 1978, por exemplo, com o Centro da Mulher Brasileira e com a Sociedade Brasil Mulher, o MFPA assina Manifesto de Solidariedade às presas políticas em greve de fome.<sup>188</sup>

Outra questão que também será discutida de forma mais detalhada no decorrer dos próximos capítulos é o formato da Anistia visada pelo MFPA. Como visto no Manifesto da Mulher Brasileira, de início o movimento levantou a bandeira da Anistia Ampla e Geral, só a partir da criação do CBA em 1978 e da forte adesão da bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que o MFPA ampliou a anistia visada, ou seja, buscou a anistia para os chamados crimes de sangue. O MFPA e o CBA surgiram em momentos diferentes da ditadura militar, o que pode ser relevante para pensar as posturas diferentes. Quando o MFPA surgiu, o tema da anistia era praticamente um tabu na sociedade. Apesar da posse em 1974 de Geisel, que colocou como uma das pautas do seu governo uma política de distensão para uma via democrática, o medo da repressão ainda era grande. Já o CBA surgiu após três anos de intenso trabalho do MFPA divulgando a ideia da anistia.

Além do MFPA nacional, liderado por Zerbine, surgiram núcleos em vários estados do país: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Paraná,

---

<sup>187</sup> SOUZA, 2012, p. 17.

<sup>188</sup> DUARTE, 2009, p. 57.

Brasília, Minas Gerais, Goiás, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Sergipe. Apresentarei a seguir, algumas características e ações dos núcleos do movimento, o que é importante para termos uma visão mais ampla e das especificidades dos núcleos. Não foi possível analisar todos os núcleos, trato apenas daqueles sobre os quais foram produzidos trabalhos acadêmicos.

O núcleo de Minas Gerais, tendo Helena Greco como presidente regional, será analisado no capítulo 3 da dissertação. O núcleo do Rio Grande do Sul teve início no dia 20 de junho de 1975, na cidade de Porto Alegre, com Lícia Peres<sup>189</sup>, que se tornou a presidente do núcleo, apresentando o *Manifesto da Mulher Brasileira* às convidadas da reunião realizada na sede da Associação Rio-Grandense de Imprensa. As lideranças do MFPA-RS são da “alta-sociedade” de Porto Alegre, de acordo com Mariluci Cardoso de Vargas:

Também a origem social das mulheres lideranças do MFPA-RS está ancorada na “alta sociedade” porto alegrense, na qual as mulheres ou tinham uma origem social privilegiada e uma formação de curso superior, ou eram esposas de médicos, advogados, jornalistas ou políticos (atividades que geravam status social). Quanto à religião o movimento se coloca sempre como cristão.<sup>190</sup>

As mulheres gaúchas do MFPA não tiveram o mesmo apoio da Igreja Católica que as de São Paulo, que eram apoiadas por Dom Paulo Evaristo Arns. Apesar de Dom Vicente Scherer não ter divulgado e apoiado as causas do MFPA-RS como elas esperavam, elas conseguiram cerca de 8 mil assinaturas para o Manifesto da Mulher Brasileira, mesmo sem esse importante apoio, o que significou mais da metade das assinaturas obtidas a nível nacional.

Dilma Vana Rousseff foi designada por Therezinha Zerbine para encontrar uma mulher no Rio Grande do Sul para organizar o núcleo do MFPA gaúcho. Therezinha e Dilma se encontraram na prisão, e apesar de posições e táticas políticas tão diferentes, acabaram se aproximando. Quando da fundação do MFPA, Dilma estava morando em Porto Alegre, cidade de origem do então marido.

A experiente militante tinha 28 anos em 1975 e não presidiu o núcleo gaúcho pelo fato de ainda estar sob a vigilância dos militares, todavia o motivo não sufocou a sua vontade de atuar, pois na difícil formação e estruturação do

---

<sup>189</sup> Lícia Margarida Macedo de Aguiar Peres foi uma socióloga, natural de Salvador – Bahia e mudou-se para o Rio Grande do Sul pelo casamento com Glênio Peres. Lícia concorreu a cargos públicos pelo PDT duas vezes: em 2004, quando foi candidata a vice-prefeita de Porto Alegre e em 2010, quando concorreu ao Senado. Feminista, escrevia com regularidade sobre pautas das mulheres. Além disso foi a dirigente da Ação da Mulher Trabalhista (AMT), órgão que congrega as mulheres do PDT e participou da comissão do Acervo de Luta contra a Ditadura no Rio Grande do Sul desde sua criação, no início dos anos 2000. Faleceu em março de 2017.

<sup>190</sup> VARGAS, 2010, p. 52.

movimento não foram poucos os momentos em que Dilma esteve pronta para contribuir.<sup>191</sup>

Já organizado o movimento e suas lideranças, o MFPA-RS visou o fortalecimento da oposição, almejando a vitória do MDB nas eleições de 1976, partido que apoiou e divulgou diversas vezes as atividades do movimento. Com o intuito de que a luta da anistia não fosse confundida ou prejudicada pela campanha de seu esposo, Lícia Peres transferiu a presidência do MFPA para Mila Cauduro, em virtude da candidatura de seu marido, Glênio Peres<sup>192</sup> a vereador de Porto Alegre. No entanto, Glênio teve seu mandato cassado, em fevereiro de 1977, em razão dos militares quererem impedir que o MDB tivesse maioria na câmara de vereadores.

Além das cassações no RS, um outro fato marcou esse período: A morte do ex-presidente João Goulart, em dezembro de 1976, ainda no exílio. Integrantes do MFPA-RS foram ao velório, colocando inclusive uma bandeira da anistia no seu caixão. Quando da missa de um mês do falecimento do ex-presidente, o movimento convocou a população para comparecer à Igreja no dia 06 de janeiro de 1977. Após a missa, houve manifestações de apoio à anistia na porta da igreja e os ali presentes foram agredidos por uma brigada militar do Estado, que os empurraram para dentro da igreja.

Ao contrário de outros núcleos, as integrantes do MFPA-RS não entraram em conflito com as decisões e perspectivas de Therezinha Zerbine, no que se refere à perspectiva da anistia. Desta forma:

Em relação ao grupo do Rio Grande do Sul não há indícios de desentendimento ou disputas, pelo menos na questão da concepção da anistia, as presidentes Mila e Lícia dialogavam com tranquilidade com a presidente nacional, de modo que implementaram o MFPA no RS aos moldes do originado em São Paulo. As diferenças entre os dois núcleos se deram na maneira como foram executadas as ações do grupo, na receptividade tanto dos políticos em disseminar a causa, tanto dentro das organizações da sociedade civil e nos espaços que foram ocupados por elas.<sup>193</sup>

Entretanto, ocorreu uma divergência de concepções entre o MFPA-RS e o nacional, referente a uma edição do jornal *Maria Quitéria*, onde se priorizava o retorno de alguns exilados, fato que fez com que este número do jornal não fosse distribuído no sul. De acordo com Vargas:

---

<sup>191</sup> VARGAS, 2010, p. 68.

<sup>192</sup> GLÊNIO PERES foi vereador por vários mandatos e vice-prefeito da cidade de Porto Alegre. A primeira eleição de Glênio para vereador foi em 1963, ganhando notoriedade em 1977 ao denunciar em um discurso a tortura e a falta de liberdade durante o regime militar. Além da atuação política, era jornalista e produtor de teatro. Faleceu em fevereiro de 1988. Foi homenageado em 1992 pela prefeitura, com a mudança de nome do Largo do Mercado Públco, hoje largo Glênio Peres.

<sup>193</sup> VARGAS, 2010, p. 122.

Entre as dirigentes do MFPA o desejo do retorno de algumas personalidades políticas exiladas foi motivo de divergência entre as entidades do RS e de SP em razão de uma matéria do Boletim Maria Quitéria que publicou uma entrevista onde demonstrava priorizar o retorno de algumas personalidades políticas em detrimento de outras, incluído neste último grupo estava o nome de Brizola. Inconformadas pela atitude discriminatória as lideranças do MFPA-RS enviaram uma carta ao grupo paulista demonstrando estarem em desacordo com a atitude de publicar no boletim informativo tal restrição, visto que embora algumas dirigentes do Sul tivessem relações pessoais com o ex- governador gaúcho, em nenhum momento optaram por direcionar a campanha pela anistia a este em específico, mas a todos os exilados.<sup>194</sup>

A partir do ano de 1978 e da criação do CBA há uma maior popularização da luta pela anistia no Rio Grande do Sul e isso também se estende ao restante do país, havendo um fortalecimento da base e ampliação da anistia desejada. Ao contrário do CBA, o MFPA não citava em suas plataformas a apuração e julgamento dos casos de tortura, focavam no aspecto de pacificação, conciliação e esquecimento, que somente a anistia poderia trazer.

Há tendência em identificar o CBA como catalizador mais importante da campanha da anistia, em detrimento do MFPA, mais restritivo e de abordagem pouco política, embora precursor. A luta do MFPA é dita importante, na medida em que abre caminhos ao CBA, em 1978.<sup>195</sup>

O CBA, diferentemente do MFPA, declarava um enfrentamento direto à ditadura, especificamente à Doutrina de Segurança Nacional, que era a base ideológica do regime, além disso, não havia uma direção nacional como no MFPA, cada região se organizava autonomamente.

Embora as representações do MFPA-RS estivessem muito próximas do entendimento da anistia como esquecimento, ou da luta como reconciliação e pacificação, mesmo que para isso tivesse que sepultar todas as violações cometidas pelo regime, é fato que as mulheres do movimento se construíram para a posteridade, de maneira a demarcar uma resistência por justiça e liberdade.<sup>196</sup>

No que se refere às pautas femininas, a relação das mulheres do MFPA-RS com este tema se modifica durante o período de luta pela anistia. Se antes utilizavam características femininas tradicionais como forma de legitimação, agora lutam por uma ampliação do espaço das mulheres no âmbito público.

É notável o desejo de independência em relação aos homens, por mais que continuassem a exigir o retorno destes. A representatividade masculina não era mais suficiente já que as mulheres poderiam atuar conjuntamente, mesmo no caso de lideranças como o tão citado Leonel Brizola. Embora nos primeiros anos as líderes do MFPA-RS (tanto a discreta Quita Brizola, como a pragmática Mila Cauduro, quando a hábil Lícia Peres) tenham se utilizado de algumas práticas políticas tradicionais, elas também aprenderam com as

<sup>194</sup> VARGAS, 2010, p. 193.

<sup>195</sup> DUARTE, 2009, p. 92.

<sup>196</sup> VARGAS, 2010, p. 130.

inovações dos movimentos sociais, ao perceberem que podiam agir politicamente sem precisar delegar a terceiros, especialmente homens, suas posições, opiniões, funções. E isso está associado não ao desejo de tornar o poder do partido ou Estado, mas de modificar as práticas, muitas delas ligadas a cultura política autoritária vigente.<sup>197</sup>

Lícia e Mila, ambas ex líderes do MFPA-RS, receberam vários prêmios por suas participações na luta pela anistia, diferentemente das integrantes de Santa Catarina, que ficaram “no esquecimento”. O MFPA, para essas mulheres, além de ser um espaço de participação da luta política, ligado às ideologias que elas tinham, também era um importante veículo de ligações afetivas, seja entre as integrantes ou familiares de presos e presos políticos, relações carregadas de solidariedade e amizade. Desta forma, o público e o privado se misturam, como quando o marido de Lygia de Azeredo Costa, uma das integrantes do movimento, o médico Rubens Menna Barreto Costa emprestou seu carro e motorista para as mulheres do MFPA.

A seção Ceará surgiu em março de 1976 e a líder era Nildes Alencar, irmã de Frei Tito de Alencar. Cada movimento regional tinha suas especificidades, e o núcleo de Ceará estava muito ligado a questões sociais. Havia dentro do MFPA-CE uma “disputa” entre as “familiares” e as “politizadas”. As primeiras, como o nome diz, tinham parentes atingidos diretamente pela repressão da ditadura, já as segundas eram mulheres que tinham uma atuação política antes do movimento, e perceberam o mesmo como uma maneira de continuar na luta:

No grupo das “familiares” algumas tinham a opinião de que o outro grupo era composto por “pessoas mais alteradas” que, em determinado período, geravam medo por “quererem ousar demais”, o que poderia interferir negativamente na luta pela libertação dos parentes.

Porém, no grupo das “politizadas”, também chamado de “o grupo da Maria Luíza”, existia a opinião de que o grupo das “familiares” era mole, não tinha o comprometimento com o Movimento no todo, só se preocupava com a coisa imediata: a libertação dos parentes.<sup>198</sup>

Porém esses dois grupos se misturam, não é uma divisão de objetivos e práticas tão claras. As familiares, por exemplo, se politizam durante o processo, enquanto as politizadas ajudam as familiares na busca da libertação dos parentes. Os embates ideológicos não se restringiam ao núcleo do Ceará, mas com o próprio Movimento Nacional, na figura de Therezinha Zerbine. Sobre a líder do MFPA, Ana Rita Fonteles Duarte aponta:

A senhora considerada “durona”, “autoritária”, até mesmo “de direita” por militantes do MFPA-CE, participa ativamente da fundação no núcleo cearense. Vindo a Fortaleza para palestra para familiares e simpatizantes da anistia,

<sup>197</sup> VARGAS, 2010, p. 151.

<sup>198</sup> SOUZA, 2012, p. 41.

interfere diretamente na escolha da presidente local e acompanha de perto, com visitas algumas vezes e, de longe, por meio de cartas, o cotidiano do Movimento do Ceará, com o objetivo de evitar a utilização do Movimento por partidos ou organizações políticas que extrapolam a luta específica do MFPA, fazendo seguir à risca o Estatuto Nacional.<sup>199</sup>

Therezinha era contra o uso do movimento para fins partidários e a participação de homens, tendo em vista que era um movimento feminino, entrando em conflito com parcela do MFPA-CE que permitia participações de homens no movimento. O 1º Encontro Nacional do MFPA é realizado no sentido de unificar mais o movimento, posto que, de acordo com Mariluci Cardoso de Vargas, “Havia divergências entre os núcleos do Ceará, Bahia e Minas Gerais com a direção paulista, pois em alguns aspectos não era possível estabelecer um consenso entre todos os núcleos que, como todo movimento, não era homogêneo”.<sup>200</sup>

Uma das principais pautas do MFPA, em âmbito nacional, era mudar a imagem que o governo passava de que os presos políticos eram bandidos. As integrantes do movimento inclusive faziam visitas regulares aos presos políticos, aqui o público e privado se misturam nas cadeias. Era um momento de solidariedade, apoio e também de troca de informações, como cartas dos presos que se tornariam registros históricos. O grupo de mulheres buscava diferenciar os familiares dos presos comuns, conquistando amenização até da austeridade da revista, mas as conquistas ora avançavam, ora recuavam.

A forma de descaracterizar suspeitas das familiares e amenizar o clima de tensão era levar as crianças. Certamente não se tratava somente de uma estratégia para diminuir a desconfiança, posto que alguns casais tiveram filhos antes da prisão, ou por trás das grades, sem perspectiva de liberdade. Entrevistas apontam a tentativa da manutenção do equilíbrio emocional de presos e familiares.<sup>201</sup>

Através da pesquisa e das entrevistas, Ana Rita Fonteles Duarte percebeu duas posições entre as integrantes do MFPA, uma parcela passou a levantar a bandeira feminista, como no UMC (União das Mulheres Cearenses) criado em 1979. Outras veem o feminismo como um movimento segregacionista, apontando, inclusive, que a opressão social recai sobre todos, não apenas nas mulheres.

A concepção de “divisionismo” relacionado ao feminismo diferencia-se no grupo. Ex-militantes elaboraram-no subjetivamente como empecilho à mobilização de grandes causas defendidas pelas esquerdas e identificam a causa feminista, em competição e desprezo pelos homens. A identificação da feminista como a mulher que quer tornar-se homem, ou, por vezes lésbica,

<sup>199</sup> DUARTE, 2009, p. 135.

<sup>200</sup> VARGAS, 2010, p. 122.

<sup>201</sup> DUARTE, 2009, p. 157.

compõe esse imaginário, explicitando a permanência de ideias que corroboram a divisão “natural” de papéis femininos e masculinos para o bom funcionamento da sociedade.<sup>202</sup>

Na própria esquerda brasileira do período, a imagem do militante, guerrilheiro, era ligado ao masculino, enquanto as mulheres ficavam com as tarefas secundárias.

A visão inferiorizada é introjetada por militantes, mesmo as que não ingressaram na militância através de pais e maridos. Elas não conseguiram seguir as regras do jogo, aceitando posições de interiorização, rejeitando cargos, abrindo mão de defesa de ideias, pela dificuldade de se expressar publicamente, por timidez, insegurança ou recusa em competir. A invisibilidade, desta forma, é reconhecida por mulheres militantes que atuaram antes ou depois do Golpe de 64.<sup>203</sup>

Ainda de acordo com a autora, no Ceará é nítida a diferença de espaço dado aos homens e as mulheres quando se trata da ditadura, nos próprios eventos públicos e escritos sobre o período é possível observar esse protagonismo masculino. As mulheres do MFPA são lembradas sempre vinculadas aos estereótipos femininos de protetoras da família e solidárias.

Nas sessões de entrega de indenizações ou comemorações da Lei da Anistia, em que se recordam visitas aos presídios, a solidariedade entre os presos e familiares, as mulheres do Movimento são as mais lembradas assim como advogados e outros que, mesmo sem parentes, lutaram pela anistia. Elas são lembradas pelas homenagens, exaltações e reverência. É bastante comum que vários homens se inscrevam para discursar nesses momentos.<sup>204</sup>

As memórias do período são predominantemente masculinas, com ênfase nas ações do CBA. As mulheres aparecem apenas como abre alas, com o Movimento Feminino pela Anistia, sempre lembradas e homenageadas de acordo com os papéis femininos naturalizados, de protetoras da família. Minha dissertação também vem no sentido de dar voz/espaço para essas mulheres na historiografia sobre o período. Ana Rita Fonteles Duarte entrevistou 16 mulheres dispostas a falar e interessadas em construir uma história sobre o período, sob o olhar das integrantes do movimento.

Guerras e ditaduras impõem agressões as esferas pública e privada com sanções econômicas e sociais, sobretudo com ameaças à célula familiar, com a separação de homens e mulheres, pais e filhos, colocando civis na linha de tiro, transformados em inimigos da nação. As mulheres, pouco presentes no espaço político, fazem a interface entre o privado e o público, em contato direto com o agressor. Acabam saindo da defesa exclusiva do lar e passam a liderar movimentos de defesa coletiva, o que demanda ação política maior: a metamorfose de uma reivindicação arcaica em momento de protesto moderno. Individualmente, essa metamorfose é sentida pela mutação identitária.<sup>205</sup>

---

<sup>202</sup> DUARTE, 2009, p. 177.

<sup>203</sup> DUARTE, 2009, p. 71.

<sup>204</sup> DUARTE, 2009, p. 72.

<sup>205</sup> DUARTE, 2009, p. 23.

Essa invasão da vida privada é presente na rotina de muitos familiares de presos políticos, além da alteração da rotina familiar pelas visitas, apreensões e vigilância. Essas mulheres passam a ter um papel fundamental na manutenção das famílias e apoio, sendo, em muitas vezes, a única ajuda dos presos políticos. A luta das mulheres se coletiviza ao entrarem no MFPA.

O espaço da casa, no contexto da violência da ditadura, perde a aura de lugar eminentemente privado. O cotidiano familiar, nesse momento histórico, para famílias brasileiras, sofre rupturas drásticas. Passa a não ser marcado somente pela rotina de refeições, fins de semana, conversas, comemorações de aniversários e casamentos, mas pela presença constante e abrupta do Estado pela invasão da casa, apreensão de pessoas, documentos, objetos que, de alguma forma, representem provas de acusação, ou pela aterrorizante vigilância.<sup>206</sup>

Como a Lei da Anistia foi restritiva, o MFPA-CE continuou na conscientização, expondo os motivos e as aspirações de quem ainda estava preso e recebendo os exilados nos aeroportos.

A concessão da anistia política em 1979 teve, para o governo, o sentido de aliviar a pressão social. O que se pretendia era tornar a opinião pública mais favorável, a partir da tentativa de desmobilização dos movimentos sociais que lutaram pela anistia aos presos por motivo de opinião.<sup>207</sup>

Em Santa Catarina o MFPA foi formado em 1977. Esse núcleo foi ignorado pela historiografia sobre a luta pela anistia até o ano de 2015, com a monografia de Mariane da Silva.<sup>208</sup> Na história de Santa Catarina se dá mais destaque a eventos como a Novembrada<sup>209</sup>, que é lembrada como única forma de resistência ocorrida no estado, em detrimento da história do MFPA. O núcleo de Santa Catarina era pequeno e de acordo com a historiadora:

Ao conversar com as mulheres que participaram do MFPA catarinense, antes mesmo de marcarmos a data da entrevista, algo em comum me chamou bastante a atenção: passados quase quarenta anos da organização desse movimento, essas mulheres nunca foram cotadas para contarem as suas histórias de luta contra a ditadura. Ou seja, essas sujeitas estavam à frente de um movimento nacional, em defesa da democracia e contra o aparelho repressivo instaurado e nunca foram ouvidas.<sup>210</sup>

---

<sup>206</sup> DUARTE, 2009, p. 104.

<sup>207</sup> RIBEIRO, 2012, p. 41.

<sup>208</sup> SILVA, Mariane da. **O Movimento Feminino pela Anistia:** o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. 2015. 95 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

<sup>209</sup> Evento realizado em 30 de novembro de 1979 pelos Diretórios Acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina, em frente ao Palácio Cruz e Souza na época sede do governo do estado, onde estaria presente o presidente-ditador João Baptista Figueiredo. Essa mobilização reuniu milhares de pessoas, que reclamavam dos gastos exorbitantes com a vinda do presidente, a pobreza da população e contra o regime autoritário. O evento teve grande adesão popular e foi repercutido nacional e internacionalmente. A Novembrada é lembrada no estado como símbolo de luta e resistência.

<sup>210</sup> SILVA, 2015, p. 19.

Para a realização da pesquisa, Silva entrevistou quatro mulheres e percebeu que na história catarinense se dá pouca importância para o MFPA. As entrevistadas veem a importância do movimento mais em relação às famílias dos presos políticos, ao apoio emocional, financeiro e organizacional. A autora aponta a importância de pensar as estratégias de luta desse grupo de mulheres, vez que numa sociedade patriarcal os papéis das mulheres na sociedade são ligados ao privado, além do fato do feminismo ser malvisto na época.

Considerando o espaço público como tipicamente masculino – construção presente no imaginário social formulada por meio da hierarquia de gênero – e o privado, como o doméstico, portanto, feminino – seguindo a lógica dessa construção social. É a partir dessa condição, desse lugar de fala, que as articulações e reivindicações do MFPA estão pautadas.<sup>211</sup>

O núcleo de Santa Catarina tem vários aspectos em comum com os demais núcleos; como apoio aos familiares, jogos de gênero, ora distanciando e ora se aproximando do feminismo. Mas o fato da história dessas mulheres ter sido colocada em segundo plano em detrimento de outras movimentações de resistência à ditadura é relevante. Tanto que as próprias mulheres do movimento não se colocam como protagonistas no processo de luta pela Anistia. Como a pesquisadora apontou, esse núcleo ainda precisa ser analisado em outros trabalhos, sob variadas perspectivas, para entender melhor a ação desse grupo de mulheres, a relevância do movimento e imbricações nas suas vidas pessoais.

O MFPA baiano começou a se organizar no início de 1977. Antes da fundação do MFPA da Bahia já havia uma movimentação dos familiares dos presos políticos da operação Radar<sup>212</sup>, com a busca inclusive de apoio da Igreja Católica, na figura de Dom Avelar Brandão Vilela.

O início da fundação do MFPA, núcleo da Bahia, se deu com a visita de Zerbine a Salvador em janeiro de 1977, antes disso já haviam sido feito os contatos iniciais em fins de 1976, para a organização do núcleo Baiano, essa visita foi muito esperada pelos familiares, jornalistas e instituições que começavam a se reunir todo dia em torno da causa da anistia na Bahia. Esse processo não foi completamente vertical, o movimento foi fundado na Bahia, pois já havia um pequeno grupo de familiares dos presos políticos, intelectuais, políticos e religiosos ativos pela causa da anistia, fato que não aparece muito nas matérias dos jornais da época ou mesmo nos discursos e no livro de Zerbine, onde fica a entender que em cada cidade e estado que ela visitava, ela fundava um núcleo do movimento praticamente sozinha, sem dar muito

<sup>211</sup> SILVA, 2015, p. 36.

<sup>212</sup> A operação Radar foi uma “caçada” nacional aos líderes do Partido Comunista Brasileiro, buscando localizar e desarticular a infraestrutura do jornal Voz Operária e eliminar alguns dirigentes do PCB. A operação militar foi deflagrada em 1973 e durou até 1976. Essa operação, iniciada em São Paulo, perseguiu pessoas por todo o Brasil e podia mudar de nome em cada estado, na Bahia ficou conhecida como Operação Radar.

destaque sobre quem eram essas mulheres e a importância do papel delas para a fundação desses núcleos locais.<sup>213</sup>

A primeira ação do MFPA-BA foi realizar um levantamento sobre as condições dos presos políticos do estado e os demais atingidos pelos atos de exceção. Para além da repressão a nível nacional, os baianos sofriam com o autoritarismo do então governador Roberto Santos, que buscava impedir qualquer manifestação ou ato público de descontentamento com o regime militar. Uma das táticas das integrantes do movimento foi utilizar as datas comemorativas nacionais e as datas do calendário religioso baiano, realizando suas manifestações que incluíam rezas e entrega de poesias nas entradas das igrejas nessas datas. A figura da mãe cuidadosa e sofredora era utilizada pelas mulheres do movimento como forma de angariar o apoio da sociedade e legitimar a luta perante o regime militar.

Em Sergipe o movimento surgiu em 1978, organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) apoiaram as atividades do comitê. O MFPA foi pioneiro, mas a formação do CBA permitiu o crescimento e expansão da luta pela anistia.

O CBA, ao lado do Movimento Feminino pela Anistia, proporcionou a expansão da campanha pela anistia no país, com o apoio de diversos grupos e instituições, como a OAB, Associação Brasileira de Imprensa, Frente Nacional do Trabalho, Comissão de Justiça e Paz, Associação dos Professores Universitários, CNBB, MDB, movimentos estudantis de todo o país, sindicatos de Metalúrgicos, profissionais liberais, intelectuais. Enfim, toda a sociedade, lutando em prol de uma lei de anistia ampla, geral e irrestrita.<sup>214</sup>

O Comitê feminino de Sergipe era liderado por Núbia Marques, professora universitária e primeira mulher a fazer parte da Academia Sergipana de Letras. As reuniões do grupo, inicialmente, eram realizadas nas casas das integrantes, até como forma de proteção.

No Sergipe, o apoio de segmentos da Igreja Católica e associações de bairro foi fundamental para o MFPA. De acordo com Maria Aline Matos Oliveira:

Aos poucos, o movimento pela anistia foi se articulando e crescendo. Nesse sentido, as reuniões deixaram de ser fechadas e passaram a ser públicas, com o apoio dos políticos do MDB, estudantes do DCE, membros da Igreja Católica, pela Sociedade Brasileira do Progresso e Ciência e diversos setores

<sup>213</sup> DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela anistia na Bahia:** do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975-1979). 2017, 216 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, p. 54.

<sup>214</sup> OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade:** Memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe (1975-1979). 2016, 63 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2016, p. 33.

da sociedade. Foi com a união dessas forças que surgiu, oficialmente, o Comitê Feminino pela anistia em Sergipe.<sup>215</sup>

O comitê de Sergipe divulgava a pauta da anistia através de cartazes espalhados pela cidade, carros de som e folhetos, divulgando também as ações do movimento. Realizaram também a “Semana da Anistia”, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pautando as discussões dessa semana na busca pela anistia ampla, geral e irrestrita, nas condições dos presos políticos e a redemocratização nacional. Outras ações do comitê foram: participação no Festival de Arte e Cultura de São Cristovam (1978) e exposição de fotos e quadros no Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe, visando angariar recursos e ajudar Bosco Rollemburg, que estava preso.<sup>216</sup>

A partir de 1978, o vocabulário dos movimentos em prol da anistia salienta mais a anistia através do viés de direitos, conquista e liberdade democrática. O MFPA por exemplo, que defendia num primeiro momento a anistia ampla e geral, como já citado, passa a levantar a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita.

Nesse contexto de pensar a participação e a viabilidade de representação das classes populares que o MFPA se inseriu na luta pela Constituinte, posto que para ter participação e debate, era preciso que a anistia ocorresse. Com a aprovação da Lei da Anistia, o Movimento Feminino pela Anistia é dissolvido:

A tentativa de barrar o aparelhamento político do MFPA faz com que a líder Therezinha Zerbini dissolva a entidade civil tão logo a Lei da Anistia é aprovada em agosto de 1979. Os conflitos de continuidade do Movimento e de condução política, no entanto, não se dão somente com os representantes de grupos de esquerda, mas com integrantes do MFPA.<sup>217</sup>

Não é possível pela extensão de um trabalho de dissertação de mestrado e em decorrência das escassas fontes e bibliografia disponíveis realizar um apanhado de todos os núcleos do Movimento Feminino pela Anistia, e tampouco é esse o objetivo dessa dissertação. A literatura sobre o tema aqui utilizada e os aspectos apontados são úteis para dar um panorama geral das especificidades de cada núcleo, mostrando alguns conflitos existentes dentro dos próprios núcleos regionais e com o comando nacional. No próximo capítulo, referente a trajetória de Therezinha Zerbine, poderemos tratar de maneira mais profunda o comando nacional e os diálogos travados com as demais integrantes.

Tendo em vista a importância da atuação das mulheres do MFPA, os próximos capítulos focarão em duas integrantes: Therezinha Zerbine e Helena Greco. Buscando,

---

<sup>215</sup> OLIVEIRA, 2016, p. 43.

<sup>216</sup> OLIVEIRA, 2016.

<sup>217</sup> DUARTE, 2009, p. 62.

através de suas vivências, apreender os meandros do movimento e as possibilidades de ação dentro de um regime arbitrário. Pensando também na memória construída sobre o regime militar e a luta empreendida por essas mulheres.

### 3 THEREZINHA ZERBINE E O MFPA

A resistência, muitas vezes, não foi expressão de uma ideia política anterior. Era, simplesmente, uma manifestação de caráter.<sup>218</sup>

O movimento feminino que surgiu na década de 1970 rompeu com uma tradição na qual as mulheres propagavam nas manifestações valores conservadores, como visto na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. “O movimento de mulheres nos anos 70 trouxe uma versão da mulher brasileira que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades.”<sup>219</sup> É nesse quadro onde Therezinha Zerbine se localiza, de luta pelos direitos democráticos. Neste capítulo veremos seu protagonismo na luta pela anistia e como foi o diálogo com as demais integrantes do MFPA e com o poder ditatorial instaurado.

Therezinha nasceu em 16 de abril de 1928 em São Paulo, era de família católica e de classe média alta. Ela se tornou uma figura marcante e controversa, falecendo em 14 de março de 2015. A fundadora do MFPA recentemente deu o nome a um viaduto: o viaduto antes chamado 31 de março, no bairro Brás em São Paulo, se tornou viaduto Therezinha Zerbini, a partir da lei 16.846/2017. A proposta da mudança foi feita pela vereadora do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) Adriana Ramalho e sancionada pelo prefeito João Doria.

Propomos, neste capítulo, apresentar a trajetória da fundadora do Movimento Feminino pela Anistia e entender os meandros da resistência da luta política engendrada por essa advogada e esposa de general. Desta forma, para a realização deste capítulo contamos com uma obra fundamental: o livro *A mulher que era o general da casa*<sup>220</sup>, de Paulo Moreira Leite. Para a concretização de tal livro o autor realizou 9 reportagens no período de 3 décadas. A entrevista com Therezinha Zerbine foi a última a ser realizada, em maio de 2012, na casa da entrevistada no bairro Pacaembu em São Paulo. No livro de Leite, a entrevista não é apresentada com perguntas e respostas, mas ele conta a trajetória da família através das falas de Therezinha e da colaboração de sua filha Eugênia, que fala recorrentemente da sensação de abandono durante a ditadura, do impacto do regime na sua vida privada.

<sup>218</sup> LEITE, Paulo Moreira. **A mulher que era o general da casa**: histórias da resistência civil à ditadura. Porto Alegre: Arquipélago, 2012. p. 22.

<sup>219</sup> SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. esp. p.13, 2. Sem. 1994.

<sup>220</sup> LEITE, 2012.

Aos 84 anos, Therezinha é descrita por Leite como uma mulher forte: que desce as escadas de casa sozinha, toma duas caipirinhas no almoço de sábado e que não perdeu a vaidade: ainda recebe as visitas com uma leve maquiagem e brincos nas orelhas<sup>221</sup>. O marido de Therezinha, o general Euryale Zerbine é caracterizado por ela como um homem gentil e galante. Os dois se conheceram em 1951, enquanto ela trabalhava como assistente social no Hospital do Mandaqui e se casaram no Uruguai, em virtude de Euryale ser desquitado. Tiveram dois filhos: a advogada Eugênia Cristina e o engenheiro Euryale Jorge. O general faleceu em 1982, com 74 anos e Therezinha, na época, tinha 54 anos. Em entrevista para O Pasquim, Therezinha descreveu o marido: “Meu marido é o homem mais inteligente que conheci. Sabe o seu valor e não tem complexo nenhum, logo não existe a necessidade de tolher ou massacrar os outros. Ele sabe que meu temperamento é voltado para os ideais de justiça e de liberdade.”<sup>222</sup>

Em entrevista para o Instituto Vladimir Herzog, Therezinha aponta que o marido certa vez se mostrou incomodado com sua atuação política; segundo ele, estava sendo reconhecido como “o marido da guerreira”, ao que prontamente Therezinha lhe chamou a atenção, de que ela sempre foi conhecida como “a mulher do guerreiro” e isso não a diminuía em nada; desta forma, o oposto também não seria motivo de nenhum constrangimento para o marido. Após essa conversa, de acordo com Therezinha, o marido nunca mais falou sobre isso.<sup>223</sup> Percebemos inclusive o apoio do general a Therezinha em um cartaz de convite para a comemoração do 33º aniversário da anistia de 1945, onde consta o General como orador (Anexo 2).<sup>224</sup>

Therezinha se intitula uma mulher prática. Sua força e proatividade aparecem durante vários momentos, como ao ter influenciado no fato do marido ter se tornado general, e mesmo após essa conquista não ter deixado o trabalho, num tempo em que uma esposa de general trabalhar não caia bem, podendo dar margem a interpretações errôneas como se necessitassem do salário dela para se manter. Therezinha era tesoureira dos Correios e telégrafos, sendo funcionária até se aposentar. Porém, após sua prisão por 8

---

<sup>221</sup> LEITE, 2012.

<sup>222</sup> ZERBINE, 1979, p. 20.

<sup>223</sup> ZERBINE, Therezinha. **Projeto Resistir é Preciso**. Entrevistador: Instituto Vladimir Herzog. Direção: Ricardo Carvalho. 1 Vídeo (48m34s). Publicado em mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TU9zGkhRbrc>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

<sup>224</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA; MOVIMENTO FEMININO DO MDB. Anistia é liberdade. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos sobre Anistia**. 1 cartaz (1978). Disponível em: <<http://www.arquivoestadosp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/anistia/DEOPS50Z130005275.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2018.

meses, como não poderia ser demitida, foi “colocada em disponibilidade”, tendo assim mais tempo para a política.

Em família, tem-se como fato certo que a intervenção de Therezinha foi decisiva para garantir a estrela de general para o marido. Em 1962, ano em que completou 54, o então coronel Euryale chegava a uma encruzilhada na carreira: ou era promovido a general, ou ia vestir o pijama da reserva. Citando uma lei atribuída a Napoleão Bonaparte, para quem um militar pode avançar até a patente de coronel por méritos próprios, mas a partir daí precisa de política e sorte para continuar subindo. Therezinha garantiu a patente do marido numa audiência com o cardeal Carlos Motta, arcebispo de São Paulo, que mantinha uma boa conversa com João Goulart. A lista de promoções já estava pronta quando ela encontrou o cardeal e não havia o nome de Zerbini quando o Diário Oficial trouxe a relação dos promovidos. Após muito suspense, um novo DO saiu com uma quinta nomeação, em caráter “complementar”. Era a promoção que todos esperavam na casa do Pacaembu.<sup>225</sup>

Como já citado no capítulo anterior, o general Zerbine defendeu o governo de Jango, e por isso foi preso quando do golpe militar de 1964. E a sua prisão foi um momento decisivo para o posicionamento de Therezinha durante a ditadura:

Foi em nome da indignação que sentiu desde a cassação do general Euryale Zerbine que ela soube que teria que fazer algo. Antes e até durante o MFPA, ela já militava na oposição, dando apoio e retaguarda a alguns grupos e ajudando em ações que objetivavam uma resistência política pacífica. Recebeu e abrigou vários procurados pelo regime em fuga, ou recém libertos, com roupas, dinheiro ou lugar para se esconder. Alimentou e cuidou de alguns torturados e feridos. Arranjava lugares para reuniões de grupos políticos, como foi o caso do congresso clandestino de Ibiúna, em 1968. Esse também era o caso de outras mulheres que se juntaram ao movimento, trabalhando nas sombras de uma resistência silenciosa, cada vez mais pressionada.<sup>226</sup>

A atitude legalista do general Zerbine além da prisão causou um distanciamento com o irmão, Euclides de Jesus Zerbine, um dos cirurgiões mais famosos do país. Com o golpe, os dois mantiveram uma relação mais fria, apesar de o general ter ajudado o irmão a se formar em medicina: estavam em caminhos opostos, um levado a glória, autor do quinto transplante de coração do mundo, condecorado pelo regime e o outro retirado da vida pública/militar.<sup>227</sup>

Após a libertação do marido, aos poucos, a casa de Therezinha se tornou um local de apoio e de encontro aos que lutavam contra a ditadura. Leite traz à tona vários momentos em que Therezinha cedeu morada, auxílio médico (a própria Therezinha chegou a fazer curativos em pessoas) e ajuda na obtenção de documentos. Ele dá o

<sup>225</sup> LEITE, 2012, p. 33.

<sup>226</sup> CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria**: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>227</sup> LEITE, 2012, p. 40.

exemplo de duas jovens, que não falaram seus nomes, e que sofreram queimaduras durante o conflito na Rua Maria Antonia, entre alunos da USP e do Mackenzie. Elas foram levadas à casa de Therezinha e lá conseguiram um primeiro atendimento médico. Uma delas em decorrência do estado grave foi encaminhada para o Hospital Samaritano, com a ajuda de um médico amigo de Therezinha. Essa jovem passou três meses internada.

Em fevereiro de 2012, uma carta que chegou à casa de Therezinha trouxe uma das “queimadas” de volta. Era o caso mais grave, que teve a pele necrosada e ficou três meses no hospital. Para não chamar a atenção da polícia, Mirtes Seneraro de Alcantara Nogueira, então com dezesseis anos, costumava ser apresentada a enfermeiras e médicos como uma sobrinha de Therezinha, que se acidentara num laboratório de química.

Em 1968, ela era líder secundarista em Fortaleza. Ao escrever para Therezinha, mais de quarenta anos depois, já completara sessenta. Avó de três netos, ingressou com um processo para receber uma reparação pela Lei da Anistia e pedira que Therezinha fosse testemunha.<sup>228</sup>

Em decorrência do seu apoio a opositores do regime, a casa de Therezinha passou a ser constantemente vigiada. Como citado no capítulo anterior, por ter auxiliado Frei Tito a obter o Sítio de Ibiúna para realização do 30º Congresso da UNE, Therezinha foi presa em meados de 1970. Descoberto o Congresso, mais de 700 estudantes foram presos. Em novembro de 1969 Therezinha foi levada ao DOPS (Delegacias de Ordem Política e Social) e após depoimento foi liberada.

Numa quarta-feira de cinzas, no ano de 1970, chegam na casa de Therezinha durante o jantar em que estavam ela, seu marido e sua filha, oficiais com metralhadoras; um deles se apresentou como Capitão Guimarães. Therezinha relata que deu um chute por debaixo da mesa no marido, indicando que ele não deveria fazer nada, que ela entrou nessa sozinha e sairia sozinha. Therezinha mandou os oficiais para a sala de visitas e lhes ofereceu café. Após o término do jantar, eles “convidaram” Therezinha, para ir a Operação Bandeirantes (OBAN). Therezinha permaneceu durante 5 dias na OBAN, onde viu Frei Tito ensanguentado devido às torturas. Ela relata que após sua acareação com Tito, onde ele a questiona se ela sabia qual o uso eles fariam do sítio, e ela afirma que sabia que era para o encontro dos estudantes da UNE, o frei tenta suicídio. Tito corta seus pulsos mas é descoberto pelos militares, que gritavam “entrou vivo vai ter que sair vivo”; Therezinha chega a olhar pela janela e o vê saindo carregado todo ensanguentado.<sup>229</sup>

<sup>228</sup> LEITE, 2012, p.47-48.

<sup>229</sup> ZERBINE, Therezinha. **Projeto Resistir é Preciso.** Entrevistador: Instituto Vladimir Herzog. Direção: Ricardo Carvalho. 1 Vídeo (48m34s). Publicado em mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TU9zGkhRbc>>.

Nesse período que passou na OBAN, Therezinha não foi torturada, provavelmente em decorrência do auto posto do seu marido, e ao respeito que ele ainda tinha na sociedade, o que provocaria um escândalo. Em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, ela fala desse período:

Eu não fui torturada porque desafiei, enfrentei. Veio um gritando na minha cara. Eu disse: "Capitão, tenha compostura, eu não estou aqui para ouvir grito". Ele disse: "Nós temos métodos científicos para tirar a verdade". Eu disse: "Sei quais são os métodos científicos. Os senhores são torturadores. E querem começar é já!"

Nessa hora ele tremeu, parou e começou a gritar: "Já para a sua cela!" Vi que eles não tinham ordem para me bater. Voltei para a cela me urinando de medo.<sup>230</sup>

Após a OBAN, Therezinha foi levada para o DOPS, ficando uma semana. Posteriormente foi enviada para o Presídio Tiradentes onde permaneceu 6 meses. Aos fins de semana, o marido levava pastéis e frango assado para ela e as demais detentas. Durante sua estadia no presídio Therezinha conheceu Dilma Rousseff:

Foi quando conheci a Dilma. Ela era moça, liderava. Ficava discutindo e estudando até de madrugada sobre a história do país. Era intelectual, muito direita, honesta.

Não fui sua colega de cela, mas convivíamos. Dilma sabia que eu não era comunista, mas que era uma mulher aberta. Ela reconheceu quando eu pedi melhorias para o diretor do presídio e conseguimos fazer uma cozinha. Éramos umas 40 mulheres.

Fazíamos almoço divididas em turnos. Ela baixou ordem: uma fazia o feijão, outra o arroz. Eu era a "burguesona". Minha família mandava coisas gostosas para todo mundo: oito frangos, uma caixa de laranjas, uma assadeira de pastéis, um pernil inteiro.<sup>231</sup>

A aproximação de Therezinha com Dilma foi fundamental na formação do núcleo do Rio Grande do Sul, como visto no capítulo anterior. Therezinha, em entrevista para o Instituto Herzog, relata que fez 500 cópias do Manifesto da Mulher Brasileira e enviou para Dilma, além da aproximação entre as duas, a líder do MFPA destaca que o Rio Grande do Sul foi um dos estados mais atingidos pela ditadura. Dilma recebeu então a missão de “abrir caminhos” para o MFPA naquele estado. Therezinha a caracteriza como uma mulher inteligente, capaz e de bom senso; que teve a sagacidade de procurar mulheres, como Mila Cauduro, Lícia Peres, Lígia Azeredo e fundou o núcleo do Rio Grande do Sul.<sup>232</sup> A cassação de Euryale Zerbine e a posterior prisão de Therezinha

<sup>230</sup> ZERBINI, Therezinha Godoy. A ‘burguesona’ que foi a luta. Depoimento à Eleonora de Lucena. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. [01 jul. 2012]. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/51985-a-burguesona-que-foi-a-luta.shtml>>. Acesso em: 29 de ago. 2018.

<sup>231</sup> ZERBINI, [2012].

<sup>232</sup> ZERBINE, Therezinha. **Projeto Resistir é Preciso**. Entrevistador: Instituto Vladimir Herzog. Direção: Ricardo Carvalho. 1 Vídeo (48m34s). Publicado em mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TU9zGkhRbc>>.

Zerbine foram fundamentais para que, no ano de 1975, ela criasse o Movimento Feminino pela Anistia.

Em 2008, durante uma sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Therezinha recebeu o Prêmio Bertha Lutz (pioneira na luta pelo voto feminino). Dilma, então ministra-chefe da Casa Civil se emocionou na plenária no Senado ao reencontrar a antiga companheira de prisão, lembrando então dos duros anos de resistência à ditadura militar, ao entregar o prêmio a Therezinha elogiou a mesma e disse se sentir honrada em participar da homenagem.<sup>233</sup>

No Arquivo Público de São Paulo, via acervo digital, é possível encontrar uma variada gama de documentos do DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social), dentre eles vários documentos referentes à luta pela anistia, em especial sobre o CBA e o MFPA. Dentre os documentos sobre o MFPA encontramos uma ficha de Therezinha Zerbine, elaborada pelo DOPS do estado do Paraná (Anexo 3).<sup>234</sup>

Nesta ficha, encontramos questões judiciais e de cunho político referentes a Therezinha entre os anos de 1969 e 1975. É relatada a prisão dela que já foi citada nesta dissertação: em dezembro de 1969 e janeiro de 1970 ela é indiciada, em 4 de fevereiro de 1970 é detida pelo DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) e após passagem pelo presídio Tiradentes é solta em dezembro de 1970. Em 1975 solicita passaporte, pela proximidade da data, podemos concluir que a solicitação do passaporte foi para a viagem ao México, para o Congresso da ONU.

Em 1979, Therezinha Zerbine organizou um livro, com documentos dos quatro anos de atuação do MFPA, intitulado Anistia: Semente de liberdade. As entrevistas, reportagens e palestras presentes no livro estão organizadas em ordem cronológica, e os nomes dos capítulos são os anos a que pertencem as publicações. Para ela “Este livro não tem pretensões filosóficas ou ser uma obra de arte e sim o registro puro e simples de 4 anos de um árduo trabalho de fé no povo brasileiro.”<sup>235</sup> Quando da publicação do livro,

<sup>233</sup> MAZENOTTI, Priscilla. Dilma chora no Senado ao encontrar amiga com quem ficou presa durante a ditadura. In: AGÊNCIA Brasil. 11 mar 2008. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-03-11/dilma-chora-no-senado-ao-encontrar-amiga-com-quem-ficou-presa-durante-ditadura>>. Acesso em: 15 set. 2018.

<sup>234</sup> PARANÁ, Divisão de Ordem Social (DOPS). Ficha de Terezinha de Godoy Zerbine. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos sobre Anistia.** [2018] Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/documentos\\_anistia](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/documentos_anistia)>. Acesso em 02 set. 2018.

<sup>235</sup> ZERBINE, 1979, p. 5.

as movimentações referentes a lançamento e divulgação eram constantemente vigiadas pela rede de informações da ditadura, como vemos em documento do DOPS de São Paulo (Anexo 4).<sup>236</sup>

Agentes do DOPS compareceram ao lançamento do livro no dia 15 de agosto de 1979, na livraria Capitu. Segundo o relatório do DOPS, o lançamento foi das 19:05 hr até as 21:00 hrs, e a presença mais importante foi do General Zerbine, ainda de acordo com o relatório, compareceram menos de 50 pessoas.<sup>237</sup>

É importante reafirmar aqui que a organização do MFPA é impulsionada pela criação do Ano Internacional da mulher pela ONU, e que as mulheres do MFPA frisam nos seus documentos e falas que só através da anistia haveria a pacificação nacional.

A Organização das Nações Unidas havia organizado o Ano Internacional da Mulher cujos princípios básicos eram Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Escolhemos o campo da Paz para trabalhar, visto a Anistia visar a pacificação, a concórdia e a reconciliação da Nação consigo mesma.

Levantamos a bandeira da Anistia como uma bandeira dos Direitos Humanos. Nunca nos preocupamos em falar como homens e sim, como mulheres que somos – fontes de vida, responsáveis pela sociedade de hoje e pelas transformações do amanhã – assumimos nosso papel de agentes da história.<sup>238</sup>

No livro ela traz sua fala no México, a intervenção realizada no dia 23 de junho de 1975, a nível de tribuna, onde propõe que as mulheres apresentem uma moção aos governos solicitando a Anistia a todos os presos políticos, visando a pacificação da família nacional e como consequência um entendimento para a Paz Mundial.

Em conferência realizada na Câmara de Vereadores de Porto Alegre é lançado o núcleo do Rio Grande do Sul e ela narra para os presentes como foi a sua presença no evento no México. De acordo com Therezinha, havia na tribuna no México 5 mil mulheres: “3 mil americanas, 1200 européias, orientais e africanas e 500 latino-americanas, contando com as mulheres mexicanas nossas hóspedes.”<sup>239</sup> Ao falar na tribuna, ela foi aplaudida por duas mil mulheres que estavam presentes. Therezinha

<sup>236</sup> SÃO PAULO, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Relatório referente à distribuição de convites para noite de autógrafos do livro “Anistia: semente da liberdade” de autoria de Terezinha Godoy Zerbine, 23/8/1979. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos sobre Anistia.** [2018]. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/anistia/DEOPS50Z130002445.pdf>>. Acesso em 02 set. 2018.

<sup>237</sup> SÃO PAULO, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Relatório referente à distribuição de convites para noite de autógrafos do livro “Anistia: semente da liberdade” de autoria de Terezinha Godoy Zerbine, 23/8/1979. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos sobre Anistia.** [2018]. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/anistia/DEOPS50Z130002445.pdf>>. Acesso em 02 set. 2018.

<sup>238</sup> ZERBINE, 1979.

<sup>239</sup> ZERBINE, 1979, p. 31.

conseguiu inserir no documento criado pelas mulheres latino-americanas, que participavam da tribuna do Ano Internacional da mulher, em 24 de junho, um tópico que remete à Anistia: “XV – pedimos Anistia para todos os presos políticos do mundo e repudiamos toda perseguição por causa ideológica.”<sup>240</sup>

O documento apresentou 16 itens que visavam a libertação da mulher latino-americana. Para Therezinha, os problemas das mulheres dos países desenvolvidos são diferentes das mulheres de países de terceiro mundo:

[...] na Europa e nos Estados Unidos, consideradas as nações mais desenvolvidas, pude notar nitidamente problemas e colocações de uma sociedade velha, decadente, com problemas como lesbianismo, prostituição, aborto, etc., que não deixam de ser problemas, mas não tão fundamentais.<sup>241</sup>

Therezinha estava tão imersa na causa da anistia, que chegou a vender brincos de brilhante para ir ao Ano Internacional da Mulher no México. No que se refere à questão do feminismo, em ascensão no período, a líder do Movimento Feminino pela Anistia buscava diferenciar o MFPA do movimento feminista, tendo em vista que, de acordo com Adriana das Graças:

[...] embora abordasse os problemas vividos pela mulher brasileira, Zerbine enfatizava as mudanças para essa situação, articulando-as não as ideias feministas, que davam os seus primeiros passos no Brasil e já eram alvos de críticas, mas às propostas do Ano Internacional da Mulher. Como foram anunciadas pelas Nações Unidas, essas propostas davam legitimidade internacional às ações que incentivavam a participação feminina em todas as esferas da vida social.<sup>242</sup>

É relevante frisar aqui que o movimento de mulheres no Brasil sempre foi muito heterogêneo. O MFPA é um movimento assumidamente feminino, muitas das integrantes entram no movimento por questões familiares, com a questão do cuidado materno sempre vindo à tona, reforçando estereótipos tradicionais do papel da mulher. No entanto, apesar de o movimento não estar diretamente relacionado a uma questão de gênero, é nítido sua singularidade enquanto precursor do movimento de mulheres e a influência que ele provoca na inserção de várias dessas mulheres na política e, por vezes, na luta feminista. Inclusive a utilização desse papel tradicional da mulher que pode ser entendido também como uma estratégia para se esquivar da repressão. Para Therezinha há uma divisão de características/ papéis masculinos e femininos.

Nós mulheres sabíamos que teria que ser um trabalho paciente, vagaroso e organizativo e como sabemos nossos companheiros homens são mais afoitos e impacientes, assumidos nosso papel com dignidade. Nunca nos preocupamos

---

<sup>240</sup> ZERBINE, 1979, p. 35.

<sup>241</sup> ZERBINE, 1979, p. 30

<sup>242</sup> PAULA, 2014, p. 42.

em falar como homens, desenvolvemos técnica, postura e linguagens próprias.<sup>243</sup>

As feministas seriam uma das expressões do movimento das mulheres, este mais amplo. “As feministas debateram com as esquerdas e forças políticas progressistas alguns pontos da teoria e da prática do fazer político, apontando para a não hierarquização das lutas e a sexualização das práticas nos espaços públicos.”<sup>244</sup> Therezinha coloca nas suas falas que as mulheres deveriam lutar “ao lado dos homens”, para ela as mulheres eram exploradas pelo sistema e não pelos homens: “Não existe diferenciação entre o homem e a mulher. O fundamental é a luta pela liberdade do ser humano. A inteligência não tem sexo. Não fez sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão e liberdade.”<sup>245</sup>

Para Ana Rita Fonteles Duarte, o posicionamento de Therezinha frente o feminismo tem que ser analisado levando em conta o contexto, posto que, com a chegada do feminismo de segunda onda no Brasil na década de 70, a aversão ao movimento era grande na sociedade, inclusive em setores à esquerda, o movimento feminista trazia consigo uma carga depreciativa. No entanto:

Para Therezinha Zerbini era perfeitamente concebível a aliança com feministas para divulgação de luta de mulheres em prol da anistia de perseguidos políticos, o que não significava que estivesse disposta a se engajar em lutas específicas das mulheres, encampadas pelo feminismo no período, como questionamento da dupla moral sexual, direito ao corpo, questionamento da maternidade e heterossexualidade compulsória.<sup>246</sup>

Como já citado, o feminismo é apenas uma das faces do movimento de mulheres, que é algo bem mais amplo. A conscientização e luta pelo fim da hierarquização na qual a mulher é colocada como submissa/inferior é o centro da discussão feminista, e podemos entender como o eixo que diferencia o feminismo do restante dos movimentos das mulheres. Em alguns movimentos, as mulheres podem sair desse enquadramento que as coloca apenas como sujeitas da vida privada, lutando por melhores condições de vida, mas sem questionar a segregação sexual e suas implicações. Por exemplo, muitos desses movimentos de mulheres estão vinculados à Igreja Católica, que vai contra questões sobre sexualidade e aborto.

As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de

<sup>243</sup> ZERBINE, 1979, p. 6.

<sup>244</sup> SOARES, 1994, p.14.

<sup>245</sup> ZERBINE, 1979, p. 232.

<sup>246</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Therezinha Zerbini**: protagonismo e ação política na luta das mulheres contra a Ditadura. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Brasileira de História Oral, 2016, p. 11. Disponível em: <[http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462050521\\_ARQUIVO\\_TherezinhaZerbin.pdf](http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462050521_ARQUIVO_TherezinhaZerbin.pdf)> Acesso em: 17 set. 2018.

subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão.<sup>247</sup>

As lutas femininas no Brasil tiveram importante destaque na questão sufragista. O primeiro estado a conceder o voto feminino foi o Rio Grande do Norte, em 1927. Em 1932 Vargas promulgou o decreto-lei que estabelecia o direito de voto às mulheres. Após a conquista do sufrágio, volta-se para a questão do trabalho.

As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infra-estrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão.<sup>248</sup>

É relevante salientar aqui que a anistia já era uma pauta feminina na época da ditadura de Vargas e que durante a ditadura militar, juntamente com a luta contra os arbítrios do regime militar, que as feministas relacionaram a violência contra a pessoa com a violência sofrida pelas mulheres no âmbito doméstico.<sup>249</sup>

Para Vera Soares, o movimento feminista no Brasil na década de 70 tem várias características dos movimentos da década de 60, surgidos nos Estados Unidos e Europa. No entanto, a autora acredita que o contexto sócio-político do período ditatorial trouxe especificidades para a questão feminista brasileira, não dando lugar a um movimento de liberação radicalizado. Desta forma, ela acredita que o feminismo teve sua emergência no seio dos partidos políticos de esquerda e de grupos de mulheres engajadas na luta pela democracia.<sup>250</sup>

Durante a ditadura as mulheres criaram suas próprias formas de organização e estiveram à frente de movimentos populares de oposição, sendo importantes nas organizações civis e partidárias.

As mulheres – novas atrizes –, ao transcendem seu cotidiano doméstico, fizeram despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergem como inteiras, múltiplas. Elas estavam nos movimentos contra a alta do custo de vida, pela anistia política, por creches. Criaram associações e casas de mulheres, entraram nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio. Realizaram

---

<sup>247</sup> SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e política:** Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 39.

<sup>248</sup> SOARES, 1998, p. 41.

<sup>249</sup> SOARES, 1994, p. 13.

<sup>250</sup> SOARES, 1998, p. 36.

seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram.<sup>251</sup>

As mulheres trazem para a vida política questões do âmbito privado, o que causa uma mudança significativa nas pautas políticas e nas suas próprias vivências. Aspectos da vida social que eram delegados ao obscurantismo, são agora tratados por essas mulheres, questionando assim vários aspectos do fazer política. Para Soares:

O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhece um poder não somente no âmbito do público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito se ampliarem.

Apresentei brevemente a questão feminista no Brasil porque é relevante para entender o MFPA. A postura de Therezinha Zerbini sempre foi de relutância em relação ao feminismo e isso em alguns momentos causou rupturas no movimento, como com Joana Lopes.

Karen Silva Debértolis tratou na sua dissertação de mestrado sobre a trajetória pessoal e profissional da supracitada Joana Lopes. Ela criou em 9 de outubro de 1975, em Londrina – Paraná, o jornal Brasil Mulher, que inicialmente foi pensado como veículo de divulgação do MFPA. Joana aproveita a possibilidade de fazer um boletim para o MFPA, visando avançar para as temáticas feministas, evidenciando sua insatisfação com a imprensa feminina do período.

O Brasil Mulher era um jornal alternativo feminista, mas a ideia inicial era que fosse um boletim do MFPA. Na edição número 0 do jornal, aparece na capa uma mulher brincando com uma criança com os seguintes escritos: “O curso do Movimento Feminino pela Anistia”, “O Brinquedo”, “Passageiros da terceira classe” e “A procura da igualdade perdida”. De acordo com Debértolis:

A imagem da menina grávida, negra, pobre, de pés descalços, rodopiando uma criança quase de seu tamanho é captada pelas lentes do fotógrafo londrinense Chico Resende. O cenário era a Vila Fraternidade, um dos bairros mais pobres da cidade de Londrina. A docura das linhas do rosto e o sorriso ingênuo traduzem, na verdade, a realidade na qual a mulher brasileira está inserida trazendo à tona a questão da gravidez na adolescência. É o retrato da exclusão.<sup>252</sup>

Nessa primeira edição do jornal Brasil Mulher há uma entrevista com Therezinha Zerbini e a publicação na íntegra do Manifesto da Mulher Brasileira.

Assim no número zero o assunto é sobre o Movimento Feminino pela Anistia destacando o trabalho de Therezinha Zerbini, que ficou conhecida como a

---

<sup>251</sup> SOARES, 1998, p. 35.

<sup>252</sup> DEBÉRTOLIS, Karen Silva. **Brasil Mulher:** Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. 2002. 131f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002, p. 59.

“dama da Anistia”. O movimento é comparado à campanha pela Anistia coordenada pelas mulheres na ditadura de Getúlio Vargas. O Jornal também faz menção a algumas mulheres que tiveram importância naquele momento histórico como Joana Pessoa, Edith Negrais e Aloíde Borba.

Relata ainda o apoio recebido pelo Movimento durante o encontro de mulheres da América Latina no México que resultou no encaminhamento de um documento em favor da Anistia ao governo brasileiro. Num box é publicado na íntegra o manifesto do Movimento Feminino pela Anistia que convoca as mulheres brasileiras a se engajarem na campanha angariando assinaturas em favor de uma lei de anistia.<sup>253</sup>

Capas inovadoras com uma fotografia que utilizava todo o espaço da primeira folha foram um marca do Brasil Mulher, inclusive, Joana que escolhia as fotos. Uma das chamadas de capa mais significativa foi em relação a pílulas anticoncepcionais, cuja matéria discutia os efeitos colaterais do mesmo. Temas como trabalho feminino também aparecem no jornal. Com a amplificação do grupo e a entrada de mulheres de várias tendências da esquerda e a partidos que estavam na clandestinidade, Therezinha passa a não participar efetivamente do jornal. Essa ampliação ocorreu a partir do número 1 do jornal.

O jornal Brasil Mulher, por exemplo, nasceu dentro da campanha da Anistia. O número zero foi tirado do nosso Movimento e a pauta número 1 ainda foi feita em casa. Na hora de registrar o jornal, o núcleo de Londrina houve por bem não querer tira-lo como sendo do MFPA e sim de uma Sociedade Brasil Mulher criada para isso. Ainda fiquei dessa Sociedade e marchamos juntas por algum tempo. Éramos cinco ou seis pessoas dando uma direção ao jornal, mas depois a Sociedade se abriu e entraram 50 mulheres que não tinham nada com o MFPA. Queriam fazer um jornal feminista, galvanizado pelo Ano Internacional da Mulher mas sem nenhum vínculo com nosso movimento.<sup>254</sup>

Para a líder do MFPA, o jornal havia divergido em sua essência, que era lutar pelos direitos humanos. No entanto, até a sexta edição o nome de Therezinha aparece no conselho editorial do jornal. Therezinha é caracterizada pela editora do jornal (Joana) como autoritária, que queria decidir sozinha as pautas do jornal. Manter Therezinha no conselho editorial era uma estratégia, posto que o jornal continuava tratando de questões referentes a anistia.

Essa separação também se deve ao fato de que o Brasil Mulher não mais falava ao público leitor que inicialmente abordava. Seu público havia mudado, por conta das pautas que o jornal passou a ter. Assim um leitor talvez mais conservador e masculino, interessado em discutir questões referentes à anistia, não mais se via contemplado nas páginas do Brasil Mulher. Percebe-se aí uma questão que denota a intenção do grupo liderado por Therezinha Zerbine de intensificar e ampliar ainda mais seu arco de alianças e apoios, entre eles, entidades, políticos, figuras da opinião pública que talvez não se identificassem com o tipo de luta estabelecida pelo Brasil Mulher.<sup>255</sup>

<sup>253</sup> DEBÉRTOLIS, 2002, p. 64.

<sup>254</sup> ZERBINE, 1979, p. 23-24.

<sup>255</sup> CARBONI, 2008, p. 38.

Com o rompimento, Therezinha lança o *Maria Quitéria* em maio de 1977. Joana Lopes permaneceu no jornal até a edição número 8, de agosto de 1977. Porém, o jornal perdeu sua identidade inicial, por uma proposta mais engajada no sindicalismo. A aproximação de Joana com o Movimento Feminino pela anistia possibilitou que ela divulgasse questões das mulheres, rompendo posteriormente com as ideias do grupo de Therezinha e se engajando no movimento feminista.

O jornal *Brasil Mulher* teve no total 20 edições durante seus 5 anos de existência. Se inserindo num contexto em que as mulheres lutam duplamente contra a opressão masculina: contra o sistema patriarcal e opondo-se a uma ditadura com forte tendência totalitarista, contrapondo o ideal de feminilidade.

Em entrevista, muitos anos depois da conquista da anistia, Therezinha relata que saiu do jornal *Brasil Mulher* pela entrada das feministas, que elas não tiveram a equidade de entender que a luta da anistia era muito maior, que era uma luta de homens e mulheres, era a luta de um povo que queria se libertar. Therezinha diz que não divide o mundo em feminismo, para ela existe o ser humano, que nasce homem ou mulher, mas que tem as mesmas obrigações.<sup>256</sup> No entanto, defende tacitamente a participação da mulher na política:

As mulheres têm horror à palavra “política”, mas todos nós somos seres políticos, na nossa casa, com nosso marido, nossos filhos, nossa igreja, no bairro, na cidade. E dentro de casa a mulher resolve problemas a toda hora, ela é eminentemente prática. Então cabe à nós nos interessarmos por política, sim. Cabe a nós cobrarmos do nosso companheiro um comportamento correto, cabe a nós o que está errado. Nós entendemos de tanta coisa...<sup>257</sup>

O *Maria Quitéria*, criado por Therezinha, foi publicado entre 1977 e 1979. O nome escolhido para o jornal é da militar brasileira Maria Quitéria, considerada uma heroína da Independência e a primeira mulher a fazer parte do exército brasileiro, que começou a lutar disfarçada de homem, utilizando o nome de seu cunhado. Após descoberto o disfarce, o major José Antônio da Silva e Castro integrou Maria Quitéria ao seu exército e ela passou a usar um uniforme adaptado, com saias. Sobre Maria Quitéria, Therezinha aponta durante entrevista para *O Pasquim*: “Era uma mulher iletrada e analfabeta, mas maravilhosa. Não é preciso ser sábio para reconhecer o que é correto. Acima de tudo era uma brasileira e empunhou armas para lutar por aquilo que acreditava.

<sup>256</sup> ZERBINE, Therezinha. **Projeto Resistir é Preciso**. Entrevistador: Instituto Vladimir Herzog. Direção: Ricardo Carvalho. 1 Vídeo (48m34s). Publicado em mar. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TU9zGkhRbc>>.

<sup>257</sup> ZERBINE, 1979, p. 139.

Essa tradição vem das raízes da terra.”<sup>258</sup> Para Therezinha, ao colocar o nome de um símbolo do exército, não poderiam chamar o jornal de comunista. Na capa de nº 1 do boletim, aparece a imagem de Maria Quitéria e a pergunta: Porque a nossa luta em favor da Anistia? (Anexo 5)<sup>259</sup>

Através do Maria Quitéria as atividades dos núcleos eram registradas e ganhavam destaque, no entanto, as matérias do boletim não eram assinadas. Na primeira edição o jornal trouxe a trajetória de dois anos do MFPA, além disso, nesse primeiro boletim as mulheres do MFPA já se posicionaram frente ao feminismo e travaram um diálogo direto com o jornal Brasil Mulher do qual fizeram parte, com os seguintes dizeres: “Não somos feministas. Somos sim pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país.”<sup>260</sup> Colocam ainda que o objetivo do movimento é levar a mensagem da anistia no país e internacionalmente, mas que não caberia a elas organizar um grande movimento de Anistia.

No setor intitulado Histórico, conta-se como surgiu o MFPA, as atividades realizadas entre abril de 1975 e junho de 1976. O Manifesto da Mulher Brasileira é apresentado na íntegra. Há uma seção denominada Seção Livre, onde é exposto um artigo de Alceu Amoroso Lima, intitulado “Anistia e Reconciliação” e um texto de Barbosa Lima Sobrinho denominado “Em torno da moda dos *slogans*”. Apresentam também no setor Conferências, as conferências realizadas pelo MFPA entre julho de 1975 e março de 1976. Há ainda a seção de correspondência, adesões ao movimento, o Congresso no México, Carta aberta (ao Presidente da República) e para finalizar o boletim, um texto intitulado “A luta de um grupo de mulheres”, tratando da origem do movimento, do apoio recebido por parlamentares e parte da Igreja Católica (especialmente D. Paulo Evaristo Arns que é citado durante o boletim).

O boletim teve 4 edições, duas em 1977, uma em 1978 e uma em 1979, com tiragem reduzida. Nicodemus Pessoa, jornalista paraibano que residia em São Paulo foi o editor do Maria Quitéria. Apesar da parceria editorial de Therezinha Zerbini e Nicodemus, outras mulheres contribuíram para a edição do boletim:

Além de Nicodemus e da própria Zerbini, participaram diretamente de sua feitura outras mulheres como Ana Maria Garcia, Lenira Machado Dantas,

<sup>258</sup> ZERBINE, 1979, p. 10.

<sup>259</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Por que a nossa luta em favor da anistia. **Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia, ano I, n. 1. Documento disponível no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, Belo Horizonte, 2018.

<sup>260</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Editorial. **Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia, ano I, n. 1. Documento disponível no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, Belo Horizonte, 2018, p. 2.

Maria Bernadete Fernandes Oliveira, Norma do Valle, Diana Mendonça, Irene Abramo e Mesquita Assumpção, que se incorporaram à redação do boletim ao longo de suas edições. Nicodemus Pessoa trabalhou no boletim até o final da publicação, quando a Lei da Anistia foi aprovada.<sup>261</sup>

O boletim *Maria Quitéria* foi criado em decorrência da necessidade de construir um campo de discussão e divulgação do trabalho do movimento, criando conjuntamente uma memória do MFPA e dessas mulheres que lutaram no âmbito político, mesmo não engajadas em partidos políticos. Havia inclusive uma sessão do boletim designado a um histórico das atividades do MFPA; na edição número 3, por exemplo, apresentaram-se as atividades de junho de 1977 a junho de 1978, há também o setor denominado Núcleos, que apresenta as atividades desenvolvidas nos núcleos do MFPA, e no final da página 6 tratam do surgimento do Comitê Brasileiro pela Anistia. Na capa dessa edição, de julho de 1978, aparece o seguinte questionamento: É hora de esquecer? E se tem a imagem de um menino segurando um cata-vento (Anexo 6).<sup>262</sup>

No editorial intitulado “Não se trabalha sobre aquilo que não foi definido”, onde apontam que viviam um momento de crise, com esmagamento dos direitos. O início do trabalho do MFPA em 1975, rompendo o silêncio e encarando o medo da repressão e que em 1978 a oposição já não era mais silenciosa, colocam ainda a necessidade da união e organização dos movimentos de oposição. De acordo com o editorial:

A miopia política a que estamos acostumados nos leva a confundir grupos da Oposição com o inimigo comum. Isto acontece com muita frequência quando, nos embates políticos, se perde a objetividade confundindo o secundário com o principal. Rompe-se com quem poderia marchar junto, esquecendo que desta forma enfraquecemos a Oposição como um todo.<sup>263</sup>

Na página 4 se trata do I Encontro Nacional pela Anistia, realizado entre os dias 8 e 10 de dezembro de 1977 e publicação na íntegra do movimento produzido pelas mulheres do MFPA durante o evento. Já na página 7 tratam do 33º aniversário da lei da anistia, promulgada por Getúlio Vargas em 1945, e a comemoração nacional realizada pelo MFPA em decorrência do dia 18 de abril. Outra data comemorada foi o 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, relatada na página 11. Ainda nesta página aparece a comemoração dos 30 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

<sup>261</sup> CARBONI, 2008, p. 44-45.

<sup>262</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. É hora de esquecer? **Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia, Ano II nº 3. Disponível em: 2.<[http://www.docvirt.com/doctreader.net/DocReader.aspx?bib=DOCBNM\\_A&PagFis=84412&Pesq=maria%20quit%C3%A9ria](http://www.docvirt.com/doctreader.net/DocReader.aspx?bib=DOCBNM_A&PagFis=84412&Pesq=maria%20quit%C3%A9ria)>. Acesso 16 set. 2018.

<sup>263</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Editorial: Não se trabalha sobre aquilo que não foi definido. **Maria Quitéria.** Ano II n. 3, julho de 1978.

e a pauta durante a reunião da organização de discussão das cassações dos cientistas brasileiros.

A entrevista dessa edição é com Francisco Correa Weffort, professor de Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais da USP e diretor do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, falando sobre a anistia e a participação popular, colocando a dificuldade de se voltar ao Estado de Direito e a necessidade de uma Constituinte. Uma outra entrevista é apresentada na página 12, com Dom Angelico Sândalo Bernadino, bispo da cidade de São Paulo, intitulada: “A população aprende a ser livre exercitando a liberdade”.

No decorrer de duas páginas tratou do tema exilados e presos políticos, com o seguinte questionamento: “O dia de esquecer estaria mesmo chegando?”, fazendo um balanço dos anos de ditadura militar e as alternativas que restavam ao governo naquele momento. Na última página, dois poemas de Glênio Peres são elencados: “Brava Gente” e “Canção para a noite do exilado”.

Se a luta pela anistia era a expressão da cidadania da mulher, a condição de cidadã lhe conferia dignidade frente ao homem. A consciência dessa condição levava a mulher a contestar sua posição subalterna, a encontrar seu espaço e valor na sociedade. A situação de igualdade atribuída pela cidadania era trabalhada pelo Movimento Feminino pela Anistia no sentido de fazer com que a mulher se reconhecesse como sujeito da história, legitimando-a a cumprir, ao lado do homem, o mais importante papel: participar.<sup>264</sup>

Sobre os recursos para o jornal, na entrevista para *O Pasquim*, Therezinha esclarece que eram recursos das próprias integrantes: “Vem dos nossos parcões vencimentos e econômicas. Em vez de comprarmos dois vestidos compramos um, compramos só um par de sapatos de dois e fazemos economias para o Movimento.”<sup>265</sup> Além disso, para as atividades do movimento, elas contavam com recursos advindos das mensalidades pagas pelas sócias, vendas de objetos de arte, doações e renda de espetáculos artísticos. A distribuição do jornal era feita pelas próprias integrantes do MFPA e pela rede de apoio, como estudantes e operários.

Outra forma de divulgação do Movimento Feminino pela Anistia era a confecção de cartazes. Neste, exposto na próxima página, podemos ver a imagem de várias mulheres gritando por liberdade e o pedido para que mais mulheres saiam da

---

<sup>264</sup> PAULA, 2014, p. 107.

<sup>265</sup> ZERBINE, 1979, p. 11.

sombra para lutar pela anistia (Anexo 7).<sup>266</sup> Percebe-se nas figuras femininas que há uma transformação, as primeiras silenciosas, aos poucos vão ganhando voz até poder gritar por liberdade; remetendo a liberdade de expressão e a necessidade de se lutar pelos direitos. Além disso, há a referência de 1975 como o Ano da mulher e a rememoração da anistia de 1945.

Como já exposto, o símbolo do MFPA era a pomba da paz. Desta forma, vários cartazes trazem esse símbolo, que por si só já identificava o Movimento Feminino pela Anistia (Anexo 8).<sup>267</sup>

O já citado livro *Anistia – semente de liberdade* se inicia com a supracitada entrevista de Therezinha ao jornal *O Pasquim*, onde ela trata da origem do movimento, suas motivações pessoais e como se organizavam. Therezinha aponta que:

Vivemos no país do medo. Muitas pessoas, mesmo que no fundo estejam conosco, têm medo de se juntar ao Movimento. Quando fundamos o Movimento dissemos que a bandeira da Anistia não era propriedade nossa mas resolvemos levantá-la porque onze anos já haviam se passado e não havia nada organizado. Só se ouviam vozes esparsas. Falava o Ulysses Guimarães, falava D. Paulo Evaristo Arns, falava Florim Coutinho... Mas não havia uma entidade que assumisse e coordenasse. Em 1977, nessa altura dos acontecimentos, todas as cidadãs brasileiras com honra e dignidade apoiam potencialmente o Movimento.<sup>268</sup>

Na entrevista Therezinha esclarece que o Movimento Feminino pela Anistia não fez nenhuma tentativa de contato com a Anistia Internacional e trata da tentativa entrega de uma carta a Rosalynn Carter, esposa do então presidente dos Estados Unidos. Esse fato ficou marcado na história da luta pela anistia, especialmente pela audácia de Therezinha. Na carta para a senhora Carter, o MFPA saudava o governo Carter por ter outorgado a anistia para os resistentes da guerra do Vietnã. A carta é entregue no Congresso e, segundo Zerbine, ela se aproveitou da sua “cara de gringa” para se misturar aos americanos e entrar no Congresso. A carta e a resposta são publicadas no boletim Maria Quitéria de nº 3, de julho de 1978 (Anexo 9). Após falar da presença do MFPA no Congresso da ONU no México, Therezinha aponta que são um grupo buscando paz.

Apartidárias como somos, trabalhamos com princípios absolutos: Liberdade e Justiça, sentido da realização do Ser Humano através do seu destino histórico. No campo dos valores humanos, não há lugar para tergiversações: ou se é Justo ou Injusto; ou se é Livre ou Escravo. Neste posicionamento comungamos com

<sup>266</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Cartaz de divulgação. In: ARMAZÉM memória. **Cartazes da Anistia**. Publicada em 2014. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

<sup>267</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. In: ARMAZÉM memória. **Cartazes da Anistia**. Publicada em 2014. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/mulheres-abrem-luta-pela-anistia>>. Acesso em 01 set. 2018.

<sup>268</sup> ZERBINE, 1979, p. 12.

a Mulher Americana em sua recente luta e vitória pela Anistia, Direitos Humanos e paz.<sup>269</sup>

Ao analisarmos a carta de Therezinha Zerbine podemos perceber que há um intento de transformar a luta do MFPA em algo internacional, levando o debate para outros países e conseguindo apoio de figuras importantes como Rosalyn Carter (Anexo 9).<sup>270</sup>

Jimmy Carter, então presidente dos Estados Unidos tinha uma política externa de “promoção dos direitos humanos”, exercendo certa pressão sobre o governo militar, o que gerou uma tensão com o governo Geisel, que questionava o intervencionismo americano. Em 1978, na visita de Carter ao Brasil, ele fez apenas menções à “liberdade humana”. De acordo com a página Memorial da democracia “No ano anterior, a primeira-dama Rosalynn Carter havia estado no Brasil e se encontrou com defensores dos direitos humanos, como o cardeal dom Paulo Evaristo Arns. Ela também recebeu denúncias de torturas sofridas por dois missionários norte-americanos. Rosalynn Carter teve uma reunião com o presidente Ernesto Geisel, na qual mencionou as violações dos direitos civis no país. O general considerou impertinente a primeira-dama dos EUA.”<sup>271</sup>

Therezinha foi sagaz ao escrever a carta, não poderia ser punida pelos militares pois não falou diretamente da repressão no país, como ela mesma disse posteriormente: “falei tudo sem falar nada”. Posto que, ao pedir paz, significa que não a tínhamos no Brasil. Arthur Giese, Primeiro Secretário da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte, respondeu a carta em 21 de dezembro de 1977, informando que a mesma havia sido recebida em Washington.

Chama a atenção, ainda na página 2, a intitulada: “Carta de uma menina”, que nos faz refletir sobre as consequências do exílio, o esfacelamento das famílias e a necessidade da Lei da Anistia. No final da tocante carta, Mariana Pereira aponta que: “Muitos filhos crescem e casam sem ver seus pais. Muitos pais morrem sem ver seus filhos. Só tem uma maneira de acabar com esse desencontro com a família brasileira: “ANISTIA”. “ANISTIA” para todos os brasileiros idealistas e bons”. Trazer o tema da família e do

<sup>269</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. **Maria Quitéria**. Ano II n. 3, julho de 1978, p. 2.

<sup>270</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. **Maria Quitéria**. Ano II, n. 3 Julho de 1978, p. 2. Disponível em: [http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM\\_Completo&PagFis=65883&Pesq](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM_Completo&PagFis=65883&Pesq). Acesso em: 17 set. 2018.

<sup>271</sup> JIMMY CARTER FAZ VISITA FRUSTRANTE. IN: Memorial da democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-frustrante-visita-de-jimmy-carter>. Acesso em: 17 set. 2018.

sofrimento dos parentes dos presos e exilados era algo recorrente nas publicações do MFPA, buscando empatia da população e apoio à causa.

Na edição nº 4, última publicação do boletim, publicada em março de 1979, são apresentadas na capa as principais temáticas que serão tratadas na edição e exibe uma foto de Dom Paulo Evaristo Arns com a palavra “Anistia”. Essa edição é publicada poucos meses antes da aprovação da Lei da Anistia, dialogando diretamente com o formato da lei e trazendo casos de desaparecidos políticos. (Anexo 10).<sup>272</sup>

No editorial da quarta edição as mulheres do MFPA mostram sua insatisfação com a anistia que estava sendo preparada pelo regime militar, que seria parcial e limitada, e a constituição do Movimento Feminino pela Anistia frente aos abusos e quebra da constitucionalidade. Após elencar o caráter restritivo da anistia do governo, pressionam o MDB a propor emendas com o objetivo de adequar o projeto à realidade da nação e apontam que a anistia proposta pelo governo: “Transformada em lei terá que ser cumprida: será legal, mas não legítima.” Apesar desse caráter restritivo, encaram a Lei da Anistia como conquista dos quatro anos de luta do MFPA.

Na página 3, é apresentada uma entrevista com Idibal Piveta, advogado de presos políticos e dramaturgo, realizada por Ruy Veiga, do jornal *Última Hora*. Na entrevista ele fala sobre o que é anistia, que ela não é sinônimo de perdão e que deve ser ampla e plena, da anistia do governo e os objetivos da anistia além do conceito de segurança nacional. Nas páginas seguintes trata-se da Terceira Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM) que ocorreu no final de janeiro de 1979 no México, contando com a presença do Papa João Paulo II, membros do clero brasileiro e o MFPA se fez presente através de uma petição escrita por Regina Sodre Von Der Weid, vice presidente do MFPA-RJ, solicitando que a assembleia de Puebla se manifestasse em favor da Anistia a todo o continente americano.

As páginas 6 e 7 são dedicadas a Zuzu Angel e a luta para descobrir o paradeiro do seu filho, Stuart Edgar Angel Jones<sup>273</sup>. Zuzu era um estilista reconhecida no Brasil e internacionalmente, o jornal trata da prisão e morte de Stuart pela ditadura e o uso de Zuzu da moda e suas criações para denunciar as atrocidades cometidas contra seu filho e tantos outros. De acordo com o Maria Quitéria:

---

<sup>272</sup> MOVIMENTO Feminino pela Anistia. **Maria Quitéria**. Ano III n. 4. Março de 1979. <[http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DOCBNM\\_A&PagFis=91039&Pesq=o%20vaticano%20e%20a%20realidade](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DOCBNM_A&PagFis=91039&Pesq=o%20vaticano%20e%20a%20realidade)>. Acesso 16 set. 2018.

<sup>273</sup> Sobre esse fato, ver o filme: Zuzu Angel de 2006, dirigido por Sérgio Rezende.

Stuart Edgar Angel Jones, filho de Zuzu e Norman Angel Jones, casado, 26 anos, preso por atividades subversivas (assalto ao bar “Castelinho”) em 14 de maio de 1971 e morto na madrugada do dia 15, no pátio do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, por aspiração de gases tóxicos, através do escapamento de uma viatura a que estava amarrado, segundo depoimento de Alex Polari de Alverga, preso na ocasião no mesmo órgão de repressão.<sup>274</sup>

O jornal aponta a perseguição sofrida por Zuzu por denunciar internacionalmente a repressão ocorrida no Brasil, entregando dossiês a diversas personalidades da política. O governo continuava negando o assassinado de Stuart, apesar da intensa pressão dos Estados Unidos, em virtude de Stuart ter pai americano. No final da reportagem é relatada a morte de Zuzu, em um acidente automobilístico em 14 de abril de 1976. Os dados da reportagem foram extraídas da revista Repórter Três de junho de 78 e Jornal do Brasil de 15 de abril de 1976.

Tratam ainda do Congresso Nacional pela Anistia, realizado entre os dias 2 e 5 de novembro de 1978, sua importância e atividades realizadas. Nas páginas seguintes aparece a luta pela libertação de Flávia Schilling e Flávio Koutzii, ela presa no Uruguai e ele na Argentina, luta esta realizada tanto pelo MFPA como pelo CBA. Apresentam ainda poemas e o hino da anistia, além das atividades realizadas pelo MFPA entre junho de 1978 e janeiro de 1979, referente ao tema “Agenda”. Na última página dessa edição, intitulada: “Um conselho no exterior: voltem”, vemos uma foto de Therezinha Zerbine na ONU, com André e Jean Young, organizadores do Ano Internacional da Criança. Tratam da viagem de Therezinha a Europa e Estados Unidos, os encontros e atividades realizadas, inclusive a visita a Lisboa, onde realizou palestra para brasileiros na Sede do Comitê Anistia, na qual aconselhou os brasileiros que não tivessem maiores implicações a voltarem para o país.

Percebemos a partir da apresentação não cronológica das 4 edições do Maria Quitéria que nas três primeiras edições havia quatro seções fixas no jornal: histórico, correspondência, editorial e entrevista. A última edição é a que mais destoa. As demais seções dialogam diretamente com o momento em que o boletim é escrito, por exemplo o I Encontro Nacional do Movimento Feminino pela Anistia e a bandeira da Constituinte. Através da correspondência, percebe-se a amplitude e articulação do movimento; e os depoimentos e artigos publicados mostram o apoio recebido pelo movimento e a legitimação da luta pela anistia, posto que ela é defendida por diferentes personalidades de vários setores sociais. Há desta forma, nas seções fixas, um mapeamento do trabalho do

---

<sup>274</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Zuzu Angel. **Maria Quitéria**. Ano III vol. 4, 1979, p. 6.

MFPA, seu posicionamento frente à luta pela anistia e os apoios que conquistou durante sua trajetória.

Na esfera jurídica o movimento era legalizado, com estatuto, assembleias e diretoria. Vários setores deram suporte para o MFPA. Apesar das diferenças, todos se opunham às arbitrariedades do regime militar. Para Therezinha o movimento teve sucesso no que tange a sua expansão em âmbito nacional e conquista da opinião pública.

O movimento pela anistia teve representatividade para levar adiante à cena política um luta que agregava e mobilizava vários setores, entre eles, o MDB e outros partidos políticos ainda que na clandestinidade, setores da Igreja Católica, associações de classe e movimentos que surgiram inspirados pela oposição ao governo militar e suas ações, a classe acadêmica e intelectual, os exilados brasileiros, em sua maioria da Europa, e os presos políticos.<sup>275</sup>

Durante o livro Anistia – semente de liberdade, podemos acompanhar as ideias, atividades e movimentações do MFPA, em especial de Therezinha. Tratarei aqui de alguns desses relatos.

Em sua fala na Conferência realizada na Câmara Municipal, de São Paulo, no dia 16 de outubro de 1975, durante o Simpósio “Diagnóstico da Mulher Paulista”, Therezinha no que se refere as mulheres e o direito, aponta:

A Constituição, pelo artigo 147 – Parágrafo 1º nos confere o direito de votar e sermos votados. Com isto, a constituição nos insere no universo político da Nação.

Temos que dizer aos homens “Chega! CHEGA dessa sociedade masculina, onde só vocês ficaram com o timão na mão. Também queremos participar. Vamos segurar juntos o timão e vamos dar os rumos que nós, homens e mulheres brasileiros, achamos que a embarcação deve tomar.”<sup>276</sup>

A líder do MFPA foi a João Pessoa realizar uma conferência sobre “Direitos Humanos, Anistia e União do Povo Brasileiro”, mas não foi possível realizar a mesma.

A palestra da Sra. Zerbine estava marcada para às 20:30 hs. De ontem, na Sede da Associação das Voluntárias. Pouco antes do horário, porém, a direção da entidade informou que não mais poderia realizar no local a anunciada conferência. A alegação: “As Voluntárias não se envolvem com problemas políticos.”<sup>277</sup>

Em decorrência da negativa da Associação das Voluntárias já próximo do horário do evento, não conseguiram outro lugar para a realização do congresso. Durante Conferência realizada no auditório das Mercês em Salvador – Bahia, no dia 1º de janeiro de 1977, após exposição dos ideais do movimento, é aberto debate e questionam Therezinha se o movimento era de flores num momento de guerra, ao que ela responde:

---

<sup>275</sup> CARBONI, 2008, p. 26.

<sup>276</sup> ZERBINE, 1979, p. 56.

<sup>277</sup> ZERBINE, 1979, p. 66.

Eu entendi o que você quer dizer. Acontece que a Campanha da Anistia não é uma campanha de flores, não. Você está me vendo gorda, bem penteada, mas meu filho, não foi mole, precisava ter tutano e eu sou de faca na bota sabe? Isso que você está dizendo das lutas para soltar gente, do Herzog, todos nós estamos nisso há muito tempo. Agora, é uma luta demorada, nós somos um poder desarmado e não é toda a população, não são todos que tem consciência plena de seus direitos de cidadãos e consciência de luta. O que nós estamos fazendo é um trabalho de conscientização. Como disse aquela mulher: precisava levantar as consciências e o povo unido é que vai conseguir isso. Nós não estamos num aparato de cânticos festivos, tanto é que numa situação de excepcionalidade pode tudo e nós estamos arriscando a nossa tranquilidade.<sup>278</sup>

Durante a Conferência percebemos que a tática do MFPA é por vezes questionada. Em uma pergunta questiona-se como o movimento busca “conscientizar” a população, que para a pessoa que pergunta, essa conscientização não se dará através de abaixo-assinados ou exibição de filmes. Therezinha é enfática na resposta:

O que eu posso dizer para você é que a luta da anistia não é uma luta só de abaixo-assinado, nem de assinaturas, meu filho. Eu acho que essa colocação é injusta e desrespeito. Se o companheiro que é tão imaginoso e tão corajoso, nos campos, nas searas do Senhor têm trabalho para todo mundo. Você pode arranjar uma forma de lutar pela anistia que seja mais forte e eficaz que a nossa. Nós achamos esse caminho. Há trevas a 12 anos e em 11 anos não tinha nada organizado em luta pela anistia, nada, tinham vozes esparsas – um senador, um deputado, um cardeal, mas, coisa organizada não tinha. Núcleos de anistia não caem do céu. Eu deixei minha família e tudo o que eu tinha a fazer, por muitos e muitos dias. Passei fome porque muita gente não tinha o que comer, montando núcleos de anistia. Quer dizer: núcleos não caem do céu. É uma forma tática que numa “democracia”, já que aceitamos o jogo, tem que ser com cartas marcadas. Mas nós aceitamos e quando a gente aceita não pode reclamar. Se você sabe fazer uma coisa mais eficaz, mais violenta, você vai fazer sozinho e depois dá apoio para nós.<sup>279</sup>

Therezinha tem consciência do seu lugar de fala. Sabe que é uma mulher de “média burguesia para alta” e entende que as mulheres operárias e demais trabalhadoras da classe baixa lutam por seus problemas de sobrevivência, como contra a fome. A líder do MFPA se mostra interessada em ter mais contato com as mulheres operárias, mostra inclusive a pretensão de organizar, no futuro, núcleos com mulheres operárias e camponesas. No entanto, ela ainda não sabia como efetivamente fazer essa ponte. Para ela, por sua condição financeira e formação acadêmica, há mais disponibilidade e possibilidade de lutar pela anistia. Acrescentando ainda que “quem tem condições de chegar à mulher operária e à mulher camponesa aí está a missão. Estou fazendo o que posso.”<sup>280</sup>

<sup>278</sup> ZERBINE, 1979, p. 78.

<sup>279</sup> ZERBINE, 1979, p. 79.

<sup>280</sup> ZERBINE, 1979, p. 81.

O I Encontro Nacional pela Anistia ocorreu no Salão de Conferências do Hotel Eldorado, entre os dias 8 e 10 de dezembro de 1977. Durante o Encontro, representantes do MFPA relataram vários atos de desrespeito aos direitos humanos nos seus estados, foi um momento também de se aferir o andamento dos núcleos regionais. Ocorreram também: uma palestra da escritora Mila Cauduro (MFPA-RS) e um culto ecumênico na Capela Nossa Senhora do Sion, onde um dos pedidos foi o fim da greve de fome dos presos de Itamaracá. Representantes de dez estados participaram do Encontro, onde um documento foi elaborado tratando do anseio pela redemocratização do país, o papel da mulher enquanto “chama da consciência nacional” e a necessidade da Anistia. E se comprometem a não descansar enquanto os objetivos não forem alcançados.<sup>281</sup> No documento produzido elas solicitavam ao Presidente da República a adoção de medidas imediatas:

- Em face da abordagem da pena do exílio;
- Em face do fato de o governo negar nacionalidade aos filhos dos nossos exilados;
- Em face dos reais motivos das greves de fome dos presos políticos de Talavera Bruce e Itamaracá.

[...]

E exprimimos nosso mais profundo desejo e o mais sincero pedido para este natal;

Quem em nenhum lar haja crianças, homem ou mulher chorando a ausência dos seus entes queridos;

Que nenhum preso político, exilado, banido, desaparecido ou atingido pelos atos de exceção, comemore no cárcere ou no exílio a data do nascimento de Jesus, o redentor da humanidade;

E que o gesto da assinatura da anistia passe para a História como o gesto da redenção do Brasil.<sup>282</sup>

Em entrevista coletiva no Instituto dos Arquitetos da Bahia, publicada na Tribuna da Bahia em 15 de janeiro de 1977, Therezinha fala da abertura do núcleo do MFPA da Bahia e sobre os abusos cometidos pelos militares: “Nós caminhamos dentro da lei do País e não nos cabe fiscalizar os atos de exceção, e sim pedir para que eles acabem de uma vez.”<sup>283</sup>

Com o avançar da luta contra o autoritarismo da ditadura, um ponto de divergência que emerge entre o MFPA e o CBA é em relação à luta por uma Constituinte, enquanto o Movimento Feminino pela Anistia levanta a bandeira da constituinte, o CBA é contra. Na capa do boletim Maria Quitéria de nº2, de junho de 1977, aparece a questão da

---

<sup>281</sup> ZERBINE, 1979, p.135.

<sup>282</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Que a anistia passe à História: O documento. **Maria Quitéria**. Ano II, nº 3. Julho de 1978, p. 4.

<sup>283</sup> ZERBINE, 1979, p. 85.

Constituinte, com o seguinte título: “por uma constituinte”, na capa ainda aparece um papel enrolado, onde se lê “Nova Constituição do Brasil” e as correntes que o prendiam estão arrebentadas (Anexo 11).<sup>284</sup>

Na página dois dessa edição do Maria Quitéria, no editorial, trata-se também da questão da Constituinte, como o título aponta, seria um passo à frente na luta empreendida pelo MFPA. Apontam ainda que nos dois anos de atuação do MFPA a luta pelos direitos da população, em especial de participar da vida política, vem ganhando adeptos e a bandeira da anistia ampla e geral se faz presente em vários locais e eventos no país. Para além da participação política, a constituinte viria no sentido de democraticamente pacificar o país. De acordo com o editorial:

É visando a conduzir nosso País de volta ao Estado de Direito que, num desdobramento lógico, estamos lutando agora pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, soberana e livremente eleita, que pressupunha a queda de todos os atos de exceção.<sup>285</sup>

Therezinha defendia a realização de uma Assembleia Geral Constituinte, com a participação dos analfabetos, que segundo ela são analfabetos por culpa das injustiças da sociedade. Com a Assembleia Constituinte, seriam eleitos representantes da vontade popular, com a função de redigir uma nova Carta Magna. Esse órgão colegial seria extraordinário e temporário. Na teoria, acredita-se que assim a soberania do povo irá prevalecer.

Com o pacote de abril paramos um pouco para refletir. Nós vimos que foram esvaziados todas as nossas esperanças. Como não haviam esperanças, resolvemos pegar como nossa a bandeira da Constituinte. Porque a Constituinte também será a forma que vai promover uma constituição – que é a lei maior para reorganizar a vida política nacional. Acontece que essa Constituinte terá que ter um pressuposto básico que é a anistia. Porque quando se cassaram pessoas, não foram pessoas cassadas, mas sim, correntes do pensamento. E essas correntes têm que ser reintegradas no processo político nacional, porque quer queira ou não, elas fazem parte da nacionalidade e somente uma constituinte livre e soberana poderá reformular a política nacional e propiciar uma ordem constitucional que será duradoura e consequente.<sup>286</sup>

Nesse sentido, o principal recurso do movimento era o diálogo, tentando divulgar a ideia da anistia e, consequentemente, da constituinte. Para Elio Gaspari: “a anistia ganhava corpo desde que Therezinha Zerbine organizara os primeiros núcleos do

<sup>284</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. Por que a nossa luta em favor da anistia. **Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia, ano I, n. 2, junho 1977. Documento disponível no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, Belo Horizonte, 2018.

<sup>285</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. **Maria Quitéria.** Boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I. Vol. 2, Jun. 1977, p. 2.

<sup>286</sup> ZERBINE, 1979, p. 125.

Movimento Feminino pela Anistia, em março de 1975. Ao contrário da Constituinte, tinha a força da rua.”<sup>287</sup>

Havia um setor no jornal intitulado “correspondência”, onde apresentavam cartas enviadas do MFPA para pessoas importantes e a resposta das mesmas. No primeiro jornal, como já vimos, há a carta a Rosallyn Carter; já no volume 2 a carta é endereçada ao Papa Paulo VI. Nesta elas demonstram grande respeito ao líder religioso e acentuam o fato de o Brasil ser a maior nação católica do mundo. O Manifesto da Mulher Brasileira é exposto na carta e articulam os anseios demonstrados no manifesto com as posições do Papa expostas na Encíclica *Populorum Progresso*, onde ele salienta a importância da união entre os homens. De acordo com o boletim: “Por ocasião da abertura do Ano Santo, Vossa Santidade apelou aos governos do mundo inteiro no sentido de que concedessem anistia a todos os presos políticos.”<sup>288</sup> Pedem, desta forma, o apoio ao Papa, que ele intercedesse por elas junto ao Presidente da República. A carta é assinada por Therezinha Zerbine.

A resposta à carta foi realizada por Mons. Thomas Woods, conselheiro P/Núncio Apostólico, apontando o “incansável trabalho do papa em busca da paz e da concórdia”, expressa ainda respeitosa consideração a Therezinha e o desejo para que os esforços e rezas do papa deem os resultados esperados.

Ainda nessa página do boletim, é elencada a carta de apoio da Frente Nacional do Trabalho, datada de 24 de agosto de 1976. Apontam que outros órgãos como a ABI, CNBB e OAB já aderiram à causa do MFPA, a Frente Nacional do Trabalho também adere à causa e faz algumas ponderações:

- 1- Somamos com aqueles que reconhecem que a mulher pode concorrer em pé de igualdade com o homem, pois ambos têm a mesma dignidade do trabalho seja ele qual for o que engrandece aqueles que o executam com o espírito fraternal.
- 2- Estamos também com o Movimento Feminino pela Anistia quando se empenha em conseguir a liberdade para presos políticos e estudantes injustamente punidos. A tarefa é árdua.
- 3- Sabemos que no contexto social em que vivemos, tudo que se faça para alcançar a justiça pode parecer subversivo ou perigoso para certas autoridades.<sup>289</sup>

Mediante a isso, colocam que a ação da Frente Nacional do Trabalho se insere numa luta não violenta, mas que não seria passiva e sim de firmeza a todo o momento. Frisam ainda a importância do trabalho de base junto às pequenas comunidades e a relevância do trabalho de conscientização.

<sup>287</sup> GASPARI, 2014b, p. 444.

<sup>288</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. *Maria Quitéria*. Ano I. Vol. 2, Jun. 1977, p. 3.

<sup>289</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. *Maria Quitéria*. Ano I. Vol. 2, Jun. 1977, p. 3.

Nesse setor de correspondência encontramos o diálogo do MFPA com outras organizações, como o Instituto de Arquitetos do Brasil. Também os apoios recebidos e solicitações do MFPA, como na carta endereçada ao Presidente do Superior Tribunal Militar, de 27 de abril de 1977, onde Therezinha, representando o MFPA, sai em defesa de presos políticos:

O Movimento Feminino pela Anistia vem interceder pelos presos políticos Alécio Verzola, Marcos Cardoso Filho, Roberto Cologni que se encontram presos no Presídio Militar Florianópolis desde 3 de dezembro de 1975 aguardando julgamento Lei de Segurança Nacional, com recurso no Superior Tribunal Militar, nº proc. 5089 data de entrada no STM outubro de 1976. Desesperançados iniciaram greve de fome dia 18/04 sendo que um deles já deu entrada no Hospital da Polícia Militar estado lastimável. Face a situação grave apelamos esse Egrério Tribunal sentido seja julgado o processo.<sup>290</sup>

Retomando a questão da Constituinte, o boletim traz em três páginas a análise de homens públicos sobre a questão. O senador Marcos Freire, por exemplo, coloca que a constituinte viria através dos militares, dada a tradição do tema no Brasil, colocando o protagonismo militar no que se refere à constituinte após a proclamação da República e também após a derrubada da ditadura Vargas.

O enfoque terá que ser o da construção de um Brasil Novo, sem revanchismos e sem desconfianças. Toda a população nacional seria convidada a dizer o que propõe, através dos membros da Constituinte. O que é preciso é definir bem o que se pretende com isso. Seria, em essência, propiciar à Nação as possibilidades de se manifestar livre e conscientemente sobre os destinos nacionais, exigindo uma nova Constituinte para o Brasil. Para isso, os que tem ou possam ter o poder de decisão teriam que assegurar amplas condições de segurança individuais e coletivas para a escolha dos delegados constituintes.<sup>291</sup>

Para tal, o AI-5, a lei Falcão e a censura à imprensa deveriam ser banidas e a anistia deveria ser promulgada. Para o advogado Heráclito Sobral Pinto, uma Constituinte sem o apoio e conscientização da opinião pública seria inútil, devendo-se portanto organizar e formar a população. Já o líder do MDB na Câmara, deputado federal Alencar Furtado cita até Jesus na sua argumentação: “Jesus Cristo pregou por todo o mundo e conquistou milhões de pessoas com suas idéias. O MDB defende uma tese justa e espera receber apoio de todos os setores, inclusive militares [...]”<sup>292</sup>

Há uma área no boletim reservada às publicações sobre MFPA, intitulada: “Movimento”. Nesta edição aparece a notíc当地 da morte de João Goulart e a presença significativa do MFPA do Rio Grande do Sul, publicações em jornais sobre o MFPA e a repercussão do lançamento do boletim Maria Quitéria e até mesmo um telegrama enviado

<sup>290</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. **Maria Quitéria**. Ano I. Vol. 2, Jun. 1977, p. 4.

<sup>291</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. **Maria Quitéria**. Ano I. Vol. 2, Jun. 1977, p. 6.

<sup>292</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA. **Maria Quitéria**. Ano I. Vol. 2, Jun. 1977, p. 6.

à viúva de Juscelino Kubitscheck que, no período tratado, havia falecido recentemente. Na página 10, há um artigo transscrito do jornal Folha de S. Paulo, intitulado *Defensores da Liberdade*, de autoria do advogado e professor da USP Dalmo Dallari, que também era presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, o artigo se enquadra na temática de Estudantes.

Nas próximas páginas encontramos seis tópicos: Igreja, Entrevista, Documento, Histórico, Memória e Constituinte. Tratam-se nessas páginas da homenagem recebida por D. Paulo Evaristo Arns, a entrevista do professor Euzébio Rocha sobre a anistia, a publicação na íntegra do Manifesto da Mulher Brasileira, um histórico dos trabalhos do movimento entre os meses de julho de 1976 e maio de 1977, a tradição da anistia no Brasil e um artigo do historiador Helio Silva sobre a Constituinte, transscrito do jornal *Movimento*.

Apesar das diferenças, como a exposta sobre o tema da Constituinte, o MFPA e o CBA trabalharam juntos em muitos momentos, e várias integrantes do MFPA também fizeram parte do CBA, como Helena Greco. Em novembro de 1978, na cidade de São Paulo, ocorreu o Congresso Nacional pela Anistia, organizado por esses dois movimentos. O congresso é visto também como uma forma de agregar os movimentos dos trabalhadores e massificar a luta pela anistia (Anexo 12)<sup>293</sup>

Carboni aponta que com o avanço da luta contra o regime, com o CBA e a greve no ABC, Há um certo isolamento do MFPA, que continua “parado no tempo”, não citando a punição aos torturadores e buscando a reconciliação e pacificação nacional. A luta do MFPA é mais restrita em comparação com o CBA e de curto prazo.

No que tange a questões mais radicais, que são essenciais na visão dos CBAs. Como a punição aos torturadores e a elucidação dos desaparecidos políticos, o MFPA se cala, ou pouco fala. Em seu boletim temas como esses não têm tanto peso e mobilização quanto a eles é mínima.<sup>294</sup>

Ao analisar documentos do Movimento Feminino pela Anistia, percebemos que elas tratam da questão das torturas e clamam pela anistia ampla geral e irrestrita. Os documentos analisados são do ano de 1979, mas no documento fundacional do movimento de 1975, a anistia defendida aparece como “ampla e geral”, há portanto um avanço na luta pela anistia, elas acompanharam as mudanças e se pode inferir até que sua

<sup>293</sup> Carta Convocatória para o movimento de anistia de todo o país. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos sobre Anistia. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/documentos\\_anistia](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/documentos_anistia).

Acesso em 02 set. 2018.

<sup>294</sup> CARBONI, 2008, p. 70.

bandeira ia de acordo com o diálogo político do momento, com a reivindicação de maior abertura do regime militar para o tema da anistia. Em março de 1978, entrevista ao jornal Cinco de Março<sup>295</sup>, de Goiânia, Therezinha fala que o Movimento Feminino pela Anistia luta pela anistia ampla e irrestrita, ou seja, o termo ampla geral e irrestrita só foi incluído posteriormente.

Em um documento de 1979, a direção nacional do MFPA aponta que: “A anistia terá que ser irrestrita e absoluta, não deverá conter nenhuma condição pois, quem condenou, processou, exilou, cassou, baniu, demitiu, reformou arbitrariamente e matou, não tem autoridade para exigir condições de suas inúmeras vítimas.”<sup>296</sup>

As mulheres do MFPA salientam o caráter divisionista do projeto do governo e utilizam-se de recursos emocionais, salientando o sofrimento das famílias. O núcleo do Rio de Janeiro, na figura da presidente Judith Vieira Lisboa, aponta que:

[...] Projeto, este, cujas flagrantes injustiças já foram analisadas e apontadas pelos maiores juristas do País. Projeto, este, cuja aprovação, mantendo alguns atrás das grades da prisão e no exílio e, a outros, devolvendo a liberdade e o direito de transpor as fronteiras do País, que é deles porque é nosso, dividirá cada vez mais os brasileiros.

São muitas as mães há muitos anos separados dos filhos. Mães que sofreram um terrível desgosto, que envelheceram com a amargura dessa imensa saudade. A discriminação injusta trará aquelas, cujos filhos voltarem, uma alegria, também ela, parcial.<sup>297</sup>

Como vimos neste documento, o MFPA lutava pela pacificação da família brasileira e levantava a bandeira da Anistia Amplia Geral e Irrestrita. A jornalista e crítica de arte, Edyla Mangabeira Unger, aponta a grande mobilização que a Anistia provocou no país. Esclarecendo no entanto, que anistia não é sinônimo de perdão. “Porque perdoar pressupõe a grandeza de alma de quem perdoa, e, admitida a culpa, confessando o crime, a humilde gratidão de quem é perdoado. Como sabemos todos nós, reunidos aqui, não é bem disso que se trata.”<sup>298</sup>

E no que se refere à anistia como esquecimento, aponta a desigualdade de condições para tal, já que para ela o que os detentores do poder teriam que esquecer era relativamente pouco em relação ao esquecimento da oposição.

Porque teremos de esquecer o Pau de Arara. A Câmara de som. A Cadeira do Dragão. A Geladeira. Os choques elétricos. O isolamento. Os estupros. As cicatrizes que marcaram para sempre o corpo e a mente de tantos e tantas vítimas de terrível repressão que varreu o país de ponta a ponta. Que se abateu como algo de diabólico sobre toda a nação. As paredes úmidas das celas e das salas de tortura guardarão para sempre o eco dos gritos de agonia e as manchas

<sup>295</sup> ZERBINE, 1979, p. 160.

<sup>296</sup> BRASIL, 1982b, 408.

<sup>297</sup> BRASIL, 1982b, p. 403.

<sup>298</sup> BRASIL, 1982b, p. 403-404.

de sangue, do suor e das lágrimas daqueles de quem tentavam arrancar confissões e delações.

É muito o que teremos que esquecer. É muito o que terão que esquecer as mães e as mulheres dos presos, dos exilados, dos mortos e dos desaparecidos. É muito o que teremos que esquecer também nós, mãe de banidos. De nós que acompanhamos esses calvário amparando-nos uma nas outras porque tornar-se impossível o diálogo com quem não trouxe no coração amargurado a angústia, o medo, o pânico, a indescritível agonia que foi, durante muito tempo, o nosso amargo pão de cada dia e a terrível companheira das longas noite de vigília.<sup>299</sup>

Na carta aberta aos parlamentares, de 9 de agosto de 1979, a direção nacional do MFPA elucida que o governo não concede benefícios gratuitamente, mas que estes são conquistados através da reivindicação e negociação coletiva.<sup>300</sup> A direção nacional também traz a anistia como esquecimento pleno, indo contra a anistia parcial do governo, clamando pela Anistia Amplia, Geral e Irrestrita:

Este é o momento em que construiremos, ou não, o novo pacto social pela Democracia sem adjetivos, por uma Nação reconciliada em torno dos anseios mais legítimos da Pessoa Humana que são a Justiça e a Liberdade. Porque os verdadeiros inimigos da Democracia são: a fome, o desemprego, o analfabetismo, a doença, a desesperança, a descrença no dia de amanhã, a injustiça, o arbítrio, a prepotência, a dependência, a exploração econômica, - enfim, todos os pecados provenientes de uma ordem social desumana e injusta, alicerçada no privilégio.<sup>301</sup>

Therezinha acredita que a anistia parcial é um primeiro passo para a obtenção da anistia ampla, geral e irrestrita; entendendo portanto a anistia parcial como um avanço para a democratização do país. Aos 84 anos, em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, Therezinha corrobora a visão exposta durante os anos de MFPA: “A anistia foi uma conquista. Não foi dádiva, foi luta. Não tem que rever. Eu costumava dar o exemplo da mulher do Lot, que olhou para trás e virou estátua de sal. A anistia é conciliação, paz, de lado a lado. Tem que esquecer. Tinha bandido dos dois lados.”<sup>302</sup>

Já o CBA, na “Carta aberta ao povo brasileiro”, questiona a anistia restritiva, em diálogo direto com as falas dos porta-vozes do governo que visam classificar os presos políticos. Para o CBA:

Os objetivos da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita são claros: anistia para todos os que se opuseram ao regime militar e foram por ele perseguidos, e o fizeram por motivações políticas e/ou ideológicas, não importando em que nível nem sob que forma expressavam sua oposição, não podendo, consequentemente, haver qualquer restrição quanto à anistia. Confundir as ações armadas ocorridas nas grandes capitais brasileiras e em certas áreas

<sup>299</sup> BRASIL, 1982b, 404.

<sup>300</sup> BRASIL, 1982b, 405

<sup>301</sup> BRASIL, 1982b, 406.

<sup>302</sup> ZERBINI, Therezinha Godoy. A ‘burguesona’ que foi a luta. Depoimento à Eleonora de Lucena. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/51985-a-burguesona-que-foi-a-luta.shtml>>. Acesso 29 de ago. 2018.

rurais no período 1968-1975 como crimes comuns é desconhecer todo o significado do que seja luta política. Até mesmo o próprio regime reconheceu aquelas ações como guerra revolucionária, segundo a introdução da Lei de Segurança Nacional. Note-se que, mesmo discordando de como são definidas aquelas ações na mencionada lei, é preciso reconhecer que a mesma deixa claro o caráter político ideológico das ações armadas.<sup>303</sup>

O CBA ainda aponta que essa confusão é uma afronta à inteligência dos brasileiros, que isso na verdade é uma tentativa do regime militar de justificar as atrocidades por eles cometidas; as torturas, mortes e toda espécie de violência cometida durante a ditadura. Pedem ainda para que o povo não se esqueça das arbitrariedades e do terror implantado a partir de 1964. Além disso, o caráter divisionista dessa classificação também é elucidado, tendo em vista o enfraquecimento da oposição.

A seção sul do CBA de Criciúma – Santa Catarina, apontou em 30 de julho de 1979 que o MDB deveria apresentar um substitutivo ao projeto de anistia do governo, e esse sendo negado deveriam se ausentar do Congresso quando o projeto do regime fosse votado. Para eles:

Somos de opinião que votos a favor do projeto do regime, mesmo tentando alargá-lo, e o que é muitíssimo mais grave, significa respaldar os argumentos que o regime usa para justificar seu projeto.

[...]

Por outro lado, votar contra, além de ser perigoso, dado as frustrações da estrutura direta que poderá praticar o mesmo gesto, surgindo consequências imprevisíveis, contribui também para aumentar a confusão no seio das amplas massas.<sup>304</sup>

Com a aprovação da Anistia do governo, parcial e restrita, os movimentos pela anistia tiveram que se reorganizar. Continuaram lutando pela anistia ampla geral e irrestrita? Após a aprovação da Lei, o MFPA realizou o II Encontro dos Núcleos do Movimento pela Anistia, entre os dias 8, 9 e 10 de dezembro de 1979.

Sempre preocupada com a preservação da memória do MFPA, Therezinha se tornou uma espécie de guardiã desta memória, não sendo a única, mas tendo grande relevância nesse papel. Além do livro publicado em 1979, manteve acervo de documentos, correspondências e reportagens do MFPA arquivadas no porão da sua casa no Pacaembu. Após a redemocratização, Therezinha continuou no cenário político, atuando conjuntamente com Leonel Brizola na refundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e posteriormente na criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Therezinha chegou a ser membro do Diretório Nacional do PDT, presidente do Instituto

---

<sup>303</sup> BRASIL, 1982b, 379.

<sup>304</sup> BRASIL, 1982b, p. 399-440.

Aberto de Redenção das Águas (IARA) e vice-presidente da Confederação Nacional de Mulheres.

A líder do MFPA de certa forma foi colocada à margem da história da luta pela anistia. Esse quadro tem mudado com as produções acadêmicas recentes, mas em livros didáticos por exemplo, não se encontra referência a esta figura tão emblemática.

No site da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, há uma série de entrevistas referentes aos 20 anos da anistia, onde salientam que anistia não é esquecimento. Encontramos entrevistas com diversos personagens dessa luta, em posições variadas nesse contexto. De Luiz Inácio Lula da Silva, D. Paulo Evaristo Arns e Flávia Schilling até Helena Greco. Therezinha Zerbine, no entanto, não aparece entre os depoimentos. Apesar disso, Therezinha aparece através da fala de outras pessoas, como Vanya Sant'Anna, que escreveu sobre a campanha da anistia. Para Vanya, a Campanha pela Anistia foi o primeiro movimento nacional e unificado contra a ditadura militar e a maior frente progressista da história brasileira.

A Campanha da Anistia, em que pese sua vitória parcial, foi diretamente responsável pela ampliação das conquistas democráticas do povo brasileiro e eternizou os direitos humanos como dimensão essencial das ações políticas. Legou à sociedade brasileira mecanismos de solidariedade ativa na defesa de todos que lutam pela liberdade, pela democracia, pela dignidade política. Com ela, recuperamos - as gerações de 64 e de 68 - a nossa própria dignidade e a possibilidade, sempre presente, de continuar na luta para fazer do Brasil uma pátria gentil e generosa para todos os seus filhos.<sup>305</sup>

Para Ana Rita Fonteles Duarte, esse certo isolamento se deu pela postura de Therezinha referente à anistia, que vai contra a hegemonia da esquerda, que recusa a ideia de anistia como esquecimento; além disso, Therzinha criticou várias vezes o PT e o governo Lula, apesar do seu respeito e admiração pela ex-presidente Dilma que, como já foi citado, conheceu Therezinha na prisão e a auxiliou na criação do núcleo do MFPA do Rio Grande do Sul. Em entrevista para Antônio Abujamra, Therezinha chega a dizer que: “o PT é uma desgraça”, “eu vou pra rua lutar contra o PT”, “o PT de hoje não é o PT ... aquele PT que começou com ilusões, que queriam coisas boas... o PT do mensalão... o mensalão que tá fazendo uma bagunça”. Ela aponta que algumas coisas melhoraram com o Lula, mas... (ela não pode terminar a fala por ser interrompida pelo entrevistador).<sup>306</sup>

---

<sup>305</sup> SANT'ANNA, Vanya. **A campanha da Anistia.** Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 12 set. 2012. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/8779>>. Acesso: 31 ago. 2018.

<sup>306</sup> ZERBINE, Therezinha, entrevista concedida à Antônio Abujamra para o programa Provocações em 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BVNTz9WIjg0>>. Acesso: 31 ago. 2018.

No próximo Capítulo, trataremos de Helena Greco, líder do Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais e que foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores e primeira vereadora a ser eleita pelo partido em Belo Horizonte, onde exerceu dois mandatos. Veremos, desta forma, além da importância e atuação de Helena, suas aproximações e diferenças com a liderança nacional do MFPA, na figura de Therezinha Zerbine.

## 4 HELENA GRECO E O MFPA DE MINAS GERAIS

### 4.1 A mulher e militante: Helena Greco

Em se tratando de mulheres que se tornaram lideranças em movimentos políticos/sociais, analisamos a figura de Therezinha Zerbine e sua contribuição na luta pela anistia nos capítulos anteriores. Contudo, uma outra protagonista deste mesmo processo apresentava ideias e um lugar de fala diferentes: Helena Greco, que coordenou o núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia. Pelo viés humanitário, ela priorizava a questão feminista, sem receio da carga que o termo poderia carregar, tornando-se, portanto, o fio condutor deste capítulo.

Neste sentido, buscamos compreender as especificidades dos núcleos do MFPA, entendendo suas diferenças, apesar de trabalharem juntas em prol de um objetivo comum. Não obstante à tentativa de uma centralização por parte da liderança nacional, os núcleos eram independentes, o que gerou alguns conflitos de táticas e ideais. Assim sendo, reforço mais uma vez que, a partir de Helena Greco, as possibilidades de luta se ampliam, tanto dentro do MFPA como na conjuntura política/social do país. Desta forma, a análise da trajetória individual de Helena permite entender os percalços da luta pela anistia, uma vez que para Heloísa Greco:

Desde que começou a militância em 1977, ela participou praticamente de todas as lutas dos trabalhadores e dos movimentos populares contra a exploração e opressão com destaque para a luta contra o genocídio do Povo Negro e dos Povos indígenas, a luta pela moradia, pelo desmantelamento do aparato repressivo, a luta feminista, a luta antimanicomial. Seu nome tornou-se sinônimo de Anistia, Direitos Humanos e Cidadania. Gostava de dizer que o exercício da cidadania só seria possível a partir do exercício permanente da perplexidade, motor da capacidade de indignação.<sup>307</sup>

Em entrevista cedida a Lucília de Almeida D. Neves<sup>308</sup>, no ano de 1995, Helena fala da sua vida privada, surgimento do PT, luta pela anistia, direitos humanos, feminismo, dentre outros temas. Essa entrevista foi realizada dentro do projeto de Histórias de vida, realizado pelo Núcleo de História Oral vinculado ao Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. As informações apresentadas a seguir, sobre a vida de Helena, terão como

<sup>307</sup> Entrevista de Heloísa Greco à Mislele Souza via e-mail. 13 jan. 2019.

<sup>308</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Mineiros Programa de História Oral Projeto: Memória e História Visões de Minas. Entrevistadoras: Lucília de Almeida Neves e Anna Flávia Arruda Lanna. Entrevistada: Helena Greco. Entrevistas realizadas de 08/01/95 a 08/01/96. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Políticos-e-Sindicatos/Helena-Greco> Acesso em: 10 dez. 18.

base essa entrevista, o livro “Helena Greco, eu te batizo: Anistia”<sup>309</sup> e vídeos cedidos por Heloísa Greco, disponíveis no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, vídeos nos quais Helena aparece dando entrevista e sendo homenageada na Câmara de Belo Horizonte.

Helena nasceu no interior de Minas Gerais, na cidade de Abaeté em 15 de junho de 1916. No ano de 1924 se mudou para Belo Horizonte, onde estudou no Grupo Escolar Cesário Alvim e no colégio Santa Maria, permanecendo no regime de internato no último, até os 17 anos. Apesar da base religiosa do colégio e influência familiar, ela se considerava agnóstica. Helena desde a infância amava os livros, lia de literatura portuguesa, inglesa à francesa. Assídua leitora, nos tempos da luta pela anistia diminuiu a carga de leitura para um livro por mês. Gostava de poesia, como Castro Alves, Augusto dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade. Com amplo repertório e eclética no quesito musical, ouvia de Mozart a Chico Buarque, tendo um apreço especial por música clássica e músicas italianas, não gostando no entanto de jazz e rock.

Nas suas falas sobre a adolescência, aparece o gosto pelo estudo, o namoro com o primo (que se tornou seu marido) e a resistência no que se refere à religião, além de certa vaidade: “O negócio era o seguinte, eu tinha uma pele maravilhosa, e uma cor maravilhosa. Então eu fazia questão de não usar maquiagem. Para mostrar que aquilo era natural. Eu tinha muito orgulho disso. Quer dizer, eu gostava de andar bem arrumada...”<sup>310</sup>

O pai de Helena, Antônio Greco era italiano e sua mãe, Josefina Campos Alves era brasileira. O senhor Greco fora alfabetizado no Brasil, inicialmente se tornou comerciante, mas depois teve uma casa bancária. Nos seus relatos, ela aponta que o pai amava o Brasil e não aceitava que os filhos tirassem nota baixa em português. Helena era a filha mais velha de sete irmãos: Armando Greco, médico radiologista, que ela aponta como pessoa de grande cultura e conhecimento da medicina, além de afinidade com o PCB; Orlando, foi comerciante e depois passou a trabalhar com o filho engenheiro; Iolanda, que seguiu com a música até casar-se com um advogado e “levar a vida”, nas palavras de Helena; Onélia, professora, caracterizada por Helena como caridosa porém

<sup>309</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues de. Helena Greco, eu te batizo: anistia. Belo Horizonte, 1983.

<sup>310</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Mineiros Programa de História Oral Projeto: Memória e História Visões de Minas. Entrevistadoras: Lucília de Almeida Neves e Anna Flávia Arruda Lanna. Entrevistada: Helena Greco. Entrevistas realizadas de 08/01/95 a 08/01/96. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/po/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Políticos-e-Sindicatos/Helena-Greco> Acesso em: 10 dez. 18. Transcrição 1, p. 29.

elitista; Mussolini, ela o aponta como fascista e que não trabalhava, o relacionamento dos dois não era muito bom, tanto no campo ideológico como pessoal, e a caçula Terezinha, que Helena aponta que foi praticamente criada por ela, uma boa mãe de família e bem casada.

Helena salienta que teve um bom relacionamento com o pai, apesar de ele ser “fechado”, mas que tinha atritos com a mãe em decorrência das posições conservadoras da mesma, que eram contestadas por ela. Seu pai faleceu quando ela ainda estava no colégio interno, ela tinha então 16 anos. Em 1937 casou-se com o médico José Bartolomeu Greco, seu primo. No ano de 1944, ela foi com o marido para os Estados Unidos, para ele realizar um curso de pós-graduação em São Francisco. Nesse período, Helena aproveitou para fazer alguns cursos. No que se refere ao casamento, Kelly Cristina Teixeira aponta que:

Helena demonstrou o desejo de formalizar sua união apenas perante o Estado. Tal fato assegurava direitos estabelecidos pelo Código Civil de 1916, que legislava sobre bens e propriedades, mas, ainda perpetuava antigas relações patriarcais. O marido permanecia o cabeça do casal e as mulheres casadas permaneciam na condição de incapazes, na mesma condição de deficientes mentais, mendigos, menores e indígenas. Este fato é evidenciado quando Helena expõe que mulher de médico não abria laboratório, o que a fez trabalhar com seu esposo e seu cunhado. Segundo Vera Lucia Puga a sociedade ocidental cristã brasileira preparava homens para que assumissem como maridos a responsabilidade no provento da família e da mulher – a denominada rainha do lar, – criada para a administração da casa, dos filhos e no cuidado do marido.<sup>311</sup>

Não considero o fato de Helena não ter aberto uma farmácia como algo diretamente relacionado ao patriarcalismo, mas como ela aponta em entrevista para o jornalista Tutti Maravilha, disponível no Instituto Helena Greco: pelo fato de o marido ser médico, ela não deveria ter uma farmácia, para que não parecesse que ele estava direcionando os pacientes para a farmácia, para adquirir os remédios que haviam lá, uma vez que não era algo bem visto na época. No entanto, ela trabalhou no laboratório de análise clínicas com o marido e o cunhado. A questão não era que ela não deveria trabalhar ou que deveria trabalhar apenas numa posição de subalterna ao marido, em nenhum momento ela coloca que o marido a impedia de trabalhar, lutar pelas suas causas, era uma questão vista como ética médica. Sobre o marido Helena aponta que:

---

<sup>311</sup> TEIXEIRA, Kelly Cristina. Minha mãe, uma militante: Helena Greco e o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais na memória de seus filhos. In: Encontro de Memórias [recurso eletrônico]/- Porto Alegre : ISCMMA, 2018. p, 72. Disponível em: <[http://www.centrohistoricosantacasa.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ebook\\_-encontro-de-memorias.pdf](http://www.centrohistoricosantacasa.com.br/wp-content/uploads/2018/05/ebook_-encontro-de-memorias.pdf)>. Acesso em 14 abr. 19.

Ele não era militante como eu era. Ele não era não. Mas ele tem... tinha um pavor desta concentração de renda. E ele expunha as idéias dele e sempre foi muito... muito... Foi uma pessoa consciente do que estava acontecendo. Agora, se não fosse o apoio que ele me deu eu não podia ter feito nada. <sup>312</sup>

O casamento com o doutor Greco se manteve por 64 anos, até que o mesmo faleceu em 6 de janeiro de 2002. Para José Bartolomeu Greco, a mulher não se limita mais a ser dona de casa, mas que deve utilizar todos os seus conhecimentos para realizar algo para a sociedade brasileira. Sobre a atuação da mulher ele apontou:

É uma lutas das mais nobres e que tem meu apoio integral. No Brasil, à época da Anistia, precisávamos de que alguns grupos empreendessem uma luta em favor daqueles que tinham Pátria mas não podiam estar nela (os exilados). Outra luta que sempre considerei fundamental é a luta em favor daqueles que estão no próprio país mas não podem vive-lo como deveriam – são os favelados, os marginalizados, os trabalhadores mal remunerados que constroem o país mas não usufruem seus benefícios, faltando-lhes boa saúde, transporte e moradia. No discurso que fiz, durante o lançamento da candidatura de Helena, ressaltei que o milagre brasileiro é feito por estes lutadores que, mesmo sem uma boa alimentação e uma boa saúde, constroem todas as riquezas que possuímos. <sup>313</sup>

Com ele, Helena teve três filhos: Dirceu Bartolomeu Greco (médico), Marília Greco (socióloga) e Heloísa Greco (historiadora). Sua filha Heloísa, que ela chama por Bizoca, participou de movimento estudantil e da organização política Centelha, através da atuação da filha que Helena entra na luta política, se interessando e se engajando mais por causa das denúncias de tortura.

Ensinou inglês na penitenciária Antônio Dutra Ladeira de 1964 até 1966, gratuitamente. Aos 60 anos, em 1977 ela integrou-se ao MFPA. Entre 1981-1982 foi escolhida como membro das Comissões Executiva Estadual e Nacional do PT. Em novembro de 1982 foi eleita vereadora em Belo Horizonte pelo PT. Sobre o Partido dos Trabalhadores, Helena alude que:

Acho que o Partido dos Trabalhadores é o único que propõe a participação do povo a nível do poder e que é um partido dos próprios trabalhadores, não a seu favor. Nós pretendemos que o povo se represente por si mesmo, aos poucos. Vejo o nascimento do PT como o fato mais importante dos últimos tempos, por esta proposta básica<sup>314</sup>.

<sup>312</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Mineiros Programa de História Oral Projeto: Memória e História Visões de Minas. Entrevistadoras: Lucília de Almeida Neves e Anna Flávia Arruda Lanna. Entrevistada: Helena Greco. Entrevistas realizadas de 08/01/95 a 08/01/96. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Políticos-e-Sindicatos/Helena-Greco>>. Acesso em: 10 dez. 18. p. 20. Fita 3B

<sup>313</sup> OLIVEIRA, 1983. p. 51.

<sup>314</sup> OLIVEIRA, 1983. p. 44.

Helena participou da fundação do PT, sendo uma das signatárias do “Manifesto de São Bernardo”, que lançou o partido em 1980. No site do Partido dos Trabalhadores encontramos este, intitulado “Manifesto de fundação do partido dos trabalhadores”, onde apontam a necessidade de intervir na vida política e social do país para transformá-la, entendendo que a democracia é uma conquista e deverá ser construída pelas mãos dos trabalhadores; questionando os mecanismos de repressão que recaem sobre os mesmos. O partido visaria a independência política dos trabalhadores e a construção de uma sociedade igualitária. Assim sendo:

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.<sup>315</sup>

A importância do PT na política nacional posterior ao período ditatorial é inquestionável, o partido ganhou as eleições presidenciais quatro vezes consecutivas (2002, 2006, 2010 e 2014). No entanto, a visão de Helena de participação popular acabou não sendo a única marca do partido e inclusive esta participação é questionável. Apesar de alguns avanços no campo social, ao beneficiar banqueiros, fazer acordos com partidos com outra perspectiva política e com os inúmeros casos de corrupção, este objetivo inicial do PT de melhorar a vida da população e de representar os trabalhadores foi sendo colocado em segundo plano. Inclusive, sua filha Heloísa em entrevista para o jornal “O Tempo”, aponta que a mãe seria crítica ao PT atual, em fala publicada em 2011, após a morte de Helena.<sup>316</sup>

Sua participação ativa na política teve início quando os alunos da UFMG estavam num encontro de estudantes na faculdade de Medicina no campus e os policiais cercaram a universidade. Em protesto contra a reação do governo contra os estudantes, poucos dias depois algumas entidades realizaram uma manifestação na Escola de medicina. Várias pessoas da sociedade participaram e deram apoio aos estudantes, dentre elas Helena que,

---

<sup>315</sup> Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores. Disponível: <http://www.pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/> Acesso em: 13 dez. 18.

<sup>316</sup> Filha de Helena Greco diz que mãe teria lutado contra o PT de atualmente. 27 de julho de 2011. O Tempo. Disponível: <https://www.oftempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/filha-de-helena-greco-diz-que-m%C3%A3e-teria-lutado-contra-o-pt-de-atualmente-1.431160>. Acesso em 13 dez. 18.

preocupada com os estudantes e sua filha Heloísa, decidiu ir para o campus, pediu a fala, e a partir disto que foi convidada para o MFPA.

- O negócio é que na hora eu senti, era o sentimento. Eu senti foi o seguinte: a minha geração foi muito inerte, ela podia ter feito muita coisa. E hoje eu me arrependo disso. Eu quero dizer que a gente tem que fazer alguma coisa mesmo porque a questão está muito séria e não pode continuar assim. Nós não podemos ficar à mercê dos horrores que estavam havendo.<sup>317</sup>

A proximidade com sua filha Bizoca e com os estudantes universitários que frequentavam sua casa influenciou muito sua introdução na atuação política. A partir da partilha de experiências e pontos de vista com essa geração diferente da sua, Helena vai encontrando um espaço de fala e construção de uma forma de vivenciar o momento político e vislumbrar um canal de participação. No que se refere à posição ideológica, ao ser questionada por Anna Flávia se é socialista, Helena afirma que sim, mas se coloca contra o socialismo burocrático de Stalin.

H.G.: Olha, ser socialista para mim é você... É um governo que antes de pensar no governo e em si próprio, ele pensa no que é bom para o povo. E outra coisa também é o seguinte, quer dizer, é o combate à concentração de renda, combate aos latifúndios, combate à miséria. Porque a grande fortuna, a gente mal pode viver. Quer dizer, é este conjunto de coisas que eu acho que a gente tinha que ter o socialismo com liberdade.<sup>318</sup>

Helena se coloca como revolucionária no campo político, contrapondo aos que buscavam as mudanças através de reformas. Criticou a política econômica da ditadura, que fez o país crescer, mas o povo estava mal. O principal legado da ditadura para ela está no campo social, o aparato repressivo não deixou de existir, mas se voltou para a população marginalizada, e que a tortura continua acontecendo nas delegacias. Apesar de vir de uma família de classe média, Helena sempre se colocou do lado dos marginalizados, lutando por aqueles que não tiveram as mesmas condições de vida que ela. Sobre o fato de assumir uma causa popular mesmo sendo da ‘burguesia’, ela coloca:

Não posso negar que sou uma pessoa burguesa, dadas as minhas condições materiais. Mas há uma distinção entre a pessoa burguesa e a pessoa que mantém ideias burguesas. Posiciono-me contra as ideias burguesas, luto a favor dos mais oprimidos, da parcela da população que não tem voz. Combato

<sup>317</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Mineiros Programa de História Oral Projeto: Memória e História Visões de Minas. Entrevistadoras: Lucília de Almeida d. Neves e Anna Flávia Arruda Lanna. Entrevistada: Helena Greco. Entrevistas realizadas de 08/01/95 a 08/01/96. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Políticos-e-Sindicatos/Helena-Greco> p. 19, fita 3B.

<sup>318</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Mineiros Programa de História Oral Projeto: Memória e História Visões de Minas. Entrevistadoras: Lucília de Almeida d. Neves e Anna Flávia Arruda Lanna. Entrevistada: Helena Greco. Entrevistas realizadas de 08/01/95 a 08/01/96. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Políticos-e-Sindicatos/Helena-Greco> p. 9, fita 3A.

com todas as forças o sistema burguês vigente, pois nele prevalecem as alianças de cúpula e só se concretizam os interesses dos já favorecidos.<sup>319</sup>

Teotônio Vilela, ex-senador e importante figura no que se trata da formulação da Lei da Anistia no Congresso Nacional que, como já exposto nos capítulos anteriores, presidiu a Comissão Mista que analisou o projeto de anistia e visitou presos políticos durante esse período, em depoimento no ano de 1983 apontou, sobre Helena:

Considero Helena Greco um perfil humano de primeira qualidade. Poucas pessoas tenho encontrado, quer do sexo masculino quer do sexo feminino, com tanto destemor, tanta capacidade de afirmação quanto Helena Greco. Durante o período da Anistia ela foi inexcusável. Mesmo doente, deslocava-se para nos acompanhar, pedindo a adesão à campanha da Anistia. Helena nunca nos faltou.<sup>320</sup>

No que se refere a vida parlamentar, ela foi eleita vereadora de Belo Horizonte duas vezes, legislando de 1983 a 1992. De acordo com a biografia presente no site do Instituto Helena Greco:

Mesmo no espaço instituído, ela sempre atuou na perspectiva do instituente, da amplificação da política. Sua militância partidária se deu no marco – hoje drasticamente aniquilado - de um partido independente, classista e socialista: *sem pelego e sem patrão*, como se propunha à época da sua fundação. D. Helena criticou e combateu sistematicamente o burocratismo, o centralismo, o autoritarismo, o gabinetismo e o peleguismo da tendência majoritária. Tais desvios, que hoje prosperam sem limites no PT, então já começavam a despontar.<sup>321</sup>

Foi coordenadora da Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte de 1993 até 1996. Além disso, foi uma das fundadoras do Movimento Tortura Nunca Mais, em 1987.

Sob a sua coordenação, em fevereiro de 1991, o Movimento Tortura Nunca Mais/MG encaminhou ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG) lista de 12 médicos legistas que atuaram no estado de 1964 a 1979. Esta lista é resultado de denúncia de presos políticos cujos processos tramitaram no Superior Tribunal Militar (STM) e está contida no Projeto Brasil Nunca Mais (Arquidiocese de São Paulo, 1985). Trata-se de médicos que assinaram laudos de militantes assassinados nos cárceres após violentas torturas. O objetivo do Movimento Tortura Nunca Mais/MG era a abertura de sindicância para averiguação da responsabilidade destes profissionais na assinatura de laudos falsos e o seu comprometimento com a repressão e a tortura durante a ditadura militar. A iniciativa do Tortura Nunca Mais/MG estava inserida em processo de âmbito nacional desencadeado pela descoberta das ossadas de desaparecidos políticos na vala clandestina do cemitério D. Bosco (Perus/SP), em 1991. Processos semelhantes foram movidos em São Paulo e no Rio de Janeiro sob a responsabilidade da Comissão de Familiares

<sup>319</sup> OLIVEIRA, 1983, p. 44.

<sup>320</sup> OLIVEIRA, 1983, p. 39.

<sup>321</sup> Centenário Helena Greco: pequena biografia. Disponível:

<https://institutohelenagreco.blogspot.com/search/label/%E2%98%85CENTEN%C3%81RIO%20HELEN%20GRECO%20%98%85%2018%20DE%20JUNHO%202016> Acesso: 10 de dezembro de 2018.

de Mortos e Desaparecidos Políticos e do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. No Rio e em São Paulo, os processos tiveram certo resultado: alguns médicos-torturadores chegaram a perder o registro profissional. Em Minas Gerais, ao contrário, fazendo jus ao reacionarismo e corporativismo que lhe são peculiares, o CRM-MG engavetou o processo. Na sequência, duas das médicas citadas entraram com duas ações criminais contra D. Helena, que foi parar no banco dos réus. Absolvida em primeira instância, foi condenada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), por calúnia e difamação, a um ano, em regime aberto – o que causou enorme comoção local e nacional. Este episódio evidencia a drástica inversão de valores no país da barbárie institucional.<sup>322</sup>

Nos arquivos do Instituto existem algumas pastas referentes a esse processo, sobre acusação de calúnia e difamação<sup>323</sup>, mas como não é o objetivo deste trabalho, não serão desenvolvidas aqui. Em 1995, participou como jurada do Tribunal Nacional Contra o Trabalho Infantil em Brasília e foi uma das coordenadoras do Fórum Permanente de Luta pelos Direitos Humanos de Belo Horizonte, que englobava movimentos populares, sindicais e de Direitos Humanos.

A atuação de Helena no campo político e social é bem mais extensa do que foi elencado nesta dissertação. Selecionei alguns pontos que entendo como de maior relevância para esta pesquisa.

Ao longo de toda a sua trajetória, D. Helena aprofundou a luta contra a violência policial e institucional e pelo direito à memória, à verdade e à justiça. Para ela, como o contencioso da ditadura não havia sido sequer equacionado, os pontos programáticos da luta pela Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita continuavam valendo: a erradicação da tortura; o esclarecimento circunstanciado dos crimes da ditadura militar; a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos; a nomeação, responsabilização e punição dos torturadores e assassinos de presos políticos, bem como daqueles que perpetraram os mesmos crimes contra a humanidade na atualidade; o desmantelamento do aparato repressivo. D. Helena Greco tornou-se referência de luta contra a tortura - que continua a ser uma das instituições mais sólidas no Brasil -, contra a opressão das mulheres, contra a criminalização dos pobres e dos movimentos sociais, contra o encarceramento em massa, contra o genocídio do povo negro e das populações indígenas.<sup>324</sup>

A partir de 2002, Helena se retira da militância política, em virtude do avançar da idade. Em 2011 Helena Greco faleceu, com 95 anos. A luta empreendida por ela contra a ditadura se desdobrou em luta contra todas as formas de opressão. Um dos seus legados

<sup>322</sup>Centenário Helena Greco: pequena biografia. Disponível:

<https://institutohelenagreco.blogspot.com/search/label/%E2%98%85CENTEN%C3%81RIO%20HELEN%20GRECO%201985%2018%20DE%20JUNHO%202016> Acesso: 10 de dezembro de 2018.

<sup>323</sup> A lista de 12 médicos denunciados inclui: Vera Lúcia, Cristobaldo Mota de Almeida, Djezzar Gonçalves Leite, J. Guadalupe, João Bosco Nacif da Silva, Maria Nice Leite, Maurício José de Oliveira, Ozeffar Gonçalves Leite, Sebastião de Souza Mesquita, Neyder Teixeira, Nelson Fernandes de Oliveira e Marcus Antônio Nagen Assad.

<sup>324</sup>Centenário Helena Greco: pequena biografia. Disponível:

<https://institutohelenagreco.blogspot.com/search/label/%E2%98%85CENTEN%C3%81RIO%20HELEN%20GRECO%201985%2018%20DE%20JUNHO%202016> Acesso: 10 de dezembro de 2018.

é o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e cidadania, que já foi citado neste trabalho e foi importante fonte para esta pesquisa. O instituto foi criado em 2003, por militantes dos Direitos Humanos e membros do Movimento Tortura Nunca Mais, e segundo o site é: “Autogestionário, autônomo, livre e independente. Espaço e movimento social classista e popular. Pelo direito à História, à Memória, à Verdade e à Justiça!”<sup>325</sup> De acordo com entrevista concedida por Heloísa Greco:

O Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania foi criado em 2003 quando Helena Greco, já muito velhinha, não tinha mais condições de manter a militância cotidiana que lhe era peculiar. Militantes dos direitos humanos e membros do Movimento Tortura Nunca Mais-MG - do qual Helena Greco foi também uma das fundadoras, em 1985 - resolveram, então, criar o Instituto Helena Greco. Seu objetivo é preservar a memória da luta contra a ditadura levada a cabo pelo Movimento Feminino pela Anistia/MFPA e pelos Comitês Brasileiros pela Anistia/CBA incorporando a sua combatividade e radicalidade imprimidas. O Instituto Helena Greco passou a ter espaço próprio em 2005. Antes disso, as reuniões eram feitas sobretudo na Casa do Jornalista.<sup>326</sup>

O Instituto é localizado no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte e, além do acervo sobre o período da ditadura, desenvolve atualmente trabalhos voltados aos direitos humanos e atividades de memória do período ditatorial. Além disto, o site do Instituto serve para divulgação de atividades (do instituto e de outras organizações), protestos e como local de construção de uma memória da resistência. De acordo com informações do site do Instituto, Helena lutava pela construção do binômio “cidadania e direitos humanos”, desta forma:

Entendia esta como uma luta contra hegemônica para a construção de uma nova sociedade, sem exploradores e explorados – a sociedade socialista. Além de sua militância feminista, apoiou ativamente o movimento negro, a luta dos povos indígenas, participou da luta antíprisional, da luta antimanicomial, do movimento LGBTs, do movimento dos sem terra e sem teto, do movimento de população de rua, do movimento das vilas e favelas, das ocupações, das lutas dos estudantes e dos trabalhadores, do movimento das rádios e TVs comunitárias e da defesa do povo palestino.<sup>327</sup>

Outro marco dessa representatividade da militante Helena é que em 2014 o viaduto que anteriormente levava o nome de Castelo Branco, passou a ser nomeado viaduto Dona Helena Greco. Inicialmente a renomeação foi num ato popular de repúdio ao golpe de 1964, na data que o mesmo completava 50 anos, e somente em dois de maio de 2014 a mudança foi oficializada.

<sup>325</sup> Disponível: <https://institutohelenagreco.blogspot.com/> Acesso 10 de dezembro de 2018.

<sup>326</sup> Entrevista concedida por Heloísa Greco à Mislele Souza da Silva, via e-mail. 13 jan. 2019.

<sup>327</sup> Centenário Helena Greco: pequena biografia. Disponível:

<https://institutohelenagreco.blogspot.com/search/label/%E2%98%85CENTEN%C3%81RIO%20HELEN%20GRECO%E2%98%85%2018%20DE%20JUNHO%202016> Acesso: 10 de dezembro de 2018.

## 4.2 O núcleo mineiro do MFPA

Após esse apanhado da trajetória de Helena Greco, pretendo discutir os meandros do processo de construção do MFPA de Minas Gerais e as atividades realizadas por suas integrantes. Para entender o movimento e suas conjunturas é relevante pensarmos nas lutas, discursos construídos e expectativas das integrantes desse movimento. Para Anna Flávia Arruda Lanna Barreto, as pressões advindas da sociedade civil foram essenciais para a construção da Lei da Anistia e para o processo de redemocratização, apesar do controle militar:

Assim, apesar de o Governo Militar ter tentado atribuir à anistia política uma aparência de concessão governamental, sua efetivação se deu, sobretudo, através das pressões oriundas da sociedade civil. As políticas de abertura democrática, entre elas a anistia, foram frutos principalmente do desgaste da legitimidade do regime, quotidianamente indicado pela ação oposicionistas dos sujeitos sociais.<sup>328</sup>

Neste ensejo das lutas dos movimentos sociais nesse processo de redemocratização, buscaremos discutir a construção da lei da anistia e a consequente redemocratização. O núcleo do Movimento em Minas Gerais foi fundado em junho de 1977, dois anos depois do surgimento do MFPA. A assembleia de fundação do MFPA de Minas ocorreu em 30 de junho de 1977 e contou com 107 mulheres presentes. O núcleo era presidido por Helena Greco, que posteriormente também fez parte do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Como já exposto, o MFPA- MG foi criado em junho de 1977; na Assembleia de Fundação, explicaram os objetivos do MFPA para as presentes, relatando a origem do movimento, e posteriormente leram o Estatuto<sup>329</sup>. Inicialmente, estabeleceu-se um conselho provisório, e 26 de novembro de 1977, em uma Assembleia Geral Ordinária, elegeram a Diretoria e Conselho Geral do MFPA mineiro. A diretoria foi formada por: Helena Greco (Presidente); Ângela Maria Pezzuti (Vice-presidente); Zélia Castilho de Souza (Secretária) e Roseny Rosangela (Tesoureira).

O núcleo mineiro foi um dos maiores do país, e além da anistia política também lutava por questões referentes à mulher e a discriminação das mesmas, além de pautas de

<sup>328</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **Movimento Feminino pela Anistia:** a esperança do retorno à democracia. Curitiba: CRV, 2011, p. 15.

<sup>329</sup> Livro de registros disponível no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania.

direitos humanos, racismo e condições de vida. Em Minas o MFPA teve muito apoio dos estudantes, inclusive na divulgação, para produzir e entregar os panfletos. E como já apontado, focou muito na questão da mulher, para que politicamente as mulheres tivessem as mesmas condições dos homens. Outro apoio essencial foi de setores da Igreja Católica:

Assim como em São Paulo, também em Minas gerais, a primeira instituição a se identificar e a apoiar o MFPA foi a Igreja Católica. Vale lembrar que a sede do MFPA-MG era a Igreja de São Francisco de Chagas, no bairro Carlos Prates. Além disso, a maioria das reuniões do MFPA/MG eram realizadas em colégios religiosos (Loyola, Santo Antônio) e em Igrejas.<sup>330</sup>

A sede onde as reuniões do MFPA eram realizadas era a Igreja São Franciscodas Chagas, com a ajuda do Frei Antônio. De acordo com Helena, o Frei Antônio sofreu diversas ameaças, inclusive explodiram uma bomba dentro da Igreja, além dela ter sido assaltada e invadida. O frei foi perseguido a tal ponto que o retiraram desta matriz. Como já vimos anteriormente, enfatizo que alguns setores católicos apoiavam a resistência, às vezes com participação ativa, acolhendo e/ou cedendo o espaço. Além da Igreja onde as reuniões eram realizadas, integrantes e jornais também foram alvos da repressão:

Dentre as dificuldades externas enfrentadas pelo MFPA, destacaram-se vários tipos de ameaças e intimidações que as integrantes sofriam, dentre elas: ameaças e explosões de bombas, telefonemas obscenos, perseguições nas ruas, detenção de algumas integrantes com liberação em seguida, cerco policial às manifestações do MFPA, ameaças por telefones a familiares e às próprias integrantes, recusa de emprego às participantes do MFPA, preconceito de alguns setores da sociedade civil com relação à participação das mulheres, etc.<sup>331</sup>

De acordo com Heloísa Greco, entre 1978 e 1979 se abre uma nova conjuntura na ditadura militar, baseada na retomada do movimento operário e popular e das movimentações de massa, além da recriação da UNE e, nesse sentido, os movimentos pela anistia têm destaque e ganham as ruas:

Os alvos principais da repressão passam a ser, então, o movimento operário e popular, o movimento estudantil e a sociedade civil organizada. Entidades como a OAB e a ABI, entidades estudantis como os DCEs e Das, veículos da chamada imprensa alternativa e até as bancas de revistas que os vendiam tornam-se alvos prioritários do aparelho repressivo do Estado e das organizações terroristas intimamente vinculadas a ele, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), o Movimento Anti Comunista (MAC), o Grupo Anti Comunista (GAC), o Comando Delta, a Falange Pátria Nova, a Aliança Anticomunista Brasileira et cetera. O movimento pela anistia torna-se um dos alvos principais destes grupos.

---

<sup>330</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **Movimento Feminino pela Anistia:** a esperança do retorno à democracia. p. 105.

<sup>331</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **Movimento Feminino pela Anistia:** a esperança do retorno à democracia. p. 99.

De 1977 a 1981, ocorrem centenas de atentados em todo o país, todos contemplados com a mais completa impunidade: não houve apuração das responsabilidades, poucos foram os inquéritos abertos e absolutamente nenhum deles prosperou. Não é para menos. Afinal de contas, são crimes de Estado os quais, aqui no Brasil, historicamente não são resolvidos.

Em Belo Horizonte, ocorreram sete atentados a bomba, sendo ataques diretos ao MFPA e aos jornais alternativos; além de ligações anônimas ameaçando e xingando Helena, assim como cartas anônimas. Dentre os jornais que circulavam na capital mineira, o MFPA tinha acesso ao “Em tempo”, “O movimento,” e “De fato”, podendo publicar e divulgar nestes jornais. No total, ocorreram 36 atentados na capital mineira. No dossiê “A quem interessa o terror?”<sup>332</sup>, redigido pelo MFPA-MG, jornal “De Fato”, jornal “Em tempo”, Diretório Central dos Estudantes da UFMG, Grupo de Padres pelos Direitos Humanos, advogado Geraldo Magela Almeida e pela Igreja São Francisco das Chagas, encontramos detalhadamente os atentados ocorridos. Helena Greco é uma das pessoas que assina o documento produzido em setembro de 1978.

No documento eles apontam que a violência contra as pessoas e entidades que defendem as Liberdades Democráticas tem sido uma constante no país, objetivando o silenciamento das mesmas e solicitam a apuração desses atos terroristas. Vários pedidos de abertura de inquérito já haviam sido realizadas mas, como não tiveram resposta, articularam este documento unificado, enviado ao Governador do Estado de Minas Gerais e ao Secretário da Segurança Pública. Esses atentados estariam dentro da construção da “segurança nacional”, uma continuidade da repressão iniciada com a censura e cassação de mandatos:

À ação dos órgãos de segurança do Estado, à censura, às leis e atos de exceção somam-se, agora com maior evidência, a ação de terroristas. São ameaças telefônicas, pichações, roubos, danos, explosões a bomba, violações de correspondências, numa escala brutal contra todos nós.<sup>333</sup>

Segundo o documento, os grupos terroristas que se auto intitulam GAC (Grupo Anticomunista) e MAC (Movimento Anticomunista), voltaram a atuar em Belo Horizonte a partir de maio de 1977, perpetrando inúmeros atentados. Quando o documento foi

---

<sup>332</sup> Anexo 13. Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos por grupo para-militares em Belo Horizonte. Disponível em: <http://docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&PagFis=73146> Acesso 20 dez. 2018.

<sup>333</sup> Anexo 13 (p.1). Dossiê sobre os atentados terroristas cometidos por grupo para-militares em Belo Horizonte. Disponível em:

<http://docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&PagFis=73146> Acesso 20 dez. 2018.

produzido, 24 ações terroristas haviam sido relatadas. Relatarei resumidamente algumas ações desses grupos terroristas elucidados no dossiê:

- Invasão, pichação e explosão de bomba no Diretório Acadêmico do curso de Medicina da UFMG;
- Explosão de bomba na Igreja São Francisco das Chagas;
- Explosão de bomba no Centro Cultural do DCE da UFMG;
- Explosão de bomba no estacionamento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG;
- Explosão de bomba na portaria da Faculdade de Direito da UFMG;
- Bilhetes contendo ameaças a Helena Greco;
- Explosão de bomba no saguão do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG;
- Danificação de carros das integrantes do MFPA-MG;
- Explosão de bomba na oficina gráfica da Sede Administrativa do DCE- MG;
- Explosão de bomba na casa de Helena Greco;
- Distribuição de cartazes falsificados, com o objetivo de desmoralizar o MFPA-MG.

Apresentei aqui alguns dos atos terroristas, no documento que está no anexo deste trabalho é possível encontrar os demais atos denunciados. Percebemos a partir desse documento, que as ações terroristas perseguiram o MFPA de Minas Gerais, especificamente Helena Greco e os estudantes da UFMG; outros grupos foram atacados, mas a maioria das denúncias se refere a ataques aos estudantes e ao MFPA, o que demonstra que esses grupos estavam incomodando, suas ações de luta contra a ditadura eram inaceitáveis para esses grupos terroristas. Ao ser questionada sobre o atentado a bomba na casa de sua mãe, Heloísa aponta que:

Eu estava lá, sim. Posso afirmar que o efeito dessa bomba – e das outras quatro – na rotina da luta pela anistia foi o incremento da sua combatividade e radicalidade. Como disse acima, só em 1978, o MFPA/MG foi atingido por quatro atentados a bomba assumidos por estes grupos. Quanto à rotina familiar, esta não sofreu mudanças, uma vez que a casa da minha mãe já havia se tornado, ela própria, espaço de resistência e aquela família nuclear tina

consciência disto – todos tinham, em níveis diferentes, um papel nesta história. Não que fossem negligenciadas os cuidados de segurança - é que estes, de certa forma, já estavam incorporados no dia a dia tanto da família quanto da militância.

No início do ano de 1979, durante as manifestações pela libertação de Flávia Schilling, policiais do DOPS e da Polícia Militar, atiraram bombas de gás lacrimogêneo nos participantes da movimentação convocada pelo CBA e MFPA de Minas Gerais. Houve presos e feridos nessa ação, que foi truculenta inclusive com os jornalistas que estavam presentes no local. Desta forma, é possível perceber que ações violentas e terroristas foram uma constante na ditadura e especificamente contra os opositores mineiros.

Pensando na repressão que atingiu as mulheres do MFPA, é relevante levar em consideração que, por vezes, o governo militar menosprezava a ação das mulheres, acreditando que a criação de jornais feministas e movimentos femininos não traria muito impacto, que não representavam perigo, eram “coisa de mulher” em um sentido pejorativo. As mulheres eram vistas como manipuladas pelos comunistas, como se não tivessem conhecimento e capacidade o suficiente para se organizarem e lutarem por seus direitos e direitos dos demais cidadãos. Partindo disto, porque o MFPA de Minas sofreu tanto com a repressão? Acredito que por unir questões femininas e questões sociais mais amplas, por criticar o regime diretamente e não apenas lutar pela anistia e por Helena se colocar como militante de esquerda e não apenas uma mulher que, no seu papel aceito socialmente de mãe, esposa ou filha de algum perseguido, luta pelo retorno do mesmo. Diferentemente de Therezinha que sempre salientava o caráter feminino, de donas de casa, esposas e mães, o que de certa forma garante maior aceitação do movimento em uma sociedade conservadora, pelas táticas de ação e discurso de Helena, percebemos que ela ameaça mais o *status quo* dessa sociedade.

Acreditamos que a luta por liberdade e democracia influenciou muito a vida das mulheres que participaram da luta pela anistia e demais pautas que surgiram no decorrer do processo, como a Constituinte. O MFPA contribuiu no processo de redemocratização, neste sentido, pesquisar as razões e o cotidiano da luta dessas mulheres é muito relevante no momento político atual. Compactuo da colocação de Barreto, nesse sentido: “O resgate

da história deste movimento é crucial, como contribuição, para a transmissão dos valores da democracia às gerações atuais e às gerações que estão por vir.”<sup>334</sup>

Em Minas Gerais os motivos das mulheres entrarem no MFPA eram: ter familiares e amigos presos ou exilados; entender o MFPA como uma forma alternativa de luta política; motivações feministas e o anseio de criar um espaço feminino de participação política. “Havia na figura feminina, de mãe, esposa e mulher um valor específico da sociedade brasileira. Todo o sentimentalismo que cercava essas figuras permitia classificar suas causas como nobres e dignas de respeito e apoio social.”<sup>335</sup>

No entanto, a luta sai do individual e vai para o coletivo. Helena por exemplo, não tinha nenhum parente preso, mas lutava pelos familiares de outras pessoas, lutando pela integridade física dos presos, incansável, tendo os direitos humanos como motriz. O MFPA diferente dos sindicatos e partidos, que tinham uma participação feminina mais cerceada, era um espaço totalmente feminino onde elas podiam escolher as diretrizes, a estratégia e falar sobre suas perspectivas de luta contra a ditadura de maneira mais legitimada.

No Brasil, salvo raras exceções, o feminismo sempre esteve ligado a setores da esquerda. No entanto, dentro dos próprios grupos políticos de esquerda havia discriminação com as mulheres e a visão de que a luta feminina era algo menor, como se não devessem focar nesses problemas da vida privada (como se o privado não interferisse diretamente no público), priorizando o que eles consideram uma luta geral, que teria maior relevância. Por isso a importância dos movimentos estritamente femininos, como um lugar de discussão e que possibilitasse que as mulheres tivessem voz e não se sentissem cerceadas pelos homens.

Dentre as atividades desenvolvidas pelas mulheres do MFPA, uma muito relevante no campo afetivo e de evitar o isolamento e os maus tratos dos presos políticos eram as visitas aos presídios, quando elas levavam mantimentos para os presos. Além disso, era uma forma de comunicação, posto que os presos faziam cartas para denunciar as torturas. Em abril de 1979, o MFPA- MG e o CBA-MG promoveram um debate com a presença de ex presos políticos, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG,

---

<sup>334</sup> BARRETO, 2001, p. 17.

<sup>335</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **Movimento Feminino pela Anistia:** a esperança do retorno à democracia. p. 77.

referente ao Dia Nacional da Luta pela Anistia, nos panfletos de divulgação da atividade, apontam a repressão dos militares como o verdadeiro terrorismo instaurado no Brasil, que violenta a população civil desarmada.

Os presos políticos têm um papel importante neste processo de denúncia das atrocidades da ditadura, divulgando para o Brasil e o mundo as torturas e assassinados cometidos nos porões da ditadura; através de cartas, greves de fome e depoimentos em juízo. Para além disto, a o processo de internacionalização da luta pela anistia, seja pelas atividades desenvolvidas pelos movimentos da anistia, ou pelos exilados e banidos que se organizam em comitês no exterior. Dentre outras ações, o núcleo do MFPA de BH apoiava outros movimentos da época, de estudantes a trabalhadores, apoiando nas reivindicações, atos públicos e greves.

Estes momentos, ao se tornarem públicos, demonstraram que as mulheres não estavam paradas, recolhidas ao mundo familiar que lhe fora predestinado. Ao contrário, elas estavam gestando o amanhã: a demonstração de suas condições de vida e ao redemocratização do regime político brasileiro.<sup>336</sup>

Helena percebeu, a partir da sua atuação, que não era suficiente lutar pela volta dos exilados, mas era necessário ampliar a luta visando a mudança política e econômica do país, pautando sempre nos direitos humanos e na diminuição das desigualdades sociais, por isso a vinculação do movimento pela anistia com os movimentos populares. Ao ser questionada sobre a responsabilidade da sua geração no que se refere à ditadura e à omissão de muitos que ela via como oposta às movimentações estudantis, aponta:

Minha geração não fez nada para transformar a sociedade em prol de uma vida melhor para todos; era culpada ou, então, omisa. Eu queria ter um canal de participação nesta mudança que eu via como necessária. Acompanhava todos os Movimentos existentes e foi no Movimento de Anistia que encontrei uma identidade maior. Eu era uma dona-de-casa rebelde, por não gostar do serviço doméstico e por ter consciência que este não levaria a realização nenhuma. Nós, mulheres, devemos lutar pela criação de creches, de restaurantes coletivos, que substituam o trabalho de dona-de-casa e lhe dêem chances de participar na sociedade.<sup>337</sup>

Retomando as atividades do MFPA em Minas Gerais, elas eram divididas em grupos, por afinidade e por tarefa. No tocante à luta pela libertação da brasileira Flávia Schilling, presa no Uruguai, o CBA e o MFPA de Minas promoveram conjuntamente um ato na Praça 7 de Belo Horizonte, no dia 5 de janeiro de 1979, visando a libertação e o

---

<sup>336</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **Movimento Feminino pela Anistia:** a esperança do retorno à democracia. p. 84.

<sup>337</sup> OLIVEIRA, 1983, p. 42.

resgate da prisioneira. Este ato foi reprimido com bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes, além de efetuarem prisões de oito membros do movimento.<sup>338</sup>

Helena foi para o Congresso pela Anistia no Brasil em Roma, em junho de 1979, após ser aclamada como a representante do movimento da anistia no Brasil, e levou Heloisa com ela. O advogado Luiz Eduardo Greenhalg também foi para o congresso, ele e Helena foram os dois representantes dos movimentos pela anistia no Brasil, escolhidos no III Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia. A conferência realizada em Roma foi idealizada e organizada por Lelio Basso, que faleceu pouco antes do evento.

O italiano Lelio Basso, que participou do Congresso Nacional pela Anistia, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, se comprometeu a combater juntamente com os brasileiros, convocando os democratas italianos a aderirem a causa da anistia. Lelio, que era jurista, senador e professor, teve um papel importante na luta pelos direitos humanos, rompendo as barreiras do continente europeu e participando por exemplo do Tribunal Russel como relator para o julgamento dos crimes de guerra dos Estados Unidos no Vietnã. Lelio coordenou o Tribunal Russel II, que registrou e divulgou as violações dos direitos humanos na América Latina, ouvindo exilados brasileiros e de outros países. O Tribunal Russel II ocorreu entre os anos de 1972 e 1976. Os Tribunais Russel não tinham legitimidade legal para realizar julgamentos, mas valorizavam os testemunhos das vítimas e se constituíram numa espécie de tribunais de opinião.

No informativo do CBA-MG de maio de 1978, eles reiteram a necessidade de reafirmar a bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e popularizar a luta. Tendo em vista que é uma luta de todo o povo, salientando a opressão sobre os trabalhadores, que além da repressão política, ainda tem que lidar com baixos salários sem direito de se organizarem e se manifestarem contra os arbítrios; o movimento pela anistia em Minas Gerais buscara, desta forma, fortalecer e defender o movimento operário e popular. No informe percebemos que o MFPA-MG e o CBA-MG trabalham juntos, realizando inclusive o “Congresso Mineiro pela Anistia”. De acordo com Helena, em Minas Gerais o MFPA e o CBA atuaram organicamente vinculados. Para Heloísa Greco, as *novidades essenciais* imprimidas ao movimento pela anistia a partir da construção do CBA são:

- o estabelecimento de princípios de gramática própria de Direitos Humanos a partir da consolidação de um discurso aberto contra o regime - ou um *contradiscurs*o - referenciado na luta contra o *terror* instituído pela ditadura

---

<sup>338</sup> GRECO, 2003.

militar e nos esforços mobilizados para a popularização da bandeira da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; e

- a inauguração de movimento de memorização que compreende a construção de uma *contra memória* em oposição ao exercício de *espoliação das lembranças, à estratégia do esquecimento* como política de Estado, base da memória institucional.<sup>339</sup>

Desta forma, o CBA se coloca enquanto um movimento legal de combate direto à ditadura, visando principalmente seu caráter ideológico: a Doutrina de Segurança Nacional. Correspondendo assim à busca pelo fim do aparato repressivo em todas as suas nuances.

Após a promulgação da Lei da Anistia, o MFPA –MG recepcionou os exilados, banidos e presos políticos que retornavam a Minas Gerais, preparavam a recepção, avisavam a imprensa dos desembarques e apoiavam os familiares na recepção. Este momento era importante, uma vitória da luta pela anistia, além da questão afetiva de reencontrar familiares e companheiros de luta, era também uma forma de divulgar a anistia.

O núcleo mineiro foi dissolvido em abril de 1980, mas antes, em junho de 1978, algumas sócias já haviam se desligado do movimento por divergências de ideias. Havia divergências como sobre a restrição do movimento às mulheres. Além disso, havia duas tendências dentro do MFPA MG, o do assistencialismo (populista) e uma visão mais política do trabalho a ser realizado. Com a Lei da Anistia houve um esvaziamento do movimento.

O aprofundamento das divergências de posições e opiniões entre as integrantes do MFPA-MG contribuiu para o desmantelamento do MFPA a isso se somou a adesão e aproximação das sócias a outras organizações como comitês de bairro, partidos políticos, etc., recém-reorganizados no início do período de abertura política.

Portanto, paradoxalmente, a abertura política que levou à ampliação dos canais de participação política e a instituição do pluripartidarismo, foi um fator determinante para a desativação do MFPA.<sup>340</sup>

Uma das questões colocadas quando do desmantelamento do MFPA-MG era a existência do CBA-MG. No Comitê, homens e mulheres poderiam se unir e lutar pela anistia ampla, geral e irrestrita, em detrimento da anistia parcial do governo. Além disso, no ano de 1980 em reunião com todos os núcleos do MFPA, os núcleos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará discordaram dos rumos do MFPA e se desligaram. Em decorrência

---

<sup>339</sup> Entrevista de Heloísa Greco à Mislele Souza, via e-mail. 13/01/2019.

<sup>340</sup> BARRETO, 2011, p. 116.

disto, o núcleo do Rio de Janeiro se transformou em Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas (MFALD).

Em reunião de todos os núcleos dos Movimentos Femininos Pela Anistia com a Direção Nacional, em São Paulo, a presidente Nacional, Therezinha Zerbine, sugeriu modificações na estrutura e no nome da Entidade, passado o núcleo de S. Paulo, então Direção Nacional, a atuar como Movimento Feminino por Direitos Humanos. Não concordando com a proposta, os núcleos de Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro, considerando-se desligados, passaram a ter identidade própria, o que implicaria em registro, estatutos e modificação do nome para o núcleo do Rio de Janeiro.<sup>341</sup>

Em 8 de maio de 1981, o nome Movimento feminino pela Anistia foi substituído por Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas, tendo sido aprovado em assembleia Geral. De acordo com Beatriz Bandeira:

Houve um momento em que algumas companheiras julgaram a missão terminada. Nada mais havia a fazer, diziam. E se foram em busca de outras paragens e de outras ações. Mas as que ficaram sabiam que aquela Anistia, obtida com muita luta, não contemplava a todos nem atingia a todos os objetivos. Permaneceram atentos, vigilantes, combativas. E, para dar maior abrangência a suas atividades, ampliaram a sigla. Ao que era Movimento Feminino Pela Anistia acrescentaram-se as ... Liberdades Democráticas. Em um país em que a verdadeira Democracia é ainda um sonho de idealistas houve muito o que fazer durante todos esses anos e sempre haverá; enquanto o sistema tiver como base a desigualdade social, enquanto a Reforma agrária for uma utopia ou um embuste, enquanto houver a perversa exploração do trabalho alheio, enquanto as grandes riquezas de uns poucos forem construídas sobre a miséria e a fome do Povo, enquanto os criminosos continuarem matando impunemente, certos da proteção dos poderosos.<sup>342</sup>

O MFPA foi pioneiro em vários sentidos e corrobora, nesse aspecto, das colocações de Heloísa Greco: é o primeiro movimento legalmente organizado de combate à ditadura militar; têm núcleos orgânicos mas que se articulam nacionalmente; promoveram atividades de grande visibilidade e no caso do núcleo mineiro, além de feminino, têm o caráter feminista. Desta forma:

Mais uma vez as mulheres jogam papel de vanguarda na história. No primeiro momento, são mães, irmãs, filhas e companheiras de atingidos que se aglutinam em torno da busca de familiares desaparecidos ou da defesa de familiares presos. Em seguida, este movimento se amplia, superando a dimensão familiar para envolver os mais diversos setores da sociedade. O movimento também se politiza. Além de exigir a libertação de todos os presos políticos e a anulação de todas as punições, é cobrado também o fim das condições que levaram a esta situação, o fim da ditadura. É este o sentido de Anistia Amplia, Geral e Irrestrita.

<sup>341</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS – origens e lutas. Exposição dos quinze anos de atividades. 1975-1990. Rio de Janeiro. Impresso nas oficinas da Imprinta Gráfica e Editora Ltda., Rio de Janeiro. 1991, p. 50.

<sup>342</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS – origens e lutas. Exposição dos quinze anos de atividades. 1975-1990. Rio de Janeiro. Impresso nas oficinas da Imprinta Gráfica e Editora Ltda., Rio de Janeiro. 1991, p 129.

Estas características colocam limites concretos à repressão que se abate feroz sobre o movimento. As pressões partem principalmente do seu braço clandestino. Trata-se de grupos parapoliciais e paramilitares - verdadeiros esquadrões de extermínio - que fazem parte do aparelho repressivo da ditadura: o Comando de Caça aos Comunistas/CCC, o Movimento Anticomunista/MAC, o Grupo Anticomunista/GAC e suas variantes. Sua prática inclui desde ameaças, cartas de intimidação, telefonemas, até bombas. Só em 1978, o MFPA/MG foi atingido por quatro atentados a bomba assumidos por estes grupos.<sup>343</sup>

A repercussão da campanha da anistia a nível nacional e internacional e o apoio por vários setores, nos permite relacionar esta campanha com o processo de redemocratização do Brasil. A efetivação da Lei da Anistia, apesar de suas restrições, foi crucial para a volta ao Estado Democrático de Direito. O fim do MFPA e do CBA no entanto, representou um enorme vazio político, no entanto, é importante salientar que cumpriram seus objetivos e funções em um período crucial.

#### **4.3. Helena e Therezinha: um objetivo em comum, ideais diferentes.**

Tendo em vista as informações trabalhadas durante esta dissertação, é relevante apontar que apesar das divergências, Helena reconhece o pioneirismo de Therezinha Zerbine. Para ela, num momento de forte repressão, enquanto os homens estavam parados, Therezinha criou o movimento feminino pela anistia. No entanto, Helena discordava do caráter pacificador do MFPA idealizado por Therezinha. Sobre a vinculação do MFPA/MG com o MFPA de SP, Helena aponta que:

- A gente... Como a gente entrou num momento que [ ] já tinha um nome, que era da Zerbini, a gente tinha um certo vínculo, mas era difícil de trabalhar com ela, porque ela afirmava. A afirmação dela era o seguinte, que ela - eu não estou falando nada, porque ela já falou isso tudo - que a questão dela era realmente uma questão da burguesia, e que ela não tinha nada a ver com as lutas do movimento popular nem nada.<sup>344</sup>

Quanto à autonomia dos núcleos regionais: “Quer dizer, nós não tínhamos autonomia, porque a Terezinha não dava. E era muito interessante, porque, ela por exemplo, ela se arrogava o título de presidente do movimento a nível nacional. Agora, na

---

<sup>343</sup> Entrevista de Heloísa Greco à Mislele Souza via e-mail. 13 jan. 2019.

<sup>344</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Mineiros Programa de História Oral Projeto: Memória e História Visões de Minas. Entrevistadoras: Lucília de Almeida d. Neves e Anna Flávia Arruda Lanna. Entrevistada: Helena Greco. Entrevistas realizadas de 08/01/95 a 08/01/96. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Politicos-e-Sindicatos/Helena-Greco> p. 18, fita 4b.

ocasião da gente votar, não era votar, não, era [...] aquele [...] dela lá.”<sup>345</sup> A própria centralização do movimento em torno de Therezinha não era bem vista por Helena que buscava construir um movimento mais autônomo e horizontal. Para Helena, a anistia foi uma conquista dos movimentos sociais.

O que aconteceu foi como eu falei para vocês, a primeira pessoa que levantou a voz contra... a respeito da anistia foi, apesar dos pesares, a Therezinha Zerbini e aquelas todas. E nós fomos permeando uma porção de lugares, no Brasil inteiro, caminhando e abrindo caminho. E depois então, quando a gente viu que ele precisava ser mais amplo, a gente resolveu apoiar o CBA. Que a Therezinha Zerbini nunca apoiou. Então eu fiquei sendo vice- presidente do CBA e presidente do Movimento Feminino pela Anistia. E aí nós vimos então, que nós tínhamos um trabalho muito importante, o Movimento Feminino pela Anistia tinha um trabalho muito importante que era a questão da mulher. Nós tínhamos que resolver, porque a gente ficaria dedicada exclusivamente, é lógico, combatendo e tudo, mas o nosso papel seria então dar força e politizar o movimento de mulheres.<sup>346</sup>

De acordo com Heloísa Greco, não havia formalmente uma direção nacional do MFPA, apesar da articulação nacional informal que visava unificar e potencializar a luta. O caráter de direção nacional é uma autodenominação do núcleo de São Paulo, tendo em vista seu pioneirismo e representatividade da presidente Therezinha Zerbine. Ao ser questionada sobre sua relação com Therezinha, Helena Greco aponta:

É até difícil falar. Quando me perguntavam se eu conseguia trabalhar com a Therezinha, eu respondia: “Não, não consigo”. Tínhamos modus operandis completamente diferentes, ela era uma pessoa muito interessante, vivia dizendo: “Não adianta querer transformar o Movimento Feminista de Anistia, nós somos da burguesia mesmo, e vamos continuar na burguesia. Não temos nada a ver com o resto da situação.” De modo que trabalhávamos com muitos embates. Agora a Therezinha teve um papel fundamental, foi ela que levantou a bandeira pelo primeiro movimento de anistia.<sup>347</sup>

Na fala de Helena, percebemos que ela nomeia o Movimento Feminino pela Anistia como Movimento Feminista de Anistia, o que de maneira até inconsciente revela o viés feminista de sua participação. Além disso, as divergências entre ela e Therezinha

<sup>345</sup>Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Mineiros Programa de História Oral Projeto: Memória e História Visões de Minas. Entrevistadoras: Lucília de Almeida Neves e Anna Flávia Arruda Lanna. Entrevistada: Helena Greco. Entrevistas realizadas de 08/01/95 a 08/01/96. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Políticos-e-Sindicatos/Helena-Greco> p. 27, fita 4b.

<sup>346</sup>Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Centro de Estudos Mineiros Programa de História Oral Projeto: Memória e História Visões de Minas. Entrevistadoras: Lucília de Almeida d. Neves e Anna Flávia Arruda Lanna. Entrevistada: Helena Greco. Entrevistas realizadas de 08/01/95 a 08/01/96. Disponível: <http://www.fafich.ufmg.br/historiaoral/index.php/por/Acervo-de-entrevistas/Historia-dos-Partidos-Políticos-e-Sindicatos/Helena-Greco> p.14, fita 6A.

<sup>347</sup>Entrevista à Valter Pomar. **Revista Teoria e Debate**. Edição 27, 01 dez. 1994. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1994/12/01/helena-greco/>>. Acesso: 01 fev. 19.

aparecem e a compreensão da líder nacional de que elas era integrantes da burguesia e que suas pautas deveriam ser limitadas.

Em carta<sup>348</sup> enviada a Helena Greco, em dezembro de 1978, Therezinha se diz profundamente preocupada com o fato de uma carta do CBA ter sido escrita em papel do MFPA-MG, pedindo explicações para o fato. Além disso Therezinha solicita que as mineiras estudem novamente o Estatuto do MFPA, salientando que nele está estabelecido que o movimento não comporta ideologias, partidarismos e religião; que os núcleos são autônomos mas não independentes; que a sede do MFPA é em São Paulo e a nível nacional é representado pela direção nacional (na figura de Therezinha).

Colocando como causa do afastamento de algumas integrantes do núcleo mineiro as discussões políticas que extrapolam o objetivo do movimento, Therezinha advoga que o regimento interno não pode ferir as prerrogativas do Estatuto, apontando que “seria mais simples criar outra entidade”, questionando inclusive a representatividade da diretoria do MFPA mineiro e indicando a realização de eleições gerais.

Em outra correspondência, de outubro de 1979<sup>349</sup>, Therezinha acusa a direção do MFPA de se isolar dos demais núcleos, na ocasião da realização do Congresso da Anistia. E aponta que no 2º Encontro pela Anistia que será realizado, deverão ser definidos novos caminhos para a luta após a anistia parcial. Frisa que o MFPA é regulamentado pelo Estatuto e que os núcleos estão submetidos ao mesmo e questiona o fato de o núcleo mineiro estar “sem Diretoria”. Therezinha salienta que “MFPA é uma coisa, CBA é outra”, apontando que o trabalho do MFPA é específico e independente, que podem colaborar com outras entidades mas sem integração.

Nas cartas, Therezinha aponta que o MFPA não é assistencialista, que é um movimento político, porém apartidário. Enfatizando que todas querem a mesma coisa e que o trabalho desenvolvido está acima das divergências. Therezinha temia que ao tratar de “coisas que não nos diga respeito” a existência do movimento fosse colocada em risco.

Em correspondência (o documento está riscado, provavelmente se trata de um rascunho)<sup>350</sup>, Helena diz a Therezinha que as ações do MFPA em Minas são pensadas no sentido de não colocar em risco o espaço já conquistado pelo movimento, que se preocupa

---

<sup>348</sup> Anexo 14. Carta de Therezinha Zerbine à Helena Greco, dezembro de 1978.

<sup>349</sup> Correspondência de 30 de outubro de 1979, disponível no Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania.

<sup>350</sup> Anexo 15.

em não cair na “assistência social”, mas que dá apoio aos presos e familiares, dentro do possível. Aponta que Therezinha pode ficar tranquila no que se refere ao núcleo mineiro, que inclusive é o maior do país e que as divergências são normais, e elucida: “Quanto a minha pessoa, quero pedir-lhe um voto de confiança. O que me falta em prática política, acredito sinceramente seja compensado por minha vivência, meu bom senso e uma cultura [humanística] razoável, ledora omnívora que sempre fui desde criança.”

Como já apontado, o MFPA – MG tem como uma de suas principais pautas as mulheres. Em um cartaz<sup>351</sup> de divulgação de debate no auditório da faculdade de direito, referente ao Dia Internacional da Mulher, percebemos este viés. A discussão a ser realizada trataria do aborto e da morte de mulheres neste procedimento. Este evento foi organizado pelo Movimento feminino pela anistia, sindicato de assistentes sociais, Diretório Central dos Estudantes (DCE’s) e setor feminino do mov. Pró Partido dos Trabalhadores.

A seção de Minas Gerais do MFPA também promoveu o I Encontro da Mulher, em Belo Horizonte no colégio Santo Antônio, tratando do tema “A mulher na sociedade brasileira”, discutindo sobre a participação política feminina, o trabalho feminino e os direitos da mulher.<sup>352</sup> O MFPA-MG objetivava incentivar discussões e pensar nas alternativas para que a mulher tivesse uma participação mais efetiva na sociedade. Pautas como: sexualidade feminina, educação da mulher, trabalho doméstico, condições de trabalho, desigualdade salarial e a participação política da mulher, faziam parte do cotidiano do movimento. Sobre o feminismo, Helena aponta em entrevista à Revista Teoria e Debate:

O negócio é muito interessante. Até que no começo eu tinha uma certa resistência, eu não falava que era feminista de jeito nenhum – eu falava que era feminina -. Então fui estudar bem a questão e vi o horror que era, o que a mulher vinha sofrendo. Aí acho que veio um certo carinho, sabe, a evolução dos novos movimentos, a conquista há pouco tempo em países como a Suiça – onde a mulher não podia nem votar. Aí comecei a me confrontar, a ter a necessidade de ser feminista mesmo, de lutar contra a discriminação da mulher.<sup>353</sup>

Em um folheto referente ao I Encontro da mulher, o MFPA-MG discute o papel feminino, a criação das mulheres para serem donas de casa e a educação mais livre dos

---

<sup>351</sup> Anexo 16.

<sup>352</sup> Anexo 17.

<sup>353</sup> Entrevista à Valter Pomar. **Revista Teoria e Debate**. Edição 27, 01 dez. 1994. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1994/12/01/helena-greco/>>. Acesso: 01 fev. 19.

homens, que lhes permitem a prática de esportes ao contrário das meninas que são educadas para limpares a casa e cozinhar. Na capa do folheto, aparece a imagem da Monalisa, com a boca coberta e os seguintes dizeres: “Mulher, fêmea do homem, até meados da Era tecnológica. Usada para procriar descendentes, antes dos bancos de esperma e dos bebês de proveta. Extinta por inútil. Você concorda? Discuta!”<sup>354</sup> O diálogo com o feminismo é uma questão importante para compreender a ação das mulheres neste período. Pensando na inserção dessas mulheres no campo político, Lanna Barreto aponta:

Na sociedade brasileira, a questão da discriminação da mulher é uma questão política. Assim a oportunidade para que ela se liberte desta discriminação é a instauração das liberdades democráticas. As lutas pela Anistia política, a mulher não estava lutando apenas contra as injustiças sociais e, muito menos, apenas por serem mães, filhas ou amigas de presos ou exilados políticos. As mulheres que se envolveram na luta pela anistia estavam também lutando por sua autonomia.<sup>355</sup>

Como já mencionado, havia uma dualidade no MFPA, Therezinha Zerbine por exemplo se colocava como feminina, numa oposição ao feminismo. Já Helena se colocava como feminista e agregava as pautas da anistia a luta pelo direito das mulheres. Sobre isso ela aponta:

Feminina é o seguinte, é muito difícil uma pessoa pertencer ao feminismo que não seja feminista também. Mas como eu falei com você, havia uma certa pecha na palavra feminista. Eu achava errado, inclusive, a gente devia empregar isto o menor número de vezes possível. Porque nós temos que nos afirmar como feministas mesmo. Afirmando que as mulheres tinham uma problemática específica e porque além de todo o horror social que o brasileiro sentia, ainda tinha a parte específica da mulher, que para muitos era considerada uma coisa que nem existe, que é cidadania de segunda categoria. Não existe. Ou você é cidadã ou não é. Ou você está grávida ou não está. Então nós lutamos muito por isto aí e o grupo nosso ficou muito bom mesmo.<sup>356</sup>

Com o feminismo, o sofrimento das mulheres, como as agressões no âmbito doméstico, que antes era algo individual e isolante, agora é coletivizado e visto como parte de uma opressão estrutural. Para Helena, o MFPA tem um papel de vanguarda, que se inicia com as mães, irmãs e parentes de atingidos pelos atos de exceção, mas que com o tempo se politiza e amplia seus objetivos. Ainda no que se refere a dualidade feminino/feminismo:

Além de feminino, o MFPA teve caráter também feminista. O seu programa tinha a centralidade na luta pela Anistia Amplia, Geral e Irrestrita e na luta

---

<sup>354</sup> Anexo 18.

<sup>355</sup> BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **Movimento Feminino pela Anistia**: a esperança do retorno à democracia. p. 84.

<sup>356</sup> P. 17-18 fita 4B.

contra a discriminação e opressão de gênero. Foram os MFPA que iniciaram no Brasil a comemoração do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Sua radicalidade é inquestionável:

\* pela primeira vez foi constituído legalmente movimento de enfrentamento direto à ditadura militar;

\* esses movimentos tinham funcionamento em cada estado (reuniões regulares, núcleos, conselhos, categorias diferenciadas de sócios, etc) e se articulavam nacionalmente;

\* sua visibilidade era significativa: as atividades promovidas eram amplamente divulgadas, possibilitando mobilização efetiva, o que colocou limites concretos à repressão que se abateu feroz sobre eles.<sup>357</sup>

É importante salientar, no entanto, que as integrantes do MFPA têm origens diversas. Algumas nunca participaram de movimentos sociais e/ou políticos; algumas são militantes que encontraram no MFPA um canal de participação política e outras tem parentes perseguidos, sejam presos, exilados ou na clandestinidade. A luta destas mulheres, independente das motivações, demonstra a capacidade delas de se articularem e se tornarem sujeitos ativos na política.

Mulheres de diversos setores passaram a participar da luta diária, arriscada, que se configurou entretanto em parâmetro para outros movimentos que surgiram. Visitas aos presos políticos, apelos aos parlamentares, panfletagens se sucediam. A propaganda foi ganhando as ruas, conquistando as massas. A legenda do MFPA tornou-se um referencial de liberdade para todo o Brasil. Seu lema Anistia Amplia, Geral e Irrestrita espalhou-se em adesivos, broches, camisetas, chaveiros, cartazes, faixas.<sup>358</sup>

Retomando à líder do MFPA de Minas Gerais, norte deste capítulo, Helena foi caracterizada em um jornal como “uma dona de casa que está lutando contra a violação dos direitos humanos. Sob este prisma, nos indagamos após esta análise da sua trajetória pessoal e política, sobre sua relevância e papel enquanto mulher militante. Helena era uma mãe, esposa e avó. Mas seu papel enquanto mulher não se restringiu a isso. Apesar das amarras impostas sobre as mulheres, que cerceiam suas falas, suas opiniões e participação política, ela conseguiu ter um importante papel político e social. Incansável, começou sua luta pela anistia política, que foi parcialmente conquistada em 1979, no entanto, sua luta não findou neste momento. Até o fim da sua vida, lutou pelos menos favorecidos, levantando a pauta dos direitos humanos, das causas feministas e da importância da consciência política.

<sup>357</sup> Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/helena-greco> Acesso 17 dez. 18.

<sup>358</sup> MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS – origens e lutas. Exposição dos quinze anos de atividades. 1975-1990. Rio de Janeiro. Impresso nas oficinas da Imprinta Gráfica e Editora Ltda., Rio de Janeiro. 1991, p. 17.

Não objetivei aqui tratar exaustivamente da sua trajetória, mas sua presença nesta dissertação se tornou fundamental em decorrência do seu legado e das possibilidades de análise da sua luta contra a ditadura militar. Que serviu não só como exemplo de uma mulher envolvida na causa da anistia, mas da construção de uma mulher enquanto ser político, atuante e eloquente no sentido de dar voz a vários anseios da população brasileira. Desta forma, a análise da trajetória de Helena e sua liderança na luta pela anistia, foi realizada com o objetivo de entender as especificidades do MFPA-MG e as possibilidades de organização e luta dentro da ditadura militar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas também um ideal a perseguir, não são uma existência, mas um valor; Não são um ser, mas um dever ser.<sup>359</sup>

Partindo da epígrafe de Bobbio, podemos refletir sobre os direitos humanos hoje no Brasil. Durante a Ditadura Militar muitos dos direitos básicos foram vilipendiados pelo Estado, que deveria ser promovedor de políticas públicas que garantissem esses direitos. Após o período ditatorial, vários movimentos sociais lutaram pela consolidação e ampliação desses direitos; com pautas como direito das mulheres, dos afrodescendentes, dos LGBTQ+, dentre outros. Inclusive, a constituição de 1988, que é considerada a constituição cidadã, foi um dos maiores símbolos do processo de redemocratização. Mesmo com a Constituição de 1988, muitas lacunas no que se refere aos direitos fundamentais não foram preenchidas, mas nos últimos anos, acompanhamos um crescimento de movimentos civis que visam a adequação da legislação. Protestos, manifestações, greves e boicotes fizeram parte desse modo de fazer política que visa a conscientização e ampliação da luta para que mudanças efetivas e duradouras ocorram.

No entanto, eleger um candidato à presidência da república que é saudosista do período militar, demonstra que nossa transição para a democracia foi falha em muitos sentidos, principalmente no que se refere à memória construída sobre o período ditatorial e a não punição dos crimes cometidos pelos agentes do Estado. O que cria para além de uma memória positiva do regime no que se refere ao suposto “milagre econômico”, uma imagem de que os mortos e desaparecidos eram todos terroristas e criminosos, que estavam contra o país em intentos egoístas. De acordo com Heloísa Greco:

Este cenário de metamorfose fascista da ordem liberal (termo de Paulo Arantes) é cenário de escalada do terrorismo de Estado. Traz em seu bojo o aumento exponencial do aparato repressivo policial/ militar/ jurídico/ legislativo: só a mais selvagem repressão e o aprofundamento da guerra generalizada contra os pobres e da política de encarceramento em massa poderão garantir o projeto de poder em andamento. E olhe que o Brasil já tem a terceira população carcerária do mundo e, o que é pior, a terceira população carcerária feminina. É também campeão em transfeminicídio. A polícia que mais mata no planeta, a que mata pobres e negros todo dia, passa a ter o direito legal de fazê-lo: Bolsonaro quer dar carta branca para policiais que matam em serviço – é a tal exclusão de ilicitude. Os instrumentos de violência acumulados durante a ditadura.<sup>360</sup>

<sup>359</sup> BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 29.

<sup>360</sup> Entrevista de Heloísa Greco à Misile Souza via e-mail. 13 jan. 2019.

Outro legado da ditadura é a construção de uma incapacidade de ação política, como se fazer greve, lutar por direitos constitucionais e melhor condição de vida fosse ação de ‘vagabundos’ e ‘vândalos’, adjetivos que diminuem os esforços de pessoas que se colocam contra as arbitrariedades do sistema e buscam melhorias sociais e não apenas pessoais. O que criou, mantendo suas devidas proporções, uma certa aversão de parcela significativa da sociedade aos Direitos Humanos. Para Heloísa Greco:

Esta aversão aos Direitos Humanos é permanentemente construída pelo Estado e por seus aparelhos repressivos e ideológicos. O aparato midiático burguês e o fundamentalismo cristão/ igrejas evangélicas têm protagonismo evidente aí.

Tudo isto faz parte da construção da cultura repressiva no Brasil. Trata-se de matéria de longa duração neste país que tem no prontuário mais de 500 anos de opressão brutal sobre os Povos Indígenas (hoje em fase final de extermínio), mais de 350 anos de escravidão (sem resarcimento ou reparação), um Estado de exceção permanente sobre as classes perigosas e torturáveis e uma ditadura militar de 21 anos (1964-1985) que articulou sua própria transição política a partir de 1985. Uma transição controlada, continuista e sem ruptura cujo desfecho sinistro foi a eleição de um fascista declarado, em outubro do ano passado, o qual tem um projeto de poder muito determinado.

Este projeto fascista tem horror à diversidade, às mulheres, ao feminismo, aos trabalhadores, ao Povo Negro, aos quilombolas, aos Povos indígenas, aos LGBTQs, aos nordestinos. Implementa política de arrocho salarial feroz buscando aniquilar uma a uma todas as conquistas das lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Quer levar às máximas consequências os desígnios do mercado financeiro, do imperialismo estadunidense e do latifúndio/agronegócios – ou seja, do totalitarismo de mercado cujo mantra é a criminosa reforma da previdência. Quer eliminar os camponeses pobres e escravizar os trabalhadores rurais. Quer destruir o meio ambiente, a cultura, as artes, a educação e tudo o que há de sublime já acumulado pela sociedade. O processo de militarização do estado, em todas as suas esferas, tem sido levado ao paroxismo.<sup>361</sup>

O aparato repressivo da ditadura não foi totalmente extinto, vemos na polícia vários resquícios dessas práticas, como torturar presos e matar pessoas sem nenhum sinal de legítima defesa. Atuando, dessa forma, como polícia e juiz; que sentencia o suspeito sem possibilidade de um julgamento justo. Além disso, os arquivos da repressão continuam inacessíveis e estamos entre os países com maior desigualdade social e concentração de renda.

Quando estudos demonstram que, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, as práticas de tortura em prisões brasileiras aumentaram em relação aos casos de tortura na ditadura militar, quando vemos o Brasil como o único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça de transição, onde o Exército não fez um *mea culpa* de seus pendores golpistas; quando ouvimos sistematicamente oficiais na ativa e na reserva fazendo elogios inacreditáveis à ditadura militar; quando lembramos que 25 anos depois do fim da ditadura convivemos com o ocultamento de cadáveres daqueles que morreram nas mãos das Forças

---

<sup>361</sup> Entrevista de Heloísa Greco à Misile Souza via e-mail. 13 jan. 2019.

Armadas, então começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente “violência”.<sup>362</sup>

Sendo importante reforçar aqui, que tortura é um crime contra a humanidade, nomeadamente proibido na Terceira Convenção de Genebra em 1929 e reafirmado pela Convenção das Nações Unidas, ou seja, já a época ditatorial, o ato era considerado contrário à humanidade da pessoa.

A partir disto, é necessário apontar novamente o objetivo deste trabalho, que visou analisar a luta travada pelo MFPA em prol da Anistia. Para localizar o leitor e entender os transtornos desta luta pela anistia, foi necessário compreender os abusos cometidos pelo governo no que tange aos direitos humanos, apresentando os debates parlamentares sobre a anistia e trazendo a discussão para a atualidade. Desta forma, frisamos que a luta pela anistia não começou em 1979, pelo contrário, percorreu um longo caminho, iniciado já em 1964 e ganhando impulso com o projeto de abertura política de Geisel, o fim do AI5, a criação do Movimento Feminino pela Anistia (dentre outras organizações sociais que visavam a anistia) e, em 1979, o envio do projeto de anistia pelo presidente Figueiredo. Buscou-se aqui pensar nos meandros desse processo e na relações entre Estado e sociedade.

A lei da Anistia, desta forma, impôs um silenciamento forçado sobre as torturas, as mortes, os sequestros; como se falar daquele passado traumático fosse inaceitável mediante o pacto estabelecido como necessário para a redemocratização, onde os crimes de Estado são equiparados aos atos de resistência. Silencia-se a memória da tortura, do apoio de setores da classe média à ditadura e o legado desse período repressivo. Sob este prisma, a relevância de se estudar o Movimento Feminino pela anistia está em compreender que os sentimentos gerados pelo período da ditadura militar ainda estão presentes no país, interferindo nas vidas dos particulares e também nos rumos da política, além disto, debater sobre anistia, direitos humanos e movimentos sociais é imprescindível para que atos de desumanidade advindos do Estado não continuem acontecendo.

Para além dos legados da lei da Anistia, buscamos nessa dissertação entender as possibilidades de resistência durante a ditadura militar, a atuação do Movimento Feminino pela Anistia e o impacto do MFPA na construção da anistia de 1979 e no processo de reconstrução da democracia. Ao analisar as trajetórias de Therezinha Zerbine

---

<sup>362</sup> TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira.. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 10.

e Helena Greco, buscamos entender as variadas possibilidades de luta dentro do movimento pela anistia, entendendo suas particularidades e contribuições para a sociedade brasileira; percebendo que o MFPA apesar do objetivo em comum, não era um movimento homogêneo. Entendendo também que o movimento que decidimos analisar aqui, se insere em um quadro geral de lutas, não está a margem. Apesar do seu pioneirismo enquanto movimento organizado durante a ditadura e de embate direto, o MFPA dialogava com outros seguimentos e movimentos, como o Comitê Brasileiro pela Anistia.

Para além da importância de Therezinha e Helena para o Movimento Feminino pela Anistia, o que nos levou a escolher as duas para a análise durante esta pesquisa, foi suas posições, que demonstravam o caráter heterogêneo do MFPA, a possibilidade de analisar o movimento nacionalmente e sua atuação no núcleo regional de Minas Gerais, além do fato de Therezinha ser esposa de um general cassado e Helena não ter nenhum vínculo pessoal com a luta pela anistia. Através da trajetória delas, foi possível apreender a constituição do próprio movimento e a interação com outros sujeitos e movimentos. O papel delas de articulação e solidariedade com os perseguidos políticos foi outro ponto chave desta pesquisa.

A luta pela anistia foi uma das principais bandeiras de luta política levantada pelas esquerdas e setores de oposição à ditadura, principalmente a partir da década de 70, se tornando expressiva com o MFPA. Estudar essa movimentação política, é importante para compreendermos a construção da transição da ditadura para a democracia. Apesar do processo de anistia ter sido bastante complexo, como vimos durante essa dissertação, sendo uma vitória e uma revolta/derrota ao mesmo tempo.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Cristiane Rodrigues Soares. **O governo João Goulart nas páginas da Folha de S. Paulo.** 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil.** 2011. 225 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Carlos. São Carlos, 2011.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004).** Bauru: Edusc, 2004.
- Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **Movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia.** Curitiba: CRV, 2011.  
<https://doi.org/10.24824/978858042244.3>
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Anistia volume II.** Comissão mista sobre a anistia. Documentário organizado por determinação do Presidente da Comissão Mista do Congresso, Senador Teotônio Vilela. Brasília [Centro Gráfico do Senado Federal], 1982b.
- BRASIL. Congresso Nacional. Comissão mista sobre a anistia. **Anistia.** Brasília DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982a, v. 1. Disponível em:  
[http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro\\_congresso\\_nacional\\_anistia\\_volume\\_01.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro_congresso_nacional_anistia_volume_01.pdf)
- BRASIL. Presidente (1961): Jânio Quadros. **Discursos selecionados do presidente Jânio Quadros.** Organizadora Camille Bezerra de Aguiar Muniz. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos\\_janio\\_quadros.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf)>.
- BRASIL. Presidente (1961 -1964: João Goulart). **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965** : síntese. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Nacional, 1962. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/495>>.

CÂMARA DA SILVA, Sandro Héverton. **Anistia política:** conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro (1964-1979). 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria:** O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa 1975-1979. 2008. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARLOS, Juliana de Oliveira. A Anistia e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

**Cadernos AEL**, Campinas. v.13, n.24/25, p. 169-205, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000200001>

D' ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Os anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEBÉRTOLIS, Karen Silva. **Brasil Mulher:** Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. 2002. 131f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DEL PORTO, Fabiola Brigante. **A luta pela anistia no regime militar brasileiro:** a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania. 2002. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Em guarda contra a repressão:** as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. 2007. Trabalho apresentado ao XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0646.pdf>>.

DUARTE, Ana Rita Fonteles: **Memórias em disputa e jogos de gênero:** o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). 2009. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Therezinha Zerbini: protagonismo e ação política na luta das mulheres contra a Ditadura. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Associação Brasileira de História Oral,

2016. Disponível em:

<[http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462050521\\_ARQUIVO\\_TherezinhaZerbini.pdf](http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462050521_ARQUIVO_TherezinhaZerbini.pdf)>

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A luta pela anistia na Bahia:** do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro pela Anistia (1975-1979). 2017, 216 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 1997.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n<sup>o</sup>47, p. 29-60, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>

FICO, Carlos. **Além do golpe:** visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. Democracia e reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964:** visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2014.

FORGET, Danielle. **Conquistas e Resistências do poder (1964-1984):** a emergência de um discurso democrático no Brasil. São Paulo: Ed. USP, 1994.

FRANCO, Ramon. **Getúlio Vargas:** um legado político. Cuiabá: Carline & Caniato, 2014.

GASPARI, Elio. **Ditadura Envergonhada.** São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada:** As ilusões armadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada:** o sacerdote e o feiticeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

GORENDER, Jacob. Era o golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro (Org). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.** 2. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 2014.

GRECO, Heloísa Amélia. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia.** 2003. 559 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, Paulo Moreira. **A mulher que era o general da casa:** histórias da resistência civil à ditadura. Porto Alegre: Arquipélago, 2012.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrade. **A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura militar (1964-1977).** Dissertação. 147f. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart:** O Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964). 2011, 404 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Lucien Febvre:** história. São Paulo: Ática, 1978.

Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas: origens e lutas. Exposição dos quinze anos de atividades. 1975-1990. Rio de Janeiro: impresso nas oficinas da Imprinta Gráfica e Editora Ltda, 1991.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto. 2014.

NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção). SCHWARCZ, Lília Moritz. (organizadora do volume). **História da vida privada no Brasil:** contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: companhia das letras, 1998.

OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues de. Helena Greco, eu te batizo: anistia. Belo Horizonte, 1983.

OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade:** Memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe (1975-1979). 2016, 63 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2016.

OLIVEIRA, Marina Roberta de. **Minorias Nacionais e Direitos Humanos.** 2015. 69 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra. **História (São Paulo)**, Assis, v. 29, n. 2, 2010, p. 135-157. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v29n2/v29n2a08>> . <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200008>

PAULA, Adriana das Graças de. **Pensar a democracia:** o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985). 2014. 155f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUELER, Jefferson José. **Entre o mito e a propaganda política:** Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961). 2008. 349 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RAMOS, Maria Vilar Ramalho. **Mortes Roubadas:** O luto dos familiares de desaparecidos políticos no Brasil. 2017. 182f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

REIS, Daniel Aarão. O sol sem peneira - O apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ago. 2012. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20161128065920/http://rhbn.com.br/secao/capa/o-sol-sem-peneira>>.

RIBEIRO, Denise Felipe. **A anistia brasileira:** antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia. 2012. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

RIGONATI, Denise Truguilho. Ainda Choram Marias e Clarices: Mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil. 2015. 171f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

Rollemburg, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974). In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4<sup>a</sup> edição 2001.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O terrorismo de Estado e a ditadura civil-militar no Brasil: Direito de resistência não é terrorismo. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 20., 2011, Vitória. **Anais ...** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011.

SILVA. Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Mariane da. **O Movimento Feminino pela Anistia**: o engajamento e a participação das mulheres catarinenses entre 1975 e 1979. 2015. 95 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, Misile Souza da. **A Lei da Anistia brasileira**: Embates na ditadura civil-militar. 2014. 68 f. Monografia (Graduação) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. esp. p.13, 2. Sem. 1994.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998

SOUZA, André Pinheiro de. **Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA- CE)**: as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980). 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira.. São Paulo: Boitempo. 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As faláciais do revisionismo. *Crítica marxista*: Revan, Rio de Janeiro, n.19, p. 27. 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2 ed. Campinas: Unicamp, 2014.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. **Deslocamentos, vínculos afetivos e políticos, conquistas e transformações das mulheres, opositoras à ditadura civil-militar**: a trajetória do Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul (1975-1979). 2010. 320 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 3. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

VIEIRA, José Carlos. **Democracia e Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005, p. 38.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia**: semente de liberdade. São Paulo: Gráfica das Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

#### **Sites:**

Almanaque folha: <http://almanaque.folha.uol.com.br>

Armazém Memória: <http://armazemmemoria.com.br/>

Arquivo Público do Estado de São Paulo: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>

Biblioteca digital da Câmara dos Deputados: <http://bd.camara.gov.br>

Biblioteca digital do planejamento: <http://bibspi.planejamento.gov.br>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: CPDOC - <<http://cpdoc.fgv.br>>

Centro Histórico e Cultural Santa Casa: <http://www.centrohistoricosantacasa.com.br>

Chico Buarque: <http://www.chicobuarque.com.br/>

Documentos Revelados: <https://www.documentosrevelados.com.br>

Estadão: <http://politica.estadao.com.br>

Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br>

Fundação Alexandre de Gusmão: <http://funag.gov.br>

Fundação Perseu Abramo: <https://fpabramo.org.br>

Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania:  
<https://institutohelenagreco.blogspot.com>

Jornal GGN: <https://jornalgn.com.br>

Memorial da Anistia: <http://memorialanistia.org.br/>

Memorial da Democracia: <http://memorialdademocracia.com.br>

Memórias da Ditadura: <http://memoriasdaditadura.org.br/>

Memorial da Resistência: <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br>

O Globo: <https://oglobo.globo.com>

Organização das Nações Unidas: <http://www.onu.org.br>

O Tempo (jornal): <https://www.otempo.com.br>

Partido dos Trabalhadores: <http://www.pt.org.br>

Portal da Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br>

Presidência da República – Planalto: <http://www.planalto.gov.br>

Senado Notícias: <https://www12.senado.leg.br>

Tesouro Nacional: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Jornais:

**Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n1, 1977.

**Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano I, n2, 1977.

**Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 2, n3, 1978.

**Maria Quitéria:** boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano 3, n4, 1979.

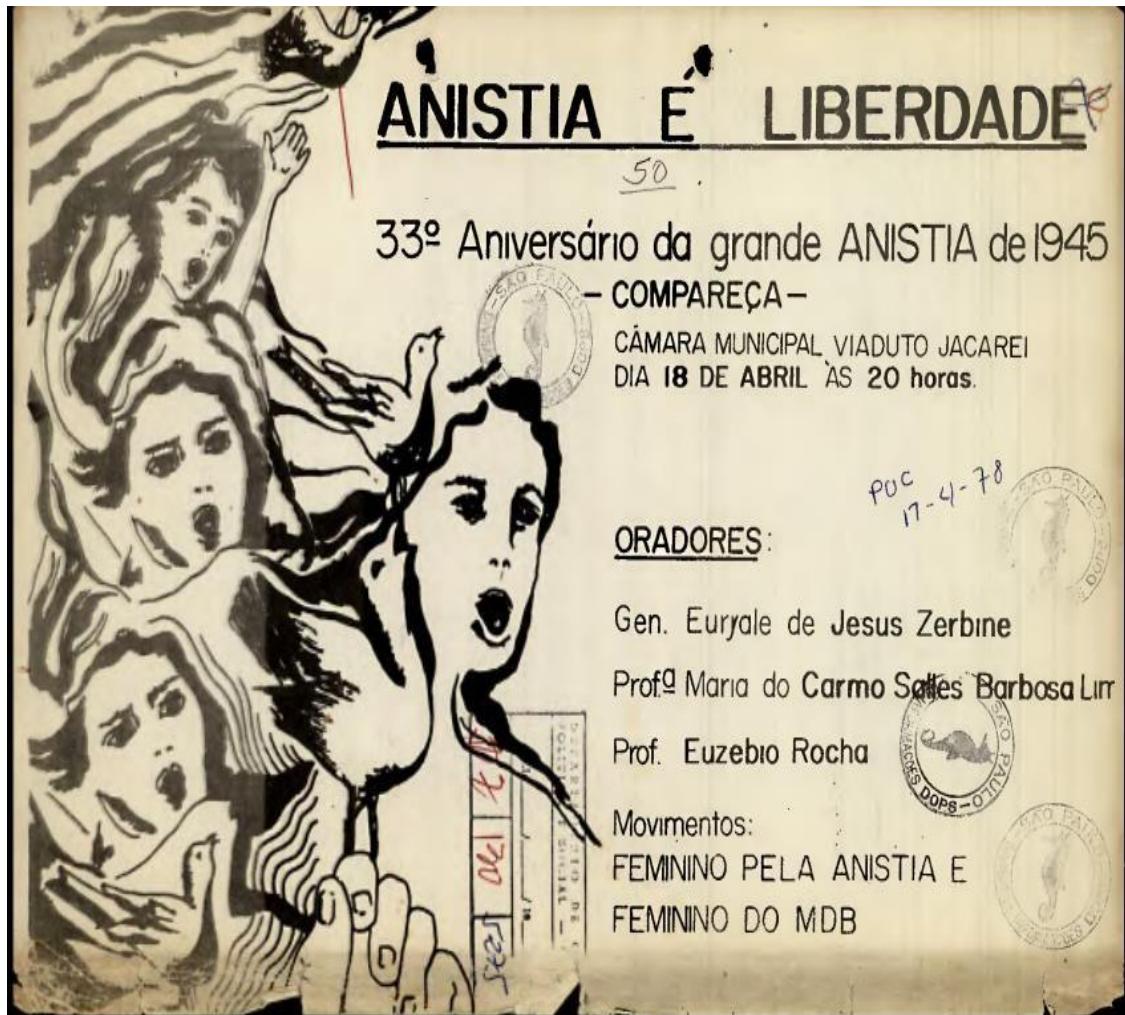
Revistas:

**Revista Ágora.** Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/ Programa de Pós-Graduação em História, número 28, dezembro, 2018.

**Revista Teoria e Debate.** <<https://teoriaedebate.org.br/>>.



Anexo 2: Anistia é liberdade



Anexo 3: Ficha de Therezinha Zerbine, elaborada pelo DOPS do Paraná em 1978

162  
S. C. - D.O.P. - Mod. 3

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE ORDEM SOCIAL - DOPS

Fichário e Arquivo

D.O.P. - SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Informação 059/78  
Solicitante: DOPS - PARANÁ  
Referência: Ofício s/nº de 03.01.78

TEREZINHA DE GODOY ZERBINE - filha de Durvalino de Gódoz, natural da Capital-SP, nascido em 16.04.1928, casada, funcionária pública federal, RG 1.306.592, residente a rua José de Freitas / Guimarães 209. Em Botelhos - TEREZINHA DE GODOY

Em 23.12.69 - foi indiciada em inquérito policial pela Divisão de Ordem Política pela tentativa de realização de um Congresso/ de UNEB, neste capital. Inquérito 16/69

Em 27.01.70 - foi indiciado em inquérito policial pela Divisão de Ordem Política por infração ao Art. 348 do CP e Art. 36 do Dec. 314. Inquérito 22/69.

Em 04.02.70 - foi detida pelo DOI/CODI para averiguações.

Em 25.02.70 - foi qualificada e interrogada pela Divisão de Ordem Política nos autos complementares do Inq. 22/69.

Em 05.03.70 - teve sua prisão decretada pela 2ª Auditoria da 2ª CJM - Art. 60 DL 898 e Art. 394 do CPP.

Em 22.09.70 - foi julgada e condenada pelo Juiz da 2ª Auditoria da 2ª CJM nos autos do Processo 67/68 à pena de seis meses / de detenção.

Em 23.09.70 - encontrava-se recolhida no Presídio Tiradentes.

Em 22.12.70 - foi colocada em liberdade em cumprimento ao alvará de soltura expedido pelo Mm Juiz da 2ª Auditoria da 2ª CJM.

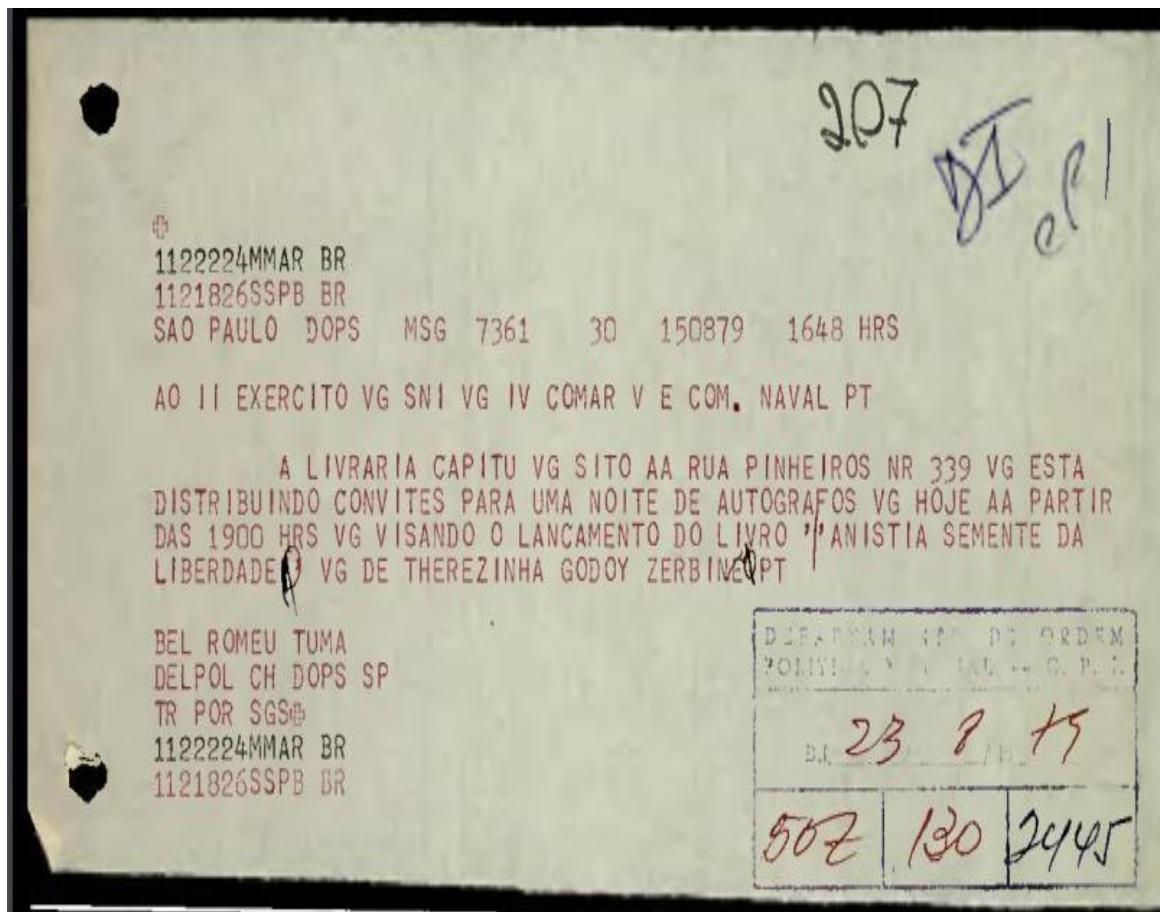
Em 16.06.75 - requereu um atestado de seus antecedentes para fins de obter passaporte.

Em 30.07.75 - segundo informe da DOP foi coordenadora de um abaixo assinado pró-anistia de presos políticos. Declarou que neste ano seria o Ano Internacional de Mulher e por este motivo seria encaminhado ao Sr. Presidente da República um abaixo assinado. Que há muita injustiça. Que enquanto um tem de milhares, outros temem casca de betetas. Que sofreu na propria pele estar presa. Que por este motivo encabeçou o movimento pró-mulher. Que terminando este movimento, sendo atendida ou não pelo Dr. presidente da Republica, não pretende cruzar os braços, puis, iniciaria outro movimento com outro nome. Que será distribuído abaixo assinado a todos os grêmios estudantis. Que conta com o apoio da Ordem dos Advogados.

Em 26.09.75 - através do PR/415 da 2ª Seção do II Exército, a nominada, ex-funcionária dos Correios e Telegrafia, concubina do GENERAL REFORMADO JUANALÉS DE JESUS ZERBINE, promotor social revolucionário (1.964) é conhecida, também, como THEREZINHA GODOY e THEREZINHA ZERBINE. Em 1964, quando aluna da Faculdade de Direito de São José dos Campos, foi coordenadora dos estudantes dos cursos superiores para o preparo de ....

002 71 125

## Anexo 4: Relatório referente à distribuição de convites para noite de autógrafos



Anexo 5: Maria Quitéria, ano 1, nº 1.

**Maria Quitéria**

*Boletim do Movimento Feminino pela Anistia Ano I Nº 1*

**POR QUE A  
NOSSA LUTA EM  
FAVOR  
DA ANISTIA?**

Toda a história do Movimento Feminino pela Anistia está num relatório que publicamos na página 3. Na página 2, estão os políticos e outras autoridades, entre as quais o arcebispo de São Paulo, cardeal Arns, que fizeram pronunciamentos em favor da anistia aos que foram punidos por atos de exceção. Noso editorial, em que explicamos as razões dessa luta e por quê demos a este boletim o nome de Maria Quitéria, está na página 2. As adesões ao movimento na página 12. E nas páginas 8 e 9 nossos colaboradores Alceu Amoroso Lima e Barbosa Lima Sobrinho



Anexo 6: Maria Quitéria, ano II, nº 3, julho de 1978.

**Maria Quitéria**

*Boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano II nº 3. Julho de 1978.*

**A SBPC**  
A luta contra as  
cassações brancas

**É hora de esquecer?**  
Presos políticos e exilados. (págs. 8 e 9)



Francisco Weffort  
"Unidade do  
Movimento operário  
e do movimento  
sindical que não  
dependa do Estado."  
(pág. 13)

"Bispo Dom Angélico  
O povo foi colocado  
numa casa mal assombrada  
e, contra isso,  
só a reunião e a organização." (pg. 12)

**"O país não é convento nem quartel".** Ministro Hermes Lima (pg. 7)

No dizer de Rui  
"a pátria é a família amplificada"  
É inconcebível a família dividida, pois a pátria  
não é propriedade de  
nenhuma parcela de seus filhos. É imperioso,  
pois a pacificação." (pg. 5)

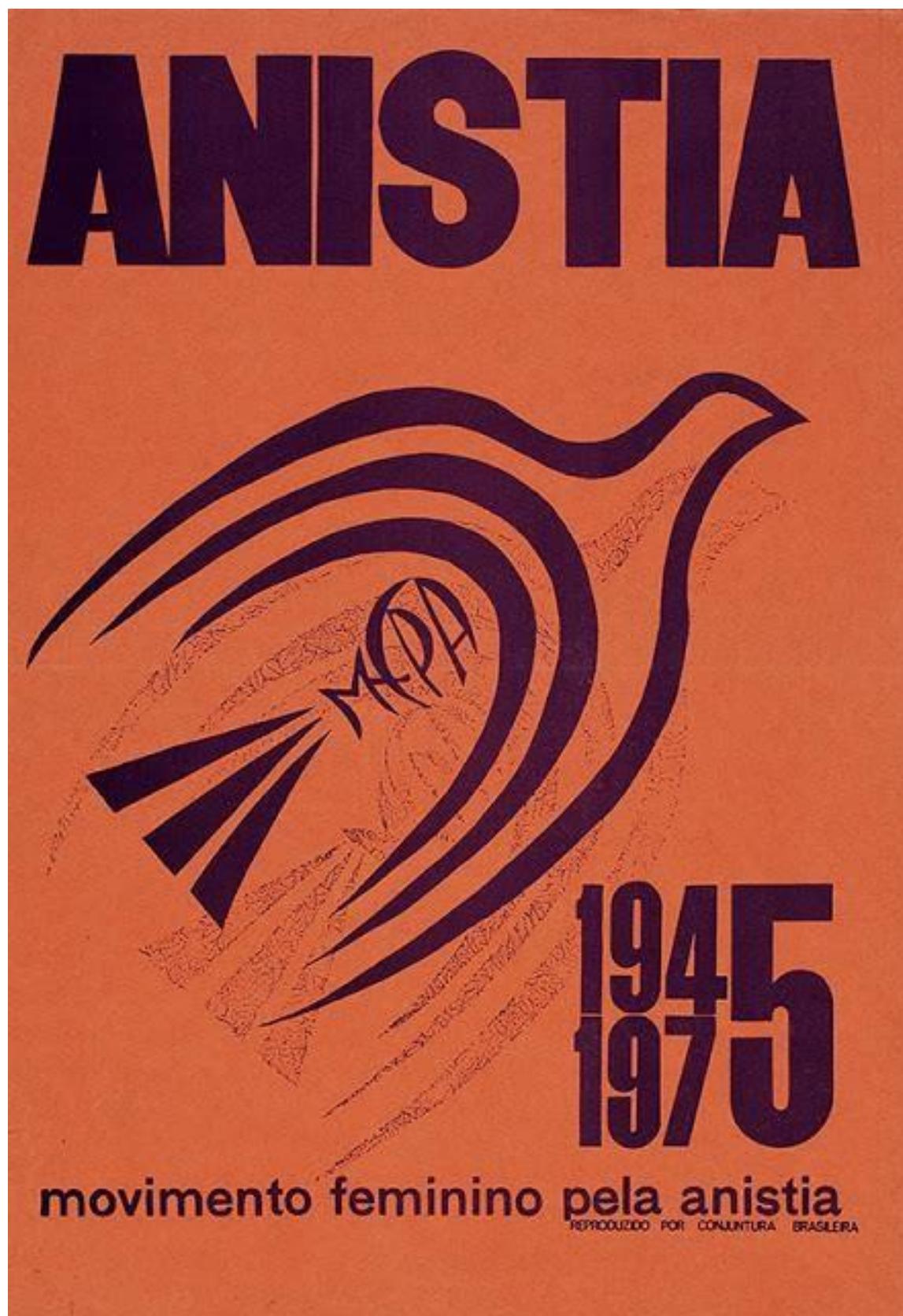


Fotografia: Jônio - Movimento Feminino pela Anistia - página 174 (1978) por uso editorial.

Anexo 7: Cartaz de divulgação do Movimento Feminino pela Anistia, 1975.



Anexo 8: Cartaz do Movimento Feminino pela anistia, 1975



## Anexo 9: Maria Quitéria de nº 3, de julho de 1978.

**CORRESPONDÊNCIA**

**A sra. Carter**

**A Sra. Carter**  
Exma. Sra. Rosalyn Carter  
Delegada Oficial do Governo dos  
Estados Unidos da América do  
Norte.

A mulher brasileira congregada no MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA e que se fez representar oficialmente na Conferência do Ano Internacional da Mulher no México em 1975, trabalhou em conjunto com grupos de Paz, de Não-Violência e de Mulheres Americanas que pediam Anistia aos resistentes de guerra.

Apartidárias como somos, trabalhamos com princípios absolutos: Liberdade e Justiça, sentido da realização do Ser Humano através do seu destino histórico.

No campo dos valores humanos, não há lugar para tergiversações: ou se é justo ou não; ou se é Livre ou Escravo. Neste posicionamento, comungamos com a Mulher Americana em sua recente luta e vitória pela Anistia, Direitos Humanos e Paz.

Foi-nos muito grato sentir a vontade do Povo Americano, emergindo da noite mescartista para a aurora da luta pelos Direitos Humanos.

Nós, mulheres brasileiras, que hoje lutamos pela Anistia e Direitos Humanos, felicitamos e louvamos o ato do Presidente Carter que deu solução ao caso dos resistentes de guerra, tão crucial para a grande Nação Americana.

Vemos a figura de V. Exa. como o legítimo símbolo da Mulher Americana sempre pronta a se unir para combater pelas causas justas.

Com esperança no coração, aguardamos que nosso posicionamento chegue ao conhecimento do Mundo Feminino dos Estados Unidos.

Querida V.Exa, solicitar a alta expressão de respeito e admiração que lhe votam as mulheres brasileiras do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, empêchadas pela Paz e Justiça nesta nossa Pátria.

Therzinha Godoy Zerbine  
Brasília, 7 de junho de 1977.

**A resposta de Washington**

Exma. Sra.  
Therzinha Godoy Zerbine.

Tenho o prazer de informar a Vossa Senhoria que sua atenciosa carta foi recebida em Washington, pelas autoridades de meu país, que solicitaram a esta Embaixada que lhe agradecesse.

Arthur Giese  
Primeiro Secretário da Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte.

Brasília, 21 de dezembro de 1977.

**Carta de uma menina**

**Ao MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA**

Sou uma menina brasileira, nascida no México, filha de pais exilados neste país amigo. Há sete anos que não vejo meu pai, ele está na Suécia. E formado em engenharia e tem doutorado. Não tem condições de voltar ao Brasil porque não possui passaporte nem garantias de volta.

Eu pergunto: Não faz parte dos direitos humanos ter pai? Os responsáveis públicos por nós crianças brasileiras, que somos muitas fora do Brasil, não nos dão este direito da presença de um pai querido?

Muitos filhos crescem e casam sem ver seus pais. Muitos pais morrem sem ver seus filhos. Só tem uma maneira de acabar com este desencontro com a família brasileira: "ANISTIA", "ANISTIA" para todos os brasileiros idealistas e honestos.

Mariana Pereira Yárzena  
Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1977.

**Resposta do Superior Tribunal Militar**

Presidente do Superior Tribunal Militar.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA vem respeitosamente reiterar pedido feito dia 8 p.p. este agosto: Tribunal levando-se em conta a pena imposta, Carlos Alberto Azevedo e Rholine Cavalcanti. A quebra do isolamento carcerário viria atender justa aspiração. O rigor car-

cerário fere consciência jurídica Nacional e a Declaração Universal Direitos Humanos.

São Paulo, 5 de dezembro de 1977.

**Ao governador Faria Lima**

Excelentíssimo Governador Faria Lima  
Governador do Estado do Rio de Janeiro.

**MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA** acompanha angustiada caso presas políticas Presídio Talavera Bruce. Sentido solução atenda ambas as partes. Caso aceite oferecemos bons ofícios nosso MOVIMENTO NACIONAL.

Saudações  
Exma. Sra. Dra. Therzinha Godoy Zerbine

Agradecendo recebimento telegrama 5 corrente participo Governo Estado tomou providências julgadas necessárias.

Floriano Faria Lima  
Governador do Estado do Rio de Janeiro

**Expediente**

Diretor responsável:  
Nicodemus Pessan

Editores Contribuintes:  
Ana Maria Garcia  
Lenira Machado Dantas  
Margarida Naves Fernandes  
Maria Bernadete Fernandes Oliveira  
Norma do Valle  
Therzinha G. Zerbine

Colaboradores:  
Dom Angélico Sandalo Bernardino  
Francisco C. Weffort  
Alceu Amoroso Lima

Esta publicação é propriedade do Movimento Feminino pela Anistia Endereço (redação): Rua José de Freitas Guimarães, 209 - SP. Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinatto, 412 - Fone: 853-7461 - São Paulo

Anexo 10: Maria Quitéria, ano III vol. 4, março de 2019.

**Maria Quitéria**

*Boletim do Movimento Feminino pela Anistia. Ano III nº 4 Março de 1979.*

**Idibal Piveta e sua aula sobre Anistia**  
Página 3

**O Vaticano e a realidade latino-americana: Puebla**  
Página 4

**Mãe e filho à coragem e a legitimidade**  
Página 6

**O Congresso Nacional pela Anistia**  
Página 8

**As vítimas do arbitrio e da omissão**  
Página 10

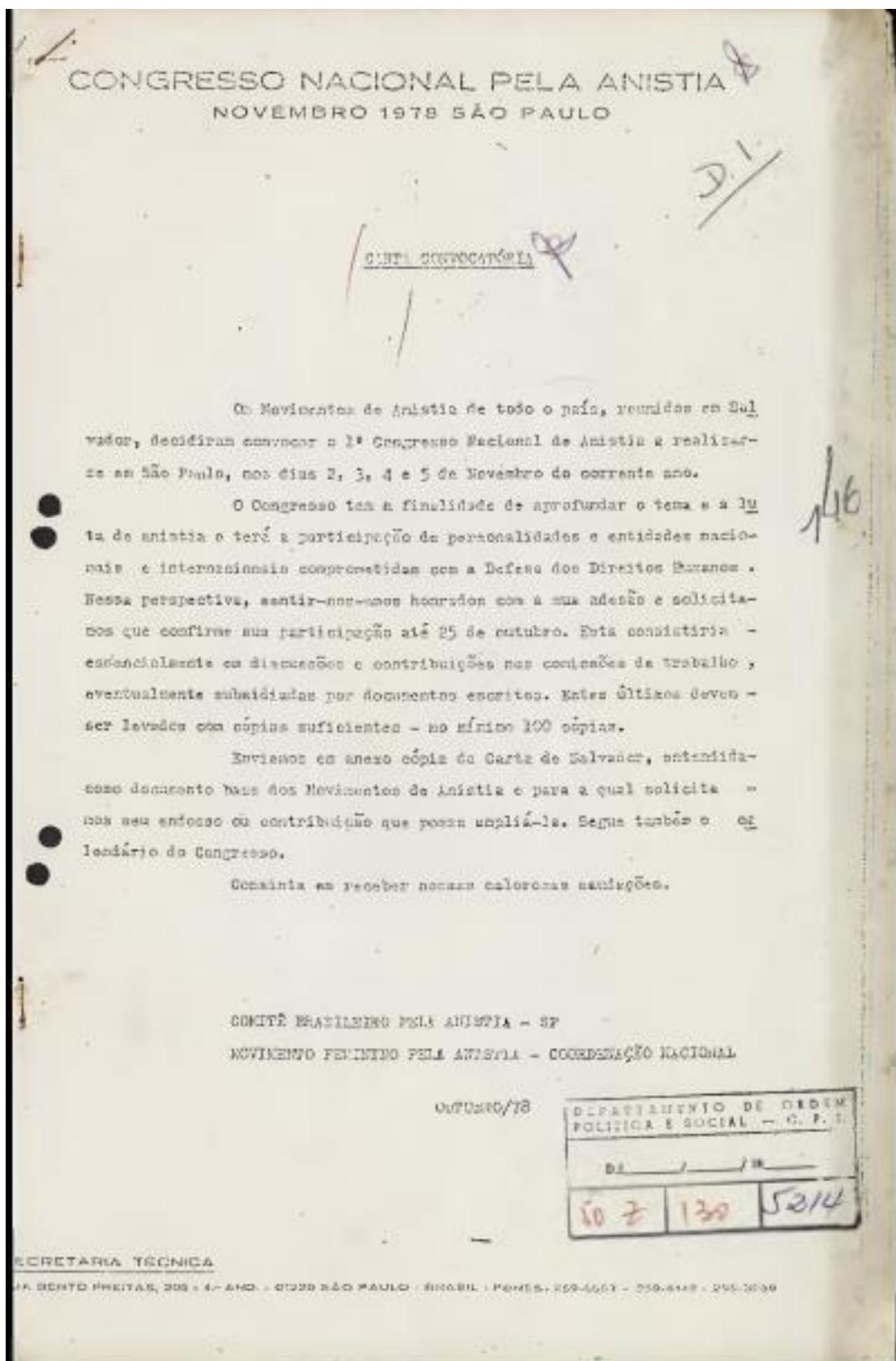


158

Anexo 11: Maria Quitéria, nº 2, junho de 1977.



## Anexo 12: Carta convocatória para o Congresso Nacional pela Anistia



## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.1)

## A QUEM INTERESSA O TERROR

APRESENTAÇÃO

Neste país, a violência contra aqueles que defendem as Liberdades Democráticas tem sido uma constante. Todo tipo de arma e instrumento já foi usado, ou passa a ser, na tentativa de fazer calar nossas vozes.

A ação dos órgãos de segurança do Estado, à censura, às leis e atos de exceção somam-se, agora com maior evidência, a ação de terroristas. São ameaças telefônicas, pichações, roubos, danos, explosões a bomba, violações de correspondências, numa escalada brutal contra todos nós.

As entidades e pessoas que vêm sistematicamente sofrendo tais atentados — embora soubessem que a solidariedade dos demais é que garante sua segurança e a possibilidade de levar adiante suas lutas — consideram que as autoridades existentes, inclusive porque se arrogaram o papel de garantidores da segurança pública, têm a obrigação de apurar quem são os terroristas que nos atacam. Inúmeros pedidos de abertura de inquérito já foram feitos pelos atingidos — sem resultado algum.

Um novo pedido, desta vez unificado, está sendo dirigido ao Governador do Estado de Minas Gerais e ao Secretário da Segurança Pública, per várias entidades de Minas Gerais.

Cópia desse documento, em anexo, está sendo remetida a todos aqueles que também defendem as Liberdades Democráticas e que conosco têm sido sempre solidários.

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.2)

- 2 -

A partir de maio de 1977, grupos terroristas que se auto-intitulam GAC e MAC (Grupo Anticomunista e Movimento Anticomunista) voltaram a atuar em Belo Horizonte.

A inércia das autoridades responsáveis pela segurança pública e a consequente impunidade de que gozam tais grupos tem permitido que os atentados que perpetraram se tornem cada vez mais ostensivos e cada vez mais violentos.

A ameaça que fizeram em aviso colocado no parabrisa do carro da Presidente do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA — Núcleo MINAS GERAIS, tem sido fielmente cumprida: "A cada ação uma reação".

Em que pese os vários pedidos de abertura da justiça, nada foi feito até agora para pôr fim a essa escalada de violência e terror.

Por isso, o NMC e o GAC costumam esclarecer, visando em ações que passamos a relatar, entre atentados à bomba, roubos, depredações, violações de correspondências, num total de 24 ações.

1. No dia 11 de maio de 1977, um dia após a realização de um ato público pedindo a libertação de estudantes e operários presos em São Paulo, o D.A. Medicina/UFGM foi invadido, vasculhado e pichado pelo MAC.
2. No dia 28 de março de 1978, simultaneamente vários atentados foram cometidos pelo GAC:

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.3)

- 3 -

2.1. às 21:30 horas explodiu uma bomba na Igreja de São Francisco das Chagas, situada no Bairro Carlos Pra-tes. Realizava-se no local, além do atendimento nor-mal da Ação Social da Paróquia, reuniões de grupos paroquiais e do MFPA/MG, como também aulas de judô para os paroquianos;

2.2. por volta das 3 horas da madrugada, o mesmo grupo terrorista jogou uma bomba no D.A. MEDICINA/UFMG, que ao explodir quebrou não só os vidros da fachada como também trincou o piso de concreto. No local foi deixada uma "relação de pessoas assassinadas pela subversão", assinada com a data de 28 de janeiro;

2.3. outra bomba foi atirada no Centro Cultural do DCE/ UFMG, que ao explodir danificou toda a fachada de vidro e laterais do prédio;

2.4. foi jogada também uma bomba no pátio de es-taciona-mento da FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG;

2.5. a FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, em pleno centro de Belo Horizonte, foi a quinta vítima, nessa mesma da-ta: uma bomba de alto teor explodiu na portaria da Escola, quebrando vidros e danificando parte da es-

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.4)

- 4 -

quadria metálica.

3. Dia 7 de abril de 1978 foi outra data em que o GAC atuou simultaneamente contra várias entidades e pessoas:

3.1. um bilhete contendo ameaças foi colocado no para-brisa do carro da Presidente do MFPA/MG, Dona HELENA GRECO, que, como se verá, tem sido um dos alvos constantes do GAC e MAC. Estava escrito no bilhete: "Olho por olho. A cada ação, uma reação. GAC, 28 de janeiro".

3.2. no mesmo dia, o GAC colocou 3 (três) bananas de dinamite no D.A. MEDICINA/UFMG, que só não explodiram porque o pavio apagou-se. No local, foi encontrado um bilhete do GAC: "A cada ação, uma reação." De maneira arbitrária e tentando transformar as vítimas em réus, intimaram o presidente do D.A. a comparecer na Polícia Federal.

3.3. outra bomba explodiu no saguão do DIRETÓRIO ACADÉMICO DA FACULDADE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMG.

4. No dia 14 de abril de 1978, uma bomba explodiu no DIRETÓRIO ACADÉMICO DA FACE/UFMG, causando sérios prejuízos.

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.5)

- 5 -

5. O dia 18 de abril marcou outra dessas datas em que o GAC ganhou as ruas várias vezes para espalhar violência:

5.1. No pátio do Colégio Santo Antônio, realizava-se uma concentração, promovida pelo MFPA/MG, à qual compareceram 1.500 pessoas. Meia hora após o início da concentração, vários agentes e um delegado do DOPS entraram no pátio, dizendo que haviam recebido uma denúncia de que bombas teriam sido ali colocadas. Após evacuarem o local, realizaram uma busca que resultou no encontro de uma bomba-relógio dentro de uma caixa de sapatos. Nesse ínterim, 8 (oito) carros pertencentes aos membros do MFPA/MG foram danificados (pichados com a sigla GAC e tiveram os pneus furados). É interessante salientar que antes da concentração, o local tinha sido vistoriado por dois agentes do DOPS. Em razão do ocorrido, a concentração foi transferida para a sede do DCE Cultural/UFGM, onde, novamente, o GAC voltou a danificar vários carros.

5.2. Às 20:30 horas, o GAC jogou uma bomba, através das janelas basculantes, na oficina gráfica da Sede Administrativa do DCE/UFGM, destruindo impressora e mimeógrafos totalmente, bem como as instalações e lâmpadas fluorescentes. Carros estacionados na garagem

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.6)

- 6 -

ge lateral e defronte o local foram danificados por estilhaços de vidro e argamassa, e a Rua Guajajaras ficou coberta de destroços num raio de vinte metros da explosão.

5.3. Na madrugada do dia 19, dando sequência a esses atentados simultâneos, uma bomba foi atirada de dentro de um Volks azul, em movimento, na casa de Dona HELENA GRECO, Presidente do MFPA/MG. Por sorte, a bomba bateu no portão de ferro, caindo na calçada, onde explodiu. Presenciaram este atentado, além de Dona HELENA GRECO, mais duas outras pessoas membros do MFPA. É interessante salientar que Dona HELENA GRECO mora na Rua Juiz de Fora, 849, justamente em frente à sede da 4<sup>a</sup> BRIGADA DE INFANTARIA DO EXÉRCITO, considerada, inclusive, área de segurança nacional. Existe uma guarita em frente à sede, onde um soldado do Exército fica de sentinela.

6. No dia 11 de maio de 1978, o GAC distribuiu e afixou em postes de diversos bairros de Belo Horizonte um cartão, semelhante aos utilizados pelo MFPA/MG, contendo declarações com o claro intuito de desmoralizar o MFPA/MG. Vários cartões falsificados pelo GAC estavam sendo afixados na Igreja SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS, por 3 (três) homens, quando um dos padres viu e impediu a continuidade

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.7)

- 7 -

da ação. Os homens, ameaçando o padre, retiraram-se do local.

7. Na madrugada do dia 21 de maio, invadiram o D.A. Medicina/UFMG, danificando-o totalmente (quebraram e mimeógrafo e as máquinas de escrever).

8. No dia 10 de julho de 1978, o GAC jogou nos jardins da casa da PRESIDENTE DO MFPA/MG, cerca de 200 (duzentos) cartões, enviados pelo correio ao Governador de Pernambuco, ao diretor do Presídio e aos presos políticos de Itamaracá. Estes cartões faziam parte da campanha de solidariedade, promovida pelo MFPA, à greve nacional de fome pela quebra do isolamento carcerário de presos de Itamaracá. Junto aos cartões, havia 2 (dois) telegramas que o MFPA enviava, pelo correio, diariamente aos presos políticos de Itamaracá. Através de seu advogado, o MFPA pediu abertura de inquérito na Polícia Federal, por violação de correspondência (nos cartões e telegramas constava o carimbo dos Correios).

9. A vítima seguinte dos terroristas foi a sucursal do jornal EM TEMPO, em Belo Horizonte:

a. No dia 28/7/78, pela madrugada, aproximadamente à uma hora, segundo relato posterior dos vizinhos, ocorreu o atentado. A porta central (são três por-

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.8)

- 8 -

tas de entrada) foi arrombada. Praticamente todas as paredes, além de algumas cadeiras e mesas, foram pichadas em "spray" vermelho e preto, com vários dizeres: MAC + GAC: A VOLTA SERÁ PIOR, ENTREI DE SOLA E VOLTO, etc. Foram roubados máquinas e documentos diversos (mimeógrafo e uma calculadora eletrônica, papéis diversos). No próprio dia do atentado, por volta das 10 horas da manhã, dois soldados da Polícia Militar, dizendo terem recebido ordens, compareceram à sucursal. Como não havia sido chamada a polícia, até aquele momento, e eles não quiseram se identificar e nem identificar quem dera aquela ordem, foram dispensados. Mais ou menos uma hora depois, uma outra pessoa, dizendo-se da Polícia Federal, procurou a sucursal. Também se recusou a identificar-se. Não foram respondidas suas perguntas. A pessoa saiu da sucursal num OPALA preto, chapa branca, DF 1324, BH-MG. Mais ou menos duas horas após, chegou outra pessoa que se dizia do Serviço de Informação do Exército e apresentou carteira com o nome de Eustáquio Ferreira - Sargento. Disse estar ali em nome do Coronel e que o Governo não tinha nenhuma responsabilidade pelo atentado, principalmente neste período da abertura política e às vésperas das eleições. Informou haver estado na Polícia Federal e que essa de nada sabia. Perguntou o que havia sido rou-

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.9)

- 9 -

bando e os dizeres da pichação — do que foi informado. Referindo-se a um atentado ocorrido meses antes no DA Medicina da UFMG, insinuou que haviam sido os estudantes os autores, "buscando publicidade". Segundo ele, tal informação fora prestada por um infor-mante de seu Serviço na própria Faculdade. Insinuou também que podia ser coisa de ex-agente ou "dos que vocês, jornalistas, chamam repressão", fazendo ques-tão de ressaltar, no entanto, que não havia nenhuma orientação oficial nesse sentido. No dia 04/08/78, foi pedida abertura de inquérito na Polícia Civil e na Polícia Federal. Nenhuma providência foi por e-las tomada até agora, ao que consta.

b. às 7:45 horas do dia 29 de julho, o editor responsá-vel do jornal DE FATO, Aloísio Moraes Martins, foi acordado com uma chamada telefônica em que um homem com voz grossa perguntava de onde estava falando. Ao ser informado de que se tratava da redação do jornal, a voz que não se identificou começou a falar repetitivamente que "os próximos serão vocês". Na véspera, havia ocorrido a invasão à sucursal do se-manário EM TEMPO, em Belo Horizonte, o que caracte-rizava o telefonema como uma ameaça. Desligado o te-lefone, aproximadamente uma hora mais tarde, Aloí-sio — que mora nas instalações do jornal — rece-

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.10)

- 10 -

beu novo telefonema com as mesmas ameaças, desta vez feitas através de uma pessoa que procurava disfarçar sua voz de forma efeminada. O fato foi levado ao conhecimento da imprensa falada e escrita, na mesma manhã, e momentos depois, o jornal recebia a solidariedade de diversas pessoas e entidades da cidade. Dias antes e depois destas ameaças, foi notada a presença de pessoas estranhas rondando a sede do jornal durante a noite.

10. 18/08/78 - Segundo atentado à sucursal do jornal EM TEMPO - Belo Horizonte: No dia 18.08.78, a sucursal sofreu novo atentado, desta vez muito mais violento. Segundo informações posteriores dos vizinhos, entre 2:45 horas e 3 horas da madrugada, a sucursal foi invadida, e colocaram uma bomba sob ou sobre a mesa da sala de redação que, ao explodir, destruiu a própria mesa, uma máquina de escrever, os vidros da janela, a persiana, a luminária e perfurou o teto e todas as paredes laterais, além de danificar papéis e documentos ali existentes. Todas as portas de todas as dependências foram danificadas, ao que parece com outro instrumento, umas mais, outras menos, sendo que duas ficaram completamente destruídas. Uma janela que dã para a entrada da sucursal também foi arrombada. Um veículo estacionado em frente teve seu vidro lateral traseiro danificado. Foram roubados vários documentos. Um

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.11)

- 11 -

dos vizinhos chamou a Rádio-Patrulha por volta das três horas da manhã. A polícia esteve no local desde essa hora, até aproximadamente 9 horas da manhã, sem a presença de qualquer uma das pessoas da sucursal. Aliás, a primeira empregada da sucursal a chegar no local foi impedida de entrar e os policiais se negaram a dizer o que a perícia estava levando (saíram portanto embrulhos). Foram procurado o DOPS e a Polícia Federal — ambos responderam que de nada sabiam, sendo que o Delegado da Polícia Federal, Wilson Ramalho, afirmou que não realizava e nem realizaria perícia por não ter equipamento para tanto. Pouco tempo depois disso, no entanto, compareceram à sucursal dois agentes da Polícia Federal, Sr. José Osmar e Sr. Taveira, que fizeram várias perguntas e anotaram nome e endereço de três pessoas da sucursal. Disseram que não sabiam para que fim seriam utilizadas as informações ali colhidas. Foi procurada a Polícia Militar e o Capitão Gladstone informou que a Polícia Militar estivera no local, guardando-o, até por volta das 9 horas da manhã, e que a perícia fora feita pelo Instituto de Criminalística. No instituto, o perito confirmou a informação, dizendo que eles apenas haviam levado estilhaços da bomba e que o laudo estaria pronto em 30 dias. No dia 22.8.78, foi encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais uma representação, solicitando abertura de inquérito pelo órgão policial competente. Na mesma data, também foi encaminhado ao Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado, pedido de nomeação de promo-

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.12)

- 12 -

tor para acompanhar o inquérito. Em 29/08/78, pelo ofício 421/78, de 25/08/78, o Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado comunicou à sucursal a nomeação do Promotor para atuar no inquérito. No dia 6/09/78, o Instituto de Criminística forneceu cópia do laudo pericial referente ao atentado à bomba. Desde o último atentado, há policiamento na sucursal nos seguintes horários: 23:00 horas às 09:00 horas (de segunda a sábado), de 17 horas do sábado até as 09:00 horas de segunda-feira, conforme pedido da sucursal e deferimento do Comandante de Policiamento da Capital. A sucursal de EM TEMPO teve um prejuízo calculado em duzentos mil cruzeiros.

11. No dia 19 de setembro, por volta das 12:00 horas, quando se realizavam as eleições diretas para o DCE/UFMG, uma bomba foi colocada em uma das urnas que recolhiam votos no D.A. ICEx, destruindo-a totalmente. No mesmo dia, no D.A. Medicina, outra bomba destruiu 6 (seis) urnas. Telefonemas anônimos já vinham sendo feitos ameaçando não só a realização das eleições, como também a posse da nova diretoria.

12. Na madrugada do dia 2 de setembro, as ameaças ao Jornal DE FATO vieram a ser concretizadas. Depois de arrombarem o cadeado do portão e uma das portas das instalações do jornal, invasores roubaram o aparelho de telefone e duas cadernetas com anotações de números de telefone de pessoas

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.13)

- 13 -

as ligadas ao jornal, deixando em cima de um móvel uma bomba semi-deflagrada, junto ao pé-de-cabra usado no arrombamento e a uma garrafa plástica contendo álcool. O aparelho de telefone, como medida de segurança, era sempre retirado do gancho quando membros da equipe do DE FA TO deixavam sua sede, impedindo, portanto, que ele fosse usado para se saber se havia alguém presente. No dia da invasão, infelizmente, o telefone foi esquecido no gancho, e Aloísio dormira fora. Ao tomarem conhecimento do atentado, membros da equipe do jornal comunicaram o fato à Polícia Militar e à Polícia Federal, tendo dois patrulheiros da primeira comparecido ao local, onde verificaram a ocorrência, fazendo as devidas anotações de praxe e convocando ao local a Polícia Criminalística, que enviou dois peritos, um deles de nome Alberto. O material da bomba foi recolhido e levado para exames periciais, assim como o pé-de-cabra. Dias depois, o advogado Geraldo Magela de Almeida enviou ofício à Secretaria de Segurança Pública, solicitando abertura de inquérito sobre o caso, a pedido da direção do jornal, solicitando ainda policiamento para a sede do jornal. Até o presente momento o jornal não foi notificado da efetivação das providências solicitadas.

13. No dia 11 de setembro, às 21 horas, explodiu uma bomba no banheiro do auditório do Colégio Santo Agostinho. Realizava-se naquele local um debate promovido por um grupo

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.14)

- 14 -

de universitários católicos sobre DIREITOS HUMANOS. Participavam deste aproximadamente 100 (cem) pessoas. O banheiro ficou totalmente destruído, sendo que a porta do mesmo foi arremessada a uns cinco metros de distância, com o impacto da explosão. Estiveram no local elementos da Polícia Militar, Criminal e do DOPS, sendo que estes últimos chegaram 45 minutos após o atentado.

14. No dia 13 de setembro, dois atentados foram cometidos:

14.1. O primeiro foi na Igreja São Francisco das Chagas, onde se realizava uma vigília de solidariedade ao preso CAJÁ (membro da comissão de Justiça e Paz do Recife e da Pastoral da Juventude da Região Nordeste II da CNBB). Uma bomba de alto poder explodiu aos 15 minutos da madrugada do dia 13 (1:15 hora a pôs a vigília), destruindo totalmente a portaria da Secretaria da Igreja. Inúmeros moradores do bairro acordaram assustados. A quantidade de estilhaços encontrados fizeram supor que granadas é que tinham sido jogadas naquele local. No dia anterior, várias ameaças tinham sido feitas aos padres responsáveis pela Igreja. Na porta da mesma foi afixado um cartaz, contendo uma "Oração Anti-Vigília". Entre outras coisas estava escrito "Dente por Dente", "O país nosso de cada dia nos apoia hoje".

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.15)

- 15 -

Durante o dia, houve vários telefonemas anônimos para a Secretaria da Igreja, ameaçando com represálias caso a vigília fosse realizada, e um indivíduo que dizia-se chefe da Polícia Federal de Minas telefonou proibindo a vigília, afirmando que mandaria a polícia para impedi-la. Na manhã do dia 13 de agosto, dois agentes da Polícia Federal estiveram no local para investigar o atentado.

14.2. Precisamente à 1:00 hora da madrugada do dia 13.9.78, defronte ao Edifício Alfeo Piana, onde reside o advogado Geraldo Magela, foi detonada uma bomba, que havia sido colocada sob o motor de seu veículo — Brasília 1977, cor vermelha, placa ~~7W-8244~~ — advogado, bem como todos os moradores do referido edifício, que foram acordados pela explosão, além de vizinhos dos prédios próximos, acorreram ao local, onde constataram danos não só no automóvel do advogado, como também em dois outros veículos: um Volkswagen que teve seu vidro dianteiro arrebentado e uma Caravan, com perfurações dos estilhaços. Imediatamente, a Polícia foi chamada ao local, assim como os peritos da Polícia Técnica. A explosão foi tão violenta que os nove apartamentos do edifício onde mora o advogado, tiveram suas vidraças partidas. A Polícia Técnica também constatou este fato. A bomba colocada sob o veículo destruiu comple-

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.16)

- 16 -

intencionalmente, desmontando o seu motor, além de estourar um pneu. Neste mesmo dia, o advogado tomou as seguintes providências: levou o fato ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública, para a instauração de inquérito e ao conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil, para as providências que esta julgasse necessárias.

O mero relato dos atentados e das providências tomadas faz ressaltar duas questões principais. A primeira, que a audácia e a violência desses grupos cresce a cada dia, deixando patente que a eles não importa atingir a vida e a integridade física seja de seus alvos, seja das pessoas que habitam as imediações dos locais que atacam ou que, circunstancialmente, podem vir a passar por ali nesses momentos.

Em segundo lugar, que tem sido até agora absolutamente inútil e infrutífera qualquer iniciativa de obter das autoridades qualquer providência que possa pôr fim a esses atos brutais.

Os pedidos de abertura de inquérito, feitos na maioria dos casos pelos atingidos, além de não resultarem em qualquer esclarecimento e identificação dos autores, serviram para exacerbar intimidações evidenciadas no caso das entidades estudantis.

## Anexo 13: Dossiê "A quem interessa o terror?" (p.17)

- 17 -

temor de que outros atentados venham a ser perpetrados, justificado pelo fato de que as ameaças têm sido rigorosamente cumpridas, faz com que, por este instrumento, as entidades e pessoas infameadas, venham insistir na abertura de inquérito unificado e demais providências cabíveis, com a pretensão de que, identificados os autores desses crimes, se ponha um paradeiro neste escalada de violência.

BELO HORIZONTE 20 DE SETEMBRO DE 1978

*Helena Greco*

1. Movimento Feminino pela Anistia/MG

2. Jornal EM TEMPO

*Rosan Shicote*

3. Jornal DE FATO

*W/ carvalho J. de Carvalho*

4. Diretório Central dos Estudantes da UFMG

*Waldo Magalhães Almeida*

5. Dr. Geraldo Magela Almeida (Advogado)

*Helena Greco*

6. Dona Helena Greco (presidente MFPA/MG)

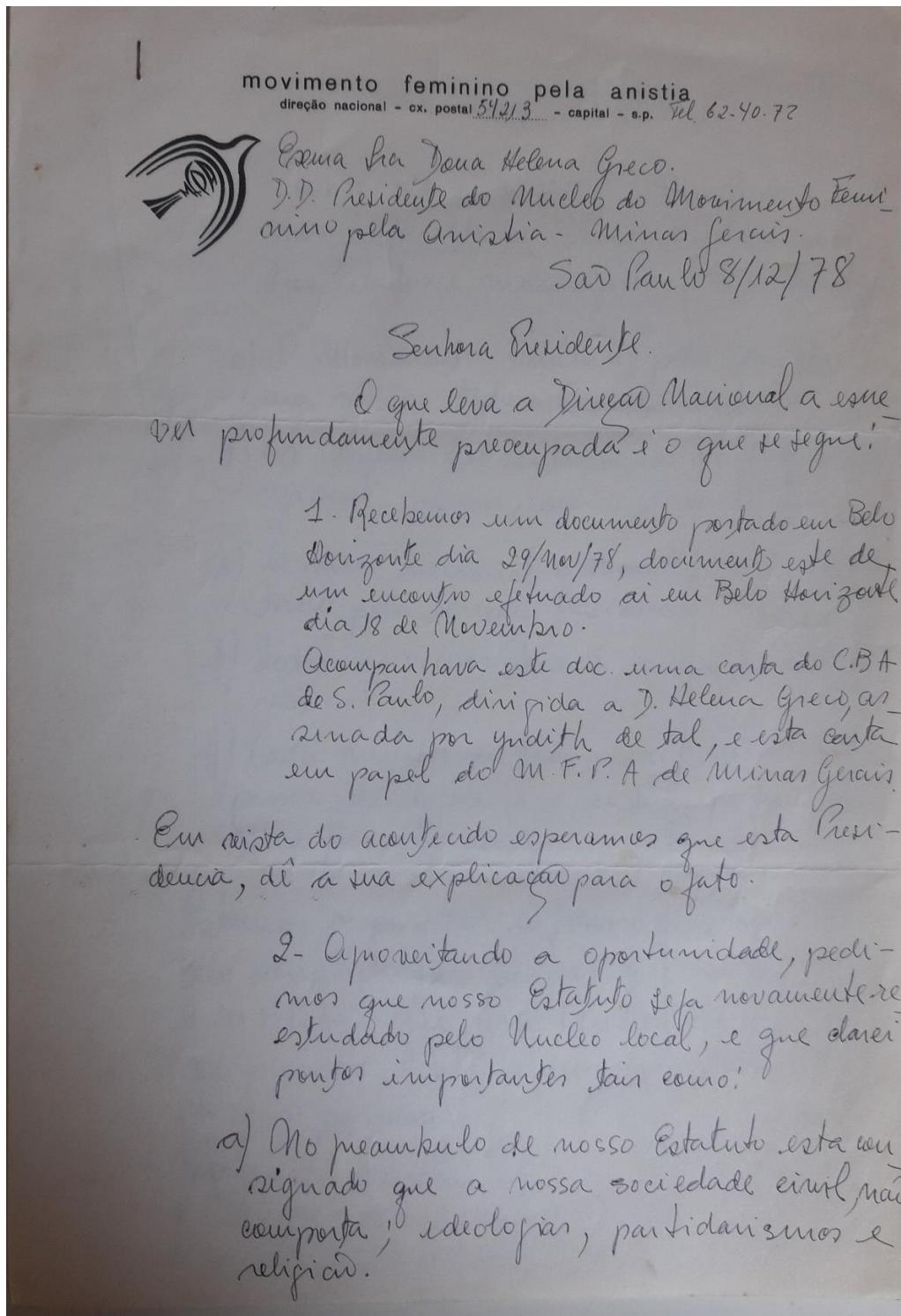
*frei Bento Reende (pelo grupo)*

7. Grupo de Padres pelos Direitos Humanos

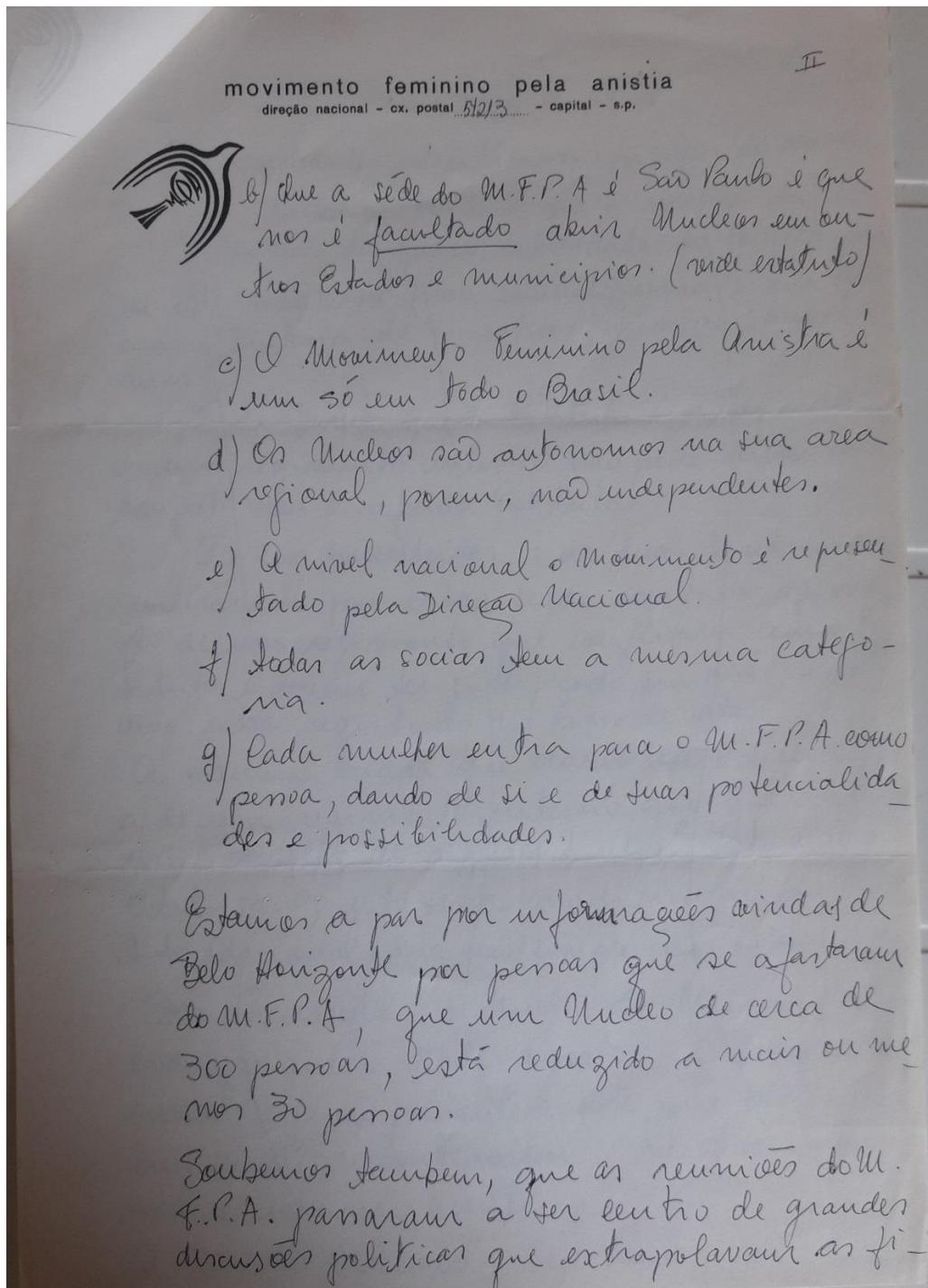
8. Igreja São Francisco das Chagas

*frei Antônio Francisco da  
márcia*

Anexo 14: Carta de Therezinha Zerbine para Helena Greco. 8/12/1978. (p.1)



Anexo 14: Carta de Therezinha Zerbine para Helena Greco. 8/12/1978. (p.2)



Anexo 14: Carta de Therezinha Zerbine para Helena Greco. 8/12/1978. (p.3)

III

movimento feminino pela anistia  
direção nacional - cx. postal 54213 - capital - s.p.

 malidades estatutárias, e fugiram do concreto? Tambem, que o motivo da demissão da quase totalidade do Conselho que de sete membros ficou somente uma e que houve a Diretoria de 4 membros, ficaram somente duas.

É de Direito que o Estatuto é a Lei maior, e um regimento interno não pode entrar em conflito com o referido Estatuto.

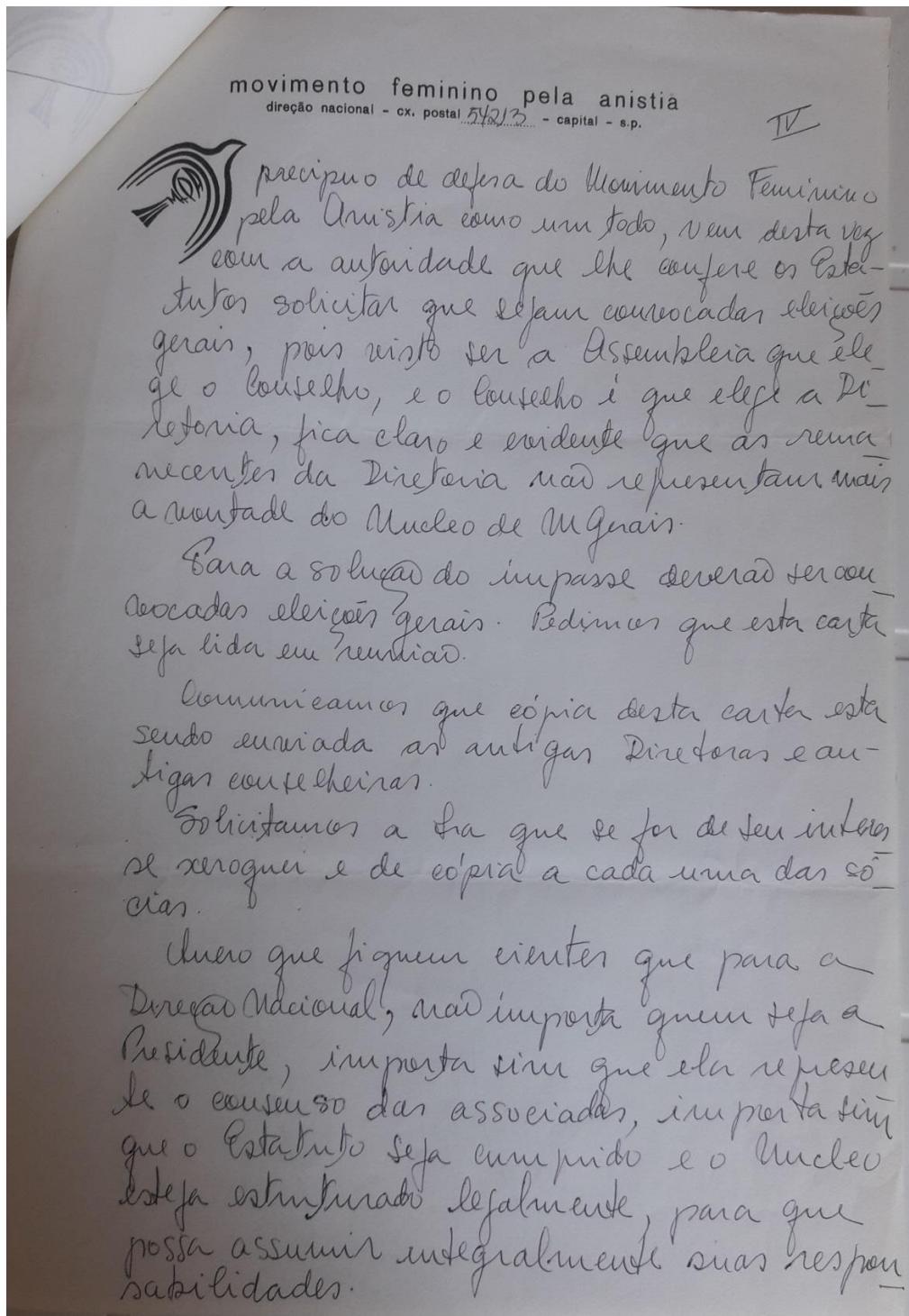
As seis conselheiras, e as duas Diretoras se exoneraram por estar sendo cogitado a aprovação de um regimento que conflitava com o Estatuto e devem ter justificado seu voto, e isto deve estar registrado no livro de atas.

A seletiva criada que ocasionou o desrespeito a de um regimento interno que queria criar um "conselho de representantes." Isto não é Estatutário; isto seria modificação do Estatuto Nacional. (eria mais simples enviar outra envelope)

Sra. Presidente, o Núcleo de Minas Gerais, esta irregular desde agosto. A Direção Nacional esperou pacientemente que vocês pormbam senso, encontrassem o melhor caminho, e isto não aconteceu.

A Direção Nacional, São Paulo, por dever

Anexo 14: Carta de Therezinha Zerbine para Helena Greco. 8/12/1978. (p.4)



## Anexo 15:

Sua carta, recebida ontem, foi tão clara  
objetiva que dispensa comentários. Mesmo assim, tecerei alguns.

1920 Pode estar certa de que todas as nossas decisões são medidas e ponderadas no sentido de não comprometer o espaço que o Movimento conquistou.

Como acontece com você, uma das nossas preocupações é não cair na "assistência social", embora temos procurado dar o maior apoio possível a nossos presos políticos e a seus familiares, alguns dos quais ~~permanecem~~ nos nossos companheiros de luta.

Temos procurado dar ênfase ao trabalho conjunto com "outras entidades que possuam objetivos comuns", mas sempre vigilantes, como você, para impedir que o Movimento "sirva de biombo" para os mais maus afeitos. Qualquer representante do Movimento só age devidamente credenciada. Quero também tranquilizá-la quanto à situação

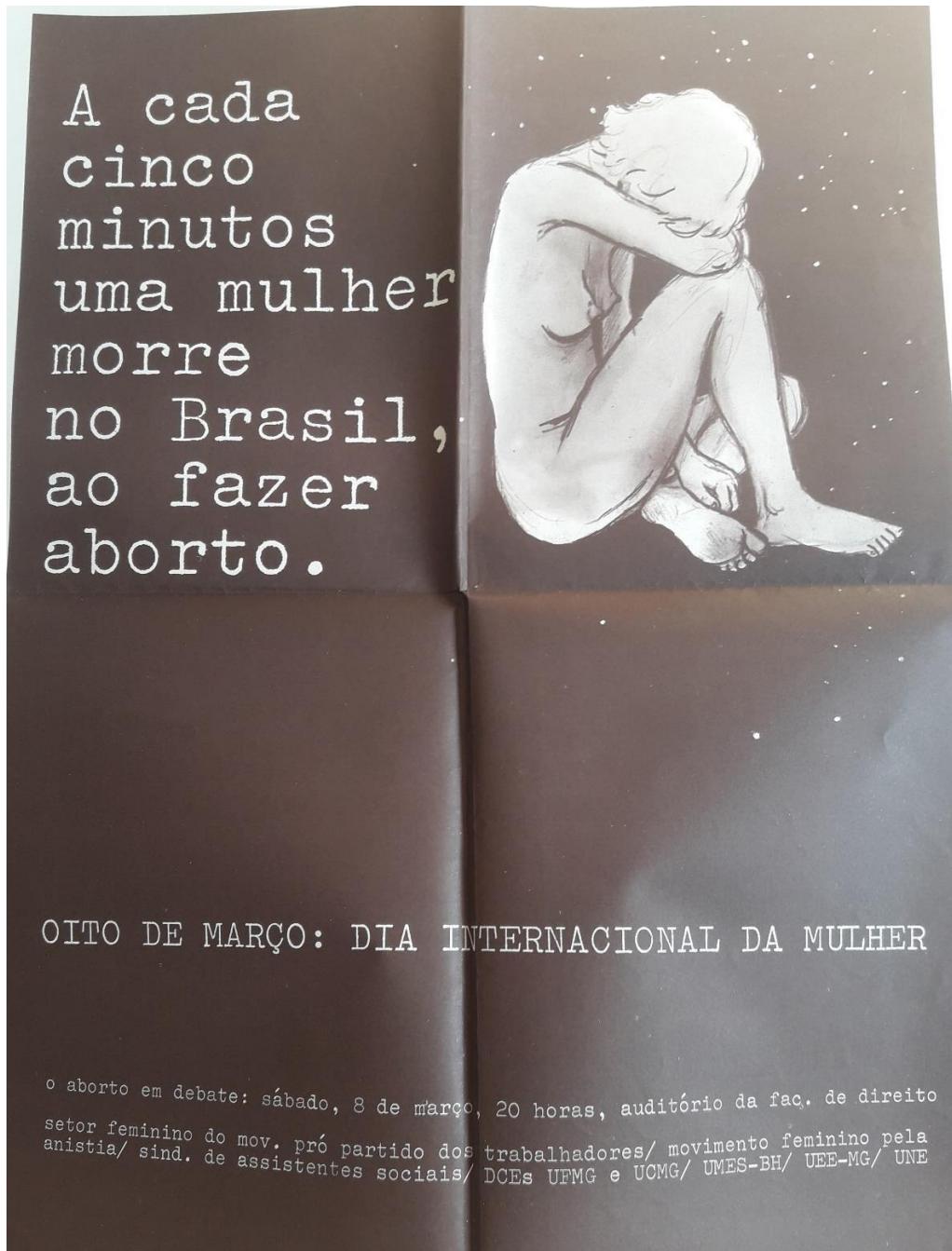
Quero também tranquilizá-la quanto à situação do Núcleo de B. H. Como sabe, ele é o mais numeroso do Brasil. Temos já 300 membros esclarecidos inscritos e notamos que o Movimento vem despertando cada dia mais interesse. A tendência é, portanto, ampliando-se muito. Temos, consequentemente, as mãos cheias, nossa responsabilidade é grande demais. Não há tempo para ~~guerra~~ lutas intestinas. É lógico que, como em toda democracia, surjam, ou melhor, existam divergências, mas não a ponto de prejudicarem o nosso trabalho coletivo. A estruturação em grupos bem coordenados e exigência de uma diretoria de 4 membros, da qual Zélia faz parte, e mais 7 conselheiras eleitas com critério em assembleia geral - conforme o estatuto - fornece uma sustentação de base que exclui qualquer ação impulsiva ou de caráter individualista. Toda resolução tem que ser aprovada pela diretoria e o conselho, depois de ampla discussão pelos grupos ou por representantes destes em casos de emergência. Pode ficar certa de que procuramos agir com prudência, conscientes da Importância do Movimento que representamos.

Quanto á minha pessoa, quero pedir-lhe um voto de confiança. O que me falta em prática política, <sup>andaria</sup> ~~asretido~~ sinceramente seja compensado por minha vivência, meu bom senso e uma cultura <sup>humanística</sup> ~~razoável~~ leitora omnívora que sempre fui desde criança.

Não quero me furtar ao prazer de lhe dizer que possuímos duas advogadas no grupo que se reúne aqui em casa duas vezes por mês. É sempre, como você comentou, reforçante a certeza de podermos contar com a colaboração e o apoio do casal Matta Machado.

No mais, queremos ~~com~~mpimentá-la pelo seu trabalho profícuo que desenvolveu neste ano que passou, na <sup>carreira</sup>confiança de que o Ano Novo trará para você, e portanto, para nós, novas vitórias.

Anexo 16: Cartaz sobre o Dia Internacional da Mulher.



Anexo 17: Cartaz do I Encontro da Mulher em Belo Horizonte.



Anexo 18: Folheto do I Encontro da Mulher

